



O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL:

os dez anos do REA frente à diversidade do rural brasileiro

ORGANIZADORES /

Ana Ivania Alves Fonseca
Marcela Alves Fonseca

Cássio Alexandre da Silva
Vivian Mendes Hermano
Vanessa Fonseca Ayres

EDITORA CAMINHOS ILUMINADOS

O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL:

*os dez anos do REA frente à
diversidade do rural brasileiro*



AUTORES COLABORADORES:

Alcimere Soares da Silva
Ana Ivania Alves Fonseca
Ana Ivania Alves Fonseca
Ana Rute do Vale
Cássio Alexandre Silva
Celbo Antonio da Fonseca Rosas
Daiara Batista Mendes
Ellen Vieira Santos
Flamarion Dutra Alves
Giancarla Salamoni
Giancarla Salamoni
Henrique Faria dos Santos
Jefferson Nunes
José Natan Gonçalves da Silva
Juliana Cristina Franz
Larissa Araújo Coutinho de Paula
Letícia Almeida Araújo
Luciana Cardoso Nogueira Londe
Luiz Felipe Wassmansdorf
Marcela Alves Fonseca
Maria Isabel Antunes Rocha
Maria Lucia Ribeiro
Mateus Silva da Rosa
Mirian Barbosa da Silva Rufino
Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira
Rafael Follmann dos Santos
Regiane Martins da Silva
Sandra Imaculada Maintinguer
Sônia de Souza Mendonça Menezes
Vivian Mendes Hermano

Organizadores:

Ana Ivania Alves Fonseca

Marcela Alves Fonseca

Cássio Alexandre da Silva

Vivian Mendes Hermano

Vanessa Fonseca Ayres

**O PROTAGONISMO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO
DESENVOLVIMENTO RURAL:**

*os dez anos do REA frente à
diversidade do rural brasileiro*

Montes Claros

EDITORA CAMINHOS ILUMINADOS

2022

O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL:
OS DEZ ANOS DO REA FRENTE À DIVERSIDADE DO RURAL BRASILEIRO

ORGANIZADORES

Ana Ivania Alves Fonseca
Marcela Alves Fonseca
Cássio Alexandre da Silva
Vivian Mendes Hermano
Vanessa Fonseca Ayres

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof.^a Dr.^a Ana Ivania Alves Fonseca (UNIMONTES-MG)
Prof.^a Dr.^a Ana Rute do Vale (UNIFAL-MG)
Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva (UNIMONTES-MG)
Prof.^a Dr.^a Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-SP)
Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves (UNIFAL-MG)
Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni (UFPEL-RS)
Prof.^a Dr.^a Juliana Cristina Franz (FURG-RS)
Prof.^a Dr.^a Maiara Tavares Sodré (IFC- SC)
Prof.^a Dr.^a Maria Regina Caetano Costa (UFPEL-RS)
Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes (UFS-SE)
Prof.^a Dr.^a Vivian Hermano Mendes (UNIMONTES-MG)
Prof.^a Dr.^a Sibeli Fernandes (UENP-CRES-PR)
Prof.^a Dr. João Carlos Geraldo (UNIARA-Araraquara-SP)

DIAGRAMAÇÃO/ PROJETO GRÁFICO

Maria Rodrigues Mendes - E-mail: mariarmendesci@gmail.com
editoracaminhosiluminados@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P967 O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural:
os dez anos do REA frente à diversidade do rural brasileiro. /
Ana Ivania Alves Fonseca... [et. al.]. (Organizadores) - Montes
Claros – MG: Caminhos Iluminados, 2022.

374 p. il.

ISBN: 978-65-86653-28-1

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Espaço rural. 4. Estudos agrícolas. 5. Diversidade rural. I. FONSECA, Ana Ivania Alves. II. Título.

CDU:631(81)

Ficha catalográfica elaborada por Vinícius Silveira de Sousa -
Bibliotecário - CRB6/3073

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
I DINÂMICAS DO ESPAÇO RURAL.....	9
A pertinência contemporânea dos estudos rurais na Geografia: a produção do conhecimento em Geografia Agrária no Boletim Paulista de Geografia (2001-2020)	
Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira.....	10
Cultivos citrícolas no assentamento rural do Horto de Bueno de Andrada: aspectos socioeconômicos e ambientais	
Mirian Barbosa da Silva Rufino, Maria Lucia Ribeiro, Sandra Imaculada Maintinguer.....	36
Cannabis no Brasil e questões agrárias	
Rafael Follmann dos Santos, Celbo Antonio da Fonseca Rosas.....	60
II AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL.....	85
“Agora, o gado é fidalgo”: modificações produtivas e práticas tradicionais na pecuária bovina do território da Bacia Leiteira em Alagoas	
José Natan Gonçalves da Silva, Sônia de Souza Mendonça Menezes	86
Construindo saberes agroecológicos no município de São Miguel do Anta - MG	
Jefferson Nunes, Flamarion Dutra Alves, Regiane Martins da Silva	111
III RELAÇÕES ENTRE CAMPO-CIDADE E RURALIDADES.....	127
Alienação econômica e vulnerabilidade territorial dos municípios especializados no agronegócio sucroenergético	
Henrique Faria dos Santos.....	128
A prática da agricultura urbana como expressão das ruralidades na cidade: o caso de Martinópolis – São Paulo	
Daiara Batista Mendes.....	154

IV RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	179
A dimensão cultural das estratégias de reprodução socioespaciais para as assentadas rurais do interior de São Paulo	
Larissa Araújo Coutinho de Paula.....	180
Contexto de vida e trabalho das mulheres antes do êxodo rural: um estudo em Muzambinho - MG	
Letícia Almeida Araújo, Ana Rute do Vale.....	204
V PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS NO RURAL.....	229
A gastronomia como código cultural: “não era um pão de milho assim como hoje se diz, ‘ah, o saudoso pão de milho!’”	
Juliana Cristina Franz.....	230
Canais curtos e segurança alimentar: uma aproximação com os mercados institucionais para agricultura familiar na Serra dos Tapes/RS	
Luiz Felipe Wassmansdorf, Giancarla Salamoni.....	251
VI MULTIFUNCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO RURAL.....	279
O que dizem os egressos da Lecampo\UFMG sobre o campo: um estudo na perspectiva das representações sociais	
Ellen Vieira Santos, Maria Isabel Antunes Rocha.....	280
Leitura da paisagem na Serra dos Tapes/RS: uma aproximação com a abordagem da multifuncionalidade	
Mateus Silva da Rosa, Giancarla Salamoni.....	301
Condições de vida da população idosa rural de Montes Claros - MG	
Ana Ivania Alves Fonseca, Cássio Alexandre Silva, Marcela Alves Fonseca, Vivian Mendes Hermano.....	327
Impactos ambientais da ocupação na paisagem do projeto lagoa grande no município de Janaúba-MG	
Alcimere Soares da Silva, Ana Ivania Alves Fonseca, Luciana Cardoso Nogueira Londe.....	349

APRESENTAÇÃO

A rede de pesquisa denominada **Rede de Estudos Agrários – REA** – é formada pelos grupos de pesquisa sediados no diretório CNPq, **Núcleo de Estudos Agrários/NEA – UNESP/Rio Claro(SP)**, **Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais/LEAA – UFPEL/Pelotas(RS)**, **Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural/NEPGER – UNIMONTES/Montes Claros (MG)**, **Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais/GERES –UNIFAL/Alfenas(MG)** e o **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais/GRUPAM – UFS/Sergipe(SE)**.

A Rede ancora temas comuns como multifuncionalidade da paisagem rural, estratégias de reprodução social e territorial da agricultura familiar, políticas públicas, autoconsumo e mercantilização da produção, questões de gênero e trabalho feminino, tendo como objeto de estudo o desenvolvimento rural.

O ano de 2021 marca os 10 anos de existência da Rede, que mantém uma agenda permanente de pesquisas sobre as diferentes realidades do espaço rural brasileiro, consolidada pelas discussões compartilhadas nos eventos organizados pelos Grupos de Pesquisa: **2010 – I Encontro REA – NEA - Rio Claro/SP; 2011 – II Encontro REA – LEAA - Pelotas/RS; 2013 – III Encontro REA – NEPGER - Montes Claros/MG; 2014 – IV Encontro REA – NEA - Rio Claro/SP; 2015 – V Encontro REA – GERES - Alfenas/MG; 2017 – VI Encontro REA – LEAA - Pelotas/RS**

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

O **VII Encontro Nacional da Rede de Estudos Agrários – EN-REA** tem como objetivo definir os aportes metodológicos que conduzam as pesquisas da Rede, além de propiciar a troca de experiências, discutir as temáticas investigativas e compartilhar as pesquisas realizadas pelos membros da REA, com o intuito de aprofundar o debate teórico metodológico que orienta as investigações sobre relações, processos e dinâmicas presentes no espaço rural brasileiro.

O livro é resultado dessas discussões afim de apontar os avanços e desafios de buscar as interfaces entre a agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural. Partindo da realidade dos tantos rurais do Brasil, que têm na agricultura familiar a base de sua organização espacial e de configuração do seu tecido social, o VII ENREA propõe tanto o aprofundamento teórico-metodológico, quanto os relatos de experiências que permeiam as estratégias de desenvolvimento rural em distintos recortes geográficos.



I

Dinâmicas do Espaço Rural

A PERTINÊNCIA CONTEMPORÂNEA DOS ESTUDOS RURAIS NA GEOGRAFIA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA (2001-2020)¹

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira*

Introdução

As transformações pelas quais passam a sociedade são de amplo conhecimento. Na contemporaneidade, o espaço, produto de um tempo em constante aceleração, baseado na intensificação das trocas e na mobilidade física e virtual de valores, informações, mercadorias e população, se apresenta como a síntese da relação do presente com o passado, especulando o futuro. Trata-se, como afirma Santos (2020 [1985]), de uma acumulação desigual de tempos. Objetiva e aparentemente simples, tal maneira de conceituar o espaço carrega a força do pensamento teórico sobre tal categoria geográfica e anuncia traços importantes para a compreensão do espaço geográfico.

¹ Texto elaborado como parte dos requisitos de avaliação da disciplina “Fundamentos Teóricos e Epistemológicos da Geografia”, ministrada pelos professores Dr. Flamarion Dutra Alves e Dr. Paulo Henrique de Souza no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), no primeiro semestre de 2021.

* Mestrando em Geografia – IGCE/UNESP Rio Claro.

Nesse sentido, as categorias geográficas denotam o exercício e a capacidade explicativa das elucubrações teórico-metodológicas que visam abarcar – com a máxima clareza e correspondência possível – o conjunto de objetos e fenômenos geográficos que avizinham a nossa cotidianidade. Dessa forma, como afirma Santos (2012 [1982]), “os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela *observação de suas relações* [...] seja pela constatação da *ordem segundo a qual elas se organizam*” (p. 15, grifo nosso).

Partimos desta breve reflexão com a intenção de chamarmos a atenção para aspectos importantes aos estudos geográficos: o dualismo espaço-tempo e os princípios da localização, extensão, distribuição e relação, compreendidos por meio da organização do espaço. Julgamos importante começar por essa perspectiva porque acreditamos que as dinâmicas transformativas da sociedade interferem no tratamento teórico-metodológico da realidade. Essas transformações, por sua vez, repõem a notabilidade da escala temporal na compreensão dos fatos espaciais, estes compreendidos em suas formas, funções, estrutura e processo (*Ibidem*, 2020). Partindo desse pressuposto, buscamos, neste trabalho, discutir aspectos concernentes à pertinência contemporânea dos estudos rurais, sobretudo no início do século XXI, levando em consideração as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais postas neste tempo presente.

Manifestadamente, tal exercício não é possível – ao nosso ver – de ser realizado sem recorrermos a alguns traços do passado, sobre os quais o espaço rural adensava todo o conjunto das dinâmicas socioeconômicas, definindo um dado tempo social em que a sociabilidade rural sobrepunha-se à urbana. Tal dinâmica, como sabemos, não mais se estabelece no presente cotidiano. Em vista disso, muito se debate sobre as relações entre o rural e o urbano, partindo da perspectiva das “novas” dinâmicas inerentes ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e o seu avanço sobre o campo.

Para tanto, a fim de compreendermos o que se tem discutido nos estudos rurais na Geografia Agrária brasileira na contemporaneidade, partimos de trabalhos que tomam como objeto de análise as atividades agropecuárias desenvolvidas no campo brasileiro. Trata-se de um trabalho baseado em pesquisas bibliográficas nas quais levantamos e analisamos a produção do conhecimento geográfico, considerando um conjunto de estudos sobre a temática anunciada, publicados no *Boletim Paulista de Geografia* entre os anos de 2001 e 2020.

Por conseguinte, organizamos este trabalho partindo de um breve corte teórico-metodológico dos estudos rurais na Geografia, com atenção às abordagens teórico-metodológicas da Geografia Agrária. Após esse aporte teórico, compomos o quadro bibliográfico dos estudos rurais sobre o qual nos debruçamos em compreender como o rural é tratado explicitamente ou implicitamente nesses trabalhos. Nessa perspectiva, alguns pontos servirão de base para as análises, quais sejam: as escalas de estudo, autores(as) citados(as), técnicas de pesquisa empregadas, métodos adotados, abordagem predominante e as transformações e permanências conceituais. Por último, esboçamos nossas considerações finais, sistematizando as contribuições e críticas acerca do que foi discutido ao longo desta composição.

O Rural no tempo: apontamentos teórico-metodológicos nos estudos rurais na Geografia Agrária brasileira

As dinâmicas inerentes ao modo de vida rural por muito tempo balizaram a construção geográfica da sociedade. Essa assertiva encontra-se defendida por Moreira (2019), na qual o autor nos apresenta a leitura do mundo rural presente nas obras de Élisée Reclus e Paul Vidal de La Blache ao final do século XIX. Ambos os geógrafos franceses elaboraram a sua leitura de mundo vivido à sua época, partindo da análise das dinâmicas que confluíam os arranjos próprios ao cotidiano rural. Dessa forma, o autor afirma que “até as primeiras décadas do século XX o mundo é ainda uma vasta extensão rural. Manchas ur-

banas e industriais entremeiam, entretanto, um ponto e outro dessa paisagem, indicando em meio à face do velho as tendências do novo em rápida evolução. Sobre esse mundo se debruçam Reclus e La Blache” (MOREIRA, 2019, p. 21).

Moreira, ao assumir um dado refinamento teórico, rastreia as transformações do espaço, levando em consideração as mudanças históricas captadas pelos estudos de autores vinculados à escola francesa de Geografia (soma-se à Reclus e La Blache, Jean Brunhes, Max Sorre e Pierre George, estes últimos, com leituras de um mundo em processo de urbanização). O que queremos argumentar, ao menos a princípio, é que o raciocínio geográfico não ocorre sem levar em consideração as dinâmicas inerentes ao seu tempo, portanto, da realidade circundante e experienciada. Evidentemente que do ponto de vista do método, esses autores citados estruturaram suas análises geográficas amalgamadas sobre a descrição empírica da paisagem, reclusos em uma abordagem idiográfica da realidade – partindo de uma considerável influência lablachiana de distribuição dos quadros regionais regidos pela adaptação histórica e da técnica dos homens sobre o globo terrestre².

Não obstante, o quadro da sociedade agrária brasileira é descrito com grande aporte dos viajantes e naturalistas antes do século XIX, como afirma Ferreira (2002). Destarte, ao menos sobre as dinâmicas agrárias na primeira metade do século XX, geógrafos que compuseram o rudimento da Geografia acadêmica brasileira como Leo Waibel e Pierre Monbeig descortinam, sob influência da Geografia regional francesa, as dinâmicas do mundo rural brasileiro, baseados no aporte empírico-indutivista (ALVES; FERREIRA, 2011).

Ao exposto, as abordagens que se apresentam ao longo da história do pensamento da Geografia Agrária perpassam pela reflexão e discussão sobre o próprio modo de fazer e pensar as análises geográficas

² É preciso considerar que, no caso de Reclus, a sua posição política de base anarquista o afasta das influências lablachianas. Entretanto, o que nos interessa neste trabalho é estabelecer a relação entre um dado tempo histórico e a conformação de abordagens teórico-metodológicas.

do campo. Nesse sentido, Migliorini (1950) localiza os estudos que compunham as discussões metodológicas da Geografia Agrária até a década de 1950, quando publica o trabalho *A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica*. O autor circunscreve à Geografia Econômica a vertente agrária que se constituía nas análises geográficas. Tal posição parte do resgate das contribuições da teoria da localização de Von Thünen; das “Zonas Agrícolas” de T. H. Engelbrecht; do entendimento da autonomia da Geografia Agrária de H. Bernhard e D. Faucher; da noção de paisagem agrícola como organismo vivo de A. Rühl; e, por fim, das contribuições seminais da Geografia Agrária ecológico-fisionômica de Leo Waibel.

As influências de Waibel sobre o pensamento geográfico agrário tornam-se menção indispensável aos trabalhos que se pretendem às discussões teórico-metodológicas dada a potência e influência do seu pensamento nos estudos geográficos agrários tradicionais (MIGLIORINI, 1950; VALVERDE, 1964; MEGALE, 1975; DINIZ, 1984; FERREIRA, 2002; ALVES, 2010). Seguindo a linha de pensamento de Migliorini, Valverde (2006) retoma as contribuições do geógrafo alemão. Este se concentra, sobretudo, em defender metodologicamente a Geografia Agrária por meio da abordagem dos “sistemas agrícolas” como conceito capaz de captar e expressar o desenvolvimento das atividades agrárias. Sob as influências econômicas (valorização econômica, objetivos da produção, forças produtivas e relações de produção) e sociais (gênero de vida), o sistema agrícola é entendido como conceito capaz de captar toda complexidade da paisagem agrária (*Ibidem*, 1964). Portanto, Valverde conclui que:

A Geografia agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico [...] Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática. (*Ibidem*, 2006; p. 15)

Megale (2011 [1976]), ao tentar definir o objeto e o método da

Geografia Agrária, realiza o mesmo movimento de Valverde: o de revisar trabalhos teóricos e empíricos de autores clássicos dos estudos da paisagem agrícola/agrária na primeira metade do século XX. Porém, considera com demasiada atenção as contribuições de A. Cholley e reafirma a perspectiva de “conjunto”, tão cara à Geografia, que se apresenta na sua vertente agrária por meio da “compreensão total da atividade agrícola” (*Ibidem*, 2011; p. 10). Propõe, ademais, a discussão do conceito de “*habitat rural*” como cerne dos estudos agrários, no qual as características funcionais decorrem dos aspectos econômicos de funcionamento da sociedade moderna. É, portanto, por meio da função econômica como amálgama da organização espacial agrária, da reconstrução histórica como conhecimento profundo do local e dos estudos da paisagem (como relação do homem com o meio físico-biológico) que se apresenta o método geral da geografia agrária – tal como proposto por E. Otremba e recuperado pelo autor (MEGALE, 2011).

Ceron; Gerardi, ao final da década de 1970, tratam de uma Geografia (2007 [1979]) afeita “a volta do Geógrafo[a] para a realidade” (p. 9). Estes autores, em exame dos caracteres metodológicos da pesquisa em Geografia da Agricultura³, sistematizam – a partir da crítica à formação do profissional Geógrafo(a) – aspectos que dizem respeito à centralidade da análise de processos decisórios e de padrões espaciais, a adoção de teorias e modelos, considerando os princípios normativos e descritivos, a utilização de técnicas de pesquisa (entre elas, a defesa da quantificação) e, por fim, o compromisso com um posicionamento ideológico-filosófico das pesquisas em Geografia. Por sua vez, Gusmão (2006 [1978]), para além da preocupação em identificar conceitos e metodologias de análise, trata de apresentar uma nova perspectiva de Geografia Agrária, preocupada não mais com as descrições, explicações e/ou tipologias, mas, agora, com análises de ordem crítica que avançam para além da organização espacial e atingem os impactos provenientes dessas formas de organização.

³ Reproduz-se a nomenclatura empregada pelos autores.

Essa revisão teórico-filosófica por qual passa a Geografia brasileira no final dos anos 1970 é interpretada e registrada por Galvão (2007 [1989]). A autora identifica o embate entre a perspectiva teórico-quantitativa (filosoficamente, neopositivista) e a perspectiva crítica (filosoficamente, dialética). A centralidade da agricultura para a Geografia Agrária será, mais detidamente, tratada pela autora sob a premissa de considerar o espaço agrário⁴ como um subespaço integrado à “totalidade real e concreta, produzida ou construída pelas relações dos homens entre si e com a natureza, e internamente diferenciada por força da divisão social e territorial do trabalho” (GALVÃO, 2007; p. 11).

É nessa perspectiva que a relação cidade e campo ganha corpo como estrutura teórico-analítica da Geografia Agrária na década de 1980, decorrendo do processo de modernização e industrialização do campo – intensificando-se a partir da década de 1950. Ademais, na década de 1990 buscam-se respostas que avançam para além do *onde*, *quanto* e *como* se produz, para pensar, a partir de um certo pluralismo (ANDRADE, 1995; ALVES, 2010), o *por quê* se produz.

Mais uma vez admitimos que é difícil se elaborar uma metodologia que sirva para as pesquisas de Geografia Rural para as áreas mais diversas e para ser aplicado por pesquisadores com posições técnicas científicas e formações filosóficas as mais diversas. Admitimos que a Geografia brasileira chegou ao estágio das opções as mais diversas, de domínio de um pluralismo que longe de homogeneizar, heterogeneiza as soluções, trazendo um enriquecimento à produção científica. Passaram as fases do tradicionalismo ambientalista, da geografia teórica, da geografia crítica marxista, da geografia da percepção, como fases “imperialistas” que hostilizavam umas às outras, para entrarmos em uma fase de maturidade em que os geógrafos se posicionem de acordo com sua formação filosófica e dialoguem com aqueles de quem divergem. (ANDRADE, 1995, p. 12-13)

Na senda das discussões imprecisas sobre o objeto elegido aos estudos rurais na Geografia – sistemas agrícolas, *habitats* rurais, espaço agrário, espaço rural, meio rural –, conservaram, desde a sua institucionalização, o exercício da vigilância teórico-metodológica a fim

⁴ Reproduz-se a orientação/termo da autora.

de conferir e garantir o estatuto científico das análises geográficas do campo. Deste modo, tomando a realidade como “a única referência” na qual se submetem as discussões teóricas (OLIVEIRA, 1995, p. 18), o cuidado com as transformações sociais, políticas e econômicas da própria sociedade permeia as discussões teórico-metodológicas da Geografia Agrária (ANDRADE, 1995; FERREIRA, 2002). É nesse sentido, portanto, que Manuel Correia de Andrade (1995; 2010) afirma que

E, se a Geografia Rural⁵ é o ramo da ciência geográfica voltado para o meio rural, naturalmente essas transformações [da sociedade] vão refletir na orientação do estudo, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista metodológico; o[a] geógrafo[a] tem necessidade de acompanhar as transformações para se fazer uma Geografia Rural e, não uma História Rural. (ANDRADE, 2010; p. 13)

Os autores citados – Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Manuel Correia de Andrade –, reconhecidos na Geografia Agrária pelos trabalhos críticos, ancorados no materialismo histórico-dialético, representam parte da inquietação da comunidade de geógrafos e geógrafas agrárias na década de 1990. Refletem, portanto, a preocupação de pensar teórica e metodologicamente os desafios que se impunham aos estudos rurais na senda da modernização e industrialização da agricultura por ação do capitalismo monopólico e, mais adiante, financeiro, já na aurora do neoliberalismo no Brasil (OLIVIERA, 1995). São trabalhos cujo conteúdo teórico-metodológico buscam responder criticamente os *porquês*, os quais, por sua vez, questionam a dinâmica e a organização do espaço rural brasileiro exposto às verticalidades do modo de produção capitalista.

É por meio do entendimento de um dado pluralismo e ecletismo metodológico que os estudos rurais são marcados no início do século XXI (ALVES, 2010). É no entendimento de uma Geografia Plural, consciente da diversidade e complexidade da realidade posta à análise, que a Geografia Agrária tem se apresentado teórica e metodologicamente sob forte influência de abordagens, conceitos e teorias

⁵ Nomenclatura defendida e adotada pelo autor por entender a designação rural como expressão da totalidade diversa e complexa do campo.

sociológicas e econômicas (FERREIRA, 2002), no intenso diálogo entre as demais áreas do conhecimento. Ao exposto, seguimos apresentando o quadro bibliográfico dos estudos rurais considerados nas análises deste trabalho.

Aspectos gerais do *Corpus* documental de análise: o quadro bibliográfico dos estudos rurais no *Boletim Paulista de Geografia* (BPG)

Para este estudo adotou-se, como *corpus* documental de análise, o conjunto de artigos publicados entre os anos de 2001 e 2020 no periódico *Boletim Paulista de Geografia* (BPG), cujo foco das análises compreendeu as dinâmicas e processos do espaço rural brasileiro em diversos recortes espaciais e temporais. O BPG é um periódico publicado pela seção São Paulo da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) desde 1949 (AGB-SP, 2021). Tendo isso em vista, a partir da análise do título, resumo e palavras-chave foram identificados 15 trabalhos (Quadro 1) que anunciavam a análise de atividades ligadas ao rural – neste trabalho, assumimos o rural como categoria de análise socioespacial, o qual agrega fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais, os quais descrevem uma dada organização espacial assentada na produção animal, vegetal e extrativista (ligada à terra e ao trabalho), bem como de preservação dos recursos naturais e do patrimônio sociocultural. Todos esses trabalhos são de autoria de pelo menos um autor e/ou autora com algum nível de formação em Geografia (graduação e/ou pós-graduação).

Quadro 1 – Corpus documental primário

Título do Trabalho	Autoria	Ano
Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí	Vicente E. L. Alves	2001
Implicações do plantio generalizante de eucaliptos no empobrecimento social e da biodiversidade do alto/médio Jequitinhonha-MG	Bernardo M. Gontijo	2001
O novo Brasil agrário moderno e... Do atraso	Iraci G. de V. Palheta	2001
Regulação e modernização do setor agrícola e território	Roberto de S. Santos	2003
A interlocução entre gênero, trabalho e território na luta pela terra no Pontal do Paranapanema	Maria F. Garcia; Antônio Thomaz Júnior	2003
Os movimentos sociais no campo no estado de São Paulo (1995/2001)	Marco Antônio Mitidiero Júnior	2005
O boia-fria como expressão da crise da sociedade do trabalho na agroindústria canavieira paulista, no século XXI	Fábio T. Pitta	2013
A pesca artesanal brasileira: passado e presente visitados a partir dos “tipos e aspectos do Brasil”	Eduardo S. Cardoso	2016
Planejamento ambiental e agricultura familiar no assentamento São Bento III - Mirante do Paranapanema-SP	Alba R. A. Arana; Anderson M. de Lima	2017
A territorialização camponesa e do agronegócio no Norte de Minas: algumas leituras preliminares	Gustavo H. C. Ferreira; Rosilene G. da Silva; Franciele A. da Silva	2017
Da “cidade do agronegócio” à “cidade como negócio”: (re)inserindo o urbano no debate	Livia Maschio Fioravanti	2018
A busca da autonomia camponesa a partir da apropriação da agrofloresta e a construção social de mercados: um estudo sobre o assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto-SP	Mônica Hashimoto Iha	2018
Plano diretor ambiental como estratégia de desenvolvimento rural e urbano	Flávio Sammarco Rosa	2018
As sofisticadas colheitas de cana-de-açúcar engoliram o trabalho de homens e mulheres na agricultura da macroárea de Ribeirão Preto-SP (Brasil) - 1977-2018	Rosa E. Rossini; Aline L. Santos; Mateus de A. P. Sampaio	2018
Sitiantes do café: formação negativa do trabalho familiar de sitiantes numa região da retaguarda da franja pioneira paulista - Itápolis, 1920-1940	Anderson P. dos Santos	2020

Fonte: *Boletim Paulista de Geografia*, 2021
Elaborado pelo autor, 2021

Definido o *corpus* documental, observou-se a concentração de trabalhos publicados por autores(as) vinculados(as) às instituições de ensino do estado de São Paulo, sobretudo da Universidade de São Paulo (USP) – esta com 7 trabalhos, representando 46,6% do total,

enquanto as demais instituições contaram com 1 trabalho cada (a saber, UNESP [Campus Rio Claro e Presidente Prudente], UNOESTE [IES privada localizada em Presidente Prudente], UNIMONTES, UFMG, UFPR, IFMT e UFSM).

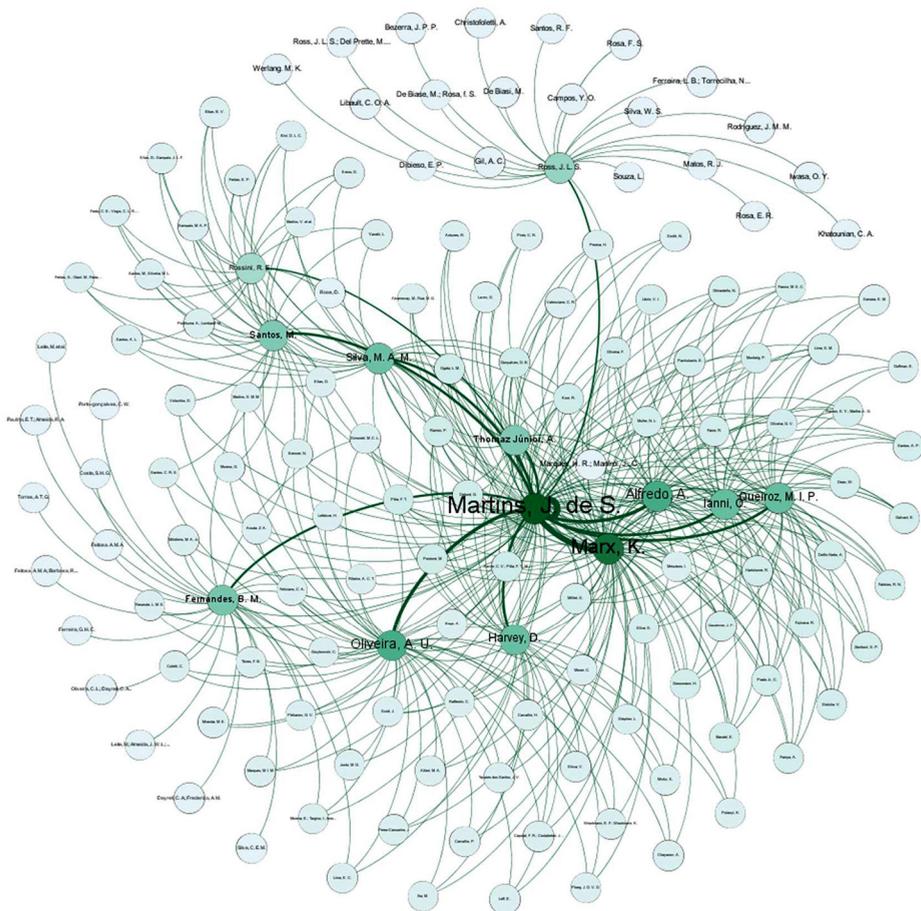
Ao que se refere às referências bibliográficas utilizadas nos artigos selecionados, registrou-se o uso de uma vasta literatura que compartilha a perspectiva do materialismo histórico-dialético em suas mais variadas vertentes. Ademais, o conjunto de referências encontradas no *corpus* documental demonstra a interface dos estudos de cunho geográfico com outras áreas do conhecimento, sobretudo com a Ciências Sociais (sociologia rural) e com a Economia. Cumpre esclarecer que foram citados autores(as) de grande relevância para a Geografia agrária brasileira e para as ciências humanas e sociais em geral. Entre os mais citados encontram-se José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Karl Marx, Antônio Thomaz Junior, Anselmo Alfredo, Bernardo Mançano Fernandes, Maria Isaura de Pereira Queiroz, Maria Aparecida Moraes Silva, Milton Santos, Otávio Ianni e David Harvey.

A análise das referências bibliográficas utilizadas nesses trabalhos nos permite traçar um quadro de relações teórico-metodológicas entre os autores. Nessa perspectiva, as filiações teóricas testemunham e rastreiam epistemologicamente a construção do conhecimento – no presente caso, sobre as dinâmicas e processos do rural brasileiro. Desta forma, a figura 1 apresenta um grafo de relações entre os autores, construído a partir do acoplamento bibliográfico dos trabalhos aqui levantados. Por meio desse recurso imagético aponta-se para a centralidade do pensamento do sociólogo José de Souza Martins na produção dos estudos rurais na Geografia agrária. Esse autor constrói as suas análises com apoio no Materialismo Histórico-Dialético, estabelecendo fortes relações com o pensamento de Karl Marx, como nos apresenta a Figura 1.

Ainda, instituições federais, estaduais e municipais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Eco-

nomia Aplicada (IEA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e diversas secretarias estaduais e municipais são citadas nos trabalhos como fonte de dados secundários para as pesquisas.

Figura 1 - Rede de relações entre autores citados nos trabalhos



Fonte: *Boletim Paulista de Geografia*, 2021
Elaborado pelo autor, 2021

Dentre os trabalhos analisados, na primeira década de análise (2001-2010), prevaleceram os estudos em escala regional, somando 4 artigos⁶. Ao que se refere à segunda década (2011-2020), há um maior número de trabalhos em escala local (7 artigos) e um na escala regional – soma-se a estes mais um trabalho, que analisa a construção imagética da atividade pesqueira a partir das gravuras de Percy Lau, presentes na seção “Tipos e Aspectos do Brasil” da *Revista Brasileira de Geografia*, não apresentando uma escala definida. Um ponto interessante do entendimento das escalas geográficas, portanto, dos recortes adotados pelos trabalhos, se refere às técnicas empregadas para “dar conta” do objeto de estudo na escala adotada.

Sendo assim, a predominância dos estudos em escala regional na primeira década do século XXI testemunhou a prevalência do trabalho de campo como principal instrumento de levantamento de dados, inclusive valendo-se da etnografia para a imersão em alguns universos sociais e culturais singulares (como no caso dos acampamentos e assentamentos rurais no Oeste Paulista e das comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha). Ademais, o único trabalho, do total de 9 (nove) – na segunda década (2011-2020) – que realizou análises em escala regional, utilizou-se de dados secundários, sistematizando-os em ambiente SIG, com trabalho de campo em apenas um dos municípios do recorte regional.

Essa tendência de priorização dos estudos locais pode estar atrelada à diminuição dos recursos para pesquisa que impacta diretamente no planejamento e realização dos trabalhos de campo em vários municípios e regiões mais distantes – os estudos do início do século centralizaram suas análises no norte de Minas Gerais e no Sul do Pará, enquanto os mais recentes versaram sobre municípios do interior de São Paulo e do Triângulo Mineiro. Ainda, é importante considerarmos que, no início do século XX, havia menor número de revistas para publicação, sendo este um dos motivos para a amplitude geográfica

⁶ Dois artigos desse período são eminentemente teóricos e, portanto, não apresentam uma escala geográfica de análise, apesar de versarem sobre o quadro geral da dinâmica agropecuária no Brasil, sobretudo discutindo os impactos da modernização da agricultura

fica de áreas para além de São Paulo que se destacam nesse período.

Em suma, nos artigos analisados, dada a prevalência da abordagem histórico-dialética, as categorias terra, trabalho e capital são seminais na compreensão das dinâmicas e processos do espaço rural brasileiro. Com centralidade nessas categorias, são apresentadas as formas de reprodução ampliada do capital na senda das relações de produção e, precisamente, do aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho após a modernização e industrialização da agricultura. Assim, o destaque para os movimentos sociais do campo, a organização camponesa e as formas de resistência às investidas do agronegócio nos adiantam as preocupações com as questões sociais do campo no conjunto de abordagens críticas da realidade – observações que desenvolveremos no próximo item, juntamente com a análise pormenorizada dos estudos levantados.

O rural na contemporaneidade: modernização, acumulação, conflitos e resistência

Como anunciamos no início deste trabalho, a relação entre espaço e tempo é fulcral ao entendimento das dinâmicas e processos inerentes às relações entre sociedade e espaço. Nesse sentido, o conteúdo registrado nos estudos aqui levantados demarca fragmentos do espaço rural brasileiro, expostos ao desenvolvimento e avanço das dinâmicas do modo de produção capitalista sobre as relações sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas da agricultura brasileira ao longo do tempo.

Desta forma, é importante delimitarmos que há concordância entre os autores de que o espaço rural – ainda que não seja a categoria utilizada pelos autores – é marcado por uma dada heterogeneidade estrutural e produtiva. Esse caráter heterogêneo marca os conflitos entre um dado modo de vida assentado em dinâmicas socioprodutivas agrícolas e pecuárias, seja para o autoconsumo, seja para venda dos excedentes por canais de comercialização diretos, privados e/ou

institucionais e a produção de base capitalista assentada em grandes áreas monocultoras, amplamente apoiada pelo Estado e por capitais nacionais, sobretudo internacionais, na forma do agronegócio.

Nesse embate, encontra-se a centralidade da terra como elemento determinante da produção agropecuária. Sobre a terra, estrutura-se o trabalho humano construindo as formas espaciais funcionais às necessidades e interesses distintos – em traços gerais, esse é o rudimento da construção geográfica da sociedade, como nos lembra Moreira (2008). A relação entre sociedade e natureza/sociedade e espaço, na agricultura, é marcada pelas relações baseadas em uma dada economia natural (assumindo as suas contradições), assente na produção orientada pelo tempo da natureza – compreendidas as especificidades naturais, portanto, biológicas da agricultura. A ruptura de uma dada “harmonia” (GRAZIANO DA SILVA, 1981; GRAZIANO DA SILVA; KAGEYAMA, 1998) ocorre em função do avanço do progresso técnico sobre as dinâmicas agropecuárias, mediadas pela lógica e ingerência do capital. Assim, opera-se o corte setorial entre o rural e o urbano-industrial, mediado pelo aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, viabilizada pelo avanço da técnica, a qual permite o deslocamento da indústria para o urbano e a subsunção formal e real do trabalho, no processo de proletarização.

Esse corte setorial é superado quando das transformações técnicas e econômicas ocorridas na agricultura, na aurora da modernização e industrialização desta – processo que ocorreu no Brasil após a década de 1950, consolidando-se a partir da década de 1970, com a adoção do pacote tecnológico da “Revolução Verde” e do Complexo Agroindustrial – o qual lentamente retira a autonomia agrícola, subordinando esta à indústria.

O intenso financiamento do Estado na consolidação de uma agricultura consumidora de bens intermediários de base industrial (KAGEYAMA, 1985) contrasta com as crises do capital, que deslocam esta centralidade do Estado regulador para o mercado, mormente

após a década de 1990 com as reformas neoliberais da economia, que impactam diretamente o setor agrícola brasileiro.

Esses processos amplos e pretéritos nos auxiliam na compreensão do debate que está posto sobre o rural brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI. Muito porque o que se apresenta é um dado “coroamento de processos” que depauperaram as relações sociais de produção, revisitaram as localizações possíveis da prática agrícola em função dos avanços da tecnologia, aprofundaram os conflitos por terra e agravaram as desigualdades socioespaciais no país, em específico no espaço rural. Como veremos ao longo das análises dos trabalhos levantados, no cerne das dinâmicas e processos do rural brasileiro encontra-se o embate entre trabalho e capital na disputa pelos meios e modos de produção, mormente a terra.

Neste sentido, os estudos do início deste século testemunharam as contradições e conflitos nascidos das diferentes espaço-temporalidades da agricultura brasileira. Desta forma, Alves (2001) apresenta uma discussão sobre a organização de novas manifestações socioespaciais produzidas pela instalação de grupos capitalizados, gestores de uma outra lógica de ocupação – portanto, externa e nova – da verificada até então. O que o autor traz para o debate é o conflito entre o uso privado e comunitário das terras altas de caráter comunal, popularmente conhecidas como “gerais” ou “chapadas” no cerrado sul paraense. Em vista disso, o autor afirma que

[...] foi a partir da introdução de relações capitalistas mais intensas na região, que precede a chegada de novos moradores, o motivo principal do aparecimento dos primeiros sinais de ruptura no sistema de uso comum da terra, manifestada através do cercamento. É nesse momento que se torna mais evidente a diferenciação entre os proprietários e os não proprietários de terra. Os primeiros passam a usufruir de sua propriedade, ou de uma terra apropriada indevidamente, cercam-na e garantem espaço para manutenção de seu rebanho. Os segundos, sem terra própria ou às vezes insuficiente, e com uso limitado da “chapada”, deixam de praticar a atividade de criação, que constitui para esse segmento social um importante patrimônio. Percebe-se assim que, a partir de então, fica mais evidente a divisão de classes sociais nos cerrados sul piauienses. (ALVES, 2001, p. 23).

Muito próximo da discussão travada por Alves (2001), Gontijo (2001) também estabelece uma relação de conflito entre a expansão do plantio generalizado de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, – funcionais a dotar energeticamente a produção mineral do quadrilátero ferrífero – e os impactos da organização dessa monocultura no empobrecimento social e biológico dos fragmentos de biomas localizados na área. Para o autor, “[...] o reflorestamento foi um agravante desta situação. Isto porque a população camponesa local se concentrava em pequenas propriedades em torno dos chapadões, onde praticavam uma agricultura de subsistência e por vezes cuidavam de uma pequena criação, geralmente bovinos” (p. 71).

Nesse mesmo sentido, porém, sem se ocupar de um estudo de caso como os autores anteriores, Palheta (2001) sintetiza os conflitos gerados do embate entre lógicas locais e externas às localidades, expostas as dinâmicas de acumulação do capital. A autora é contundente ao afirmar que

[...] operários e camponeses são submetidos a uma dupla expropriação/exploração: são expropriados de seus meios de vida – o principal é a terra – de modo a garantir os interesses (de concentração e centralização de capital) dos setores dominantes da sociedade, e são expropriados desses meios de vida, para garantir os interesses de setores estrangeiros (de acumulação ampliada de capital), associados ou não com os primeiros. E tudo isso é garantido por um aparato estatal modernizado e repressivo, onde destacam-se as forças policiais e militares como garantidoras da lei, da “ordem e progresso”. (PALHETA, 2001, p. 34).

A luta pela terra comunal – a qual marca os trabalhos até aqui apresentados –, assume uma outra perspectiva nos trabalhos que apresentam como objeto de estudo os acampamentos e assentamentos do MST no interior do estado de São Paulo, mais precisamente na região do Pontal do Paranapanema. Nesse recorte, as lutas pelo acesso e permanência na terra são mediadas pela organização coletiva na forma de um movimento social (ou vários, a depender da cisão ideológica entre os integrantes dos movimentos). Deste modo, os contornos da

luta apresentam formas distintas de resistência, sendo materializadas nos processos de ocupação de terras improdutivas e devolutas, bem como nas negociações conflituosas com os agentes envolvidos nesse processo (integrantes dos movimentos sociais, proprietários de terras e poder público). No entanto, o foco dos trabalhos com centralidade nos movimentos sociais tratou de analisar a heterogeneidade dos discursos, das narrativas e das ideologias dos sujeitos que compõem o coletivo, assim como a constituição de hierarquias que marcam as relações de poder internas a essas formas de organização social e espacial.

Os dois estudos que apresentam essa temática buscaram compreender as diferenças nas relações de gênero – o papel assumido/destinado às mulheres nesses territórios de resistência (categoria assumida pelos autores) – e as rupturas (os “rachas”), segundo Mitidiero (2005), que ocorrem no interior dos acampamentos e assentamentos, levando à formação de novos grupos com discursos e ideologias diferenciados, porém ainda requerentes de acesso à terra. Sobre as relações de gênero enquadradas na organização dos movimentos sociais, Garcia; Thomaz Jr. (2003) observam

O gênero é uma entre várias relações sociais, o que significa que tem classe, raça e etnicidade [...] A partir da análise da divisão sexual do trabalho, vimos que não se trata apenas de uma divisão fortuita e aleatória, senão que estabelece a hierarquização de funções entre homens e mulheres. Contudo, o gênero é construído ideologicamente através de uma série de valores que se reproduzem no tempo e nos espaços. (*Ibidem*, p. 124)

Os trabalhos publicados ainda na primeira década do século XXI no BPG apresentaram a centralidade nas discussões sobre o acesso à terra como forma de manutenção e reprodução socioeconômica de grupos minoritários. Defronte as investidas do capital, esses grupos se veem cerceados dos seus meios de produção e expostos aos intensos processos de subordinação e dominação da sua força de trabalho. A terra-matéria marcada pelo valor de uso é substituída pela

terra-capital, funcional à produção de valor de troca e, portanto, inerente às dinâmicas contraditórias e espoliativas do modo de produção capitalista, na senda da sua acumulação e reprodução ampliada.

Ademais, os estudos publicados após 2011 deslocaram a centralidade no debate sobre a terra e assumiram uma maior preocupação com a categoria trabalho, discutindo os impactos das transformações técnicas da agricultura nas relações sociais de produção⁷. Nesse sentido, Pitta (2013), ao analisar as relações de trabalho no bojo da agroindústria canavieira no interior paulista, afirma que o trabalho assalariado agrícola – na tradicional figura dos boias-frias – é produto do próprio desenvolvimento da mecanização no campo. Tal argumento encontra-se fundamentado na Lei Geral de Acumulação Capitalista, proposta por Karl Marx em *O Capital*, compreendendo as crises constantes e imanescentes do próprio processo de acumulação do capital, conjuntamente com as suas contradições.

Assim, a modernização do setor leva para a atividade de corte da cana-de-açúcar o acirramento da concorrência entre os próprios trabalhadores, tendo em vista que a diminuição dos postos de trabalho leva à seleção daqueles com maior produtividade nas parcas áreas ainda não mecanizadas. Segundo Pitta (2013), na contemporaneidade a predominância da reprodução fictícia do capital fomenta a generalização da mecanização, levando a uma situação de desemprego estrutural no setor. O autor conclui que

[...] podemos entender o “boia-fria” como expressão deste momento na relação social de produção no campo, para o setor sucroalcooleiro [...] Assim, foi o alto nível de produtividade do setor que criou a possibilidade de existência de um trabalhador assalariado, superexplorado e sem direitos trabalhistas respeitados, já que o processo de modernização acabou por não incorporar a força de trabalho mobilizada em tal momento, o que gerava, e ainda gera, uma pressão salarial para baixo e um número absoluto cada vez maior de trabalhadores sem emprego e sujeitos a condições miseráveis de trabalho. (*Ibidem*, p. 50)

⁷ Evidentemente, a questão da luta pela terra não deixa de estar presente, entretanto os quesitos de acesso e permanência a este recurso não se constituem o foco do debate proposto.

Na mesma linha, traçando a relação entre mecanização e trabalho assalariado agrícola no corte da cana-de-açúcar, no entanto, com atenção às relações assimétricas de gênero, Rossini *et al.* (2018) apresentam um estudo descritivo e temporal dessa relação na região de Ribeirão Preto-SP. Nesse estudo, as autoras e o autor levantam a discussão da migração para as áreas de corte da cana-de-açúcar, a dupla jornada da mulher nas atividades produtivas e domésticas, o salário feminino inferior ao masculino e o baixo empenho da mão de obra qualificada feminina nas atividades mecanizadas do canavial.

Para além desses estudos, a organização do trabalho agrícola ainda é lida na perspectiva de construção de formas autônomas de produção por meio da prática agroflorestal em um assentamento rural no município de Ribeirão Preto-SP. Por essa via, Iha (2018) analisa a construção social de canais de comercialização dos produtos agrícolas, estes sustentados pela produção de base agroecológica. Para tanto, a autora estabelece o debate sobre a importância das práticas agrícolas alternativas, bem como da criação de canais de comercialização que rompam com a dominação do capital comercial e industrial sobre as pequenas produções. Desta forma, a autora afirma que “essa reivindicação nega as formas anteriores de subordinação da produção camponesa, solicitando a construção social de mercados, de novos espaços nos quais seja possível promover uma nova relação das famílias agricultoras com a sociedade através da venda direta das cestas agroflorestais para os consumidores finais” (IHA, 2018, p. 87)

Ademais, fugindo das análises sobre a atividade agrícola, Cardoso (2016) analisa as gravuras sobre a atividade pesqueira de autoria do pintor Percy Lau, publicadas na seção “Tipos e Aspectos do Brasil” da *Revista Brasileira de Geografia*. Em suas análises, o autor nos apresenta a relação entre o velho e novo, partindo da construção imagética da atividade pesqueira no Brasil. Essa relação é organizada a partir do avanço da pesca industrial e da aquicultura, as quais desestruturaram a prática pesqueira tradicional de base artesanal, familiar e extrativista. Desse conflito, a construção imagética presente nas gra-

vuras é utilizada pelo autor para fundamentar a sua argumentação e defesa dos modos de vida constituídos no entorno da pesca oceânica e continental de base tradicional. Nesse sentido, Cardoso (2016) afirma que a permanência da pequena produção pesqueira na contemporaneidade busca “[...] fugir da completa expropriação perante os mecanismos de produção e circulação da riqueza produzida na pesca, bem como buscando manejar os recursos pesqueiros de modo a garantir sua reprodução econômica e social (*Ibidem*, p. 46)”.

Ao exposto, todos os trabalhos destacados⁸ apresentam um fio condutor das análises, qual seja: as dinâmicas do rural subordinadas, porém resistentes aos processos inerentes ao avanço do capital sobre o campo. Essas relações de subordinação, geradoras de conflitos, apresentam um traço do rural brasileiro assentado na resistência da pequena produção frente aos agentes hegemônicos, geridos nas estruturas do agronegócio. Desse modo, terra, trabalho e capital gestam intrínsecas relações e se mantêm como tríade de salutar importância na compreensão das dinâmicas do rural, uma vez que as formas e estratégias de acumulação do capital contrastam com modos de vida não elegidos por tal racionalidade.

Destarte, o que está posto é a compreensão da relação entre espaço e acumulação, valendo-se do argumento de que o espaço geográfico participa do processo de reprodução da sociedade, justamente porque nele se encontram as condições de reprodução socioeconômica (MOREIRA, 2008). Por assim entender, o controle dos meios e modos de produção, os quais participam do processo de reprodução simples e/ou ampliada do capital, representam o próprio controle das formas de reprodução da sociedade. Nesse sentido, a formação na sociedade capitalista apresenta a luta pelo controle desses meios e modos de

⁸ Cumpre esclarecer que além dos trabalhos destacados, somam-se dois trabalhos que se ocuparam em discutir o planejamento ambiental em áreas rurais. Entretanto, nesses, a temática do planejamento assume maior importância, ficando o rural à margem da discussão – em função disso, não foram destacados nesta seção. Ainda, o trabalho de Fioravante (2018), ao indicar a análise das cidades do agronegócio como um negócio, o faz pela vertente dos estudos urbanos e não rurais – por assim ser, também não o destacamos nesta seção.

produção, decisivamente, pelo trabalho e pelo capital. Dessa forma, levando em consideração a unidade entre a base econômica (infraestrutura) e a totalidade social, Moreira (2008) assume a perspectiva de um modo espacial de produção que tem o espaço como elemento-chave para a reprodução do capital e da sociedade capitalista (assumindo o espaço com uma função produtiva e regulatória por meio das relações de produção).

Ao que nos parece, esta é propriamente a base do conflito do rural brasileiro captada no fragmento de estudos aqui considerado: a luta pela terra marcada pela resistência na forma de reivindicações pela “terra de trabalho e vida”, enquanto o capital hegemônico avança sobre o saber-fazer cotidiano e local, sequestrando e acumulando o principal meio de produção: a terra. Ainda, após a modernização e industrialização da agricultura, é preciso considerar e questionar as formas de dominação dessa atividade pelos capitais urbano-industriais no que se refere ao acesso às tecnologias de produção, questão que implica diretamente na viabilidade econômica contemporânea da pequena produção, tendo em vista a dificuldade desta em acessar estes recursos e, portanto, se reproduzir socioeconomicamente.

Considerações Finais

O rural retratado nos estudos levantados no *Boletim Paulista de Geografia* apresentou uma certa homogeneidade no tocante à abordagem teórico-metodológica assumida pelos autores, tal qual aquela de base histórico-materialista. Partindo dessa perspectiva, orientaram-se as análises com aporte da teoria social crítica de base marxista, ancorada nos ensinamentos do sociólogo José de Souza Martins. A influência da sociologia de corte marxista desse pensador aos geógrafos e geógrafas deu o tom crítico na maioria dos trabalhos aqui levantados e apresentados. Ademais, tal influência se constitui concentrada nos trabalhos elaborados a partir de uma vinculação institucional com a Universidade de São Paulo (USP), sobretudo por orientação dos geó-

grafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Anselmo Alfredo, bem como dos seus ex-orientandos à frente de pesquisas em outras instituições, como é o caso do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes e Antônio Thomaz Jr.

Desta forma, os estudos rurais – no que se convencionou a chamar de Geografia Agrária – nos fala de um rural como *lócus* de contradições e conflitos gestados pela ingerência do avanço do modo de produção capitalista sobre o campo brasileiro. Neste sentido, a complexidade das dinâmicas descritas no espaço rural na contemporaneidade advém de processos históricos de um passado agrário concentrador e excludente, o qual conforma e persiste no quadro fundiário brasileiro. Não obstante, a terra é o principal elemento em disputa pelo trabalho e pelos grandes capitais, esses cada vez mais fictícios na atualidade. Por excelência, os arranjos espaciais do rural não se fazem compreensíveis sem a avaliação dos arranjos econômico-sociais, como bem nos lembra Moreira (2008) discutindo os aspectos epistemológicos da Geografia.

Por conseguinte, os trabalhos mais recentes apresentaram maior diversidade de temáticas, caminhando pela via da abordagem ambiental, cuja centralidade se encontrava na discussão do planejamento e avaliação dos impactos ambientais, mas que se perdiam nesta abordagem, esquecendo-se do debate sobre o espaço rural, efetivamente. Este último assumiu a condição de palco para o desenvolvimento de atividades econômicas, as quais impactam o meio ambiente e, portanto, carecem de intervenções por meio do planejamento físico-territorial. Entretanto, é preciso mencionar que a base teórico-epistemológica geográfica de todos os trabalhos aqui analisados é facilmente transposta ora pelo peso das análises sociológicas, ora pelo forte economicismo, ora pelo ambientalismo naturalista. O limiar é demasiadamente tênue.

Contudo, se pudéssemos indicar um objeto de pesquisa adotado pelo maior número dos estudos aqui analisados, este seria a luta de classes desenvolvida no espaço rural. Ademais, a viabilidade contem-

porânea dos estudos rurais na Geografia, efetivamente, a pertinência do espaço rural como categoria geográfica em uma sociedade tida como urbano-industrial é reafirmada pela própria potência e contradição do agronegócio brasileiro.

Evidentemente, não podemos mais tratar de um rural idílico, *locus* por excelência de um modo de vida hermético, mas devemos assumir a sua existência situada (MASSEY, 2005), portanto relacional, a qual reafirma diferentes modos de vida em coexistência na totalidade do espaço geográfico – ainda que em constante negociação e disputa entre os sujeitos sociais. Nessa perspectiva, o espaço rural repõe a multiplicidade e a complexidade da própria sociedade capitalista, gerida sob os preceitos neoliberais na contemporaneidade e, como tal, reproduz as contradições e conflitos inerentes à própria dinâmica do capital. Destarte, nos parece que o desafio posto é a leitura efetivamente geográfica desses processos e dinâmicas sem se perder nas contribuições das demais áreas do conhecimento: uma agenda de pesquisas para futuros trabalhos.

Referências

ALVES, F. D. A; FERREIRA, E. R. História da Geografia Agrária Brasileira: Pierre Monbeig e Leo Waibel. **Mercator**, v. 10, n. 22. Fortaleza, 2011. p. 87-102

ALVES, F. D. **Trajatória teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira**: a produção em periódicos científicos de 1939-2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro, Rio Claro, 2010. 350p.

ANDRADE, M. C. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 25, n. 49-50. Rio Claro, 1995. p. 3-14

_____. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Campo-Território**, v. 5, n. 9. Uberlândia, 2010. p. 5-17

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. 278p.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo Rural e Geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 462p.

GALVÃO, M. do C. C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. **Campo-Território**, v. 2, n. 4. Uberlândia, 2007. p. 5-18

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1981

GRAZIANO DA SILVA, J; KAGEYAMA, A. A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 1-40

GUSMÃO, R. P. de. Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências. **Campo-Território**, v. 1, n. 2. Uberlândia, 2006. p. 3-11 (publicado originalmente em 1978)

KAGEYAMA, A. A. Modernização, produtividade e emprego na agricultura – uma análise regional. **Tese** (Doutorado em Economia) – IE/UNICAMP. Campinas, 1985. 468f.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 19-63

MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método. **Campo-Território**, v. 6, n. 11. Uberlândia, 2011. p. 6-20

MIGLIORINI, E. A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica. **Boletim Geográfico**, ano 8, n. 93. Rio de Janeiro, 1950 p. 1072-91

MOREIRA, R. Epistemologia. In:_____. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 59-130

_____. **Espaço, corpo do tempo: a construção geográfica da sociedade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 21-36; 183-222

OLIVEIRA, M. H. R. A pertinência contemporânea dos estudos rurais...

OLIVEIRA, A. U. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 25, n. 49-50. Rio Claro, 1995. p. 15-58

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2020.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. **Campo-Território**, v. 1, n. 1. Uberlândia, 2006. p. 1-16. (publicado originalmente em 1964)

CULTIVOS CITRÍCOLAS NO ASSENTAMENTO RURAL DO HORTO DE BUENO DE ANDRADA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Mirian Barbosa da Silva Rufino*

Maria Lucia Ribeiro**

Sandra Imaculada Maintinguer***

Introdução

A formação dos assentamentos rurais no Brasil ocorreu no início da década de 80 com a ocupação de terras improdutivas, privadas ou públicas por trabalhadores rurais desempregados que buscavam melhores condições de moradia e alimentação. SILVA (2007).

A citricultura nos assentamentos é encontrada com facilidade e de forma diversificada, com destaque para o cultivo do limão cravo devido à simplicidade do manejo e nenhum investimento.

A região de Araraquara se beneficia de condições climáticas favoráveis para o cultivo da citricultura nacional. Aliado a este importante fator, as maiores empresas dedicadas ao beneficiamento citrícola se encontram localizadas nesta região central do estado de São Paulo. Como consequência, os assentamentos rurais localizados nas

* UNIARA, hbp_mbs@hotmail.com;

** UNIARA, ml.ribeiro@unesp.br;

*** UNIARA, IPBEN UNESP, mainting2008@gmail.com.

proximidades de Araraquara, concentram um plantio considerável de frutas cítricas, incentivados pelas facilidades econômicas neste cultivo. De acordo com LUPA - Levantamento das Unidades Produtivas Agrícolas, no ano de 2008, os assentamentos da região de Araraquara contemplavam uma área agrícola total de 90 mil ha, com cultivos dominados para a exportação de seus produtos, principalmente a cana de açúcar com plantações em, aproximadamente, 49 mil ha, além de 6 mil ha ocupados com o cultivo da laranja. (FERRANTE et al., 2012).

Os resíduos da citricultura brasileira são gerados desde o seu cultivo até o processamento industrial. Além disso, causam um impacto ambiental muito preocupante, fazendo com que o aproveitamento seja imprescindível para minimizar os efeitos causados. (GERHARDT et al., 2012).

Pesquisas voltadas para a reutilização de resíduos agroindustriais da citricultura nacional devem ser desenvolvidas, uma vez que o país tem se destacado como um dos maiores produtores mundiais de cítricos. (SILVA et al., 2021)

Neste sentido o presente estudo investigou a citricultura no assentamento de Bueno de Andrada, região central do Estado de São Paulo, além de apontar uma alternativa sustentável para reaproveitamento dos seus resíduos deixados no campo.

Metodologia

A investigação da citricultura do Assentamento Rural do Horto de Bueno de Andrada – Araraquara - SP foi apoiada em pesquisa documental e exploratória, conforme descrito a seguir.

A pesquisa documental foi realizada a partir de revisão bibliográfica sobre Reforma Agrária no Brasil, a formação do assentamento Monte Alegre e do Assentamento do Horto de Bueno de Andrada – Araraquara - SP, em periódicos científicos constantes nas plataformas CAPES, Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo),

dentre outros documentos que abordem o tema.

A pesquisa exploratória foi realizada no Assentamento Rural do Horto de Bueno de Andrada, com base em observações visuais, registros fotográficos e visitas aos seus lotes, com a finalidade verificar o plantio e o desenvolvimento da citricultura, buscando desvendar a logística envolvida nas suas plantações, ciclo comercial, além da geração e destino dos resíduos orgânicos gerados em seus cultivos.

Revisão Bibliográfica

Reforma Agrária e Formação dos Assentamentos: Breve Histórico

Os assentamentos rurais se formaram no Brasil em função das lutas pela reforma agrária que se intensificou no início da década de 80. O assentamento rural é definido como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma destas unidades são chamadas de parcelas, lotes ou glebas e entregues a uma família sem condições econômicas, para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. (INCRA, 2020).

Em termos legais, foi a Constituição Federal de 1988 que introduziu o conceito da função social da propriedade tornando-se possível a desapropriação, com fins de reforma agrária, favorecendo o surgimento dos assentamentos (unidades produtivas de Reforma Agrária). (LOPES et al., 2015). Entretanto, houve algumas situações de conflito social nas ações agrárias governamentais sendo que, a formação em poucos assentamentos não esteve associada a uma situação de conflito, transcorrida pela organização política dos trabalhadores interessados no acesso a terra, por meio da reforma agrária (SOUZA et al, 2008). Ocupações passaram a ser freqüentes em vários pontos do Estado de São Paulo e do País. No plano institucional, o Estado

Brasileiro sob pressão dos movimentos sociais do campo instituiu o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, alvo de críticas e de elogios. (FERRANTE et al., 2012).

Entretanto no Estado de São Paulo a integração de trabalhadores rurais na briga pela terra e as ocupações em áreas pertencentes ao governo obrigava o mesmo a conceder algumas áreas mantidas com plantações de eucaliptos. Souza et al (2008) verificou que estas áreas eram dominadas por empresas estatais como a Ferrovias Paulista S.A. (Fepasa), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo (Codasp), a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e a Petrobrás. Outras empresas pertenciam ao governo do Estado de São Paulo. Além disso, outro grupo originou áreas de aquisição de propriedades do Governo, que eram ocupadas há décadas por agropecuaristas, que transformaram estas áreas em grandes fazendas particulares; a maior parte delas improdutiva. Como consequência, foi se constituindo os assentamentos estaduais sob a supervisão da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), criada em 1991, que assumiu atribuições do Departamento de Assentamento e de Regularização Fundiária (DAF), mantendo assim as atividades de assentamento e regularização fundiária num mesmo órgão.

A partir de 1999 a Lei 10.207, de 8 de janeiro, foi criada a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, regulamentada pelo Decreto 44.294, de 4 de outubro. A criação da Fundação ITESP consolidava a experiência institucional paulista na reforma agrária, sendo sucessora natural e legal de toda uma seqüência de órgãos estaduais ligados às questões agrárias e fundiárias (ITESP, 2007).

Para Ferrante, Barone e Durval (2012) a característica de luta pela Reforma Agrária nesta região se estabeleceu a partir do contraponto do agronegócio com a possibilidade dos assentamentos, protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vinculavam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), ora se li-

gavam aos movimentos sociais (em especial o MST - Movimento Sem Terra). Foi possível identificar, territorialmente, a disputa por estas instituições pelo maior rebanho nos assentamentos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara teve o maior arrebando entre os assentamentos da cidade vinculando-se as ocupações de terras da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo (CODASP) e do Horto de Bueno de Andrada. Neste contexto surgiram os assentamentos na cidade de Araraquara entre eles Monte Alegre e o Horto de Bueno de Andrada.

Formação do Assentamento Monte Alegre em Araraquara

De acordo com Sotratti, Gallo e Sossae (2015) a Fazenda Monte Alegre foi comprada pelo Governo do Estado de São Paulo nos anos 40 para a produção de madeira para a Estrada de Ferro Araraquarense, Entretanto, na década 70, com a criação da FEPASA (Ferrovia Paulista S/A) a fazenda ficou ociosa, levando algumas empresas, financiadas pelo Governo Federal explorarem a madeira do local. Com o abandono das empresas em 1984 e a ocupação por trabalhadores rurais em 1985, advindos de várias cidades do Brasil, estas terras foram reedificadas para a Reforma Agrária.

Segundo Ferrante et al. (2012) as instalações do assentamento Monte Alegre iniciaram entre a primeira e segunda metade da década de 80 na gestão do governador Franco Montoro, porém, a sua instalação completa só ocorreu dez anos mais tarde, na gestão do governador Mario Covas, com a formação do assentamento Horto de Bueno de Andrada e Horto de Sylvania.

Atualmente o assentamento Monte Alegre é formado por 6 núcleos e dois Hortos (Horto de Sylvania e o Horto de Bueno de Andrada). Primeiro foram instalados os assentamentos Monte Alegre I, II, III e IV, entre os anos de 1985 e 1986. Em seguida foram criados, em 1991, o assentamento V e, seis anos mais tarde, em 1997, os assentamentos Monte Alegre VI e o Horto de Bueno de Andrada. Finalizando, no ano

1998, o assentamento Horto de Sylvania, localizado entre as cidades de Araraquara, Matão e Motuca continua 416 lotes distribuídos em 5.978,12ha (Tabela 1). (IPESP, 2020).

Tabela 1 - Assentamentos rurais do Monte Alegre

Município	Assentamento	Data de Criação	Nº de Lotes	Área Total (ha)
Araraquara	Bueno de Andrada	mai/97	31	472,41
Motuca	Monte Alegre I	mai/85	49	726,00
Motuca	Monte Alegre II	out/85	62	857,70
Araraquara	Monte Alegre III	ago/86	76	1.099,56
Motuca	Monte Alegre IV	ago/86	49	679,35
Motuca	Monte Alegre V	out/91	34	483,76
Araraquara	Monte Alegre VI	mai/97	96	1.253,94
Matão	Silvânia	set/98	19	405,40
Total			416	5.978,12

Fonte: ITESP (2020)

Assentamento do Horto de Bueno de Andrada

Bueno de Andrada é um Distrito onde grande parte dos moradores é assalariada rural, trabalham em fazendas e sítios da redondeza. Além disso, possui uma escola do campo, que atende aproximadamente 80% de alunos da área rural, uma estação ferroviária, uma igreja, uma praça, um posto policial, uma subprefeitura e, um pequeno fluxo comercial. O principal comércio é o “Bar e Merceria Freitas”, existente desde o final da década de 1960 e, atualmente, conhecido por produzir as famosas “coxinhas douradas”, além de outros pequenos comerciantes (alguns assentados e moradores do distrito

que vendem seus produtos) e algumas dezenas de casas.

Borelli Filho e Souza (2013) inferiram que o Horto Bueno de Andrada pode ser considerado como um projeto de assentamento rural periurbano por se localizar entre o espaço rural e o urbano, estar próximo ao distrito de Bueno de Andrada, localizado entre as cidades de Araraquara e Matão – SP.

Ferrante et al. (2012) consideraram o Assentamento do Horto de Bueno de Andrada como um apêndice do grande projeto de Assentamento Monte Alegre, que foi fundado em maio de 1997, com 472,41ha, composto de 31 lotes. Neste local havia uma casa sede, com rede elétrica, que era utilizada pelos assentados para reuniões, lazer e cultura.

No primeiro ano da fundação do Assentamento, em 1998, foi realizada a festa do milho pela comunidade, sessão de cinema (pois nos lotes não havia eletricidade) e ministrados cursos por profissionais de artesanato, tricô e aulas de ensino fundamental para adultos. Atualmente, a casa sede está abandonada, deteriorada e sem eletricidade, devido à falta de investimento pelo poder público e interesse dos próprios assentados.

De acordo com Barbosa et al. (2010), no início deste projeto de assentamento havia uma grande plantação de eucaliptos, porém a necessidade de utilização do solo pelos assentados promoveu um derrubamento de madeira no local. Entretanto, a extração e o destocamento (retirada das raízes eucaliptos por máquinas) aconteceram de forma desenfreada e sem planejamento pelos assentados, por falta de orientação e conhecimento. Deste modo, com a expansão das áreas destocadas, as famílias foram diversificando as culturas plantadas. Apesar das dificuldades de cada um dos assentados, principalmente pela falta de eletricidade no primeiro ano de plantio, a colheita foi bem generosa neste assentamento. Tais fatos como o destocamento e limpeza de uma parte dos lotes (aproximadamente 1 ha) anteriormente à entrega dos mesmos aos acampados, que construíram casas ou barracos, existência do poço para a retirada de água com sarilho e criação

de animais, alguns assentados já possuíam em outras propriedades (caseiros em sítios ou fazendas ou arrendatários), contribuíram para o sucesso na colheita.

Nesta época, os assentados preparavam a terra com calcário cedido pelo governodo Estado de São Paulo e as culturas eram bem diversificadas entre arroz, feijão, milho, e hortaliças etc. Entretanto, nos anos seguintes, as colheitas não foram bem sucedidas devido à falta de tratamento adequado do solo, empobrecido pela monocultura dos eucaliptos, após o destocamento total dos lotes, obrigando alguns integrantes das famílias assentadas a buscarem novas fontes de renda. Como conseqüência da saída da mão de obra efetiva para as cidades, os responsáveis pelos lotes, em idade avançada para o trabalho pesado, buscaram novos recursos de produção, iniciando, desta forma, as parcerias com as agroindústrias da região.

Barbosa et al. (2010) constatou que, no assentamento de Bueno de Andrada, as parcerias e o arrendamento com as agroindústrias foram realizadas no plantio de cana-de-açúcar, milho e mandioca brava (para produção de farinha e polvilho), na criação de frango de corte e gado leiteiro. As parcerias com as agroindústrias duraram 5 anos, durante o período de 2007 à 2012.

Segundo Borelli Filho e Souza (2013), as parcerias entre as agroindústrias e os assentados foram juridicamente fundamentadas pela Portaria ITESP nº 77/2004, que estabeleceu como obrigações dos arrendatários/fornecedores assentados a destinação de metade do lote familiar, equivalente a 6,4 hectares ao plantio de cana-de-açúcar por 18 meses. Além disso, os assentados comprometeram-se ainda a entregarem toda a produção advinda desta área de plantio da cana-de-açúcar (moagem ou mudas) para a unidade industrial, sob pena de responderem judicialmente por perdas, danos e multas. Ademais, incluía-se ainda sob sua responsabilidade o dever de planejar, efetuando todos os serviços, desde o preparo do solo até a colheita e transporte da cana-de-açúcar. O término dos contratos de arrendamento entre a agroindústria canavieira e as famílias assentadas ocor-

reu devido: contratos desiguais, perda de rentabilidade das famílias arrendatárias/fornecedoras, prejuízos à segurança alimentar e os índices reduzidos de produtividade dos assentados, estabelecidos hipoteticamente pela agroindústria.

Desta forma, a renda destas famílias diminuiu drasticamente. Algumas delas ainda contavam com trabalhos informais, benefícios do INSS e se dedicaram à criação de animais. Tais fatos, somado à perda da mão de obra familiar e/ou falecimento do titular, alguns assentados venderam o direito de uso da terra e se mudaram para a cidade.

Atualmente o assentamento do Horto de Bueno de Andrada é constituído de 31 lotes, de aproximadamente 12,9 ha cada, onde residem 72 famílias e já foram vendidas 14 benfeitorias. Tal fração corresponde a 45% do total dos lotes habitado por famílias.

A principal renda das famílias assentadas é variada entre a criação de animais, produção de hortaliças e alguns legumes, benefícios do INSS e, ainda, pequenas parcerias com a agroindústria. Porém, foi verificado o predomínio no cultivo de hortaliças, em cerca de 48% dos lotes. Além disso, muitos assentados se dedicam também ao cultivo cítrico, principalmente na obtenção de laranjas e limões. Tais produções têm sido comercializadas em feiras-livres e no comércio da região, além da participação na Agricultura Familiar (Programa de Alimentos).

A Citricultura no Assentamento Frutas cítricas

As frutas cítricas, compreendidas principalmente por laranjas, tangerinas, limões, limas e pomelos, desempenham um papel importante na alimentação humana, principalmente sob a forma de fruta fresca e suco (REBEQUI et al., 2009).

A grande maioria das plantas cítricas, como os limões, limas e laranjas provêm da Ásia. O limoeiro era um simples arbusto que se espalhava espontaneamente nos campos compreendidos entre a

Índia e o sudeste do Himalaia e foi levado, pelos árabes, da Pérsia para a Europa, havendo registros que datam sua presença ali já no século 15. No Brasil, a árvore chegou apenas na segunda década do século 20, quando por aqui ocorria a epidemia de gripe espanhola. Muito procurado por abrandar os efeitos da doença, nesta época o limão era vendido a “peso de ouro”. Hoje, é comum encontrar a fruta em feiras, mercearias e supermercados durante o ano todo. (ITACITRUS, 2010)

O Brasil se destaca no cultivo mundial de cítricos. O Estado de São Paulo é o mais representativo, com 12,3 milhões de toneladas (73 % da produção nacional) (PACHIEGA et al., 2019).

O processamento de cítricos é baseado principalmente na extração de suco, deixando como resíduos cascas (60-75 %), membranas segmentadas (30-35 %) e sementes (10 %) que são principalmente compostas por carboidratos altamente fermentáveis, correspondendo a milhões de toneladas geradas anualmente na produção do suco desta fruta. Assim, a disposição destes resíduos em aterros, além de ser dispendiosa, pode aumentar a geração de gás metano, causando graves impactos ambientais (TORQUATO et al., 2017).

A laranja (*Citrus aurantium*) é um fruto híbrido, da família Rutaceae, após o processamento para produção do suco, cerca de 40 a 60% de sua massa laranja é considerado resíduo. Morfologicamente, as laranjas são compostas por semente, gomo, endocarpo, flavedo e mesocarpo (albedo). No flavedo estão localizadas as células que contêm os carotenoides, responsáveis pela cor característica dos frutos cítricos, e as glândulas ricas em óleos essenciais que dão o odor da fruta. A camada branca formada pelo albedo é composta, majoritariamente, por pectina e hemicelulose. O bagaço da laranja é, majoritariamente, constituído de pectina, celulose e hemicelulose. (LICANDRO; ODIO, 2002)

A lima ácida, Tahiti (*Citrus latifolia* „Tanaka“), é popularmente conhecida no Brasil como limão tahiti. É uma fruta de polpa espessa e firme, envolta por uma casca composta de duas frações distintas: o “flavedo” ou epicarpo e o “albedo” ou mesocarpo, facilmente separáveis

da polpa – fração comestível do fruto (CRUZ, 2016; BRITO et al,2017) (Figura 1).

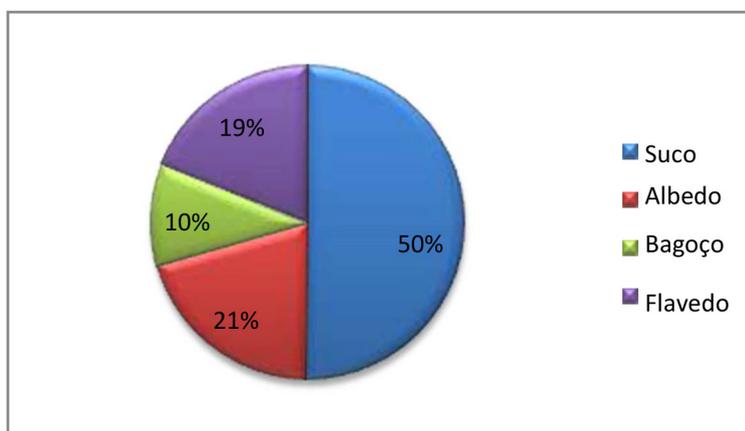
Figura 1 – Morfologia de frutas cítricas: (a) Laranja e; (b) Limão



Fonte: Adaptado de Cruz (2016) e Mendonça (2006)

De acordo com Brito et al, (2013) a avaliação físico-química e mineral da polpa e dos resíduos albedo, que tem uma grande parcela na constituição do limão, é uma alternativa considerável para agregar valor e reduzir os riscos ambientais dos descartes dos rejeitos (Figura 2).

Figura 2 - Composição do limão



Fonte: Adaptado de Mendonça et al (2006)

O limão cravo é uma fruta de fácil manejo, produtividade perene e baixas perspectivas em relação às outras frutas. Além disso, o limão

cravo é uma das frutas mais plantadas nos assentamentos. Entretanto, as culturas de limão cravo apresentam dificuldades para ser inserido no mercado consumidor, devido à sua qualidade não atender aos padrões exigidos para a sua comercialização. A qualidade do produto é de fundamental importância na comercialização, pois influencia diretamente os preços. Alguns aspectos como coloração da casca, tamanho do fruto, quantidade de suco, maturação e ausência de defeitos causados por pragas ou doenças, são imprescindíveis para qualquer tipo de negociação. Com isto se perde muito do fruto no pé. Além disso, os resíduos orgânicos gerados como bagaço, casca, sementes e a própria fruta acabam não sendo devidamente reutilizados, para benefícios agrícolas e nem de forma lucrativa. (JUNQUEIRA, 2013).

Nos assentamentos existem plantios variados de cítricos, com destaque para os limões e laranjas, principalmente na região central do Estado de São Paulo, onde as condições climáticas são favoráveis, além das principais empresas de produção de sucocítricos estarem aí localizadas geograficamente.

Entretanto, a região de Araraquara já foi uma grande produtora cítrica. Porém, devido às pragas, doenças e pomares envelhecidos no final da primeira década dos anos 2000, a cultura perdeu o espaço para a produção de cana de açúcar. Tal fato ocorreu principalmente na região do assentamento Monte Alegre e do Horto de Bueno de Andrada, apesar da localização de importantes agroindústrias no setor de produção de suco de laranja, conforme descrito anteriormente.

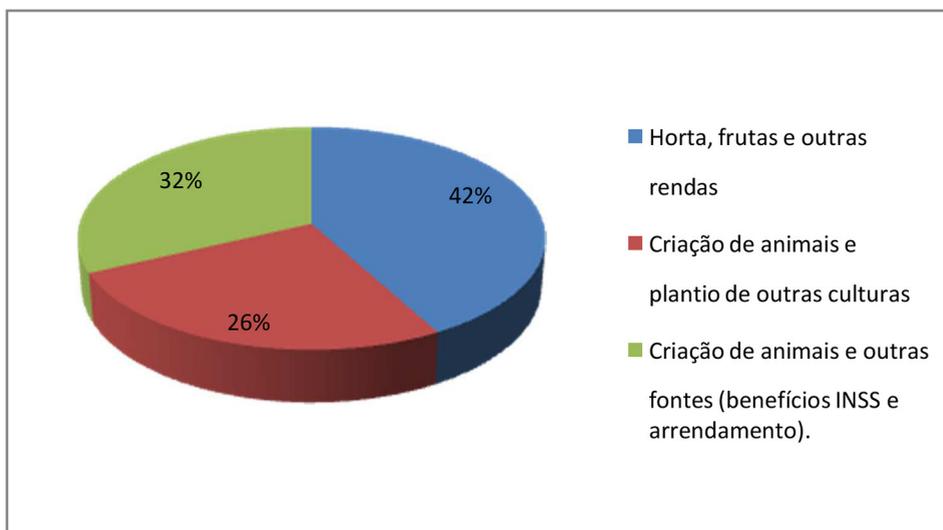
Resultados e Discussão

Da totalidade dos 31 lotes que compõem o assentamento do Horto de Bueno de Andrada, apenas oito lotes não fizeram parte da descrição da presente pesquisa. Desta forma, nos 23 lotes do assentamento, foi verificada diversidade de culturas agrícolas, que geram renda às suas famílias, além da criação de animais, benefícios do INSS,

dentre outros.

Na maioria dos lotes (43% do total) foi observado o cultivo de hortaliças, frutas, além de outras fontes de renda com trabalhos informais. Parte significativa dos lotes (32%) têm se dedicado à criação de animais (gado, aves e suínos) e em arrendamento realizado para a agroindústria. Ou seja, foi evidenciado o cultivo de cítricos na maioria dos lotes do assentamento (Figura 3).

Figura 3: Renda das famílias do assentamento Horto Bueno de Andrada



Fonte: Própria autora (2021)

De acordo com MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - a Agricultura Familiar foi formada por pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, silvicultores, aqüiculturas, extrativistas e pescadores além de povos e comunidades tradicionais que se destacaram pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, feijão, cana de açúcar, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças. Tais ações foram apoiadas pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que determinou as normas para formulação da Política Nacional da Agricul-

tura Familiar e os critérios para identificação deste público. De acordo com tal legislação, foi considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que praticava atividades no meio rural, possuía área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (MAPA, 2019).

Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho, moradia e com a produção de subsistência destinada ao mercado. Mesmo assim, algumas culturas enfrentam dificuldades para entrar no mercado consumidor devido à concorrência com os grandes mercados, além da intervenção de intermediários. A mesma dificuldade na comercialização foi verificada em estudo realizado por Almeida (2017) com a fruticultura no assentamento Monte Alegre, para os principais cultivos comerciais de abacaxis, mangas e limões nos lotes. Tal fato foi decorrente por não haver escoamento na produção, além das frutas serem comercializadas *in natura*, sem classificação e principalmente pela entrega aos intermediários a preços injustos.

As quantidades e a variação de citros no assentamento do Horto de Bueno de Andrada são relevantes e diversas, com destaque para o plantio de poncã, lima da pérsia, limão tahiti e limão cravo. Entretanto, a produção citrícola do assentamento é comercializada nos mercados, em feiras-livres e para as indústrias de sucos. Contudo, dificuldades foram observadas na inserção desta produção no mercado consumidor, devido à baixa qualidade da fruta, principalmente o limão cravo.

Nos 23 lotes visitados foram encontrados 330 pés de citros, variando entre limãotahiti, limão cravo, laranja e outros (poncã e mexeriquinha) que estavam distribuídos em 330 pés de cítricos sendo: 162 limõesTahiti, 107 limões cravo, 21 laranjas, 2 limões galego e 38 outros (Figura 4).

Figura 4 – Citricultura no Assentamento Bueno de Andrada em cultivos de: (a) poncã; (b) lima da pérsia; (c) limão tahiti e; (d) limão cravo.



(a)



(b)



(c)



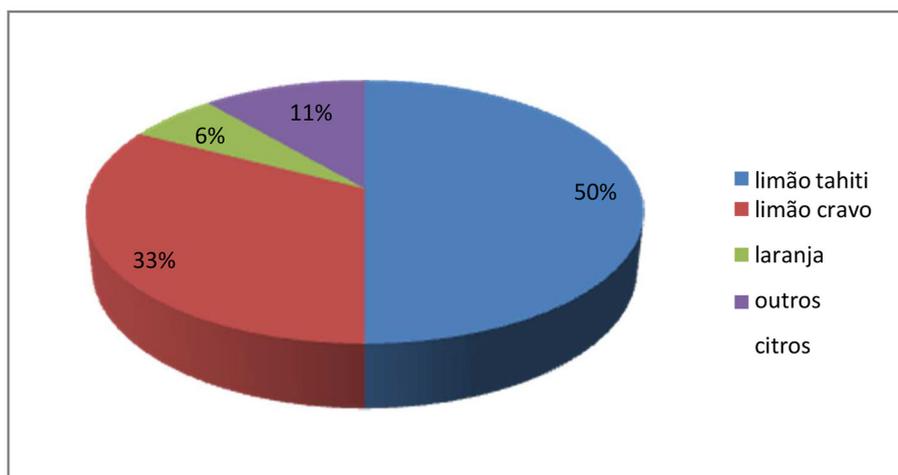
(d)

Fonte: Própria autora 2021

Foi verificado que a comercialização é muito reduzida para o limão cravo. Nos 22 lotes investigados para tal cultivo, apenas seis eram comercializados em feiras-livres e 16 produziam para consumo próprio. Semelhantemente foi observado com o limão tahiti, nos cultivos em 15 lotes. Foi verificado em 11 lotes o cultivo dos demais cítricos (poncã, lima da pérsia etc.), entretanto, a sua comercialização era praticada em apenas 3 lotes. No entanto, com relação ao cultivo de laranjas em 9 lotes pesquisados, sua totalidade era destinada para o consumo dos assentados.

Foi observada ainda a elevada quantidade de pés de limão tahiti plantados, porém em um número pequeno de lotes; com o seu cultivo concentrado em apenas 2 lotes. Tal fração totalizou 105 dos 162 pés de limão tahiti plantados, elevando desta forma, as porcentagens de produção citrícola no assentamento. Tal fato pode ser decorrente deste cultivo ser comercializado na agroindústria local (Figura 5).

Figura 5 – Distribuição do cultivo de citros no assentamento Horto de Bueno de Andrada



Fonte: Própria Autora 2021.

Os resíduos gerados no cultivo de cítricos do assentamento são folhas, frutos maduros e apodrecidos que caem no solo, frutos secos em sua maioria, que permanecem no campo até sua desintegração natural.

Nos 23 lotes foi observado que, apenas 4 lotes reutilizam os resíduos do limão; mais especificamente, os frutos que caem do pé e permanecem no campo. Além disso, foi observado que, em apenas um lote era reutilizado os resíduos orgânicos gerados da feira-livre. Tais cítricos eram comercializados e posteriormente destinados para compostagem e fertilização do solo, aplicados diretamente em canteiros de hortaliças ou nos próprios cultivos (no solo, próximo aos pés de

cítricos). Desta forma, na maior partedo assentamento, mais especificamente em 17 dos 23 lotes investigados, os resíduos orgânicos gerados são descartados sem critério ou permanecem no campo. (Figura 6)

Figura 6: Resíduos da citricultura no assentamento Horto de Bueno de Andrada deixados noscultivos: (a) limão cravo e; (b) limão cravo e folhas



(a)

(b)

Fonte: Própria autora 2021

Alexandrino et al. (2007) destacou que apesar dos resíduos cítricos serem destinados para a ração animal, muitas dificuldades foram apontadas principalmente em função dos elevados teores de umidade, restringindo desta forma o seu transporte, armazenamento e demais aplicações.

Para Gerhardt et al. (2012), tanto no cultivo quanto no processamento de cítricos podem ser gerados grandes volumes de resíduos. O aproveitamento de resíduos agroindustriais é vital para que seja minimizado seu impacto ambiental. Por isso, é fundamental que sejam exploradas alternativas para sua utilização.

Pereira et al. (2018) realizou um estudo sobre o reaproveitamento dos resíduos cítricos e verificou que na agroindústria de sucos cítricos, durante o seu processamento, na remoção do suco, praticamente 50% do fruto é considerado subproduto, principalmente

devido à sua importância na composição das cascas e bagaços que contém compostos bioativos como os fenólicos e os flavonoides.

Além disso, pesquisas na geração de biocombustíveis como hidrogênio, etanol e metano, a partir de resíduos da citricultura nacional, também tem sido desenvolvidas, por processos biológicos em biorreatores, conforme descrito a seguir.

Torquato et al. (2017) testou a aplicação de água residuária do processamento industrial citrícola e a vinhaça citrícola que gerada durante a produção do Etanol 2G na geração de hidrogênio, em reatores anaeróbios em batelada. Seus resultados foram promissores nas gerações deste biocombustível.

Silva et al. (2021) avaliou a digestão anaeróbia de água residuária citrícola, visando à produção biológica de hidrogênio a partir de três inóculos: (1) *Clostridium acetobutylicum* ATCC 824, (2) *Clostridium beijerinckii* ATCC 10132 e (3) consórcio anaeróbio obtido da água residuária citrícola. No experimento realizado, em reatores anaeróbios em batelada alimentados com glicose e água residuária citrícola, separadamente, foram obtidas elevadas gerações dos biocombustíveis hidrogênio e etanol, além dos elevados consumos do resíduo citrícola.

Rodrigues et al. (2021) codigou glicerol bruto proveniente da produção do biodiesel e vinhaça citrícola advinda da geração do etanol 2G do processamento de cítricos, em reatores anaeróbios em batelada, em dois estágios seqüenciais e obteve elevados consumos de ambos resíduos orgânicos, com conseqüente gerações dos biocombustíveis Hidrogênio e Metano.

Uma proposta sustentável para reaproveitamento dos resíduos de citrícolas dos assentamentos seria testar o seu poder de adsorção, uma vez que pesquisas com resíduos da citricultura das agroindústrias apontam para este caminho, por exemplo, no tratamento de efluentes de água, de corantes têxteis e na produção do etanol 2G.

Rezzadori et al. (2012) afirmou que a utilização dos resíduos citrícolas na extração da pectina e produção de ração animal, fertilizantes, além de óleos essenciais como o limoneno pode ser mais uma

estratégia para a sua gestão ecologicamente correta.

Outra proposta na aplicação dos resíduos citrícolas seria testar a purificação do glicerol bruto (principal resíduo gerado na produção do biodiesel) por filtração a vácuo e filtração por coluna, empregando tais resíduos, principalmente cascas, bagaço e sementes, como material adsorvente, sem utilização de pré-tratamentos químicos (adição de soluções ácidas ou básicas).

Desta forma, muitos são os caminhos para a utilização dos resíduos orgânicos gerados na citricultura nacional, de forma sustentável, ambientalmente correta, agregando valor econômico e social, evitando dessa forma o seu crescente depósito nos campos de seu cultivo.

Considerações Finais

É notável a evolução em todos os assentamentos do Monte Alegre onde os barracos de lona foram substituídos por casas de alvenaria e a plantação de eucalipto pela multicultura e estradas. Ao longo do tempo foram criadas as associações e cooperativas, com a participação ativa dos assentados, principalmente pelas mulheres que, em grande maioria, apoderaram as responsabilidades de suas famílias. Contudo ainda existem situações de vulnerabilidades.

Transformações também ocorreram, ao longo do tempo, no assentamento do Horto de Bueno de Andrada. Porém, foi observada a inexistência do trabalho coletivo, na sua diversidade de cultivos. Outra mudança visível foi o aumento do número de famílias residentes. A sua fundação contava com 31 famílias e, atualmente totalizam 72, decorrente da venda das benfeitorias realizadas pelos assentamentos de origem.

Os assentamentos têm um grande potencial para o cultivo e a comercialização de cítricos. Na maioria dos lotes do assentamento Monte Alegre foi verificada a citricultura. Todavia, é importante sa-

liantar, principalmente, com relação ao cultivo do limão cravo, a sua vulnerabilidade a doenças e pragas diversas, que inviabilizam a sua comercialização. Pesquisas em melhorias e apoio aos agricultores assentados envolvidos nestes cultivos serão necessários.

Os resíduos orgânicos gerados na citricultura do assentamento Monte Alegre ainda permanecem no campo, sem reaproveitamento e nem destino adequados. Uma possibilidade no seu gerenciamento ambiental poderia ser implementada, como a sua adição na ração animal e/ou como fertilizante nos próprios cultivos citrícolas.

O desenvolvimento de pesquisas no gerenciamento e na gestão dos resíduos da citricultura nacional tem sido documentado em diversas áreas do saber. Entretanto, futuras aplicações dos resíduos sólidos orgânicos da citricultura nacional, em virtude da elevada quantidade gerada, principalmente cascas, sementes e bagaços, por apresentarem baixo custo e grande disponibilidade potencial, necessitam ser realizadas. Tais ações seriam outras formas adicionais de emprego e renda nos cultivos citrícolas de assentamentos rurais.

Referências

ALEXANDRINO, Ana Maria. et al **Aproveitamento do resíduo de laranja para a produção de enzimas lignocelulolíticas por *Pleurotus ostreatus* (Jack: Fr)**. Ciênc.Tecnol. Aliment. Campinas, 27(2): 364-368 abr.-jun. 2007 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-20612007000200026>.

ALMEIDA, P.F.L. **Produção de frutas em assentamentos rurais na região de Araraquara, São Paulo**. Revista. Brasileira de Agroecologia, v.2, n.2, 2007.

BARBOSA, R, FERRANTE, B. S.L V, DUVAL, C. H. **Entre A Parceria e Diversificação Agrícola: A Reconstrução dos Assentados Sobre o Seu Viver**. RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, n. 13, 2010. Disponível em <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/74?articlesBySameAuthorPage=2>. Acesso em 24 maio 2021.

BORELLI FILHO, D, SOUZA, J. GILBERTO DE. **Assentamento Horto Bueno de Andrada: Subordinação da Terra Ao Capital Agroindustrial e Contradições com o Modo de Vida Camponês.** RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, v.16, n.1, 2013. Disponível em <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/137>. Acesso em 24. maio 2021.

BRITO, D. K., SANTOS FILHO, I. J., OLIVEIRA, L. H. B. DE., ARAÚJO, G. B. DE., PAIXÃO NETO E. DA., LIMA, C. S. F. **Estudo experimental do limão Tahiti (*Citrus latifolia* Tanaka): composição físico-química e de minerais da polpa in natura e do resíduo albedo.** Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, v.1, n.37, p. 64- 2017. Disponível em <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1298>. Acesso em 24 maio 2021.

CRUZ, R.S.W. **Remoção de Íons de Bário em meio Aquoso Utilizando Casca de Laranja Como Adsorvente.** Dissertação de Mestrado em Engenharia de Processos - Universidade Tiradentes, UNT, Aracaju, SE 2016, disponível em: <https://mestrados.unit.br/wpcontent/uploads/sites/4/2017/02/REMO%C3%87%C3%83O-DE-%C3%8DONS-DE-B%C3%81RIO-EM-MEIO-AQUOSO-UTILIZANDO-CASCA-DE-LARANJA-COMO-ADSORVENTE.pdf>, acesso em: 08. jun. 2020

FERRANTE, B. S.L V, BARONE, A. L, DUVAL, C. H, GOMES, S. P. T, AMARAL, T. DANIEL DO, GÊMERO, G.C, FLORES, F. A, SILVA, S, ALY JUNIOR, O. **Um Retrato das Regiões da Pesquisa.** RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, v.15, n.1, 2012. Disponível em <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/108> . Acesso em 24 maio 2021.

FERRANTE, B. S.L V, BARONE, A. L, DUVAL, C. H. **O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo.** REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

GERHARDT, C, WIEST M. J, GIROLOMETTO, G, SILVA, A. M, WESCHENFELDER, S. **Aproveitamento da casca de citros na perspectiva de alimentos: prospecção da atividade antibacteriana.** Braz. J. Food Technol., IV SSA, maio 2012, p. 11-17. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-67232012005000033>. Acesso em 25 abr.2021.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Assentamentos, 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html>, Acesso em 22.mai.2021.

ITACITRUS. **A origem do limão tahiti**. 2010. Disponível em: <http://itacitrus.com/international/pt/Tahiti.aspx>. Acesso em: 19 out. 2020.

ITESP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. **Histórico**. 2007. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/historico.aspx>. Acesso em 25 Abr. 2021.

JUQUEIRA, P. L. **Efeito de fertilizante, fungicida e indutor de resistência na produtividade, taxa de vingamento de flores, incidência e severidade de gomose e características físicas de frutos de limeira ácida ‘tahiti’**, 2013, f, 135. Tese de Doutorado em Agronomia, Universidade de Brasília. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13860>. Acesso em 19 out.2020.

LICANDRO, G.; ODIO, C. E. Citrus by-products. In: DUGO, Giovanni e DI GIACOMO, Angelo. (Ed.). **Citrus: The genus Citrus**. London: Taylor & Francis, 2002. cap. 11.

LOPES, M.M, SILVA, C.R.M. A, TEIXEIRA, D, RIBEIRO, L.M. Dilemas da Dimensão Ambiental nos Assentamentos Rurais: Percepção e Práticas Ambientais. **Revista brasileira de educação ambiental**, São Paulo, V 10, No 2: 301-317, 2015.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Agricultura Familiar**. 2020, Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em 24. mai. 2021.

MENDONÇA, V. L. L. M, CONCEIÇÃO, Alzira da, PIEDADE, J, CARVALHO, D.V. de, THEODORO, A. C. V. **Caracterização da composição química e do rendimento dos resíduos industriais do limão Tahiti (Citrus latifolia Tanaka)**. Ciênc. Tecnol. Aliment. vol.26 n.4 Campinas 2006. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20612006000400025. Acesso em 19 out. 2020.

PACHIEGA, R. et al **Hydrogen bioproduction with anaerobic bacteria consortium from brewery wastewater**. International

Journal of Hydrogen Energy, v. 44, p. 155– 163, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/179679>>. Acesso em 21 jun. 2021.

PEREIRA, P. H. M.; MARQUARDT, L.; CORBELLINI, V. A.; BACCAR, N. M.; ROHLFES, A. L. B.2. **Resíduos citrícolas: uma breve revisão.**

Revista Jovens Pesquisadores, v. 8, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2018. ISSN 2237 048X, DOI10.17058/rjp.v8i2.12589.

REBEQUI, M. A, CAVALCANTE, F.L, NUNES, C. J, DINIZ, A. A, BREHM, S. A. M, CAVALCANTE, B.Z.M. Produção de mudas de limão cravo em substrato combiofertilizante bovino irrigado com águas salinas. Revista de Ciências Agrárias, Lisboa, v. 32, p. 219-228, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/loja/Downloads/15740-Texto%20do%20manuscrito-51553-1-10-20181125%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/loja/Downloads/15740-Texto%20do%20manuscrito-51553-1-10-20181125%20(1).pdf) . Acessado em 21 Jun. 2021.

REZZADORI, K., BENEDETTI, S., AMANTE, E. R., **Proposals for the residues recovery:** Orange waste as raw material for new products. Food and Bioproducts Processing 90, p. 606–614, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S096030851200051X> . Acesso em 21 jun. 2021.

RODRIGUES, CAROLINE VARELLA; ADAMES, LUAN VIEIRA; MARQUES, RODRIGO FERNANDO COSTA; JACOBUS, ANA PAULA; PIRES, LORENA OLIVEIRA; MAINTINGUER, SANDRA IMACULADA . **Biossistemas integrados na codigestão do glicerol bruto em resíduos agroindustriais para a geração de H₂ eCH₄.** Materia-Rio de Janeiro, v. 26, p. 60-74, 2021.

SILVA, DAIANA CAMILA DA ; ADAMES, LUAN VIEIRA ; PIRES, LORENA OLIVEIRA ; MARQUES, RODRIGO FERNANDO COSTA ; ADORNO, MARIA ANGELA TALLARICO ;MAINTINGUER, SANDRA IMACULADA . **Aplicação de resíduo da agroindústria citrícola para a produção de hidrogênio utilizando culturas puras e mistas.** Materia-Rio de Janeiro, v. 26, p. 32-51, 2021.

SILVA, D G DANIELA DA. **Assentamentos rurais e mudanças na dinâmica sócio espacial local: o caso do município de Tamarana-PR.** 160p. Dissertação Mestrado do Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, PR, 2007 Disponível em: <http://bdt.d.ibict>.

RUFINO, M. B. S.; RIBEIRO, M. L.; MAINTINGUER, S. I. Cultivos citrícolas...

br/vufind/Record/UEL_4486dc9212e64ab3a551d1477f65f54e.
Acessado em 24 maio 2021.

SOTRATTI, A. M, GALLO, Z, SOSSAE, C. F. **Agricultura Familiar e Práticas Sustentáveis de Agricultura em um Lote do Assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP**. Retratos de Assentamentos v.18, n.2, 2015. Disponível em <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/222>. Acesso em 24.mai. 2021.

SOUZA, F. V, FERREIRA, L. RAMIREZ, M. G, BERGAMASCO P. P, S. M. **Processos Evolutivos na Ocupação dos Espaços nos Assentamentos Monte Alegre 1E Monte Alegre 4, em Araraquara, Estado De São Paulo**. Revista de Economia Agrícola, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 5-14, jan./jun. 2008.

TORQUATO, L. D. M. et al **Potential of biohydrogen production from effluents of citrus processing industry using anaerobic bacteria from sewage sludge**. Waste Management, v. 59, p. 181–193, 2017. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/173918>>. Acesso em 21.jun.2021

CANNABIS NO BRASIL E QUESTÕES AGRÁRIAS⁹

Rafael Follmann dos Santos*

Celbo Antonio da Fonseca Rosas**

Introdução

O cultivo da cannabis e o comércio da maconha constituem ofensas jurídicas no Brasil. O acesso a esta substância, numa realidade social proibitiva, ocorre principalmente em decorrência de atividades criminosas que promovem o tráfico de drogas (MACHADO, 1996). Porém, nas últimas quatro décadas é possível observar um crescente interesse social e científico com a cannabis (WARF, 2014). Estudos apontam que esta planta é usada pela humanidade há milhares de anos e possui grandes potenciais medicinais e tecnológicos, negligenciados em um movimento mundial que buscou reprimir sua produção no século XX (CLARKE; MERLIN, 2013; SOUZA, 2012; ABEL, 1980). Este movimento também pode ser observado no Brasil, ainda que em processo de descriminalização, já possibilita o acesso legal à cannabis medicinal.

O consumo da maconha que permanece como uma realidade no país, soma-se as recentes mudanças jurídicas com relação ao seu

⁹ Este texto é a divulgação de um episódio investigativo de dissertação de mestrado.

* Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, rafaelfollmann@gmail.com

** Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, celboantonio@uepg.br

uso medicinal, implicando na existência de cultivo da cannabis que atendam as demandas legais e ilegais. Contudo, tanto as leis atuais como sanções remanescentes de leis antigas, aderem ou são forjadas sobre conceitos ultrapassados para trabalhar com a cannabis, como será visto adiante. Sua negligência histórica e científica geram um desentendimento sistemático do que realmente é esta planta e, como consequência, diversos problemas relacionados à produção da cannabis legal e ilegal são ocasionados.

Após investigar sobre a cannabis e o território dentro de um recorte brasileiro, etapa da dissertação de mestrado de um dos autores, foi notado que, apesar deste tema ser abordado por cientistas sociais nas rodas de discussão sobre questões agrárias, pouco se fala daquelas famílias rurais que dependem da cannabis como cultura de subsistência; dos interesses capitalistas voltados tanto para a proibição quanto para a legalização da cannabis, como os diversos setores que se beneficiam da ausência da cannabis na concorrência; o trabalho explorado nos diferentes cenários; a preservação dos ecossistemas e o controle de qualidade de um produto destinado ao consumo humano; sobre os limites e oportunidades do desenvolvimento desta cultura dentro do potencial agrário brasileiro; onde portanto, se faz necessário entender efetivamente o que é cannabis, como parte da raiz destes problemas. Esta revisão bibliográfica expõe questões agrárias relacionadas à demanda de cannabis no Brasil.

Metodologia/problemática

Na busca por literaturas que subsidiassem uma compreensão da cannabis, foram identificados diversos tópicos de discussão referentes às questões agrárias, relacionadas com a demanda da cannabis no país. Trata-se de dados secundários, compilados no recorte nacional que evidenciam as múltiplas faces desta problemática. Embora não seja um tema recorrente em debates sobre questões agrárias, encontram-se de forma implícita ou exclusiva em diversos campos do conhecimento científico.

Nas últimas quatro décadas pode ser observado um crescente interesse científico e social na cannabis, resultado das pesquisas que se estabeleceram em torno do seu uso, como quando foi legalizada na Califórnia nos Estados Unidos em 1996¹⁰. Países como o Brasil que vem descriminalizando a cannabis e buscando regular seus usos medicinais, como consequência deste movimento, ainda carrega marcas da negligência que a cannabis sofreu no século XX. Não é querer dizer que de outra forma seria melhor ou pior, mas os passos lentos que a lei deu no país geram diversos problemas agrários onde estão configuradas a produção legal e ilegal da cannabis.

A discussão por trás da regulação da cannabis, que sempre focou nas consequências sociais do seu uso, faz pouco caso para entender a cannabis como uma planta. Frequentemente são encontradas dificuldades em propor estratégias eficazes para conter problemas referentes à sua produção e consumo, ou entraves jurídicos que dificultam seu acesso medicinal.

Um relatório de 2011, da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, referência mundial sobre reforma de política de drogas, enfatiza que o conceito de repressão à produção e consumo de substâncias ilícitas, mesmo reservando penalidades mais leves ao usuário e as mais graves para os grandes traficantes, tem se tornado reconhecidamente ineficaz. Embora as ações policiais eventualmente confiscuem grandes produções de drogas, ou derrotem alguma facção criminosa, estes são rapidamente reconstituídos em outra localidade ou por outro líder (COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, 2011). Além disso, os confiscos, as ações repressivas dos agentes federais e as eventuais necessidades de uma organização criminosa financiar processos de corrupção de agentes do estado, encarecem esta atividade e o seu produto final (MACHADO, 1996). A repressão é apreciada pelo tráfico ilegal de drogas, pois de outra forma não existiria. Basicamente, a repressão faz oscilar o preço de um produto que sempre estará à disposição no mercado ilegal.

¹⁰ Informação retirada do site do governo da Califórnia. Disponível em: <https://cannabis.ca.gov/resources/laws-and-regulations/>.

Propor uma lei que proíba o consumo e o cultivo dessas substâncias, submete o emprego desta produção as vontades das organizações criminosas. Populações em situação de vulnerabilidade social ou insegurança alimentar, são exploradas pelo tráfico de drogas nos locais onde os serviços públicos prestados pelo Estado não existem (CHOUVY, 2019b). Este caso vale para todas as drogas produzidas, mas é ainda mais preocupante com relação à maconha. Além de seu uso recreativo se mostrar menos prejudicial que o álcool ou o tabaco, injustificando sua proibição, a cannabis é a principal fonte de lucro do tráfico de drogas, por ser a substância ilegal mais consumida, representando cerca da metade dos ganhos das organizações criminosas (BRASIL, 2016). Mas são os trabalhadores rurais e urbanos, subordinados pelo tráfico, quem colocam suas vidas em risco frente a repressão policial ou nos conflitos com outras gangues (VASCONCELOS, 2019).

As leis remanescentes no país, que abordam o uso e a produção da cannabis, são baseadas em conceitos ultrapassados relacionados ao que é a cannabis e, em como lidar com as questões das drogas. Isso é responsável pela configuração dos cenários, onde não existe fiscalização sobre como a terra e, como o trabalho humano estão sendo explorados por uma atividade criminosa que atende uma demanda eterna.

A legalização, por sua vez, dá-se em passos tímidos, resultado principalmente da pressão social pelo acesso aos medicamentos. Ocorre que, além das novas leis ainda serem propostas sobre conceitos antigos, tanto à repressão do uso da cannabis quanto ao seu desentendimento, existe um esforço controverso de tentar separar o que é a cannabis medicinal daquilo que é a maconha, o que não rompe com a produção ilegal das drogas.

Quanto aos medicamentos, como será explicado na sequência, existe uma tentativa de enquadrar apenas alguns componentes da cannabis como medicinais, dificultando a produção legal da planta no país, pois significaria ter de trabalhar com substâncias proibidas antes de obter os extratos de componentes legalizados. Isso gera uma

situação em que os pacientes recorrem aos extratos de componentes isolados, produzidos em laboratórios do exterior, enquadrados nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Os problemas relacionados em como a cannabis é produzida antes de se tornar medicamento fora do Brasil, e a submissão dos pacientes em necessitar importar a cannabis por preços abusivos, também é contraditório. Cada vez mais os cientistas apontam que, os medicamentos de cannabis tomados possuem uma maior eficácia se tomados em combinação com o maior número de componentes possíveis, enquanto os extratos isolados possuem eficácia limitada (RUSSO, 2011).

Entender efetivamente a cannabis constitui uma emergência e aponta um relativo atraso do país com as exigências, as perspectivas de inserção no mercado futuro e na geração de emprego no meio rural e urbano. Há uma controvérsia na definição de condições de trabalho, na inserção de comunidades rurais, no uso da terra e nos riscos relacionados a sua produção.

Para expor estas questões agrárias referentes à demanda da cannabis no Brasil, primeiro é oferecido uma definição do que é cannabis e o seu contexto histórico, para entender como estes problemas surgem e, para que possa ser aproveitado em outros trabalhos ou pelos agentes do estado afim de mitigar os problemas relacionados à negligência do que é cannabis e sua história.

Uma odisseia fitotípica

O século XXI presencia um crescente interesse pela cannabis, desconstruindo o proibicionismo que se instituiu mundialmente no século anterior. A cannabis é uma planta que possui uma relação milenar com a humanidade, e com exceção do último século, foram raros os contextos históricos de seu banimento, amplamente apreciada como matéria-prima e fonte de medicamentos em diversas culturas (CLARKE; MERLIN, 2013; ABEL; 1980).

Estudos realizados nas últimas décadas em países do mundo inteiro, nas áreas da saúde, biológicas e das ciências sociais, se intensificaram em torno da cannabis, visando compreender sua eficácia medicinal e sua relação histórica. O reconhecimento científico desta planta resultou na reformulação das leis da cannabis em diversos países do mundo, com relação ao seu uso recreativo ou medicinal (CHOUVY, 2019a; WARF, 2014).

A cannabis é popularmente conhecida por ser a planta que dá origem à maconha. Na resina das flores da cannabis se encontra a única fonte abundante de canabinoides, conhecida na natureza como uma fonte possível de ser manipulada pelo ser-humano (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING AND MEDICINE, 2017). Descobertos no final do século passado, os componentes isolados da resina da cannabis, estudados por sua credibilidade medicinal, se revelaram similares a outros relacionados à produção e degradação de enzimas no organismo dos mamíferos (GROTENHERMEN, 2004).

Os fitocanabinoides presentes nas flores da cannabis formam uma classe de canabinoides, assim como os endocanabinoides encontrados nos mamíferos. Responsáveis pela homeostase das funções metabólicas no organismo, a ausência ou o excesso de enzimas, característica em doenças neurodegenerativas, por exemplo, pode ser compensada pela ingestão de fitocanabinoides. Por outro lado, ainda que seu consumo não resulte em morte pela forma que funciona no organismo, ainda é incerto até que ponto seu consumo indevido pode ser prejudicial, por alterar o estado de consciência e induzir a transe e delírios vertiginosos, forma pela qual é consumida para fins de recreação (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING AND MEDICINE, 2017).

O sistema taxonômico da cannabis mais aceito atualmente foi proposto por Hillig (2005). Apesar de existir uma fragilidade, na forma como Hillig (2005) seleciona e identifica a origem geográfica de algumas das suas 157 variedades analisadas, as diferenças encontradas permitiram agrupar os indivíduos em 2 grupos de semelhança genética, que corroborou com a hipótese de que o gênero *Cannabis* possui

duas espécies com diferenças e semelhanças genéticas bem definidas, a *Cannabis sativa* e a *Cannabis indica*. Outro feito importante de seu trabalho foi validar os sistemas taxonômicos anteriores, ao apontar que apenas algumas cepas da cannabis do grupo indica são capazes de produzir grandes concentrações de canabinoides¹¹.

Além disso, Hillig (2005) observa que a variedade genética de praticamente todo o grupo “sativa” e da maior parte do grupo “indica”, correspondem àquelas cultivadas ou encontradas na natureza que somente são capazes de produzir folhas, fibras e sementes. Popularmente, o termo cânhamo ou “hemp” é atribuído às variedades genéticas incapazes de produzir grandes concentrações de canabinoides, independente de sua espécie, apreciados industrialmente para a confecção de cordas, tecidos, biomassa etc. Às variedades que produzem grandes concentrações de canabinoides, atribuem-se termos referentes ao seu uso entorpecedor, como “maconha”, “marijuana”/“maryjane”, “banguê”, “pito-de-pango”, “haxixe”, entre outros (CHOUVY, 2019a; SOUZA, 2012).

Embora a composição química-biológica das resinas em suas flores constitua sua característica mais excepcional, a cannabis é a matéria-prima de qualidade para diversos produtos, motivo principal pelo qual foi apreciada por diversas civilizações do passado (ABEL, 1980). Demora milhares de anos da história humana para que algumas cepas indicas elevem a concentração de canabinoides ao ponto de se tornarem psicoativas, e seu uso se popularizar entre a humanidade (HILLIG, 2005).

Da revolução agrícola às guerras mundiais do século XX, as fibras da cannabis foram as preferidas para a confecção de cordas, velas e tecidos, dada sua leveza semelhante ao algodão, porém mais resistente (JOHNSON, 2019; ABEL, 1980). A cannabis também foi fonte de alimento, da medicina tradicional, de óleo vegetal, e foi a primeira planta utilizada para produzir papel quando descoberto na China antiga, e hoje, um potencial produto para a produção de biomassa,

¹¹ Ao contrário do que popularmente se pensa, a espécie *Cannabis sativa* não é capaz de produzir drogas (CLARKE; MERLIN, 2013).

plástico e biodiesel a partir de sua matéria orgânica (SMALL, 2017; WARF, 2014; CLARKE; MERLIN, 2013; HILLIG, 2005; ABEL, 1980).

Evidências arqueobotânicas apontam que a cannabis foi uma das primeiras plantas cultivadas com o descobrimento da agricultura (WARF, 2014). Segundo Small (2017), há mais de 12 mil anos atrás, a cannabis esteve presente nos sítios de decomposição de nutrientes feitos por caçadores e coletores às margens de grandes rios, que a cultivaram para obter tecidos e alimentos. O mapeamento da origem geográfica do gênero e seus rastros genéticos, ocorreu, supostamente, entre 34 e 21 milhões de anos atrás no continente asiático, muito anterior à espécie humana (SMALL, 2017).

A eventual percepção do uso terapêutico da cannabis ocorre de forma sutil, e a seleção artificial de algumas cepas indicas cultivadas para estes fins, provavelmente foi o que elevou a concentração de canabinoides em algumas variedades selecionadas e domesticadas (HILLIG, 2005). As evidências mais antigas dos usos terapêuticos e medicinais da cannabis, até então, não são anteriores que 4.000 a. C. (ABEL, 1980). Pode ser estimado que durante os milhões de anos de evolução genética deste gênero, até cerca de 6.000 anos após a evolução da espécie humana moderna, a cannabis ainda não era capaz de produzir canabinoides em concentrações significativas (SMALL, 2017; CLARKE; MERLIN, 2013; HILLIG, 2005).

Da Ásia para o mundo, os registros histórico-geográficos dos diferentes usos da cannabis mostram que, de alguma forma, ela foi aproveitada por praticamente todas as civilizações (WARF, 2014). Além das primeiras civilizações que aproveitaram as fibras e as propriedades nutritivas da cannabis, e os chineses, que como mencionado, descobriram o papel da cannabis e possuem o documento mais antigo registrando o seu uso medicinal, e datado mais ou menos no mesmo período, os citas e os hindus também possuem evidências do seu uso psicodélico em cerimônias espirituais por volta de 3.000 e 2.000 a. C (ABEL, 1980). Neste momento, a cannabis naturalmente já havia sido dispersa por praticamente toda a Eurásia.

Mas foi durante a Idade Média que, seu uso medicinal e psi-

coativo foi popularizado entre árabes, e então africanos e europeus (WARF, 2014). Durante as Grandes Navegações, por fim, a cannabis atinge sua dispersão global, pois seu cultivo foi incentivado nas diversas colônias para atender a demanda por cânhamo dos europeus, essencial para as embarcações de ponta (ABEL, 1980). Vale ressaltar que, apesar do eventual fim da era das navegações, o cânhamo volta a ser demanda recorrente para os navios de artilharia durante as guerras mundiais (JOHNSON, 2019).

Se os europeus introduziram a produção do cânhamo na América, pelo menos no Brasil, os africanos possivelmente foram quem introduziram as variedades psicoativas de cannabis (CARLINI, 2006). O uso da cannabis já havia sido introduzida em diferentes localidades da África pelos árabes, quando diversos povos africanos foram escravizados e trazidos para trabalhar nas colônias europeias da América (ABEL, 1980). O uso da maconha se populariza nas diversas escalas da sociedade brasileira, entre pobres, ricos, povos originários, e foi até mesmo comercializada nas farmácias (SOUZA, 2012).

Contudo, durante o século XIX, o consumo de maconha passa a ser visto como algo característico de classes subalternas, e a proibição da cannabis fomentada por projetos nacionalistas do início do século XX, foi também uma forma de perseguir estas populações, acusadas por introduzir e propagar o uso de drogas na sociedade brasileira (SOUZA, 2012).

Diferente do resto do mundo que proibiu a cannabis por influência estadunidense, de acordo com Souza (2012), a proibição no Brasil em 1938 ocorreu por interesses hegemônicos internos. Paralelamente, a proibição da maconha nos Estados Unidos também ocorreu como forma de perseguir classes subalternas, como os negros e os mexicanos acusados pelos mesmos motivos que os negros no Brasil (CAMPOS, 2018). O movimento de proibição globalizada ocorre por pressão estadunidense, que buscava fomentar certas indústrias dos tecidos e vegetais, concorrentes diretos da cannabis, assim como os produtos derivados do petróleo (WARF, 2014; HERER, 1985).

Dentre outros problemas resultados da proibição da cannabis

abordados adiante, sua negligência atual constitui diversas barreiras para sua investigação científica, cujos potenciais, limites medicinais, agrícolas, industriais e tecnológicos poderiam ser mais bem explorados e definidos. Como abordado anteriormente, os problemas agrários com relação à produção de cannabis são agravados com o emprego de conceitos ultrapassados sobre como lidar com o problema das drogas, e a definição efetiva do que é cannabis. Isto gera situações em que o país não possui o controle sobre como está sendo realizado o cultivo de cannabis que atende a demanda legal e ilegal de suas substâncias

A demanda brasileira por cannabis

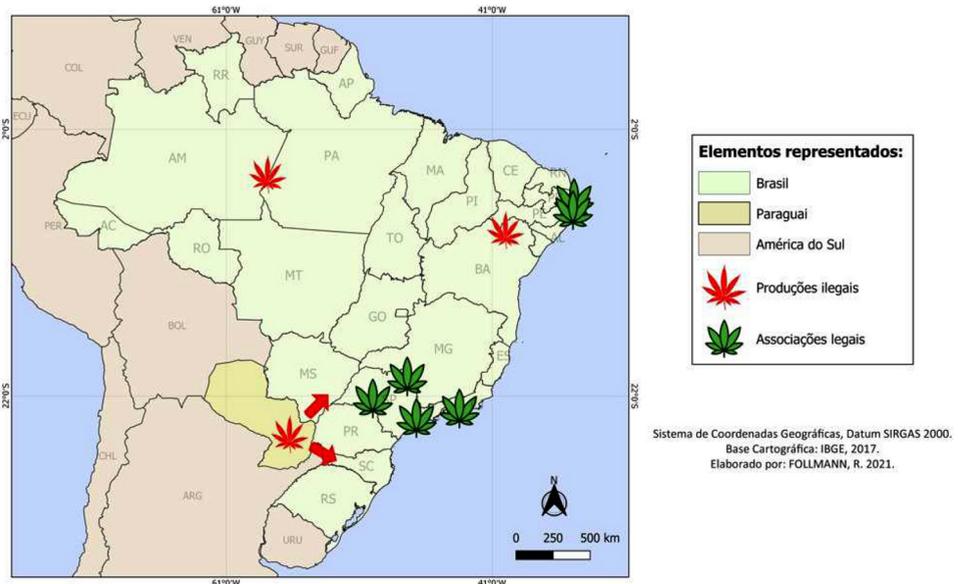
Apesar da Lei de Drogas de 2006 ter descriminalizado as drogas para uso individual, e ter tornado possível a União autorizar o cultivo de plantas que produzem drogas para fins medicinais e científicos (BRASIL, 2006), os cultivos realizados para atender a demanda de drogas ilegais constituem ofensas jurídicas no país. O interesse especificamente na cannabis medicinal, diferente de outras drogas, aumentou desde então, e novas resoluções passam a ser estabelecidas para atender a demanda de medicamentos à base de cannabis (ANVISA, 2015, 2016, 2019, 2020). Enquanto existe uma grande escala de produção ilegal de cannabis, entre outras drogas produzidas pelo crime organizado, a emergente demanda legal por medicamentos de cannabis configura novas instâncias de cultivo que se somam à produção ilegal.

Dados de 2005 mostram que no Brasil, 1,8% da população entre 12 e 65 anos consumiu maconha ao menos uma vez no mês, e que 8,8% da população havia experimentado uma vez na vida (DUARTE; STEMPLIUK; BARROSO, 2009). Com as recentes mudanças legislativas, principalmente com relação ao seu uso medicinal, essa porcentagem tende a subir se considerar o eventual consumo medicinal da cannabis. Trata-se de uma imensa produção de cannabis, pouco problematizada durante a sanção das leis e nas rodas intelectuais que

discutem questões agrárias. O recorte brasileiro é selecionado para evidenciar os problemas internos no país com relação ao tema em evidência, dentro de uma compreensão de problemas reproduzidos no mundo inteiro.

Segundo Vasconcelos (2019), a política de drogas possui seu foco de ação em comunidades rurais e dos centros urbanos pobres, que são agregados pelo tráfico de drogas como fonte rentável em cenários de crise econômica ou ausência do Estado. Os empresários do tráfico raramente são pegos e são facilmente substituíveis e, enquanto mantencionam suas atividades, que nunca cessam, através da corrupção de Estados e de financiamentos de campanhas políticas, são as populações subalternas quem sofrem diretamente com o conflito policial ou com gangues rivais (VASCONCELOS, 2019; MACHADO, 1996). Estas comunidades são agregadas pelo tráfico de drogas muitas vezes por não possuírem outra fonte de renda nos cenários em que a ação do Estado é inexistente (CHOUVY, 2019b).

Figura 1 – Demanda de cannabis no Brasil



Fonte: os autores

Conforme proposto, existem no Brasil diferentes vias de demanda que implicam o cultivo de cannabis. Estas demandas podem ser agrupadas em duas grandes instâncias, a ilegal, que atende a demanda por maconha, e a legal, que atende as possíveis demandas científicas e medicinais permitidas pela lei vigente (Figura 1). Dentro destas duas instâncias, existem infinitas possibilidades de configuração para o cultivo da cannabis. Enquanto boa parte dos medicamentos da cannabis vendidos nas farmácias vem do exterior, algumas associações no país estão autorizadas a produzir o medicamento para pacientes com prescrição médica, duas realidades de cultivo completamente diferentes.

De acordo com Chouvy (2019b), o condicionamento geográfico propício para o crescimento das plantas, um relativo isolamento espacial, somados a baixa ação repressiva dos estados e/ou sua insuficiência governamental, constituem um cenário propício para a emergência de cultivos ilegais de drogas. Relatos de apreensões de drogas encontrados em diversos trabalhos (GARAT, 2016; FRAGA; CUNHA; CARVALHO, 2014; MENDOZA; MARIN, 2014; FRAGA; LULIANELLI, 2010; FRAGA, 2006.) permitem identificar 3 principais locais que atendem aos requisitos geográficos para fornecimento de maconha ilegal no Brasil.

Segundo Mendoza e Marin (2014), a maconha ilegal no Brasil é fornecida principalmente pelo Paraguai, um dos maiores produtores de maconha ilegal no mundo, e o principal fornecedor da América Latina. Provavelmente os traficantes tentaram cultivar cannabis na Bolívia, mas os resultados foram insatisfatórios. Se a teoria de Chouvy estiver certa, o Paraguai foi a escolha com condicionantes e isolamentos nas montanhas onde as plantações cresceram vigorosamente (MENDOZA; MARIN, 2014).

Atualmente, a produção de cannabis no Paraguai é dominada pelas principais facções criminosas oriundas das principais metrópoles do sudeste brasileiro (MENDOZA; MARIN, 2015). A maior parte da maconha fornecida ao Brasil pelo Paraguai supre principalmente,

a demanda das regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil (GARAT, 2016; MACHADO, 1996).

Enquanto os cultivos no Paraguai são comandados pelas facções brasileiras, líderes locais contratam peões e jovens para realizar o cultivo de cannabis, ou compram maconha com agricultores familiares em situação de insegurança alimentar dispostos a se arriscarem no cultivo (MENDOZA; MARIN, 2014). Segundo Garat (2016), em troca da colaboração das comunidades rurais paraguaias, os grupos do tráfico de drogas prestam serviços que deveriam ser deveres do Estado, como reparar escolas e hospitais. Muitos acabam envolvidos nesta atividade na expectativa de melhorar suas condições de vida, mas na maioria dos casos, esta é uma atividade que não vale os riscos, pela eventual submissão ao tráfico de drogas, exposição à repressão estatal e confrontos com outros líderes locais (MENDOZA; MARIN, 2014).

Diferente da cocaína, que é uma droga derivada da coca, planta nativa da região dos Andes, a cannabis cresce em qualquer ambiente, facilmente adaptável ao clima e à geografia do local (CLARKE; MERLIN, 2013). A distância, portanto, é um fator que desencoraja o transporte da maconha ilegal por longas distâncias, se sua produção pode ser realizada em diferentes localidades (MACHADO, 1996). Como as regiões norte e nordeste do Brasil são isoladas e com terras férteis nos vales de seus grandes rios, e porque a ação do Estado nessas regiões é menos eficaz do que nas regiões sul e sudeste, a demanda por maconha é suprida pela produção local (FRAGA, 2006).

O Polígono da Maconha no vale do rio São Francisco é a área com a maior extensão de plantio nacional (FRAGA, 2006). Com a queda no preço de alguns produtos agrícolas que abasteciam a economia rural, os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, passam a exportar cannabis para os grandes centros urbanos do norte e principalmente do nordeste, envolvendo cerca de 40 mil trabalhadores rurais (FRAGA; LULIANELLI, 2011; FRAGA, 2006). Mesmo durante períodos de intensa repressão policial, as quadrilhas se reorganizaram, e o plantio torna-se ainda mais intenso nos anos seguintes analisados

(FRAGA; CUNHA; CARVALHO, 2014).

A região conhecida como Triângulo do Capim localizada entre o Pará e o Amazonas também é responsável por suprir a demanda regional do norte, com cultivos ilegais de cannabis ocorrendo em terras públicas e particulares (FRAGA; CUNHA; CARVALHO, 2014). No estado do Pará, os municípios de Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Acaré compreendem entre 33,7 e 50,7 hectares de plantio que abastecem a região norte do Brasil e o nordeste em tempos de alta demanda (BAESSO, 2013).

O Polígono da Maconha e o Triângulo do Capim possuem paralelos com o Paraguai. O tráfico de drogas, tanto no meio rural quanto no meio urbano, é uma atividade que agrega as populações em contexto de vulnerabilidade social, frequentemente expostas em situações que representam risco de morte. Pode ser observado também a reprodução do repressãoismo que buscou criminalizar as classes subalternas no passado, pois ainda hoje são essas populações quem são vítimas da repressão governamental.

A via de demanda legal da cannabis, por sua vez, não possui apenas um canal de acesso, como é o caso do tráfico de drogas que se encarrega da demanda ilegal. O acesso ao medicamento pode ser obtido quando um paciente da cannabis medicinal possui *habeas corpus* para realizar o cultivo caseiro, prescrição médica para comprar em alguma farmácia, importar do exterior ou adquirir com alguma associação no país autorizada a manipular os extratos da planta. As realidades de cultivo para cada caso diferem-se bastante entre si, e podem ser problematizadas por uma perspectiva agrária.

Com a Lei de Drogas, o Brasil criou brechas na lei para a existência de cultivos de plantas que dão origem as drogas ilegais, desde que amparados por fins medicinais ou científicos. Além disso, outras Resoluções de Diretoria Colegiada da ANVISA (2015, 2016) foram aplicadas como resposta ao aumento na demanda por cannabis medicinal, liberando o uso de alguns canabinoides específicos para fins medicinais. Outras mudanças importantes foram a RDC de 2019 (ANVISA,

2019), que define as condições e procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, estabelecendo requisitos para a comercialização, a prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos da cannabis por pessoas jurídicas, e a RDC de 2020 (ANVISA, 2020), que facilita o processo de prescrição, sendo necessária apenas uma receita médica para que o paciente tenha essa autorização, que vale por 2 anos.

Com relação ao medicamento importado pelos pacientes ou pelas farmácias, um estudo de Duvall (2019) mostra como empresas neoliberais subornam países pobres na África, para produzir cannabis a baixo custo em solos onde originalmente este cultivo é proibido. A disposição de trabalho por baixa renda nestes países, consequência das precárias condições de vida, permite que a produção de medicamentos da cannabis ocorra pelo menor preço possível. Como mencionado anteriormente, a má compreensão do que é cannabis e a tentativa de legalizar apenas a cannabis medicinal gera uma controversa na qual não se pode produzir a planta no país, pois estaria lidando com substâncias ilegais. Apesar da RDC de 2019 permitir que associações, por exemplo, pudessem passar a solicitar autorização para manipular extratos e cannabis, a maioria dos pacientes ainda estão à mercê dos extratos isolados produzidos por empresas estrangeiras, como no exemplo de Duvall, vendidos por preços exorbitantes nos burocráticos mercados legais da cannabis (BÔAS; REZENDE, 2020).

Vale aprofundar a discussão sobre como o trabalho está sendo empregado e, como está sendo feito o uso da terra nos espaços de cultivo de extratos nacionais, providenciados por associações sem fins lucrativos, que dependem da colaboração financeira dos associados ou de serviços voluntários para tornar o medicamento mais barato que o importado. Atualmente, existem somente três associações que produzem cannabis legalmente, autorizadas a manipular extratos completos da cannabis, concedido por *habeas corpus*. Localizadas nos municípios de Marília (SP) e Franca (SP), nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa na Paraíba e Recife em Pernambuco as

associações Maria Flor, Flor da Vida, Cultive, Apepi, Abrace e Amame, respectivamente, prestam um grande serviço social, prezando pela produção da cannabis de forma orgânica e acessível¹².

Além de participarem ativamente das decisões jurídicas sobre a reforma das leis da cannabis no Brasil, conquistaram a autorização para a produção de medicamentos que são hoje ofertados por um preço muito menor, se comparado com os importados, elas aproximam pacientes que querem fazer o uso da cannabis medicinal com médicos e advogados especialistas nos processos burocráticos da prescrição. Os remédios importados podem custar até R\$ 3.000 reais nas farmácias¹³, enquanto os fornecidos pela Apepi, por exemplo, custam entre R\$ 640 e R\$ 1.180 reais, e R\$ 180 reais os produzidos pela associação, para sócios que pagam anuidade de R\$ 358 reais.

A legalização da cannabis, portanto, também apresenta suas sombras (CHOUVY, 2019a). O neoliberalismo em torno do seu mercado tende a explorar as condições precárias de trabalho em países pobres, estando despreocupados com a preservação ambiental, comprometendo a diversidade genética do gênero e os ecossistemas circundantes pelo uso de pesticidas, não recuperando a fertilidade dos solos degradados durante o cultivo (BUTSIC; BRENNER, 2016; DUVALL, 2019). A legalização baseada no mercado da cannabis também pode colocar as famílias que dependem de seu cultivo ilegal, como fonte de subsistência em situação ainda pior de crise alimentar e vulnerabilidade social. Caso ocorra uma legalização, essas pessoas devem ser agregadas nos circuitos de produção do mercado legalizado, aproveitando também seu conhecimento acumulado sobre o cultivo (SEDDON; FLOODGATE, 2020).

Paralelamente, muitas comunidades rurais, tradicionais e familiares que dominam técnicas agroecológicas e orgânicas de produção, também poderiam se beneficiar da demanda da cannabis como

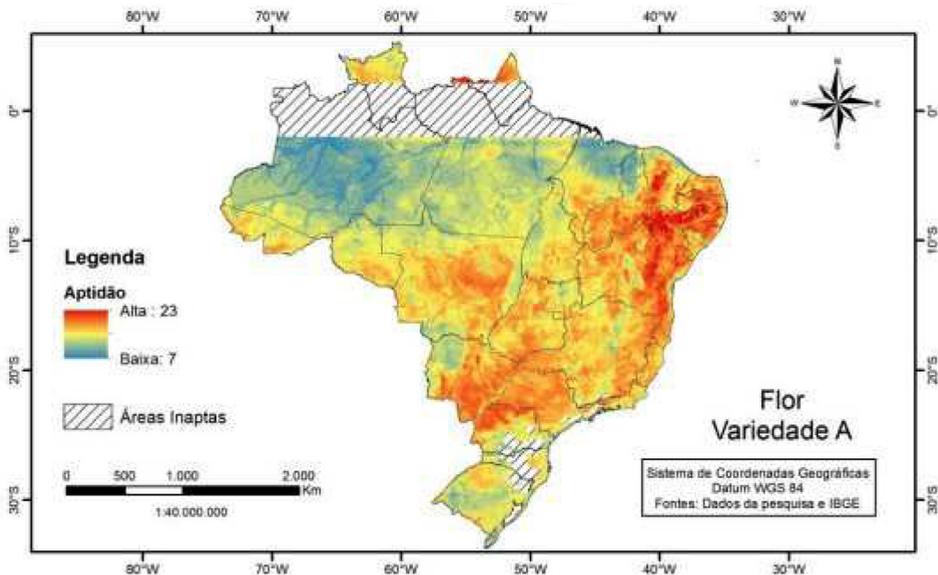
¹² Ver: cultive.org, apepi.org, abracesperanca.org, flordavida.org, maleli.org e amame.org, acesso em: 20 nov. 2021.

¹³ Retirado do portal Cannabis & Saúde, 2020: <https://www.cannabisesaude.com.br/primeiro-canabidiol-brasileiro-autorizado-pela-anvisa-custa-r-r-2-143/>.

fonte de renda. A cannabis não afeta quem a produz, pois a resina das suas flores só é ativada no organismo humano se for diluída em gordura ou alguma substância química, ou se for inalada em uma temperatura que supere os 157° C (MCPARTLAND; RUSSO, 2011). As condições de trabalho no espaço rural podem ser melhoradas com a abertura de um mercado que não apresenta riscos ao produtor, e ao tempo, seria conveniente suprir as demandas da cannabis medicinal pela produção orgânica de famílias rurais, adequadas para a confecção de medicamentos que podem ser produzidos por um preço justo.

Por fim, com relação às perspectivas de mercado e as possíveis mudanças no espaço rural com a emergência da legalização da cannabis, o Brasil possui grande aptidão geográfica para realizar o cultivo na maior parte do seu território (Figura 2). Embora o cultivo da cannabis possa gerar impactos ambientais sistêmicos indesejados em um país já explorado pelo agronegócio, e eventualmente beneficiar algumas empresas privadas, esta é uma forma de aumentar o acesso aos medicamentos e romper com o tráfico.

Figura 2 - Potencial brasileiro para cultivo



Fonte: ROCHA, 2018.

Mesmo que seja controverso incentivar a instituição de um mercado legal da cannabis que explore o potencial produtivo do Brasil, o país se encontra em atraso com relação ao mercado global de cannabis, também como consequência do emprego de conceitos ultrapassados. O país tem potencial para suprir a demanda interna, se desvincular e proteger o mercado interno do capital estrangeiro, e se tornar um dos maiores produtores de cannabis do mundo.

Podem ser inclusas, nos circuitos de produção legal, as famílias que já produzem ilegalmente, aproveitando os seus conhecimentos com o cultivo. As famílias rurais que dominam técnicas de produção orgânica ou agroecológica, também podem aproveitar a oportunidade na qual a produção de remédios deve evitar o uso de pesticidas químicos. Ambos os casos se beneficiariam com a alta rentabilidade do cultivo da cannabis, pois além do medicamento que provém de suas flores, a planta inteira pode ser aproveitada. Suas folhas, fibras e sementes podem ser utilizadas para a produção têxtil, de alimentos, de plástico vegetal, de biomassa, e de diversos outros derivados.

Se as questões agrárias que envolvem a demanda de cannabis não forem colocadas em pauta, e se seu uso conceitual durante decisões políticas for controverso ou sem embasamento científico, a legalização pode ocorrer de forma problemática. O Brasil já presenciou entraves jurídicos e problemas sociais pela má definição dos conceitos empregados em suas leis, que mantêm os pacientes reféns dos remédios estrangeiros, e os usuários dos traficantes. Esta situação também pode gerar problemas como o licenciamento de futuros cultivos que utilizam cepas diferentes para diferentes finalidades. Além disso, não há garantia quanto à redução da exploração do trabalho e da natureza. O potencial nacional para produzir cannabis deve ser aproveitado, mas como forma de tornar acessível a cannabis, libertando usuários e pacientes dos mercados ilegal e estrangeiro. É necessário buscar formas de conter a exploração neoliberal, garantindo direitos trabalhistas, evitando o impacto dos ecossistemas e a apologia causados pelo mercado da cannabis (SEDDON; FLOODGATE, 2020).

Considerações finais

Desde os primórdios a cannabis é reconhecida como uma planta de renomada importância. Cada vez mais os países estão repensando a questão da cannabis, que foi proibida e negligenciada no século XX por motivos hegemônicos. Além dos problemas sociais relativos à sua repressão controversa, sua negligência constitui barreiras metodológicas no reconhecimento do seu potencial agrário. O mal reconhecimento de suas espécies e de seus usos históricos ainda recusa suas potenciais aplicações, já exploradas por diversos povos do passado, submete os usuários ao tráfico de drogas e pacientes aos extratos de componentes isolados, produzidos em países do exterior por preços abusivos, além de comprometer a seleção das variedades voltadas para o cultivo industrial, recreativo ou medicinal.

Existem diferentes conceitos sobre cannabis, e diferenças significativas entre as duas espécies reconhecidas. Para as diferentes espécies e tipos de cannabis, devem ser destinadas diferentes normas, evitando controversas jurídicas, visando regular e otimizar a produção de cânhamo sativa ou de cânhamo indica, de onde podem ser obtido fibras, alimentos e biomassa; ou de medicamentos e entorpecentes, ambos exclusivamente índicos, nas diferentes instâncias de produção onde serão destinados. Assim, este artigo também oferece alguns conceitos e definições sobre a cannabis que podem ser utilizados em outros trabalhos ou em discussões jurídicas.

As diferentes fontes de produção de cannabis, legais e ilegais, apresentam problemas e atributos que podem ser evitados e/ou aproveitados. A exploração do trabalho e da natureza é uma realidade nas duas instâncias, que poderiam ser substituídas pela produção familiar agroecológica, cumprindo com os requisitos para a produção de medicamentos, por exemplo. Isso solucionaria a questão de empregar as famílias rurais que já dependem do cultivo de cannabis ilegal, em um sistema desvinculado da brutalidade do tráfico de drogas, e no cenário legal, da exploração feita pelo neoliberalismo. Esta não é uma

realidade distante de ser alcançada, afinal, a demanda por produtos orgânicos e agroecológicos cresce a cada ano, e seria natural que, a produção de um medicamento fiscalizado fosse incorporado nos sistemas de produção orgânica e agroecológica, também em função da sua alta rentabilidade.

As associações canábicas constituem um exemplo sobre como este potencial pode ser explorado. Embora a discussão sobre o controle de suas produções deva ser aprofundada, elas cumprem um papel social em produzir um medicamento orgânico, legalizado, por um preço muito mais acessível do que o medicamento feito por laboratórios do exterior. Considerando a extensão do país e a grande capacidade de produzir cannabis em praticamente em todo seu território, é uma grande perda deixar que corporações internacionais e o tráfico de drogas dominem o mercado da cannabis, gerando acima de tudo, problemas sociais e ambientais.

Durante a dissertação de mestrado de um dos autores, os estudos realizados para compreender o contexto histórico-social da cannabis, de forma implícita ou explícita, faziam alusão às questões agrárias relacionadas aos cultivos realizados de forma legal ou ilegal. Mas é curioso notar que, este também não é tópico recorrente nas rodas de discussão que trabalham exclusivamente com as questões agrárias. Apesar de trabalhar com dados secundários, é notado que as diferentes instâncias de demanda da cannabis apresentam problemas relacionados ao uso da terra, à exploração do trabalho e da natureza.

Tanto quanto é importante romper com a brutalidade e os problemas sociais que resultam da repressão de uma droga que nunca deixou de ser consumida, também é necessário pensar nos limites ao explorar o potencial mercado brasileiro. Esta abertura deve levar em conta os problemas referentes à produção e ao consumo da cannabis, amparados pelo conhecimento científico. A compreensão efetiva sobre o que é a cannabis, e a sua relação histórica com a humanidade, precisa ser realizada pelos demais interessados no assunto, especialmente os agentes jurídicos. Dada a urgência desta temática nas últimas

décadas, não se pode deixar passar despercebido que tudo que é relacionado a cannabis perpassa por questões agrárias.

Referências

ABEL, E. **Marihuana**: the first twelve thousand years. Berlin: Springer, 1980.

ANVISA. **RDC nº 17 de 6 de Maio de 2015**. Define os critérios e os procedimentos para a importação em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde.

ANVISA. **RDC nº 128 de 2 de Dezembro de 2016**. Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Produtos à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, dentre eles o THC, em conformidade com o capítulo I seção II da Resolução da Diretoria Colegiada- RDC nº 17, de 6 de maio de 2015).

ANVISA. **RDC nº 327 de 9 de Dezembro de 2019**. Dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências. 2019.

ANVISA. **RDC nº 335 de 24 de Janeiro de 2020**. Define os critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde. 2020.

BAESSO, D. **Cannabis**: geografia econômica e política. 2013. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BÔAS, G.; REZENDE, M. Discussão sobre o acesso aos medicamentos derivados da cannabis à luz da inovação em saúde no Brasil. **Fitos**, v. 14 n. 2, 259-284, 2020. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/960>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11343 de 23 de Agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

BRASIL. **Impacto Econômico da Legalização das Drogas no Brasil**. Consultoria Legislativa. 2016. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29860>. Acesso em 17 out. 2021.

BUTSIC, V.; BRENNER, J. Cannabis (cannabis sativa or c. indica) agriculture and the environment: a systematic, spatially-explicit survey and potential impacts. **Environmental Research Letters**, v. 11, 2016. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/11/4/044023>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CALIFÓRNIA. Department of Cannabis Control. **Laws and regulations**. Disponível em: <https://cannabis.ca.gov/resources/laws-and-regulations/>. Acesso em: 17 out. 2021.

CARLINI, E. A histórica da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 55, n. 4. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000400008. Acesso em: 26 abr. 2021.

CAMPOS, I. Mexicans and the origins of marijuana prohibition in the United States: a reassessment. *Social History of Alcohol and Drugs*, v. 32. 2018. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/SHAD3201006>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CHOUVY, P. Cannabis cultivation in the world: heritages, trends and challenges. *EchoGéo*, Paris, v. 48, abr./jun. 2019a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/17591>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CHOUVY, P. Territorial control and the scope and resilience of cannabis and other illegal drug crop cultivation. *EchoGéo*, Paris, v. 48, abr./jun. 2019b. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/17509>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CLARKE, R.; MERLIN, M. Cannabis: evolution and ethnobotany. Berkeley: University of California Press, 2013.

COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. Guerra às

drogas: relatório da comissão global de políticas sobre drogas. 2011. Disponível em: <https://www.globalcommissionondrugs.org/reports/the-war-on-drugs>. Acesso em: 26 abr. 2021.

DUARTE, P.; STEPLIUK, V.; BARROSO, L. Relatório Brasileiro sobre Drogas, 2009. Disponível em: <http://www.escs.edu.br/arquivos/DrogasResumoExecutivo.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DUVALL, C. A brief agricultural history of cannabis in Africa, from prehistory to canna-colony. *EchoGéo*, Paris, v. 48, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/17599>. Acesso em: 11 jun. 2021.

FRAGA, P. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da maconha. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*, v. 9, n. 15, p. 95-118, 2006. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/cadernos-de-ciencias-humanas-especiaria-v-9-n15-jan-sao-francisco.html>. Acesso em: 17 out. 2021.

FRAGA, P.; CUNHA, S.; CARVALHO, L. Políticas de repressão e erradicações de plantios de cannabis no nordeste brasileiro. In: FRAGA, P. (org.). *Plantios ilícitos na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 55-80.

FRAGA, P.; LULIANELLI, J. Plantios ilícitos de ‘cannabis’ no Brasil: Desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 1, p. 11-39, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7205>. Acesso em: 17 out. 2021.

GARAT, G. Paraguay: la tierra escondida. Examen del mayor productor de cannabis de América del Sur. *The Transnacional Institute*, 2016. Disponível em: <https://www.tni.org/en/node/23203>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GROTENHERMEN, F. Pharmacology of cannabinoids. *Neuroendocrinology Letters*, v. 25, n. 1/2, p. 14-23, 2004. Disponível em: <https://www.nel.edu/userfiles/articlesnew/NEL251204R01.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

MACHADO, L. O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1996.

MCPARTLAND, J.; RUSSO, E. Cannabis and cannabis extracts: greater than the sum of their parts? *Journal of Cannabis Therapeutics*, v. 1, n. 3, p. 103-132. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J175v01n03_08. Acesso em: 17 out. 2021.

MENDOZA, B.; MARIN, J. Produção de Cannabis em Amambay - Paraguai: o envolvimento de jovens rurais. In: FRAGA, P. (org.). *Plantios ilícitos na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 22-54.

HERER, J. *The emperor wears no clothes: hemp and the marijuana conspiracy*. Austin: Ah HaPublishing Company, 1985.

HILLIG, K. Genetic evidence for speciation in Cannabis (Cannabaceae). *Genetic Resources and Crop Evolution*, v. 52, n. 2, p. 161-180, 2005. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10722-003-4452-y>. Acesso em: 11 jun. 2021.

JOHNSON, N. American weed: a history of cannabis cultivation in the United States. *EchoGéo*, Paris, v. 48, abr./jun, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/17650>. Acesso em: 17 out. 2021.

MACHADO, L. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1996.

NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING AND MEDICINE. *The health effects of cannabis and cannabinoids: The current state of evidence and recommendations for research*. Washington: The National Academies Press, 2017.

ROCHA, S. *Zoneamento Agroclimático para o cultivo de Cannabis para uso medicinal e industrial no Brasil*. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Rio Pomba, MG. 2018.

RUSSO, E. Taming THC: potential cannabis synergy and phytocannabinoid-terpenoid entourage effects. *British Journal of Pharmacology*, v. 163, n. 7, p. 1344-1364. 2011. Disponível em: <https://bpspubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1476-5381.2011.01238.x>. Acesso em: 17 out. 2021.

SEDDON, T.; FLOODGATE, W. *Regulating cannabis: a global review and future directions*. London: Palgrave Macmillan, 2020.

SMALL, E. Cannabis: a complete guide. Boca Raton CRC Press, 2017.

SOUZA, J. Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. 2012, 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

VASCONCELOS, B. A Geografia das Drogas no continente americano: entre o poder hegemônico e a periferia. In: COSTA, W.; VASCONCELOS, B. (org.). Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos. São Paulo: Editora FFLCH, 2019. p. 188-202.

WARF, B. High Points: an historical geography of cannabis. **Geographical Review**, Nova Iorque, v. 104, n. 4, p. 414-438, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1931-0846.2014.12038.x>. Acesso em: 11 jun. 2020.

II

Agricultura Familiar e Campesinato: estratégias de reprodução social e territorial



“AGORA, O GADO É FIDALGO”: MODIFICAÇÕES PRODUTIVAS E PRÁTICAS TRADICIONAIS NA PECUÁRIA BOVINA DO TERRITÓRIO DA BACIA LEITEIRA EM ALAGOAS^{1 14}

José Natan Gonçalves da Silva*

Sônia de Souza Mendonça Menezes**

Introdução

O estado de Alagoas ocupa a sétima posição na produção de leite de vaca entre os estados da região Nordeste do Brasil, segundo o censo agropecuário do IBGE realizado em 2017. Esse cenário reflete uma queda no *ranking* em relação ao levantamento constatado pelo censo agropecuário de 2006, quando o estado ocupava a sexta posição. Em dados estatísticos, o estado apresentou redução na quantidade produzida do alimento entre os anos de 2006 e 2017, passando de 176.588 para 173.965 mil litros de leite. Em escala regional, Alagoas insere-se juntamente com Paraíba, Maranhão e Piauí no grupo de estados do Nordeste, que apresentaram decréscimo na produção.

Tal contexto contrasta com a literatura sobre a configuração do espaço agrário no Nordeste, que evidenciava o estado de Alagoas como um dos exemplos exitosos de desenvolvimento da pecuária leiteira

¹⁴ Essa pesquisa resulta da Tese de Doutorado intitulada: “Territórios queijeiros: tradição e ressignificação no Sistema Agroalimentar do Leite em Alagoas” defendida em fevereiro de 2021 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS).

* Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: natanufs@gmail.com

** Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: soniamendoncamenezes@gmail.com

(ANDRADE, (2011[1968]; FERRARI, 1990). A princípio, essa atividade estava dominada exclusivamente por grandes pecuaristas, que combinavam a bovinocultura a manutenção de latifúndios. Embora distinta das grandes propriedades, deve-se ressaltar que a criação de gado também foi incorporada pela pequena unidade de produção familiar.

Para efetuação dessa pesquisa, foi utilizado como recorte geográfico o Território da Bacia Leiteira – TBL. Alguns municípios que integram esse território apresentaram redução na produção leiteira entre os censos agropecuários de 2006 a 2017, mas, no cômputo total, o TBL registrou crescimento na quantidade produzida da matéria-prima no referido período. Esse estudo tem como objetivo analisar a configuração da pecuária, antevendo para as transformações na bovinocultura leiteira, que implicam a sua expansão sobre o território, mesmo diante da permanência de entraves ao seu desenvolvimento.

A metodologia baseou-se em pesquisas bibliográficas e na análise de dados estatísticos disponíveis nos censos agropecuários do IBGE. Também foram realizadas pesquisas de campo no ano de 2019 e de setembro a dezembro de 2020 com base na técnica *snowball* (VINUTO, 2014). Na ocasião, ocorreu a aplicação de entrevistas semiestruturadas com 50 produtores(as) de leite da agricultura familiar¹⁵ e três profissionais em agropecuária, que realizam a prática da inseminação artificial em unidades de produção visitadas. No tocante ao perfil dos agricultores, constatou-se que os mesmos apresentam faixa-etária entre 23 e 61 anos e mantêm estabelecimentos agropecuários com áreas entre 17 e 31 hectares. O manejo dos bovinos, realizado pelos homens, e a produção caseira do queijo coalho artesanal, de incumbência das mulheres, constituem as principais atividades direcionadas a reprodução social da família.

¹⁵ Neves (2005; 2007) reporta que, a partir do final da década de 1990, a agricultura familiar emerge como categoria de análise, diante do reconhecimento da sua importância na produção de alimentos, na geração de trabalho e na constituição do tecido social rural. Na política institucionalizada do Brasil, essa categoria incorpora diversos segmentos: agricultores, pastores, extrativistas, pescadores, silvicultores, ribeirinhos e remanescentes de quilombos. Embora existam contradições no agrupamento desses atores diante das diferentes identidades e formas de existência social é preciso ponderar a importância em relação ao reconhecimento das operações básicas protagonizadas por esses segmentos, bem como, no que diz respeito ao fortalecimento da categoria mediante a construção de políticas de intervenção social e econômica.

Além dessa introdução, o artigo segue estruturado com quatro seções: na primeira, discute-se o processo de expansão e a consolidação da pecuária bovina no semiárido alagoano; na segunda, aborda-se sobre as interfaces produtivas da pecuária no TBL; na terceira, reporta-se para a coexistência de atividades tradicionais e de novas práticas associadas a bovinocultura nas unidades de produção familiar; e na quarta seção, são tecidas as considerações finais.

Sertão dos currais: a expansão da pecuária no semiárido alagoano

O avanço da pecuária no semiárido alagoano confunde-se, historicamente, com a expansão dessa atividade econômica no Agreste e Sertão do Nordeste brasileiro. A princípio, mantida de forma ultraextensiva, a criação de gado estava alicerçada na estreita combinação de exploração dos recursos naturais em seu favor: do bioma caatinga, usufruía-se o espaço de pastejo e as espécies vegetais, que serviam de alimento para os bovinos; dos cursos fluviais, sobretudo o rio São Francisco e seus afluentes, utilizava-se a água; e no sopé das serras, obtinham-se pastagens naturais embrenhadas em áreas úmidas, para onde se deslocava com o gado na ocorrência de estiagens.

Até meados do século XX, a pecuária desenvolvida no sertão do Nordeste e em Alagoas baseou-se na criação do gado “pé-duro” ou “crioulo”. Eram boiadas que “não se prendia ao descampado; internava-se pelas catingas e amontava” (ABREU, 1961[1907], p.209), criando-se soltas, na maior parte do tempo. Conforme Andrade (2011[1968]), consistiam em reses adaptadas às condições climáticas do semiárido, que durante as estiagens, por ocasião da ausência de pastos, eram deslocadas para os “pés-de-serra” – onde as pastagens eram mais abundantes – ou entremeadas à caatinga, bioma que lhes fornecia como alimento diversas espécies vegetais.

Salvo as condições dos pastos, adjetivados por Abreu (1961[1907]) e Andrade (2011[1968]) como suculentos, mimosos e de

boa qualidade, eram irrisórias as condições naturais e os investimentos propícios ao aprimoramento produtivo da bovinocultura. As atividades estavam limitadas às experiências e aos saberes rotineiros dos vaqueiros no manejo dos animais. No preparo dos campos herbáceos, Prado Júnior (2011[1942]) evidencia o uso de reduzidas técnicas voltadas à melhoria dos pastos. Na ocasião, restringia-se a prática da coivara nas capoeiras e nas pastagens, geralmente antes das chuvas, a fim de possibilitar a germinação e o crescimento da forragem. Furtado (1961[1959]) destaca que, o caráter extensivo da pecuária, associado à dispersão da população, consolidou uma divisão do trabalho relativamente incipiente, quando comparada à organização produtiva da Zona da Mata. Tal fato restringiu as possibilidades de melhoramento das práticas de produção, até então, difundidas no semiárido.

Mesmo considerando a configuração de um cenário de domínio do gado crioulo e do manejo extensivo no sertão nordestino, Andrade (2011[1968]) reporta que na segunda metade do século XX, alguns estabelecimentos aderiram ao melhoramento genético dos rebanhos bovinos mediante a introdução de reprodutores zebus das raças gir e nelore, originários da Índia. Fato semelhante é observado por Woortmann e Woortmann (1997), que por meio de pesquisas desenvolvidas no sertão e agreste sergipano, retratam o processo de mestiçagem do gado “pé duro” com a inserção de bovinos da raça zebu. O gado “zebuado”, apesar de produzir mais carne que o “pé duro”, era menos resistente às condições climáticas e não estava adaptado ao consumo da vegetação nativa.

Assim como identificado nos Cariris Velhos da Paraíba e no Sertão Baixo de Pernambuco, Andrade (2011[1968]) destaca que algumas áreas do sertão de Alagoas apresentaram desenvolvimento da pecuária, reconfigurando as estruturas de exploração dominantes por três séculos. Na ocasião, além de Palmeira dos Índios, situado no agreste, o autor evidencia a importância dos municípios sertanejos de Major Isidoro, Batalha, Jacaré dos Homens e Pão de Açúcar na pecuária de leite, decorrente da introdução do gado holandês, inicialmente

trazidos do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia.

Ao tratar sobre a organização produtiva do semiárido alagoano, Ferrari (1990) considera que a região reportada por Andrade (2011[1968]) apresentou, a partir da década de 1960, uma nova configuração no espaço agrário em função da melhoria dos rebanhos bovinos. A criação extensiva na caatinga cedeu espaço para a pecuária semiconfinada em pastagens e cocheiras, onde ocorre a alimentação a base de ração e forragem processada. Por esta razão, os produtores consideram o gado mestiço da raça holandesa, “*fidalgo*”, porque em contraposição aos rebanhos pé duro, exige práticas de manejo melhoradas, especialmente, no tocante a alimentação. Embora nesse contexto persistissem produtores dedicados a pecuária de corte, o impulsionamento da bovinocultura estava vinculado a produção de leite, fato que justifica a especialização na criação do gado leiteiro, resultante do cruzamento de reprodutores da raça holandesa com matrizes de vacas indianas.

Menezes (2009) ao analisar a produção da pecuária leiteira no sertão de Sergipe, observa que na década de 1940, Batalha, em Alagoas, já despontava como importante produtor de leite e derivados no Nordeste. Para a autora, a partir da década de 1980, o crescimento do número de vacas ordenhadas no sertão sergipano e, por consequência, o aumento da produção de leite decorreu, sobretudo, do melhoramento genético dos bovinos, realizado com a inserção de matrizes holandesas oriundas do referido município, que, posteriormente, foram repassadas entre os agricultores pelas redes de sociabilidade.

O desdobramento das forças produtivas no sertão alagoano, vinculado a pecuária na segunda metade do século XX, é resultado do paradigma difundido no Estado nacional, acerca da modernização da agricultura alinhada ao processo de agroindustrialização (SILVA, 1998; 1999). As pesquisas que apresentam leituras sobre a constituição de agroindústrias de leite em Alagoas (ANDRADE, 1990; GOUVEIA; PRADO; CARNEIRO, 2000; CABRAL; COSTA, 2016; VASCONCELOS JÚNIOR, 2017; FIEA, 2018; MENDES, 2020) reportam que as

atenções voltadas para a Bacia Leiteira resultaram da importância que esse território assumiu na produção de leite em Alagoas e no Nordeste. Essa dinâmica resultou da especialização no manejo da pecuária, bem como, das vantagens locacionais associadas às experiências seculares em torno da elaboração artesanal dos derivados de leite.

Até então, tais transformações não implicaram mudanças significativas no perfil da fragilidade econômica e social, que caracterizava a pequena unidade de produção familiar. No contexto das políticas desenvolvimentistas, os pacotes tecnológicos, o crédito, as políticas públicas e o aparato de serviços institucionais consistiram em privilégios acessados, geralmente, por médios e grandes pecuaristas, que, para além do poder da concentração fundiária, passaram a deter o controle sobre a produção agroindustrial dos derivados de leite. A combinação entre a pecuária e a indústria repercutiu na manutenção da concentração fundiária.

Apesar desse cenário, Ferrari (1990) adverte que, no final do século XX, pequenas e médias unidades de produção familiar passam a acessar pacotes tecnológicos. Tal processo decorreu da integração desses segmentos com agentes financeiros – principalmente o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste – e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, vinculada ao governo do Estado e atuante no fornecimento de sementes e de assistência técnica aos produtores.

Por sua vez, as alterações nas dinâmicas produtivas da pecuária, mantidas pela pequena unidade de produção, são influenciadas, sobremaneira, a partir dos anos 2000 pelas ações governamentais direcionadas a agricultura familiar. Observa-se que as políticas públicas voltadas para a essa categoria contribuíram na consolidação das atividades vinculadas a produção de leite no TBL. Esse contexto é refletido na integração dos produtores às linhas de crédito, disponíveis em instituições bancárias, mediante os programas voltados para a agricultura familiar. No quadro 1 são apresentados os principais programas difundidos no território, que foram acessados pelos agricultores familiares, criadores de gado leiteiro, entrevistados no TBL.

Quadro 1 – Principais programas acessados pelos produtores de leite, Território da Bacia Leiteira/AL, 2019-2020

Programa	Principais benefícios
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	Manutenção do estabelecimento rural, aquisição de bovinos e melhoramento das vacas ordenhadas
Programa Garantia Safra	Subsídio às perdas nos cultivos e na produção do leite em função das estiagens
Programa do Leite de Alagoas – PLA/Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Acesso ao mercado e ampliação da renda advinda da produção do leite
Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviço em Territórios Rurais – Proinf	Obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, implantação de unidades comunitárias de resfriamento de leite e construção de Fábrica Escola

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Embora o Pronaf não figure um programa exclusivamente voltado ao desenvolvimento da produção leiteira no TBL, os recursos são utilizados na manutenção das atividades agroalimentares e no manejo dos bovinos. A principal linha de crédito do Pronaf acessada é o financiamento da produção¹⁶, que se traduz em recursos de custeio e investimentos voltados ao melhoramento das atividades da pecuária leiteira.

Os produtores de leite também afirmaram que, em casos de déficit pluvial, acessam os recursos provenientes do Programa Garantia Safra. O benefício advindo do programa configura um seguro, que visa reduzir os impactos causados pelas estiagens, refletidos na perda dos cultivos e na diminuição do fornecimento de leite pelas vacas. Zukowski (2015, p.85) retrata que o Garantia Safra é um “programa voltado para o semiárido nordestino e tem uma formulação envolvendo uma composição de conceitos de seguro de índice e de atendimento emergencial para agricultores na linha de pobreza”.

¹⁶ Para Mattei (2015) a operacionalidade do Pronaf ao longo de sua trajetória concentrou-se em quatro linhas de financiamento: produção; infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; além de pesquisa e extensão rural.

Dentre as políticas institucionais difundidos no TBL, destaca-se ainda o Programa do Leite de Alagoas – PLA, modalidade integrada ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Atualmente, o programa absorve 40 mil litros de leite produzidos por aproximadamente 5.000 agricultores familiares. Na dimensão assistencial, estão aptas a receber o produto 80 mil famílias susceptíveis a insegurança alimentar e nutricional nos 102 municípios de Alagoas (CPLA, 2020). A principal empresa integrada ao PLA é a Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas – CPLA. Criada em 2001, a CPLA tem parceria com 16 agroindústrias localizadas em Alagoas. A cooperativa conta com 275 associados e 3.000 produtores rurais que realizam o fornecimento de leite (SILVA, 2017).

No TBL, as políticas de desenvolvimento territorial também foram fundamentais no fortalecimento dos agricultores familiares. Os projetos direcionados aos produtores de leite foram promovidos, principalmente, no âmbito do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviço em Territórios Rurais – Proinf. Dentre esses, vale destacar a implantação de unidades comunitárias de resfriamento de leite nos municípios de Jaramataia, Monteirópolis e Major Isidoro, além da construção de uma unidade de beneficiamento de leite em Belo Monte. Evidenciou-se no TBL, a relevância das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar na reconfiguração da pecuária leiteira. Esse cenário também influenciou a diversificação da suplementação alimentar dos animais.

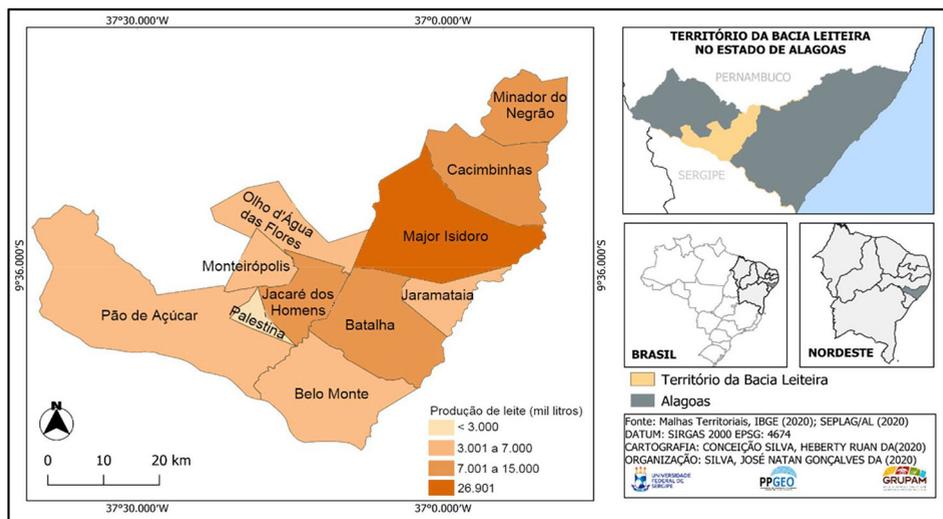
A pecuária leiteira e os impactos decorrentes da modificação nutricional dos bovinos

O TBL está localizado no semiárido alagoano e apresenta uma dinâmica territorial associada a pecuária e ao processamento de derivados de leite. O mapa 1 demonstra um cenário heterogêneo sobre a produção de leite no território, sobressaindo Major Isidoro como maior produtor. Esse contexto não se limita ao TBL, tendo em vista que o

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

município desponta em todo estado de Alagoas pela maior produção leiteira. Na configuração agropecuária do território, Batalha, Cacimbinhas, Minador do Negrão e Jacaré dos Homens também apresentam destaque na atividade, possuindo produções entre 7.001 e 15.000 mil litros de leite em 2017.

Mapa 1 – Produção de leite bovino, Território da Bacia Leiteira/AL, 2017



Os dados dos censos agropecuários do IBGE denotam que o TBL apresentou crescimento no número de vacas ordenhadas entre 2006 e 2017¹⁷, dinâmica que influenciou a elevação da produção de leite no período (Tabela 1). Entretanto, observou-se entre os anos de 1995, 2006 e 2017 uma redução no quantitativo geral de bovinos. Esses resultados reforçam mudanças nos padrões das atividades da pecuária: os grandes rebanhos de bovinos para o corte são substituídos, gradualmente, por manadas menores de vacas ordenhadas, cujas modificações genéticas e nutricionais potencializam o desenvolvimento da bovinocultura leiteira.

¹⁷ O censo agropecuário do IBGE em 1995 não realizou levantamento do número de vacas ordenhadas.

Tabela 1 – Pecuária bovina, Território da Bacia Leiteira/AL, 1995-2017

Município/Território	Bovinos (cabeças)			Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite (mil litros)		
	1995	2006	2017	2006	2017	1995	2006	2017
Major Isidoro	24.590	23.828	22.198	7.831	14.392	17.211	21.893	26.901
Pão de Açúcar	19.916	18.300	15.036	4.184	2.761	7.098	7.045	4.646
Cacimbinhas	16.085	14.133	13.704	3.482	3.551	5.564	5.794	8.655
Batalha	18.596	13.326	10.976	4.308	6.067	18.821	12.276	12.708
Minador do Negrão	12.847	11.097	9.458	2.824	2.647	4.323	6.935	7.896
Jacarê dos Homens	11.081	6.822	8.759	2.428	2.157	9.140	4.627	7.283
Olho d'Água das Flores	8.153	8.315	7.547	1.830	1.672	2.426	2.791	2.798
Belo Monte	11.145	10.339	5.771	1.891	1.284	4.678	4.064	3.746
Jaramataia	5.272	5.795	4.103	1.934	1.522	4.228	5.049	4.174
Monteirópolis	5.951	5.604	3.846	1.473	1.057	2.609	3.323	3.336
Palestina	1.895	1.770	1.920	484	467	837	550	1.231
Bacia Leiteira	135.531	119.329	103.318	32.669	37.577	76.935	74.347	83.374

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995, 2006 e 2017.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Constatou-se, também, que a redução do cômputo geral de bovinos é influenciada pelo estímulo à comercialização do gado novilho (15 a 18 meses de idade) em função dos impactos causados pelas estiagens prolongadas. Indicadores da precipitação anual, disponíveis pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas, retratam que a década de 2010 consistiu em um período de déficit pluviométrico no semiárido alagoano, resultando em secas prolongadas. No ano de 2016, dados coletados na estação meteorológica de Pão de Açúcar, pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, indicaram precipitações anuais de apenas 366,8 mm. No ano seguinte, o mesmo instituto indicou precipitações de 614,9 mm no município. Ainda em 2017, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN divulgou dados pluviométricos de Olho d'Água das Flores e Major Isidoro, que apresentaram, respectivamente, 812,2 mm e 380,2 mm de precipitações anuais. Apesar de Olho d'Água das Flores apresentar, em 2017, excepcionalidade climática¹⁸, em relação aos demais municípios monitorados, observa-se que no TBL as isoietas não ultrapassaram 700 mm. Em algumas áreas, inclusive, as precipitações estão abaixo de 500 mm (BARROS et al., 2012).

¹⁸ No semiárido nordestino, as chuvas são irregulares e má distribuídas. Algumas áreas podem apresentar escassez acentuada de precipitações, enquanto outras concentram aguaceiros em curtos períodos.

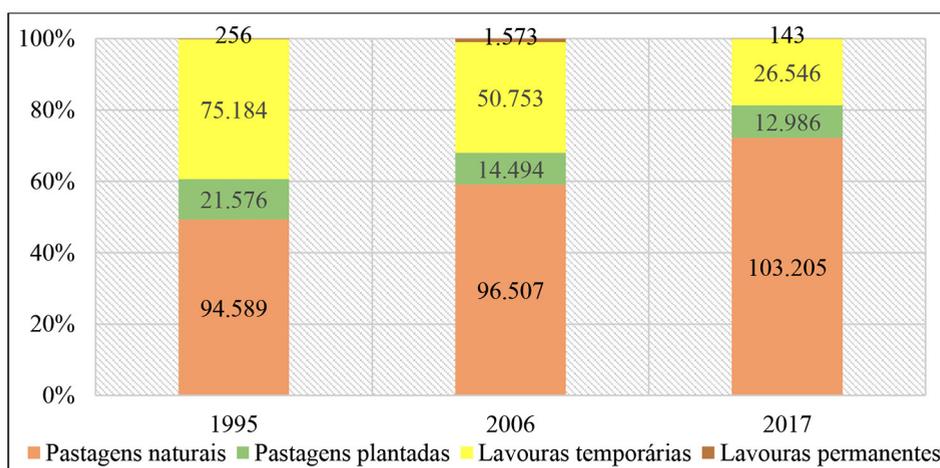
No tocante aos impactos dos excessos climáticos sobre a produção leiteira no Nordeste, Silva et al. (2010) aponta que a pecuária pode ser afetada por fatores indiretos, associados à redução da disponibilidade e aumento dos preços dos suplementos alimentares. Nota-se ainda a proliferação de pragas, doenças, bem como, a diminuição da qualidade dos pastos e dos cultivos forrageiros. De forma direta, as estiagens intensificam o estresse térmico dos animais, implicando alterações metabólicas e comportamentais, que se traduzem na redução do consumo alimentar, além de impactos na reprodução, gestação e lactação dos bovinos. Em casos extremos, o aumento da temperatura, a redução da umidade e a escassez dos alimentos levam a desnutrição e a mortalidade dos rebanhos.

Santana e Santos (2020) mencionam que no semiárido nordestino as atividades da agropecuária foram fragilizadas entre 2011 e 2017 em função das estiagens. No TBL, os efeitos do clima na redução da produção da bovinocultura leiteira são observados, sobremaneira, nos municípios que apresentam diminuta agregação de tecnologias no desenvolvimento da pecuária. Em Pão de Açúcar, Belo Monte e Jaramataia, a redução na produção de leite (Tabela 1), entre 2006 e 2017, está relacionada ao domínio de rebanhos rústicos, que dependem significativamente das pastagens plantadas e naturais na sua alimentação. Em contrapartida, em Major Isidoro, Cacimbinhas, Minador do Negro e Jacaré dos Homens verificaram-se padrões de produção significativamente alterados, que incluem modificações genéticas dos animais e incremento de rações na sua dieta. Essas mudanças impulsionaram o aumento da capacidade de fornecimento de leite pelas vacas ordenhadas, reduzindo os impactos das estiagens sobre a bovinocultura. Tal fato é evidenciado no município de Major Isidoro, que, embora tenha apresentado baixos índices de precipitações anuais em 2017 (380,2 mm), demonstrou, no mesmo ano, crescimento da produção de leite, quando comparado aos dados do censo agropecuário de 2006.

Embora a seca ainda configure um dos percalços ao desenvolvimento da bovinocultura leiteira, houve um processo de melho-

ramento produtivo dos animais que, em certa medida, é influenciado pela diversificação da suplementação nutricional dos bovinos. No tocante ao uso da terra no TBL (gráfico 1), observa-se o predomínio das pastagens em detrimento das lavouras. Essa configuração reflete-se nos dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017, que denotam a prevalência dos pastos naturais. Andrade (2011[1968]) já havia mencionado que a qualidade das pastagens naturais no sertão alagoano está associada, parcialmente, aos fatores edafoclimáticos. Na concepção do autor, consistem em ambientes mais úmidos, em relação às terras secas dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia.

Gráfico 1 – Uso da Terra (hectare), Território da Bacia Leiteira/AL, 1995-2017



Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Por sua vez, deve-se ponderar que durante as pesquisas de campo foi constatado o domínio das pastagens plantadas em detrimento dos pastos naturais, fato que se contrapõe aos dados apresentados pelo IBGE. Essa contradição é influenciada pela variabilidade da composição das pastagens em função das mudanças na sazonalidade do clima semiárido. Durante o período seco, os campos são dominados

por uma vegetação herbácea rala, encontrada no bioma caatinga e resistente as estiagens. Todavia, com as primeiras chuvas as pastagens são tomadas por espécies cultivadas de capim, que foram introduzidas no território: pangola (*Digitaria decumbens*), elefante (*Pennisetum purpureum*), sempre-verde (*Panicum maximum* Jacq.) e buffel (*Cenchrus ciliaris* L.). Esta última é considerada por Ferreira et al. (2009) a forrageira herbácea mais produtiva e resistente a escassez pluviométrica, configurando-se importante na composição nutricional dos bovinos.

O desenvolvimento da cultura da palma forrageira (*Opuntia ficus indica*-Mill) também é apontado por Andrade (2011[1968]) como um dos elementos fundamentais no melhoramento da produtividade dos bovinos no sertão de Alagoas. Dados do censo agropecuário de 2017 apontam a palma como o principal cultivo do TBL, que atingiu 195.884 toneladas e representou 55,75% da produção da lavoura temporária. Esse quantitativo é equivalente a 64,26% da produção da forrageira cactácea no estado. As discussões realizadas por Ferreira et al. (2009), ao analisar as estratégias de suplementação das vacas leiteiras no Nordeste, também retratam que a palma consiste em recurso alimentar fundamental para os rebanhos, em função de seu potencial energético.

No TBL, o plantio da palma forrageira estava inicialmente associado ao cultivo do algodão (*Gossypium hirsutum*): a cada três safras anuais da oleaginosa realizava-se o corte da cactácea (FERRARI, 1990). A referida autora considera que o plantio consorciado de pastagens ou da palma com o algodão permitiu, a priori, a permanência desse cultivo, especialmente, porque era com a lavoura de algodão que se pagava o plantio das pastagens e da palmácea. A produção de algodão herbáceo em caroço, no estado de Alagoas, correspondia a 23.347 toneladas no ano de 1975, conforme a Pesquisa Agrícola Municipal disponível no IBGE. Os municípios que compõem o TBL possuíam uma produção de 6.257 toneladas do produto, ou seja, 26,80% da quantidade produzida em Alagoas. Seguindo a tendência estadual, a

produção da oleaginosa entrou em declínio a partir de 1975. No último censo agropecuário, realizado pelo IBGE em 2017, a atividade foi extinta do TBL e reduziu-se ao quantitativo de apenas quatro toneladas no estado.

Apesar do avanço dos cultivos de pastagens e da palma terem contribuído para a extinção dos algodoads nos municípios pesquisados, a alimentação das vacas no período das secas ainda é realizada com o uso do caroço do algodão. Trata-se de uma prática antiga, que remete a importância da cultura da oleaginosa no sertão nordestino, até meados da segunda metade do século XX. Na ausência do algodão proveniente da lavoura local, os agricultores retomam experiências de seus antepassados nos cuidados com o gado e demandam o caroço em estabelecimentos comerciais de insumos agrícolas, situados nos aglomerados rurais e cidades circunvizinhas.

Paralelo ao uso desses suplementos foi incrementada significativamente as rações a base de milho forrageiro. Conforme reportado por Menezes (2009), a produção das rações no Nordeste foi incentivada inicialmente por técnicos agropecuários, provenientes de órgãos públicos e instituições bancárias (Banco do Brasil e BNB), junto a associações de pequenos produtores rurais, além de médios e grandes proprietários de terra, que aderiram a financiamentos agropecuários. Posteriormente, a técnica foi transferida aos demais agricultores por meio das redes de sociabilidade.

Apesar da importância da atividade para o crescimento da pecuária bovina, Menezes (2013) enfatiza que a difusão da técnica e a modernização do campo, geralmente alinhada ao monocultivo, renunciou a tendência de homogeneização da agricultura, fato evidenciado com a produção do milho forrageiro no sertão de Alagoas. Para tanto, observa-se que diversos produtos agrícolas perderam suas características específicas e passaram a ser considerados *commodities*.

A alimentação dos bovinos também é balanceada pelo uso do farelo de soja, proveniente dos cerrados e sul amazônico. Embora o

cultivo da soja esteja orientado para a exportação, o subproduto do grão é acessível aos agricultores familiares do TBL, por meio dos estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários. Esse cenário amplia a dependência do produtor em relação aos suplementos agrícolas e reforça a sua subordinação ao uso de um insumo exógeno, que diferente da palma forrageira, está sujeito as flutuações dos preços das commodities no mercado.

Embora haja uma diversificação na suplementação alimentar dos bovinos, a escassez de alimentos ocasionada pelas estiagens interfere na produção leiteira. Essa dinâmica é notável nas unidades de produção familiar, tendo em vista que a nutrição dos animais depende de uma complementação com as pastagens. Na redução dessas e na falta de recursos para custear a obtenção de rações, o gado mingua a produção de leite e padece perante a desnutrição. Dentre as 50 entrevistas aplicadas, verificou-se que os produtores rurais dispõem, em média, de 14 cabeças de bovinos. Dessas, seis correspondem a vacas ordenhadas, que forneciam aproximadamente 60 litros de leite por unidade de produção durante a estação seca, de agosto a março. Esses dados sofrem variação entre abril e julho, durante o período chuvoso. Nas narrativas dos produtores, se as chuvas forem regulares no inverno, a produção do leite aumenta em até 50% no mês de junho. Tal fato reforça que os padrões tecnológicos difundidos na agropecuária do TBL destoam de ações eficientes de convivência dos agricultores com o semiárido.

As alterações na dieta nutricional dos animais inserem-se no contexto de incorporação de novas técnicas e manutenção de antigas práticas agropecuárias difundidas no território. A coexistência dessas atividades, especialmente nas unidades de produção familiar, será abordada nas discussões subseqüentes.

Interfaces produtivas na pecuária leiteira da agricultura familiar: a complementaridade entre práticas tradicionais e modernas

Para além da diversificação nutricional, processos recentes de melhoramento genético dos bovinos contribuíram para o desenvolvimento produtivo da pecuária. Atualmente, a prática não se restringe ao cruzamento natural dos animais, mas, a adesão de técnicas vinculadas a inseminação artificial. Informações obtidas junto aos produtores de leite apontam que, 42% dos entrevistados realizam, ou já efetuaram, procedimentos de seleção genética e inseminação controlada dos rebanhos.

Durante as pesquisas também foram identificados profissionais em agropecuária, que realizam a prática da inseminação artificial mediante experiências adquiridas em cursos de nível médio técnico e superior. A técnica também é incentivada pelo governo do estado, que implantou no ano de 2016 o Programa de Melhoramento Genético dos Bovinos, por meio de parcerias com o Sebrae/AL e as empresas In Vitro Brasil e Nordeste *In Vitro*. Em estudo sobre a pecuária leiteira de Alagoas, foi constatado que, em janeiro de 2016, a Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Alagoas – Seagri obteve um quantitativo de quatro mil doses de sêmen da empresa Semex. O material genético foi extraído de touros das raças holandesa, gir e girolando e distribuído para 600 pequenos produtores do estado de Alagoas, incluindo segmentos da agricultura familiar do TBL (ALAGOAS, 2017). O principal objetivo das ações consiste em estimular o aumento da produção leiteira com o uso de tecnologias genéticas nos rebanhos.

A alimentação, a modificação genética, bem como, a preocupação com a sanidade dos bovinos – especialmente em relação à vacinação contra a febre aftosa – são processos recorrentes em grandes propriedades, mas também, em pequenas e médias unidades de produção, mantidas pela agricultura familiar. Por sua vez, deve-se ponderar que as técnicas e as atividades da pecuária difundidas no

território, também resultam de experiências e aprendizados adquiridos, reformulados e compartilhados com diversos atores ao longo de diferentes temporalidades. Isso demonstra processos de complementaridade entre novas e antigas práticas produtivas.

A coexistência de atividades modernas com antigas práticas consolidadas em temporalidades remotas resulta da incompletude da modernização produtiva de segmentos da agricultura familiar no Brasil. Conforme Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) e Vieira Filho (2013), no Nordeste brasileiro o processo de especialização das unidades de produção familiar é dificultada pela desarticulação entre os produtores, baixa inserção social e desigualdade na distribuição de recursos, provenientes de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Diferentes autores (ABROMOVAY; VEIGA, 1998; MATTEI, 2015; AQUINO; SCHNEIDER, 2015; WESZ JÚNIOR, 2021) ressaltam que a burocratização intrínseca as exigências do sistema financeiro, a exclusão de agricultores familiares com renda reduzida e a deficiência produtiva de segmentos da agricultura familiar do Nordeste, configuraram-se como gargalos a expansão das políticas públicas na região. Esses entraves dificultam a consolidação na adesão a tecnologias e insumos pela agricultura familiar, que, notoriamente, já são acessados por grandes pecuaristas.

Para além da adesão incompleta aos processos de especialização produtiva, a manutenção de antigas práticas constitui uma forma de assegurar a preservação de técnicas e saberes arraigados culturalmente a dinâmica do território. No quadro 2, estão elencadas as principais práticas da pecuária bovina do TBL. Constatam-se a permanência de atividades tradicionais e a emergência de outras, que mais recentemente passaram a figurar nos estabelecimentos agropecuários.

Quadro 2 – Atividades da pecuária bovina, Território da Bacia Leiteira/AL, 2019-2020

Manejo	Práticas tradicionais	Práticas recentemente incorporadas no território
Criação dos rebanhos	Pecuária extensiva na caatinga e em pastos nativos	Semiconfinada e confinada
Raças dos bovinos	Criação do gado pé-duro	Cruzamento do gado pé-duro com bovinos zebu, holandês, gir e girolando
Suplementos alimentares	Vegetais da caatinga, caroço de algodão e palha de milho	Palma, soja, silagem de milho, farelo de trigo e pastagens plantadas
Procriação dos animais	Cruzamento natural	Inseminação artificial
Ordenha	Manual, uma vez ao dia e estímulo natural na ordenha	Mecânica, duas vezes ao dia e estímulo hormonal injetável na ordenha
Armazenamento da matéria-prima	Recipientes de ferro e zinco	Recipientes plásticos e tanques de resfriamento
Tratamento das doenças dos animais	Uso de ervas e rezas realizadas por benzedores	Inspeção sanitária e tratamento veterinário
Ofícios e profissionais	Vaqueiro, amansador de animais, carreiro, boiadeiro e tangedor	Caminhoneiro, técnico agropecuário, zootecnista e veterinário
Destino do leite	Autoconsumo e produção artesanal dos derivados de leite	Comercial e produção industrial dos derivados de leite
Meios de transporte	Equinos, muares, asininos, carroça e carro de boi	Caminhão de carga, veículo com refrigeração, reboques e motocicletas

Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Dentre as práticas de manejo inseridas nos processos recentes de modernização da agropecuária, a disponibilidade de tratamento veterinário dos animais, assistência da extensão rural, caminhão de carga e veículos de refrigeração são serviços e insumos acessados, principalmente, por grandes pecuaristas. Na modalidade de veículos, somente a motocicleta configura um componente amplamente difundido, tanto nos grandes estabelecimentos, quanto nas pequenas unidades de produção. Tanger o gado, ou simplesmente deslocá-lo em pequenas distâncias, são práticas que, gradativamente, deixam de ser realizadas a cavalo, em função do uso da motocicleta.

Nos estabelecimentos da agricultura familiar verificou-se, ain-

da, o uso irrestrito da ordenha manual, embora médios e grandes proprietários de estabelecimentos agropecuários, já apresentem experiências com a prática de forma mecânica. Nesse tipo de ordenha, a disponibilidade do leite ocorre por meio da aplicação injetável do hormônio ocitocina no animal. Geralmente, tal procedimento é realizado em condições precárias de higiene, incluindo o compartilhamento de seringas durante a aplicação da ocitocina. O uso de agulhas contaminadas compromete a sanidade dos animais e, em diferentes estudos (TERÁN; SOTA, 1997; SOUZA et al., 2019), é apontado como uma das causas da transmissão do *Trypanosoma vivax*, agente causador da tripanossoma bovina.

Em contrapartida, na ordenha manual utiliza-se o instinto biológico no fornecimento da matéria-prima. Nesse processo, a obtenção do leite é estimulada pela presença do bezerro próximo à vaca. A prática do apoio natural no território é semelhante à identificada por Cruz (2012), nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. Antes da ordenha, o filhote é ligeiramente amamentado com os primeiros jatos de leite, condição que possibilita a limpeza das tetas e a liberação do leite. A disponibilidade contínua do alimento é garantida pela presença da cria, junto à mãe. No final da ordenha, os animais são soltos e o bezerro é amamentado com o resto do leite. A autora chama a atenção, que a prática leva ao esgotamento das tetas, prevenindo a ocorrência da mastite em função da liberação completa do resíduo da mama.

Ainda em relação à ordenha manual, nota-se que 58% dos produtores realizam o procedimento duas vezes ao dia: no início da manhã e no final da tarde. Por outro lado, 42% dos entrevistados fazem somente uma ordenha no período matutino. Outrora, quando o leite possuía apenas valor de uso, e a carne consistia no produto de troca, a ordenha das reses era realizada apenas durante a manhã. Semelhante ao processo identificado em Sergipe (MENEZES, 2009), observou-se que em Alagoas a miscigenação do rebanho do gado pé duro com matrizes das raças gir e holandesa, que produzem mais leite, contribuiu para o aumento do número de ordenhas.

Duas justificativas foram mencionadas por aqueles que na ocasião das entrevistas realizam apenas uma ordenha: a primeira, diz respeito aos efeitos da sazonalidade, ou seja, com a chegada das estia-gens reduz-se o volume do leite produzido pelo rebanho; e a segunda, refere-se aos cuidados e apreço aos animais. Na percepção de muitos produtores, o ato de realizar duas ordenhas é *“uma judiação com os bezerros, que fica com pouco leite para mamar”*. Logo, verifica-se que nos estabelecimentos da agricultura familiar identificados, o valor simbólico que se atribui a terra, também se estende aos animais, e de modo particular aos bovinos, dos quais se retira o sustento da família e fundamenta-se um modo de vida do ser sertanejo.

Considerações finais

As transformações da pecuária no TBL direcionadas a produção de leite estão alicerçadas em experiências de especialização produtiva associadas, sobretudo, ao melhoramento genético e a diversificação da alimentação dos animais. Embora o acesso aos novos insumos agropecuários estivessem, a priori, restritos aos grandes pecuaristas, o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a partir dos anos 2000, viabilizou que novas práticas de manejos fossem incorporadas pelas pequenas unidades de produção.

Nos segmentos da agricultura familiar, a pecuária leiteira apresenta uma combinação complexa de práticas produtivas, que revelam a manutenção de atividades tradicionais, paralelas ao uso de insumos e técnicas de manejo, que foram recentemente acessadas pelos pequenos produtores de leite. Esse cenário é justificado por dois fatores: no primeiro, considera-se que há uma incompletude na modernização das práticas desenvolvidas pela agricultura familiar, em função das contradições atreladas a difusão das políticas públicas e a diversidade social e econômica entre os atores que estão contemplados nessa categoria; e no segundo, admite-se que as práticas tradicionais estão inseridas em um conjunto de técnicas e saberes, transmitidos e rea-

daptados em diferentes temporalidades, que ainda assumem relevância na organização social, cultural e produtiva dos pequenos estabelecimentos rurais.

Os desafios ao desenvolvimento da pecuária leiteira, especialmente, nas pequenas unidades de produção familiar, estão associados a discrepância entre as políticas públicas e o contexto territorial do semiárido. Apesar do avanço de processos de especialização produtiva, a falta de capitalização e a fragilidade da extensão rural colocam, periodicamente, os produtores rurais em situações de depreciação social e econômica, que se agravam durante os cenários de excessos climáticos, por ocasião das estiagens. Para a redução desses agravos, sugere-se a construção e a efetivação de uma política eficaz de convivência com o semiárido e o acompanhamento institucional e planejado dos segmentos da agricultura familiar, a fim de garantir a boa utilização dos recursos financeiros e a aplicação adequada das tecnologias associadas a agropecuária.

Referências

ABRAMOVAY, R. VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do PRONAF**. Brasília: IPEA, 1998.

ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial, 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963 [1907].

ALAGOAS. **Precipitação mensal e anual**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2016-2017. Disponível: <<http://www.semarh.al.gov.br/tempo-e-clima/analises-tecnicas/precipitacao-mensal>>. Acesso: 24 jan. 2021.

ALAGOAS. **Estudo sobre Pecuária Leiteira de Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Maceió: SEPLAG, 2017. Disponível: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/fab1d5e2-e649-40fd-a965-cd5b73235914/resource/7c57b399-bc36-42ab-b280-d665aeb2196b/download/pecuaria.pdf>>. Acesso: 14 jun. 2020.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011 [1968].

ANDRADE, M. C. **Nordeste:** alternativas da agricultura. Campinas, SP: Papirus, 1988.

ANDRADE, J. C. **As palmas forrageiras em Alagoas.** Maceió: Grupo Tércio Wanderley, 1990.

AQUINO, J. R. SCHNEIDER, S. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro:** avanços, contradições e desafios para o futuro. *In:* GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-50.

BARROS, A. H. C. ARAÚJO FILHO, J. C. SILVA, A. B. SANTIAGO, G. A. C. F. **Climatologia do estado de Alagoas.** Recife: Embrapa Solos, 2012. Disponível: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/950797/climatologia-do-estado-de-alagoas>>. Acesso: 14 maio 2020.

CABRAL, T. COSTA, C. **Indicador Geral do Estado.** Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2016.

CPLA. **Estrutura e programas vinculados a Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas.** Disponível: <<http://www.cpla.coop.br/>>. Acesso: 14 abr. 2020.

CRUZ, F. T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais:** um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERREIRA, M. A. SILVA, F. M. BISPO, S. V. AZEVEDO, M. Estratégias na suplementação de vacas leiteiras no semi-árido do Brasil. **Revista brasileira de Zootecnia**, v. 38, p. 322-329, 2009.

FERRARI, O. F. A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a definição dos centros urbanos. **Cadernos de Geociências;** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n.1, Edição Especial, Rio de Janeiro, p.01-53, 1990.

- FIEA. **Trajatória da Indústria em Alagoas: 1850/2017**. Instituto Euvaldo Lodi. Maceió: FIEA, 2018. Disponível: <<https://ielal.com.br/public/documentos/livro-trajetoria-da-industria-em-alagoas-1850-2017-1-1-.pdf>>. Acesso: 14 mai. 2020.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961[1959].
- GOUVEIA, A. M. R. C. PRADO, A. C. O. CARNEIRO, T. K. **G. Mudanças estruturais no setor lácteo nacional e suas representações na Bacia Leiteira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2000.
- IBGE. **Censo agropecuário 1995, 2006 e 2010**. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Acesso: nov. 2018.
- MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, v. 35, n.1, p.6-20, jan.-jun. 2015.
- MENDES, H. W. N. **A indústria de alimentos em Alagoas e a formação dos mercados de Maceió e Arapiraca**. 2020. 257 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.
- MENEZES, S. S. M. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. 2009. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.
- MENEZES, S. S. M. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013.
- NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, p.68-93, jul.-dez. 2005.
- NEVES, D. P. Agricultura Familiar: quantos Acoradours. *In*: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011[1942].

SANTANA, A. S. SANTOS, G. R. Impactos da seca de 2012-2017 na região semiárida do Nordeste: notas sobre a abordagem de dados quantitativos e conclusões qualitativas. **Boletim regional, urbano e ambiental do Ipea**, 22, p.119-129, jan.-jun. 2020. Disponível:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10392/1/brua_22_ensaio_ambiental_artigo_9.pdf>. Acesso: 22 set. 2020.

SILVA, J. L. **Experiência de desenvolvimento territorial: a questão do Proinf e da gestão social no Território da Cidadania da Bacia Leiteira/AL**. 2017. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

SILVA, J. G. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, T. G. F. MOURA, M. S. B. SÁ, I. I. S. ZOLNIER, S. TURCO, S. H. N. SOUZA, L. S. B. Cenários de mudanças climáticas e seus impactos na produção leiteira em estados nordestinos. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande/PB, v.14, n.8, p.863-870, 2010.

SOUZA, A. L. et al. Tripanossomose bovina em um rebanho leiteiro no município de Monte Carmelo, Minas Gerais: relato de caso. **Pubvet**, v.13, n.10, a437, p.1-5, out. 2019. Disponível: <<file:///C:/Users/Natan/Downloads/tripanossomose-bovina-em-um-rebanho-leit.pdf>>. Acesso: 14 jan. 2021.

TERÁN, M. V. SOTA, C. A. La tripanosomiasis bovina en América Latina y el Caribe. **Educación Continua**, Santiago/Chile, v. 33, n. 136, p.17-21, oct./dic. 1997. Disponível: <<http://www.revistasmvu.com.uy/index.php/smvu/article/view/522/345>>. Acesso: 14 jan. 2021.

VASCONCELOS JÚNIOR, N. A. **Organização espacial da Bacia Leiteira no semiárido de Alagoas**. 2017. 226 f. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, 2017.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Heterogeneidad Estructural de la Agricultura familiar em el Brasil. **Revista Cepal**, Santiago de Chile, n. 111, p.103-121, diciembre 2013. Disponível:<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37370/S2013656_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 14 ago. 2014.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WESZ JÚNIOR, V. J. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021. Disponível: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5353>>. Acesso: jan. 2021.

WOORTMANN, E. F. WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZUKOWSKI, J. C. Seguro agrícola e desenvolvimento rural – contribuições e desafios do SEAF. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.83-106.

CONSTRUINDO SABERES AGROECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ANTA - MG¹⁹

Jefferson Nunes*

Flamarion Dutra Alves**

Regiane Martins da Silva***

Introdução

Refletindo sobre o atual momento pelo qual estamos passando, pois enfrentar esse período de pandemia não tem sido fácil em todo planeta, enfrentar a pandemia pensando no Brasil torna-se ainda mais difícil, principalmente porque já se somam mais de 500 mil mortos em decorrência do COVID-19.

Vale ressaltar que a pandemia é o tema mais debatido por toda a mídia; há um bombardeio de informações devido a uma quantidade gigantesca de notícias relacionadas ao vírus, e encarar esse processo de quarentena é desafiador, especialmente quando se pensa no povo brasileiro, principalmente naqueles que são carentes e menos favorecidos quando se trata do papel do Estado.

Percebe-se que a pandemia tem alterado vários setores muito importantes, como economia, educação, segurança, saúde entre ou-

¹⁹ Artigo elaborado para o VII Encontro Nacional da Rede de Estudos Agrários – ENREA. Relatório de pesquisa.

* jefferson.nunes@sou.unifal-mg.edu.br

** flamarion.dutra@unifal-mg.ed.br

*** regimartins1991@gmail.com

tros. Todas essas áreas estão tendo que ser repensadas e debatidas em todo território brasileiro, pois é fundamental discutir a questão da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) nas escolas, nas universidades, no ambiente de trabalho, no ambiente familiar etc.

Desse modo, entrando no tema deste artigo, pensando nas questões agrárias no Brasil, precisamos falar daqueles que são responsáveis por produzir 70% dos alimentos que chegam a nossas mesas. Sendo assim, cabe ressaltar aquilo que Maluf (2020) explica ao apontar que era previsível que a comida, tanto sua disponibilidade como o acesso a ela, viesse a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pelo qual o país está passando, ao lado, e como complemento indispensável, dos cuidados com a saúde das pessoas infectadas ou não pelo vírus.

Segundo Maluf (2020), a preocupação em ter o que comer para não passar fome e com a possibilidade de haver meios adequados para obter alimentos sem risco de se contaminar passaram a estar na preocupação diária mesmo daqueles para quem comprar e comer não eram mais do que rotina obrigatória, sem maiores reflexões a respeito. Sem constituir uma novidade trazida pela pandemia, a permanente busca diária por essa condição essencial para viver ficou ainda mais difícil para os milhões de miseráveis, desempregados, moradores das periferias, população em situação de rua e outros vulnerabilizados nas cidades e nos campos no Brasil.

Nessa perspectiva, destacamos que quando mencionamos aqueles que são responsáveis por produzirem alimentos que chegam às nossas mesas, estamos mencionando os povos tradicionais, sendo eles camponato, quilombola, ribeirinho, vazanteiro entre tantos outros que compõem essa lista de personagens que há séculos vêm sendo destaque na forma de produzir e manejar uma agricultura mais comprometida com a soberania alimentar.

Ao falar em soberania alimentar, cabe ressaltar a contribuição de Coca (2016), pois, segundo ele, a bandeira da soberania alimentar tem sido levantada em diversas partes do mundo, abordando

temas como a defesa por uma justa distribuição de terras, a luta por melhores condições de comercialização dos produtos da agricultura camponesa e o aumento da oferta de produtos frescos e saudáveis para a população urbana.

Desse modo, é possível levantar essa bandeira em nossos ambientes de convívio e em nossas áreas de estudo, pensando em contribuir com uma alimentação mais saudável e justa para todos.

A proposta de soberania alimentar está centrada na defesa dos direitos coletivos das minorias, especialmente as que vivem nos campos e nas florestas. Nessa perspectiva, ela tem sido defendida como algo que transcende os aspectos conceituais, tornando-se um princípio e uma ética de vida (STÉDILE; CARVALHO, 2011). O tema, contudo, não é central na pesquisa realizada neste artigo, mas abordar esse conceito é de extrema relevância para explicar a importância do campesinato no recorte espacial deste trabalho, no Brasil e em toda parte do mundo.

Nessa perspectiva, em conformidade com Coca (2016), sob esses termos, evidencia-se que a soberania alimentar não está focada apenas no resultado da produção, mas também no modo como ela se dá. São valorizados os aspectos ambientais e sociais que estão atrelados à produção de alimentos e energia, indo além das abordagens capitalistas, nas quais os determinantes econômicos exercem centralidade. Isso é o suficiente para que se possa concluir que ela funciona como um regime alimentar alternativo.

Destacamos que duas informações são essenciais nas reflexões que virão neste artigo: i) os sujeitos que serão estudados e debatidos são o campesinato; ii) nosso recorte espacial foi a Zona da Mata Mineira, mais especificamente no município de São Miguel do Anta (SMA).

Pensando na pandemia que, infelizmente, desde 2020, é uma realidade em toda parte do mundo, não foi por acaso que demos início a este trabalho trazendo em primeira mão a questão sanitária, pois estamos vendo diversos profissionais de todas as áreas científicas esforçando-se e dedicando-se para combater o vírus e para por fim à crise.

Trazendo para nossa ciência, a Geografia sempre esteve a favor da sociedade. Isso é identificado nas pesquisas que têm como análises de os furacões, os vulcões, as inundações, a previsão do tempo etc. Pesquisas também são realizadas tendo como análises o espaço urbano, transporte, demografia, no espaço agrário, entre tantas outras que poderiam ser mencionadas aqui.

É pensando no espaço agrário brasileiro que ressaltamos a importância da pesquisa na geografia para a sociedade, pois, considerando nossa temática de estudo, cabe ressaltar que é preciso lançar um alerta em relação às transformações pelas quais o campesinato brasileiro vem passando nas últimas décadas, pois os desafios são constantes nas vidas dos camponeses, principalmente quando se trata de investimentos do governo e a falta de reconhecimento por várias classes.

Faz-se necessário ressaltar que não é afinidade deste artigo fazer comparações, a todo o momento, entre os diferentes sujeitos que atuam na produção de alimentos em solo brasileiro. Contudo, é imprescindível mencionar, no mínimo, dois fatores que separam o agronegócio do campesinato: i) os investimentos do governo destinados ao campesinato e agronegócio; ii) a lógica e intenções de como estão sendo realizadas as produções por essas diferentes classes.

A importância da pesquisa na Geografia para a população brasileira se estende às questões ambientais. É relevante esclarecer as diferentes formas de lidar com a natureza, onde esses diferentes sujeitos têm como intenção e capacidade de transformar o espaço, por meio da agricultura. Desse modo, é importante mencionar o custo a que o agronegócio tem produzido alimentos.

Atualmente, a mídia tem divulgado informações apenas sobre a logística de produção pelo agronegócio, mas ignora que essas mesmas empresas, que produzem toneladas de produtos anualmente, são as mesmas responsáveis pelos inúmeros problemas sociais e ambientais que estamos enfrentando nos últimos anos. É inevitável não denunciar que as atividades do agronegócio causam inúmeros danos ao ecossistema; dentre esses dados, pode-se elencar a contaminação dos

solos, a remoção de matas nativas, a contaminação de águas superficiais e subterrâneas com uma apropriação irracional dos recursos hídricos, causando, dessa forma, um comprometimento de toda a sociobiodiversidade dos diferentes ecossistemas.

Com isso, as profundas transformações, atreladas à expansão das relações capitalistas processadas no campo, podem ser em parte explicadas pelo fato de que, nas últimas décadas, com o avanço da tecnologia, o agronegócio tem sofrido constantes mudanças a fim de aumentara sua força e abrangência no território brasileiro, alcançando o seu principal objetivo, isto é, *commodities* agrícolas em larga escala para a exportação.

Esse processo é explicado por Oliveira (2002), sendo considerado como uma monopolização do território pelo capital. Tal processo abarca os camponeses que resguardam o controle sobre os meios de produção e valem-se de seu próprio trabalho para produzir. Ainda segundo o autor, compreendê-lo é tão importante quanto desvendar os meandros do processo de territorialização do capital, protagonizado pelo agronegócio em sua aliança com o Estado e com o mercado de *commodities*.

Dessa forma, destacamos que mesmo enfrentando inúmeros desafios e percalços, o campesinato brasileiro por todas as regiões do país continua resistindo, recriando e permanecendo com o foco em produzir seu próprio alimento e comercializar os “excedentes”, os quais são alimentos de qualidades e de grande variedade.

Mesmo com a recriação do campesinato, em contrapartida a essa monopolização territorial que está sendo levada a efeito, os cientistas modificam as sementes a fim de seu melhoramento genético, os tratores alteram os relevos e os aviões pulverizam as plantas para a diminuição de pragas. Contudo, indo na contramão dessa ciência subserviente, busca-se entender a lógica da produção camponesa, dado que o trabalho dos camponeses ainda é a melhor forma de garantir e levar alimentos, em quantidade, variedade e qualidade à mesa da população brasileira.

Como esclareceu Paulino e Almeida (2010), o camponês é todo aquele que tem um pedaço de terra e tira uma parte de seu sustento e de sua família dela. Vive de seu próprio esforço junto a sua família. Enfim, o camponês já é, *a priori*, um modo de vida, visto que

[...] ser camponês é ter um vínculo com a terra, né, você ter uma relação de sobrevivência daquilo que vai fazer, que é mexer com terra, tá próximo da natureza, ter uma cultura relacionada àquele homem do campo que tem um fogão à lenha, que gosta de criar seus animais, que produz a maior parte dos seus alimentos né. Mas acho que assim, ligado à cultura, ao vínculo que você tem com a terra e o que você produz o que você faz ali (CAMACHO 2014, p. 13).

Desse modo, cabe dar atenção às políticas públicas supostamente voltadas ao fortalecimento da agricultura pelos camponeses, pois, a despeito de situações de crises, recorrentes no Brasil, a produção camponesa supera, de longe, a empresarial, fato identificado por Oliveira (2003) a partir da análise de dados do Censo Agropecuário, e que, de acordo com o último levantamento censitário por ele analisado, chegava a 57% do valor da produção agropecuária nacional.

Sob essa ótica, ganha particular pertinência o motivo pelo qual foi escolhido este tema no presente artigo. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de mecanismos que nós não sabemos como, por exemplo, a questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas. Isso é algo que o camponês pode ensinar àquele que não está em seu meio, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações.

[...]. Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais parte da população está envolvida. Especialmente apreender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. (SHANIN, p.28-29 *apud* PAULINO, 2010, p. 20).

Dessa forma, em conformidade com Shanin – apud Paulino (2010) –, entendemos que, se quisermos aprender com o homem do campo e, ao mesmo tempo, ensiná-lo, precisamos criar e fomentar espaços de diálogos, criando vínculos e relações para unir o conhecimento empírico com o científico, buscando superar momentos de crises como esse causado pela pandemia. Nesse sentido, cabe elencar informações caracterizando a área de estudo onde foi realizado o recorte espacial.

A agricultura foi o principal fator a influir na decisão daqueles que primeiro se fixaram em São Miguel do Anta e a principal atividade econômica desde os primórdios até os dias atuais. O distrito foi fundado em 1857, subordinado ao município de Ponte Nova, do qual foi desmembrado em setembro de 1871 para pertencer ao recém-criado município de Viçosa. Em 07 de setembro de 1923, o distrito perdeu parte de seu território para o recém-criado distrito de Canaã, pela lei número 843, daquela data (PSMA, 2021).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Miguel do Anta (SMA) é um município do Estado de Minas Gerais. Os habitantes são chamados são-miguelenses. O município se estende por 152,1 km² e contava com 6760 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 44,4 hab/km² no território do município.

Sendo assim, como objetivo geral, o interesse deste artigo consiste em levar a efeito uma análise que visa a compreender quais são os desafios e as potencialidades em desenvolver uma agricultura mais sustentável no município de SMA, tendo como fio condutor a agroecologia.

Nessa perspectiva, três objetivos específicos foram estipulados, sendo eles:

- Analisar quais são os agricultores que produzem alimentos orgânicos no município de SMA;
- Compreender o que os funcionários públicos de SMA entendem por Agroecologia;

- Interpretar o significado das políticas públicas na reprodução das relações sociais;

Metodologia

Avançando nas discussões propostas e as que ainda serão elucidadas neste atual trabalho, enfim, pensando no método utilizado, abordamos o *materialismo histórico dialético* e acreditamos ser importante trabalhar com esse método para alcançarmos os resultados satisfatórios. O plano do artigo esteve intrínseco a responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos. Com o propósito de desenvolver com qualidade e profundidade as propostas acima, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, revistas, sites e livros como ponto de partida do trabalho, procurando consultar obras que serviriam de referência quanto às obras que tratem de questões camponesas local, regional e global.

Sobre as técnicas escolhidas neste artigo, cabe-nos reafirmar que o geógrafo(a) consegue realizar pesquisas de diversas formas, pois são características da ciência geográfica possibilitar encontros tanto no espaço físico quanto no espaço cibernético para melhor elucidar o tópico, fazendo ecoar as palavras de Santos (2003) sobre como a técnica não aparece isolada, mas em sistemas, os quais correspondem a conjuntos de técnicas hegemônicas num dado momento. Assim sendo, as diferentes técnicas e objetos distinguem os períodos históricos. Para além disso, o trabalho e as técnicas de cada época caracterizam seu tempo e seu espaço.

Pensando na realidade em que o país se encontra, na qual precisamos seguir todos os protocolos de segurança exigidos, utilizaremos ligações via celular, mensagens pelo *WhatsApp*, e-mails e reuniões via *google Meet*, as quais destacamos que foram essenciais e de extrema importância para obter dados e informações para alcançar os objetivos propostos. Ao realizar uma pesquisa social, cabe destacar que buscar conhecer mais sobre a realidade do campesinato, em especial o

brasileiro, serve-nos de apoio para descobrir e entender mais sobre a atual realidade em alguns casos no Brasil.

A pesquisa social é definida por Gil (1999, p. 42) como

(...) o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. “A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

Nessa perspectiva, e em conformidade com Gil (1999), destacamos que o público alvo foram funcionários públicos do município de SMA. Como já supracitado, por meio de comunicações digitais e tecnológicas, foram entrevistados funcionários do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Prefeitura Municipal de SMA e Secretaria da Agricultura.

Desse modo, vale ressaltar o que Santos (2003) chama de meio geográfico. Conforme o autor, o meio geográfico teve três etapas. Inicialmente, era o meio natural, no qual não havia expressivas transformações humanas. Existiam técnicas simples, como a agricultura e a domesticação de animais, mas essas eram entrelaçadas simbioticamente à natureza. Nele, os sistemas técnicos eram locais e desprovidos de objetos técnicos.

Desse modo, destacamos que este artigo não é o ponto de chegada, mas sim o ponto de partida, porque o cerne desta pesquisa é criar oportunidades para, de fato, semear a agroecologia nos espaços rurais e urbanos de SMA, espaços esses como: nas roças, escolas, empresas públicas, empresas privadas e ambiente de convívio dos moradores de SMA.

Resultados e Discussões: diálogos sobre saberes agroecológicos em SMA – MG

Continuando nessa linha de raciocínio, mesmo que de forma remota, foi satisfatório e esperançoso ter conversado com os funcionários públicos de SMA. Por ligações utilizando o celular, conversamos com Maria Célia e João Carlos. Segundo Maria Célia, “os agricultores do município de SMA continuam fornecendo produtos no sindicato e mercados da cidade”.

Por via remota, utilizando o *Google Meet*, conseguimos conversar com Gilmar e com Janaina; é interessante ressaltar que, após ter entrado em contato com Gilmar, o mesmo organizou e articulou a reunião entre nós três (lembrando que Gilmar é funcionário da Secretaria de Agricultura e a Janaina funcionária da EMATER). Nessa reunião online, foi apresentado o Anteprojeto de Pesquisa de uma futura dissertação de mestrado pelo autor deste artigo.

Debatemos assuntos, como a importância de trazer selo orgânico para a cidade que contemple os agricultores e a população como um todo. Também discorremos sobre as políticas públicas e a possível articulação de palestras com os agricultores de SMA para debatermos esses assuntos e também falarmos sobre o que é a agroecologia. Janaina e o Gilmar são agrônomos, Janaina formada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E o Gilmar formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Janaina afirmou que “pode contar com o apoio da EMATER, estamos aqui para prestar serviço a toda população, isso é nosso dever. E alegro-me em saber que pesquisadores tem uma visão voltada para o município”. Também ressaltamos o apontamento de Gilmar, de que “é importante ajudar aqueles que pensam em desenvolver pesquisas pensando no bem da sociedade, no meu caso, quando prestei concurso esse foi meu intuito”. Por trocas de mensagens via *WhatsApp*, outro entrevistado foi o funcionário da prefeitura, o Sr. Vianey, que disse que “é preciso dar atenção aos trabalhadores rurais de SMA, até porque a maioria deles são nossos eleitores”.

De certo, não estamos citando aqui frases romantizadas pelos funcionários públicos do nosso recorte espacial, mas para destacar a importância dos servidores enquanto personagens em nos ajudar a articular espaços de diálogos com os camponeses.

Após todos esses argumentos e citações dos encontros virtuais realizados com os entrevistados, vale ressaltar que muitas pessoas podem se mostrar mais à vontade em participar de um estudo pela conveniência de estar em sua própria casa, ou mesmo por se sentirem mais confortáveis para desistir da entrevista online, se assim desejarem, em comparação à entrevista presencial. Além disso, no atual cenário, em função da COVID-19, a realização de coleta de dados online é uma das poucas possibilidades para a continuidade de pesquisas que utilizam entrevistas. Esses procedimentos online podem ser conduzidos individualmente ou com um pequeno grupo de participantes (família, casal), como alternativa ou complemento à coleta de dados presencial. Ademais, elas podem ser realizadas de forma síncrona, com interação simultânea (video-conferência ou troca de mensagens instantâneas) ou assíncrona, sem interação simultânea, como e-mails e fóruns de discussão (SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020, p. 962).

Realizar trocas de saberes é uma das melhores formas de buscar e levar conhecimentos para os camponeses; promover encontros é a questão fundamental na qual surgem oportunidades para acompanhar mais de perto tudo aquilo que os camponeses têm para nos ofertar, em especial, os conhecimentos agroecológicos.

Altieri (2012) aponta que a agroecologia é composta por três pilares, sendo eles: i) como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; ii) como uma prática social adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; iii) como um movimento social que mobiliza atores envolvidos, prática e teoricamente, no desenvolvimento da agroecologia, assim como crescentes contingentes da sociedade mobilizados pela defesa da justiça social, da saúde ambiental, da economia solidária e ecológica, da

equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades.

Pensamos que a agroecologia tornou-se um caminho importante e sólido para que possamos valorizar o homem do campo, conservar de forma mais eficaz o meio ambiente quando se trata de cultivar alimentos, desencadear movimentos sociais capazes de envolver uma comunidade em busca de mais igualdade e solidariedade por meio dos principais articuladores, sendo eles os camponeses.

Nessa mesma sequência de ideias a respeito do conceito de agroecologia, argumentamos que ela é compreendida como um projeto político no contraponto do modelo de agricultura convencional, sobretudo ao defender outro modelo de produção para o campo, defendendo a mãe terra e a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos e na perspectiva da soberania alimentar. Nessa direção, a territorialização da agroecologia é resultado de um processo social e pressupõe a conformação do sujeito histórico-político no âmbito dos territórios, ou seja, as próprias famílias camponesas, as quais serão as responsáveis por transformar seus territórios em territórios agroecológicos (ROSSET e BARBOSA, 49, 2019).

Sendo assim, incorpora-se a definição de agroecologia cunhada por Altieri (2012), na qual se concebe a agroecologia não só como uma ciência, mas também como um conjunto de técnicas. Sendo assim, está na essência da agroecologia a sustentabilidade, tendo como ideia central ir além das técnicas agrícolas alternativas e desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa. Ou seja, a agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas, como ciência, baseando-se na aplicação da ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis.

Considerações Finais

Por meio do *materialismo histórico dialético*, este artigo procurou delinear uma via para uma contribuição pensando nas ciências

agrárias em geral, considerando as contribuições de autores como Altieri, Santos, Paulino, Oliveira, entre outros.

Unindo a Geografia com a Agroecologia, foi possível evidenciar que a pandemia veio para mostrar que o agronegócio não é o meio mais eficaz de produzir os alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro. Isso é comprovado pelo fato de que o agronegócio está conseguindo alcançar seu objetivo, que é produzir alimentos em larga e grande escala para exportações, tais como soja, milho, algodão etc., que continuam sendo exportados para a Europa e pelo mundo a fora.

Em contrapartida, ao pensar que as práticas agroecológicas exigem bastante domínio do ciclo vegetativo, e ao saber que a agroecologia envolve aspectos ambientais e sociais, é preciso fundamentar em obras que nos mostram como é urgente relacionar a geografia a outras ciências, como a agroecologia, para alcançar melhorias no campo da pesquisa por uma agricultura mais sustentável.

Ou seja, quando imaginamos os agricultores tradicionais, sem os numerosos equipamentos tecnológicos utilizados para o plantio, não semeando em grande escala, mas somente provendo o sustento de sua família e também garantido uma reserva com intuito de trocas com seus devidos companheiros de profissões, mal compreendemos o quão significativo e essencial esse ato é para a classe camponesa e para soberania alimentar desses sujeitos.

Nesse sentido, cabe elencar outras práticas que fogem ao padrão social marcado pelo individualismo, principalmente pelos recorrentes mutirões de trabalho que envolvem toda a comunidade, sendo tal prática indispensável para resistência desses camponeses e, assim, originam-se muitas experiências adquiridas por meio das relações com a terra.

Nitidamente, evidenciamos que a racionalidade do campesinato não converge com a racionalidade do agronegócio. Ao contrário, deixamos bem claro aqui o antagonismo presente entre as duas práticas. Sendo assim, é importante ressaltar uma visão equivocada de que os camponeses são sujeitos paralisados no tempo, cristalizados,

sem importância por não estarem alinhados à tendência de tornar homogêneo o território: utilizando aparelhos de últimas gerações, uso de determinados “defensivos agrícolas” que “ajudam” no cultivo e por não se curvarem às tendências culturais do pós-modernismo.

Em vários aspectos, é possível perceber o quanto é importante ter um olhar geográfico sensível ao modo de vida camponês, pois esses sujeitos foram, são importantes e serão os guardiões de nossa soberania alimentar e de uma cultura que resguarda valores coetâneos e alinhados a uma responsabilidade socioambiental. Desse modo, é preciso expandir a compreensão em todas as dimensões sobre esse modo de vida no intuito de registrar e denunciar as quimeras que se propagam sobre estes sujeitos históricos que indubitavelmente possuem uma enorme importância.

A geografia agrária possui um grande potencial para alavancar debates, discussões, e, sobretudo, criar pontes entre várias ciências, como agroecologia, antropologia, história, biologia, serviço social, entre outras, com o objetivo de auxiliar na superação dos desafios que os camponeses estão, diariamente, enfrentando, principalmente a falta de reconhecimentos e incentivos, como mencionado anteriormente.

Na atual conjuntura provocada pela pandemia, criando esse elo entre geografia, campesinato e agroecologia só comprova aquilo debatido por Félix (2013, p. 02), pois, utilizando a lógica da teoria da modernização, o campesinato a fragiliza e desmascara no momento em que demonstra que o acesso à técnica e às formas de produção não destroem a lógica camponesa. Pelo contrário, percebe-se a sua recriação em outro contexto, com outras possibilidades. O campesinato é a expressão contraditória de um modo de produção cuja mola propulsora não é somente a mercadoria, mas, sobretudo, a acumulação.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2012, p. 400.

- NUNES, J.; ALVES, F. D.; SILVA, R. M. Construindo saberes agroecológicos...
- FÉLIX, I. M. C. S. Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato. **Anais do Simpósio Baiano de Geografia Agrária e Semana de Geografia da UESB**. Vitória da Conquista- BA, 2013.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico; resultados preliminares. São Miguel do Anta - MG**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-miguel-do-anta/panorama>.
- GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicos de pesquisa social**/Antonio Carlos GIL. -6. ed-São Paulo: Atlas, 2008.
- MALUF, R. **Comer em tempos de pandemia e após**. 2020.
- ROSSET, P.; BARBOSA, L. P. **A territorialização da Agroecologia na Via Campesina**. Uberlândia: SBEE, 2019.
- OLIVEIRA, A U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da Geografia).
- OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: OLIVEIRA, A. U; CARLOS, A. F. (Orgs.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.
- OLIVEIRA, A U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2003.
- OLIVEIRA, A U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PMSMA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA NOVOS TEMPOS, **Histórico**, c 2017.
- CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014.
- COCA, E. **20 anos da proposta de soberania alimentar**. NERA, n. 32, 2016. p. 14-33.

COCA, E.; BARBOSA Jr. **Hortas escolares em Vancouver, Canadá como parte da 'segunda geração' da soberania alimentar.** Ateliê geográfico, v. 12, n.1, 2018. p. 219-236. SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios.** Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia nova.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Economia Espacial.** São Paulo: Editora da USP, 2007, p. 2004.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, p. 584-602, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. **Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19.** REFACS, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

III

Relações entre Campo-Cidade e Ruralidades



ALIENAÇÃO ECONÔMICA E VULNERABILIDADE TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS ESPECIALIZADOS NO AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO²⁰

Henrique Faria dos Santos*

Resumo: O objetivo do presente artigo é discutir o contexto de alienação econômica dos municípios mais especializados na produção do agronegócio sucroenergético e o conseqüente quadro de vulnerabilidade territorial que se instala a partir dessas formas de situação geográfica. Na recente expansão do setor no território brasileiro, ocorrida sob intenso processo de especialização regional e territorial produtiva, vários municípios tiveram vastas áreas de terras convertidas em cultivo de cana-de-açúcar, ao passo que muitas cidades próximas, especialmente as pequenas (baixo efetivo populacional e dinamismo urbano-industrial) se funcionalizaram para atender as demandas produtivas e logísticas das usinas. Tal situação resultou, por outro lado, em exacerbadas dependências econômicas desses municípios à atividade sucroenergética, expressando quadros de vulnerabilidade territorial a crises locais provocadas por falências e fechamentos recentes de usinas, como os observados em Canápolis (MG) e Capinópolis (MG).

Palavras-chaves: especialização territorial produtiva; alienação econômica; municípios; agronegócio sucroenergético; vulnerabilidade territorial.

²⁰ Trabalho derivado de pesquisa de Doutorado sob apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n° 2017/15377-3.

* Doutorando em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
livehenriquefariasantos@hotmail.com

Introdução

A recente expansão do agronegócio sucroenergético no território brasileiro se deu a partir de um intenso processo de *especialização regional e territorial produtiva* (SILVEIRA, 2010, 2011), em que várias regiões e seus respectivos municípios especializaram-se funcionalmente para a produção e/ou processamento da cana-de-açúcar, atendendo aos mercados de açúcar, etanol e bioeletricidade. Dado um particular padrão espacial de ocupação e de um uso singular do território pela agroindústria sucroenergética, vastas áreas rurais foram convertidas pela monocultura canavieira, transformando radicalmente as paisagens rurais, enquanto as cidades próximas, especialmente os de pequeno efetivo populacional e de baixa dinâmica urbano-industrial, tornaram-se dependentes do ritmo de funcionamento dessas agroindústrias, já que demandam diversas infraestruturas e serviços urbanos.

Contudo, a formação desses municípios especializados na produção do agronegócio sucroenergético tem revelado situações preocupantes de *alienação econômica* (SANTOS; SILVEIRA, 2001) e de *vulnerabilidade territorial* (CAMELINI; CASTILLO, 2012; SANTOS; CASTILLO, 2020), dado que a atividade tem enorme poder de criar níveis de dependência socioeconômica local e causar danos de difícil solução quando, por exemplo, processos de recuperação judicial, falência e fechamento de usinas ocorrem. Ao longo da década de 2010, marcada pela crise do setor sucroenergético no Brasil, vários foram os municípios da Região Centro-Sul que tiveram suas economias prejudicadas em função do fechamento temporário ou permanente de usinas, ficando completamente reféns das decisões corporativas e do destino da única atividade que os dinamizam.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir o contexto de alienação econômica dos municípios mais especializados no agronegócio sucroenergético e o conseqüente quadro de vulnerabilidade territorial que se instala a partir dessas formas de situação geo-

gráfica. Para tanto, buscamos, na primeira parte, explicitar como e por que ocorre a especialização territorial produtiva de muitos municípios dedicados ao agronegócio sucroenergético, enquanto que, na segunda parte, trazemos exemplos emblemáticos de vulnerabilidade territorial desses tipos de municípios que foram recentemente afetados pelo fechamento de usinas sucroenergéticas durante o período recente de crise do setor, como o de Canápolis (MG) e Capinópolis (MG).

A dinâmica de especialização e de vulnerabilidade territorial dos Municípios Produtivos do Agronegócio Sucroenergético

O contexto de ligeira expansão geográfica e posterior instabilidade econômica e centralização do capital do setor sucroenergético nas primeiras duas décadas do século XXI representou um quadro de *vulnerabilidade territorial*²¹ em várias partes do Brasil (CAMELINI; CASTILLO, 2012; SANTOS; CASTILLO, 2020). A instalação e operação de usinas sucroenergéticas transformou a economia e o cotidiano de muitos lugares, pois desencadeou um processo intenso de *especialização territorial produtiva* (SILVEIRA, 2010) em muitos municípios. As demandas de consumo produtivo da agroindústria sucroenergética e o aumento do consumo consumptivo da crescente população local (SANTOS, 1996), sobretudo do contingente de trabalhadores atraídos pela oferta de empregos vinculados a atividade, elevou o número de comércios e serviços nessas cidades, bem como contribuíram para incrementar a arrecadação de impostos das prefeituras, que passaram a dispor de mais recursos para realizarem novos investimentos e ampliar o pessoal administrativo.

Por outro lado, a monocultura de cana-de-açúcar passou a ocupar a maior parte das terras nos espaços rurais, diminuindo a

²¹ Por vulnerabilidade territorial compreendemos a suscetibilidade do território em sofrer danos e perdas (econômicas, sociais e/ou ambientais) em decorrência de crises (setoriais ou macroeconômicas, internas ou externas) ou degradações socioambientais causadas por alguma atividade antrópica (SANTOS; CASTILLO, 2020).

diversidade produtiva agropecuária, ao mesmo tempo que tornou as atividades urbanas de vários municípios, especialmente os de baixo patamar demográfico²², completamente funcionalizadas e dependentes economicamente da dinâmica produtiva sucroenergética. O contexto está inscrito nos mesmos processos de reestruturação urbano-regional causada pela agropecuária moderna, formando o que Denise Elias (2010, 2016) chamou de *idades do agronegócio*.

Na região Centro-Sul, por exemplo, verificamos que do total de 713 municípios envolvidos na produção do agronegócio sucroenergético²³, 460 (ou 64%) possuem mais de 50% de ocupação da cana-de-açúcar no total de áreas de lavouras temporárias e permanentes (média de 2017, 2018 e 2019) (IBGE, 2020a). Além disso, 110 ou 15% dos municípios possuem mais de 50% da área do território ocupado pela cana, pela média calculada das safras 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 (AGROSATÉLITE, 2020)²⁴. Desta amostra, 83 municípios

²² Esses municípios, em sua maior parte, possuem *idades pequenas* ou, como propunha Milton Santos (1982), *idades locais*, dentre as quais podemos compreendê-las como sendo núcleos urbanos dotadas de certa centralidade e que possuem (ou deveriam possuir) uma relativa autonomia econômica e político-administrativa, isto é, capazes de atender as necessidades inadiáveis de uma reduzida aglomeração populacional, tais como relacionadas à produção (agrícola e industrial) e ao consumo de bens e serviços públicos e privados (comércio, bancos, saúde, educação, transporte coletivo, segurança, saneamento etc.). Ou seja, são espaços urbanos dotados de certa concentração de moradores e complexidade de atividades que expressam uma divisão social de trabalho de alcance local (e regional, a depender da atividade) e muito influenciada pelo cotidiano rural/agrícola, mas suficiente para atender a sua hinterlândia (urbana e rural), permitindo-as serem reconhecidas como sedes municipais (no caso da legislação brasileira) (ENDLICH, 2009; CORRÊA, 2011; SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013; MANFIO; BENADUCE, 2021). Se diferenciam dos centros de hierarquia urbana superior já que “têm dificuldades em assegurar maior nível de ofertas de serviços sofisticados/diversificados e apresentam aquelas mercadorias que são mais rotineiras no processo de consumo humano, havendo menor abrangência no seu alcance máximo espacial” (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 50). Apesar da grande variação demográfica deste perfil geográfico-funcional de cidades, geralmente, no Brasil, elas apresentam patamares menores do que 60 mil habitantes (IBGE, 2020c).

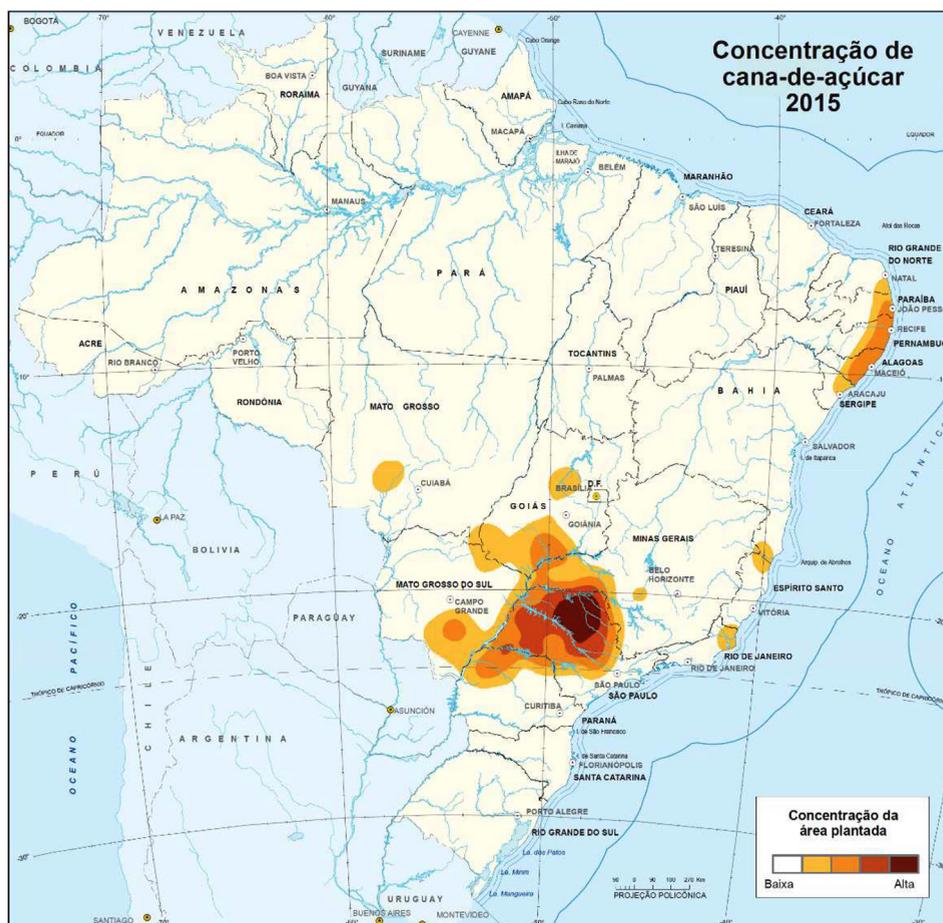
²³ Municípios que possuem usinas instaladas e/ou área plantada de cana-de-açúcar acima de 1.000 ha.

²⁴ O dado utilizado foi a área total cultivada de cana-de-açúcar de cada município (estados de SP, PR, MG, GO MS e MT) mapeada por imagem de satélite pela Agrosatélite Geotecnologia Aplicada, obtido mediante solicitação pessoal. Os dados de área de cultivo de cana em municípios de outros estados não mapeados pela empresa foram obtidos da PAM/IBGE (2020a).

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

têm menos de 30 mil habitantes, conforme consulta às estimativas do IBGE (2020b). Já do total de 254 municípios com usinas instaladas, 77% deles (197) tem semelhante patamar demográfico, demonstrando, portanto, um quadro com um número significativo de pequenas cidades altamente especializadas na produção canaveira. O Mapa 1 do IBGE ilustra as áreas de maior concentração do cultivo de cana-de-açúcar no território nacional em 2015.

Mapa 1 – Brasil: concentração da área plantada com cana-de-açúcar, 2015



Fonte: Extraído de IBGE (2017, p. 41).

A atividade agroindustrial sucroenergética, dada a sua necessidade por uso monopólico do território em função de algumas características intrínsecas de produção²⁵ (CASTILLO, 2013, 2015), ganha enorme participação e predomina, por exemplo, sobre o valor da produção agrícola, os contratos de arrendamento de terras, o emprego da mão de obra (urbana e rural), a geração de renda, a demanda por produtos e serviços urbanos (venda de insumos químicos e mecânicos, transporte, manutenção de máquinas e equipamentos etc.), o movimento do comércio e demais serviços à população (supermercados, lojas, farmácias, bancos, restaurantes, postos de combustíveis, escolas) e, por conseguinte, sobre a arrecadação fiscal das prefeituras, como a cota parte do ICMS e o ISS (REGAZZINI; BACHA, 2012). Mirlei Faccini Pereira (2015), por exemplo, analisando esses aspectos, denominou alguns centros urbanos na região do Triângulo Mineiro como “cidades da cana”, nos quais, segundo o autor, possuem as seguintes características:

- 1) São pequenos núcleos urbanos, em geral pouco populosos (no caso do Triângulo Mineiro variando entre 04 e 18 mil habitantes), que possuem uma ou mais usinas sucroenergéticas em área territorial municipal (com usinas próximas ou não da área urbana); 2) Tais núcleos estão inseridos em municípios com amplo domínio da cultura da cana em sua área territorial, quando comparada ao conjunto dos outros cultivos agrícolas (tanto os temporários quanto os permanentes), gerando paisagens monótonas que na última década ganham espaço no Triângulo Mineiro; e 3) Na maioria dos casos, tais núcleos possuem economia predominantemente pautada na atividade agropecuária (setor primário) ou industrial (um setor secundário resultante no mais das vezes exclusiva ou significativamente das atividades sucroenergéticas).

²⁵ A restrição ao armazenamento da matéria-prima, imposta pela perecibilidade da cana em até 48h após o corte e pelos grandes custos logísticos envolvidos no transporte de sua carga, e o ciclo econômico vegetativo, com rendimento médio agrícola viável, em média, até o quinto corte (necessitando assim do equilíbrio entre áreas de reforma, de cana recém plantada, de cana de primeiro corte e de cana soca para demais cortes), por exemplo, são características que obrigam a formação de uma extensa e contínua monocultura canavieira em áreas próximas, física e relativamente, às usinas, em um raio médio recomendável de até 50 Km (CASTILLO, 2013, 2015).

Ao estudar a dinâmica urbana do noroeste do estado do Paraná, Ângela Endlich (2009) assinala que a economia de vários municípios da região é marcada pela presença, dentre outras atividades, do setor sucroenergético, que respondeu fortemente pela refuncionalização dessas localidades para se tornarem lugares de suporte para a logística agropecuária e de moradia, este tanto para os trabalhadores agrícolas quanto para os proprietários fundiários e de agroindústrias. Nas palavras da autora (p. 184), nessas cidades “prevalece em especial o ramo agroindustrial, frequentemente monoindustrial, o que desenha uma situação econômica de maior fragilidade diante das incertezas do mercado mundial. As atividades agroindustriais são significativas para as pequenas cidades, tanto para aquelas em que a sede industrial está presente quanto para os municípios vizinhos”, já que a atividade envolve o uso do solo de diversos municípios fornecedores de matérias-primas e o recrutamento de mão de obra em âmbito microrregional.

Consideramos, desta forma, que as grandes usinas sucroenergéticas e suas áreas anexas de cultivo canavieiro podem ser vistas como *formas geográficas* (SANTOS, 1979) que difundem, através do conteúdo e da função em que lhe são próprias, o capital hegemônico nas regiões onde se instalam, provocando grandes transformações da estruturara socioeconômica local e diversas implicações territoriais²⁶. Como investigamos nesse trabalho, o crescimento econômico proporcionado pela expansão do setor sucroenergético nessas localidades mais especializadas (que preferimos chamar de *municípios sucroenergéticos*) é acompanhado de uma evidente vulnerabilidade do território. Isso porque, para Santos; Silveira (2001, p. 300), esses lugares se tornam especializações alienadas, em que:

²⁶ Segundo Milton Santos (1979, p. 198), “as formas se tornaram instrumentos ideais para promover a introdução do capital tecnológico estrangeiro numa economia subdesenvolvida e para ajudar o processo de superacumulação, cuja contrapartida é a superexploração. Aqueles países em que isto ocorre têm sua economia distorcida, suas tradições sacrificadas e suas populações empobrecidas”, pois essas formas “servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial” (*idem*, p. 202).

[...] o brilho das atividades locais constituírem uma coerência subordinada, dependente de entidades estranhas à área e cujo processo obedece a mandamentos que não têm nem inspiração local nem preocupação com os destinos locais (exceto naquilo que corresponde ao seu interesse privatista e imediato), de modo que o processo de crescimento realizado no lugar pode ser definido como um processo alienado, o que autoriza considerar tais atividades como especializações não apenas alienígenas, por sua origem, mas alienadas, pelo seu desenvolvimento e destino.

Assim, embora a instalação e operação de uma usina sucroenergética possa resultar no aumento dos níveis de emprego e renda, sobretudo nos pequenos municípios (BACCHI; CADARELLI, 2015; GILIO; MORAES, 2016; CALDARELLI; PERDIGÃO, 2018; GUEDES; VIAN; TERCI, 2019), a forma como a atividade usa o território para obter elevados níveis de competitividade acaba criando laços de dependência econômica que pode tornar esses lugares altamente vulneráveis a crises em função de quaisquer condições desfavoráveis do mercado de açúcar e etanol que afetem o empreendimento. Essa vulnerabilidade também se vincula as outras implicações socioambientais que são inerentes ao padrão de monocultura que se expande pelos espaços rurais próximos às agroindústrias (SZMRECSANYI; GONÇALVES, 2009; PITTA et al., 2014). De acordo com Camelini (2011, p. 58):

a fragilização espacial [decorrente] da especialização para a produção de etanol que, por um lado, confere atributos de competitividade diferenciados para esse segmento específico de atuação enquanto, por outro, diminui a autonomia local, à medida que insere o município num contexto de produção global, dentro do qual ele se torna extremamente funcional e alienado. Como resultantes desse processo, podem ser observadas diversas manifestações potencialmente comprometedoras da qualidade de vida, que decorrem da interferência direta ou indireta de agentes e processos totalmente desvinculados da realidade local.

Tal modelo de desenvolvimento baseado na excessiva especialização econômica voltada ao agronegócio globalizado pode incorrer, portanto, em consequências consideráveis, pois as regiões e seus mu-

nicipios se tornam economicamente muito dependentes de um número reduzido de empresas e/ou setores produtivos, ou de um número relativamente considerável de empresas interligadas a um único ramo produtivo ligado a um ou dois tipos de *commodities* agrícolas. Como afirma Dissart (2003, p. 424, tradução nossa), ao refletir sobre os casos envolvidos em outras atividades econômicas, “esta região pode se especializar em função de um pequeno número de indústrias economicamente promissoras. Isso pode gerar um rápido crescimento, mas a economia da região pode se tornar vulnerável a desacelerações nos setores em que é especializada”. Em situações de crise da empresa ou do setor produtivo, por exemplo, toda a economia local é afetada, já que os prejuízos são compartilhados na mesma proporção entre os agentes fortemente interligados na mesma cadeia produtiva predominante.

São os casos, por exemplo, dos municípios dedicados produtivamente ao agronegócio sucroenergético. Muitos deles recentemente foram afetados pelas empresas do setor sucroenergético que entraram em regime de recuperação judicial, falência ou encerraram temporária ou permanentemente as atividades de usinas na década de 2010, implicando em vários efeitos socioeconômicos negativos. Nessas situações, os municípios ficaram totalmente reféns das decisões corporativas dos usineiros, que a qualquer tempo, mesmo aqueles pertencentes a grandes grupos financeiramente sadios, optaram pelo fechamento das unidades menos eficientes ou que geravam prejuízos, objetivando a racionalização dos custos operacionais.

Contudo, em função de certas características geográficas e formas de uso do território, alguns municípios foram mais ou menos impactos por esses eventos, apresentando diferentes graus de *resiliência econômica territorial*²⁷. Municípios com maior porte populacional e mais diversificados economicamente, envolvendo um número maior

²⁷ Resiliência econômica regional/territorial, noção que tem sido muito utilizada em estudos de economia regional, é compreendida como a capacidade de uma região ou território de resistir, de responder, se adaptar e se recuperar de eventuais crises econômicas de natureza interna ou externa ao lugar (MARTIN; SUNLEY, 2015).

de atividades agrícolas e/ou urbano-industriais contribuindo para a geração de riqueza local, puderam amenizar os impactos do fechamento da usina e reduzir os efeitos de um ciclo vicioso desfavorável. Diferentemente ocorreu com os municípios que possuíam economias pouco diversificadas, tanto urbana quanto rural e, portanto, relativamente especializadas e dependentes do setor sucroenergético. Nestes casos, o encerramento das atividades de usinas resultou em sérios impactos em termos de emprego, renda e arrecadação fiscal das prefeituras, causando uma crise econômica local (estagnação ou declínio) e cuja recuperação tem levado vários anos. Como observam Castillo et al. (2016, p. 279):

Cada município, cada centro urbano, cada economia local reage de forma particular às oscilações dos preços das *commodities* agropecuárias nos mercados internacionais, às decisões das grandes empresas, às políticas públicas estaduais e federais (investimentos em infraestruturas e normas), mas todos eles são vulneráveis a agentes externos ao lugar e a contingências que não podem controlar.

Outro aspecto importante a ser considerado é o cenário atual de *financeirização e centralização do capital* no setor sucroenergético. Embora seja um dado de competitividade dos maiores grupos, a crescente financeirização também reflete aspectos de maior risco e vulnerabilidade, já que as empresas funcionam hoje com patamares elevadíssimos de alavancagem financeira em decorrência dos altos níveis de endividamento, sobretudo no mercado de capitais. Como aborda Pitta (2016), as empresas do setor sucroenergético (e possivelmente de todo o agronegócio) são movidas à rolagem de dívidas, num sistema de reprodução fictícia do capital que presume contínua expansão da capacidade produtiva futura para o pagamento dos compromissos assumidos juntos aos bancos e demais instituições e investidores financeiros, mas que dadas as instabilidades do mercado, podem ter suas expectativas frustradas e entrar rapidamente em um contexto de crise operacional.

Exemplos da fragilização de empresas a partir desse sistema descomunal de alta alavancagem financeira tem sido muito comuns nos últimos anos entre os grandes grupos que fecharam sucessivas safras com enormes prejuízos em decorrência das despesas (incluídas as dívidas) serem maiores do que as receitas²⁸, elevando os riscos de pedidos de recuperação judicial, falência ou mesmo fechamento imediato de unidades agroindustriais. Como os grupos de capital centralizado detêm muitas usinas localizadas em várias localidades do país, a dificuldade financeira de alguns, culminando muitas vezes na decisão de encerrar as atividades de algumas usinas para deslocar o uso da matéria-prima em unidades mais eficientes, refletem, diretamente, em incertezas, vulnerabilidades e instabilidades territoriais de muitos municípios. Tal contexto relaciona-se com o que Maria Laura Silveira (2002, p. 46) tratou de “efemeridade das localizações do capital” no atual período, pois

Os atores hegemônicos convocam toda a sociedade e todo o território a trabalhar para seus fins particulares, mas os capitais são insaciáveis, inconstantes e movediços e, por isso, não asseguram seu enraizamento. A localização é sempre provisória, ainda mais quando, como hoje, esses capitais são comandados pela sua parcela de capital financeiro.

²⁸ Novacana (02/05/2018): **Oito anos no vermelho: Umoe Bionergy teve prejuízo de R\$ 82,89 milhões em 2017**, disponível em: <https://bit.ly/3xNNqbR>; Valor Econômico (08/07/2019): **Tereos tem prejuízo e vê endividamento registrar crescimento expressivo**, disponível em: <https://glo.bo/3xMe7xs>; Valor Econômico (30/07/2019): **Usinas de BP e Bunge já perderam R\$ 7 bi**, disponível em: <https://glo.bo/3wJVRDV>; Novacana (23/06/2020): **Atvos tem prejuízo de R\$ 1,5 bi em 2019/20**, disponível em: <https://bit.ly/36C7F0c>; Novacana (28/07/2020): **Biosev amplia prejuízo em 2019/20 para R\$ 1,55 bi por impacto do câmbio na dívida**, disponível em: <https://bit.ly/3kph6Z6>; Novacana (04/08/2020): **Abengoa registra prejuízo em 2019 e completa uma década de resultados**, disponível em: <https://bit.ly/3hOpL5L>; Novacana (09/09/2020): **Clealco triplica prejuízo na safra 2019/20, alcançando perdas de R\$ 286,65 milhões**, disponível em: <https://bit.ly/3BaVSUA>; Novacana (30/09/2020): **Com prejuízo de R\$ 13,4 milhões, Della Coletta mantém sequência de resultados negativos**, disponível em: <https://bit.ly/3erjfxz>; Novacana (21/10/2020): **Após cinco anos, usinas do grupo Lincoln Junqueira voltam a ter prejuízo em 2019/20**, disponível em: <https://bit.ly/3eoQZxn>. Acesso em: jul./2021.

Portanto, dada as situações geográficas adversas dos lugares ao contexto de crise e de riscos das empresas do setor sucroenergético no Brasil, o presente estudo procurou identificar e analisar os *municípios produtivos do agronegócio sucroenergético* que foram negativamente afetados pelo fechamento recente de usinas.

Implicações econômicas da recente crise do agronegócio sucroenergético aos municípios especializados da Região Centro-Sul

Conforme abordado, por exemplo, em Santos; Castillo (2020), a crise recente do setor sucroenergético ocasionou uma onda de pedidos de recuperação judicial e falências de grupos empresariais em várias partes do país, incorrendo geralmente no fechamento temporário ou permanente de usinas. Entre 2008 e 2019, mais de 100 usinas foram desativadas no país, enquanto 96 estavam em recuperação judicial (65 em operação) e 29 falidas (ou seja, praticamente condenadas a serem desativadas permanentemente), até setembro de 2020. Esses casos, no entanto, desestabilizaram a economia de vários municípios envolvidos na produção sucroenergética e que estavam em situação de alta vulnerabilidade territorial, comprometendo os rumos de desenvolvimento local.

No geral, os principais efeitos negativos da falência e fechamento de usinas notados nesses municípios são: a queda dos níveis de emprego, a diminuição da renda dos habitantes (do campo e da cidade), a redução da produção agrícola, o fechamento de empresas (indústria e serviços), o colapso do comércio local e o decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB) e da arrecadação fiscal das prefeituras²⁹. A mesma situação se observa com as usinas em recuperação judicial, que devido a dificuldades financeiras, comumente diminuem o ritmo

²⁹ Folha de São Paulo (23/06/2014): **‘Cemitério de usinas’, cidades sofrem com crise sucroalcooleira em SP**. Disponível em: <https://bit.ly/380qR9d>. Acesso em: nov./2020.

de produção, causam demissões repentinas e, na maioria dos casos, sustentam dívidas com os agentes locais que se relacionam com a empresa.

Constata-se ainda que boa parte das usinas que atualmente se encontram fechadas mantinham condições irregulares durante o seu funcionamento, em âmbito ambiental, trabalhista e contratual, sendo comuns, por exemplo, a prática de queimadas e desmatamentos ilegais, descarte inadequado de resíduos agroindustriais (vinhaça, torta de filtro), precarização do trabalho (inclusive casos de trabalho análogo à escravidão), atrasos ou não pagamento de salários e direitos trabalhistas (rescisão de contrato, férias, décimo terceiro, FGTS, INSS), débitos com proprietários de terras, fornecedores de matéria-prima, bancos e Estado (impostos e tributos municipais, estaduais e federais) etc. O acúmulo de dívidas com os agentes locais, por conseguinte, é um agravante da situação de dificuldade econômica dos municípios, pois reduz drasticamente a renda da população, prejudica o movimento do comércio e limita os investimentos públicos.

A vulnerabilidade territorial estabelecida nos municípios afetados pela crise sucroenergética se caracteriza, portanto, pelos efeitos relacionados a danos e perdas na economia local em termos de emprego, renda, arrecadação fiscal e PIB. Em vista de boa parte dos municípios produtivos do setor sucroenergético ser de pequeno patamar demográfico para o padrão brasileiro, isto é, de até 30 mil habitantes, e que possuem pouca concentração ou diversidade de atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços), o cessamento da principal atividade produtiva (a sucroenergética) gerou sérios efeitos negativos de médio e longo prazo, como a diminuição da população residente, a estagnação ou decréscimo da economia (recessão) ou mesmo a perda da autonomia econômica municipal, chegando ao limite em que as prefeituras decretassem estado de calamidade pública e dependessem fundamentalmente de repasses de recursos da estância política estadual e/ou federal para assegurar o funcionamento da administração.

A Tabela 1 apresenta um conjunto de pequenos municípios da Região Centro-Sul que tiveram usinas desativadas durante a década de 2010 e que foram fortemente impactados. Os indicadores de participação do setor sucroenergético na área municipal, na área de lavouras, no valor da produção agrícola e no emprego formal em 2010 (antes do fechamento das unidades) mostram que tais municípios possuíam um nível relativamente alto de especialização territorial produtiva e, portanto, se encontravam muito vulneráveis. Além desses, alguns outros municípios também tiveram problemas socioeconômicos recentes em função da crise sucroenergética³⁰.

Para analisar as implicações locais de algumas usinas que faliram ou que entraram em recuperação judicial, optamos por contextualizar a situação econômica e gerencial dos grupos sucroenergéticos em crise e os respectivos efeitos socioeconômicos para os municípios sob influência da atividade agroindustrial. Dentre os casos de falência que afetaram significativamente várias economias municipais da região Centro-Sul, destacamos o do grupo João Lyra, que veremos a seguir.

³⁰ Novacana (28/08/2018): **Crise em usina da Renuka, em Promissão (SP), provoca prejuízos à população e ao comércio**, disponível em: <https://bit.ly/31q-jn90>.; Novacana (22/09/2019): **Fechamento da usina Santa Adélia Pioneiros já abala economia de município paulista de Sud Menucci**, disponível em: <https://bit.ly/2JTMMSt>.; ambas com acesso em: jun./2019.

Tabela 1 – Região Centro-Sul: indicadores de especialização territorial produtiva (2010) de alguns municípios com UAS paradas em 2020

Município	Dados dos municípios e UAS			Participação do setor em 2010 (%)					
	População estimada 2020 ⁽¹⁾	Grupo ⁽²⁾	Capacidade de moagem (t/safrã) ⁽²⁾	Status jurídico ⁽²⁾	Área municipal ⁽¹⁾	Área agrícola ⁽³⁾	Valor da produção agrícola ⁽³⁾	Emprego ^{(4)*}	Exportações ⁽⁵⁾
Canápolis/MG	12.201	João Lyra	1.760.000	F	11,4	80,9	55,0	57,1	0,0
Capinópolis/MG	16.234	João Lyra	1.656.000	F	9,8	16,6	31,9	33,2	0,0
Nanuque/MG	40.665	Infinity Bioenergy	1.400.000	F	15,3	95,0	93,3	10,6	0,0
Brasilândia/MS	11.853	CBAA	1.100.000	F	4,9	94,4	89,5	31,8	0,0
Maracaju/MS	48.022	Biosev e Tonon	4.764.400	R e F	5,1	7,8	23,8	19,3	44,3
Naviratã/MS	55.689	Infinity Bioenergy	3.400.000	F	3,4	11,4	17,6	17,3	12,5
Sidrolândia/MS	59.245	CBAA	S/I	F	1,6	9,7	21,8	7,7	1,7
Engenheiro Beltrão/PR	13.981	Sabaralcool	1.150.000	F	14,2	12,9	22,2	41,8	100,0
Moreira Sales/PR	12.042	Santa Terezinha	1.800.000	RJ	14,1	18,8	36,6	51,7	100,0
Nova América da Colina/PR	3.434	Destilaria Dasa	989.280	RJ	11,6	15,0	18,1	86,1	100,0
Perobal/PR	6.160	Sabaralcool	950.000	F	6,7	20,3	20,0	60,3	0,0
São Tomé/PR	5.750	Santa Terezinha	1.210.000	RJ	43,7	73,6	73,3	57,3	97,0
Brejo Alegre/SP	2.889	Renuka - Revati	4.500.000	RJ	44,2	59,3	81,3	87,9	100,0
Canitar/SP	5.292	Comanche	1.300.000	F	68,2	85,3	89,8	70,0	0,0
Espirito Santo do Turvo/SP	4.878	Usina JJ	S/I	F	27,9	94,4	91,9	67,4	82,0
Flórida Paulista/SP	14.790	Floralco	2.500.000	RJ	40,3	90,4	92,7	64,2	0,0
Ibiracema/SP	7.841	Usina Pau D'Alho	2.200.000	RJ	43,8	42,6	57,8	74,6	98,0
Marabá Paulista/SP	5.948	Usina Decasa	1.400.000	F	15,6	91,8	95,8	69,0	100,0
Monte Aprazível/SP	25.373	Usina Moreno	3.015.000	RJ	39,0	87,9	85,7	32,6	70,0
Presidente Alves/SP	4.080	Negrelli	1.300.000	RJ	6,8	66,4	52,5	66,8	0,0
Santa Rosa de Viterbo/SP	26.753	Pedra Agroindustrial	1.300.000	R	35,7	86,1	80,4	31,7	0,0
Santo Anastácio/SP	20.866	Alvorada do Bebedouro	S/I	RJ	8,4	59,2	75,5	27,4	0,0
Santo Antônio do Aracanguá/SP	8.481	Aralco	2.400.000	RJ	25,4	82,1	81,0	42,7	100,0
Sud Mennucci/SP	7.728	Santa Adélia	1.200.000	R	47,4	87,9	61,2	59,2	100,0
Theodoro Sampaio/SP	23.273	Atvos	2.100.000	RJ	22,1	97,3	98,8	35,1	100,0

Abreviaturas: F – Falida; RJ – Recuperação Judicial; R – Regular; S/I – Sem Informação.

Observação: * Participação do setor sucroenergético (agrícola e industrial).

Fonte: ⁽¹⁾ IBGE (2020b); ⁽²⁾ Novacana (2020); ⁽³⁾ Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE, 2020a);

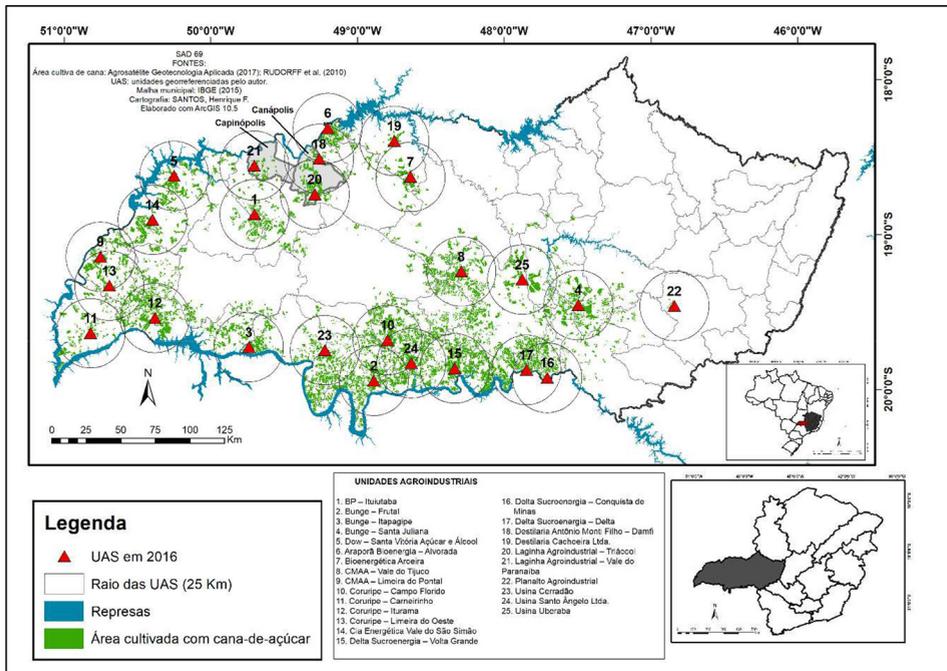
⁽⁴⁾ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020); ⁽⁵⁾ Comex Stat – Estatísticas do Comércio Exterior (ME, 2020).

Organização: Henrique Santos

O caso dos municípios de Canápolis e Capinópolis (MG)

O grupo usineiro do ex-deputado federal nordestino João Lyra foi um caso relevante de falência de usinas sucroenergéticas que abalou a economia dos municípios em que possuía unidades instaladas. A empresa tem origem em Alagoas, tendo fundado sua primeira usina no município de União dos Palmares em 1958. O grupo se expandiu para a região Sudeste a partir da década de 1980, adquirindo duas usinas nos municípios de Canápolis/MG (em 1988) e Capinópolis/MG (em 2001), localizadas a uma distância de 50 Km uma da outra (ver Mapa 2).

Mapa 2 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: espacialização das áreas de cultivo de cana-de-açúcar, localização das usinas sucroenergéticas e dos municípios de Canápolis e Capinópolis



Fonte: Agrosatélite Geotecnologia Aplicada (2017), Novacana (2017). Cartografia: Henrique Santos

Devido a práticas de má gestão dos empreendimentos, inúmeras irregularidades ambientais e trabalhistas, sonegação de impostos

e envolvimento com casos de corrupção, o grupo acabou entrando em recuperação judicial em 2008. Mas o não cumprimento dos acordos e o acúmulo de dívidas de mais de R\$ 1,2 bilhão com bancos, funcionários, proprietários fundiários, fornecedores de matéria-prima e o Estado fez com que a justiça decretasse a falência do grupo em 2012, o que incorreu no fechamento de suas unidades agroindustriais³¹ e na demissão de mais de 4,5 mil funcionários. Apesar do empresário já ter sido considerado um dos políticos mais ricos do país (com uma fortuna estimada em R\$ 240 milhões) e ter entrado com diversos recursos na justiça para contestar o processo de falência, após lento processo, as duas usinas mineiras foram leiloadas em 2017, enquanto as usinas alagoanas aguardam processo de conclusão para terem o mesmo destino, objetivando o acerto dos pagamentos aos credores pelo administrador judicial da massa falida. Contudo, até 2018, seis anos após o decreto da falência, muitos ex-trabalhadores ainda estavam sem receber os créditos da empresa³².

A operação agroindustrial totalmente descompromissada com os lugares e suas populações e o posterior fechamento das usinas resultaram em prejuízos enormes aos municípios alagoanos e aos da porção norte da região do Triângulo Mineiro³³ (PEREIRA; BEILER, 2020). O município de Canápolis (MG), com 12 mil habitantes, por exemplo, sentiu enormemente os efeitos do fechamento da usina Triálcool em 2013, que tinha capacidade de processar 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra e produzir açúcar e etanol (Figura 1). A desativação da unidade foi responsável por demitir mais de 1.000 pessoas, contribuindo para reduzir em mais de 40% os postos formais de trabalho no município entre 2013 e 2019, já que só a empresa absorvia em torno da metade dos empregos antes da falência (Figura 2). Além do não pagamento de salários e demais direitos trabalhistas, a empresa deixou de quitar dívidas com fornecedores de matéria-prima, arrendatários de terras, empresas de locação de máquinas e equipamentos, transportadoras e

³¹ O Estado de São Paulo (29/09/2012): **Justiça decreta falência das usinas do grupo João Lyra, de Alagoas**. Disponível em: <https://bit.ly/3xcKsgR>. Acesso em: jul./2021.

³² Novacana (26/07/2018): **Ex-funcionários de João Lyra cobram pagamentos**. Disponível em: <https://bit.ly/3qTq8yR>. Acesso em: jul./2021.

³³ Jornalcana (13/08/2014): **Fechamento de usinas afeta economias de cidades do Triângulo Mineiro**. Disponível em: <https://bit.ly/3hmTOkt>. Acesso em: jul./2021.

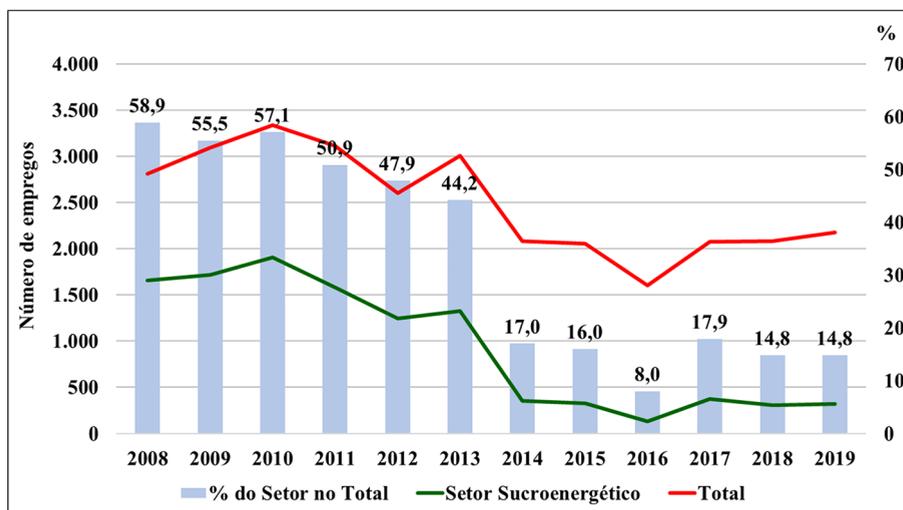
a prefeitura. Tal situação resultou no fechamento de várias empresas e comércios da cidade e na redução de mais de 60% da arrecadação fiscal da prefeitura, levando a economia ao colapso.

Figura 1 – Canápolis (MG): vista da Usina Triálcool



Fonte: site da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA, 2021).

Figura 2 – Canápolis (MG): vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020). Organização: Henrique Santos

Com a interrupção da agroindústria, a área plantada de cana-de-açúcar do município caiu de 25,8 mil hectares em 2014 para 5,3 mil em 2018, contribuindo para reduzir a área total agrícola em mais de 10 mil hectares no mesmo período, já que a cultura representava mais de 65% do total da área de lavouras temporárias e permanentes até 2014 (Tabela 2). Boa parte da cana remanescente era direcionada para uma pequena destilaria em operação no município, a Destilaria Antonio Monti Filho (Damfi). O evento também afetou outros municípios vizinhos que forneciam cana para a usina fechada, como Ipiaçu (MG), Cachoeira Dourada (MG) e Ituiutaba (MG).

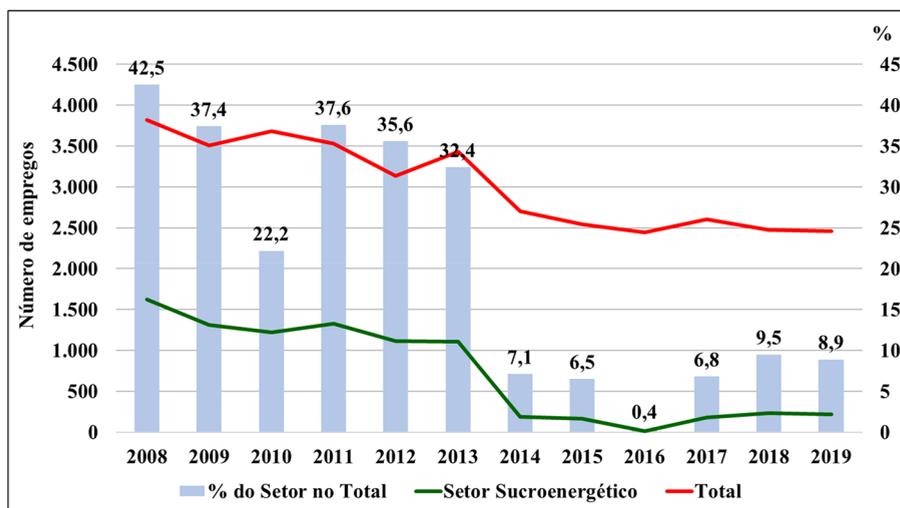
Capinópolis (MG), com cerca de 16 mil habitantes, também foi duramente abatido com o fechamento da usina Vale do Paranaíba em 2013, que tinha capacidade de processar 1,7 milhões de toneladas de cana e produzir açúcar e etanol (Figura 3). A empresa empregava em média 1.300 pessoas, o que representava quase 40% do total de empregos formais da cidade (Figura 4). Todos foram dispensados sem receber devidamente os salários atrasados e acertos trabalhistas. Na mesma situação que Canápolis, produtores rurais, prestadores de serviços e a prefeitura ficaram sem receber, causando enormes prejuízos ao município, que viu o ritmo do comércio e da economia entrar praticamente em recessão. O que amorteceu os impactos foi a rápida reconversão da produção agrícola do município em soja, milho e sorgo, que juntos passaram a representar mais de 90% da área de lavouras e do valor da produção a partir de 2015 (Tabela 2).

Figura 3 – Canápolis (MG): vista da Usina Vale do Paranaíba



Fonte: site da CRV Industrial (2021).

Figura 4 – Capinópolis (MG): vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020). Organização: Henrique Santos

Tabela 1 – Canápolis e Capinópolis (MG): área plantada das principais lavouras e participação (%) da cana-de-açúcar no total da área agrícola, 2008-2019

Ano	Canápolis							Capinópolis					
	Total	Cana	Soja	Milho	Sorgo	Abacaxi	% cana na área agrícola	Total	Cana	Soja	Milho	Sorgo	% cana na área agrícola
2008	30.128	22.000	2.000	3.000	-	1.500	73,0	44.469	8.372	21.250	4.750	10.000	18,8
2010	35.868	29.000	2.600	1.900	500	1.500	80,9	50.799	8.450	23.250	2.050	16.750	16,6
2012	33.169	25.000	3.000	2.100	1.000	1.500	75,4	51.063	9.150	23.000	6.640	12.000	17,9
2014	39.994	25.800	7.000	2.400	1.500	1.500	64,5	56.843	7.214	27.170	11.800	9.600	12,7
2016	26.139	10.000	10.000	1.200	3.000	1.200	38,3	60.910	2.485	32.315	17.530	8.500	4,1
2018	28.732	5.350	15.000	2.700	4.500	700	18,6	61.667	2.684	32.406	16.506	10.000	4,4
2019	45.862	9.580	25.000	5.140	5.000	500	20,9	60.940	4.000	32.406	12.434	12.000	6,6

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE, 2020a). Organização: Henrique Santos

De acordo com relatos de representantes das prefeituras e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos dois municípios, obtidos em trabalho de campo realizado em 2016, muitas famílias de ex-trabalhadores das usinas ficaram com renda insuficiente e passaram dificuldades de sustento alimentar e domiciliar, dependendo fundamental-

mente de auxílios da prefeitura para conseguirem se manter através do recebimento de cestas básicas. Além disso, só com as prefeituras o grupo possuía uma dívida tributária que ultrapassava R\$ 10 milhões. Antes da falência, as empresas cometiam várias irregularidades ambientais e trabalhistas nos municípios, como desmatamentos com uso de queimadas, tratamento indevido de resíduos agroindustriais (vinhaça, torta de filtro, água de lavagem de cana), superexploração de cortadores de cana via pagamentos por produtividade, descumprimentos de acordos coletivos, trabalho análogo à escravidão³⁴, etc., conforme atestado nas entrevistas.

Mas devido ao leilão das duas usinas – a Triálcool, adquirida pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA), empresa de capital aberto gerenciado pela JFCitrus (Brasil) e IndoAgri (Indonésia) e um dos maiores grupos sucroenergéticos do estado de Minas Gerais (com mais duas usinas no Triângulo Mineiro nos municípios de Uberaba e Limeira do Oeste), e a Vale do Paranaíba, adquirida pelo grupo nordestino Japungu, que possui mais quatro usinas em Goiás e Paraíba – as expectativas de recuperação da economia sub-regional se elevaram, com os investimentos na reabilitação das instalações e reativação das unidades que foram feitas a partir de 2018 pelos novos empreendedores, com o potencial de gerar mais de 2.000 empregos diretos³⁵.

Considerações finais

Embora o agronegócio sucroenergético tenha contribuído para a geração de emprego, renda e crescimento do PIB do agronegócio no Brasil, especialmente em pequenos municípios, a expansão agressiva que a atividade teve nos últimos anos representa, contraditoriamente,

³⁴ Repórter Brasil (08/09/2010): **Usina de candidato [Capinópolis] mantém 207 em quadro de trabalho escravo**. Disponível em: <https://bit.ly/3yAbP4v>. Acesso em: jul./2021.

³⁵ Jornal O Tempo (13/04/2018): **Reativação de duas usinas vai gerar 2.000 empregos diretos**. Disponível em: <https://bit.ly/3qV9FtF>. Acesso em: jul./2021.

uma verdadeira ameaça à soberania e à autonomia técnica, econômica e política dos lugares funcionais à produção e/ou processamento da cana-de-açúcar. O padrão de ocupação altamente seletivo, engessado e expropriador da agroindústria sucroenergética (CASTILLO, 2013, 2015) gera, do ponto de vista socioambiental, uma profunda *acumulação despossessão/espoliação* (HARVEY, 2005) que envolve a funcionalização de diversos ativos e recursos territoriais (BENKO; PECQUEUR, 2001) (terras, águas, mão de obra, infraestruturas logísticas, redes de serviços, benefícios fiscais, crédito estatal etc.) a serviço da competitividade do setor. Isso acaba monopolizando completamente as regiões produtivas canavieiras através de vínculos de extrema dependência e alienação econômica à ordem corporativa e aos movimentos do mercado, sobretudo de pequenas municipalidades do interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Norte do Paraná e de demais estados produtores e processadores de cana-de-açúcar da região Norte-Nordeste.

Por sua vez, as dificuldades financeiras e a falta de comprometimento dos usineiros para com os lugares têm desestabilizado o emprego, a renda, o comércio e a arrecadação fiscal das prefeituras de vários municípios do país, especialmente os de menor patamar demográfico e reduzido dinamismo urbano-industrial. A propensão de vários grupos em suspender temporária ou permanentemente a produção, seja pela impossibilidade de cumprir com os planos de recuperação judicial, seja por estratégia de otimização econômica de grupos que visam reduzir custos operacionais em áreas que atuam em *cluster* (suspendendo temporariamente as atividades de moagem), representa um quadro de plena insegurança e vulnerabilidade a muitos dos municípios envolvidos na produção sucroenergética.

Tendo em vista toda essa problemática, é preciso que os governos (federal, estadual e municipal) e os respectivos órgãos e instituições públicas regulamentadoras se atentem para as implicações provocadas pela intensa especialização geográfica produtiva do agro-negócio globalizado sucroenergético, no intuito de fomentar um planejamento mais ordenativo e preventivo. Consideramos que os espaços

de produção agropecuária moderna necessitam de uma organização normativa mais rigorosa quanto às formas de uso e ocupação do território, na forma de evitar ou ao menos mitigar os efeitos perversos da vulnerabilidade territorial.

Referências

- BACCHI, M. R. P.; CALDARELLI, C. E. Impactos socioeconômicos da expansão do setor sucroenergético no estado de São Paulo, entre 2005 e 2009. **Nova Economia**, v. 25, n. 1, p. 209-224, 2015.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001.
- CALDARELLI, C. E.; PERDIGÃO, C. A agroindústria canavieira e seus impactos socioeconômicos na região Centro-Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 12, n. 1, p. 35-50, 2018.
- CAMELINI, J. H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis, GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 159f. Campinas: IG/UNICAMP, 2011.
- CAMELINI, J. H.; CASTILLO, R.A. Etanol e Uso Corporativo do Território. **Mercator**, v. 11, n. 25, p. 7-18, 2012.
- CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **Revista GEOgraphia**, n. 35, p. 95-119, 2015.
- CASTILLO, R. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 75-84.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geousp – Espaço e Tempo**, n. 30, p. 5-12, 2011.
- DISSART, J. C. Regional Economic Diversity and Regional Economic Stability: research results and agenda. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 4, p. 423-446, 2003.

SANTOS, H. F. Alienação econômica e vulnerabilidade territorial dos municípios...

ELIAS, D. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BUHLER, E. A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. (Orgs.) **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 63-81.

ELIAS, D. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do agronegócio. In: OLIVERIA, J. A. (Org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: UFAM, 2010, p. 147-164.

ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GUEDES, S. N. R.; VIAN, C. E. F.; TERCI, E. T. **Agroindústria canaveira e desenvolvimento territorial: evidências de estudos de casos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

GILIO, L.; MORARES, M. A. F. D. Sugarcane industry's socioeconomic impact in São Paulo, Brazil: A spatial dynamic panel approach. **Energy Economics**, v. 58, p. 27-37, 2016.

HARVEY, D. (2005). **O Neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam>. Acesso em: out./2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População, 2020b**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop>. Acesso em: out./2020.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Geografia da Cana-de-Açúcar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021.

MARTIN, R.; SUNLEY, P. On the Notion of Regional Economic

Resilience: Conceptualisation and Explanation. **Journal of Economic Geography**, v. 15, p. 1-42, 2015.

PEREIRA, M. F. V. O Setor Sucroenergético no Triângulo Mineiro e as “Cidades da Cana”. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. (Anais). Natal: UFRN, 2014, p. 2801-2816.

PEREIRA, M. F. V.; BEILER, R. R. A vulnerabilidade das “cidades da cana” no Triângulo Mineiro, MG, Brasil: efeitos territoriais do encerramento das atividades de usinas sucroenergéticas. **Terr@ Plural**, v. 14, p. 1-17, 2020.

PITTA, F. T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. Tese (Doutorado em Geografia). 420f. São Paulo: FFLECH/USP, 2016.

PITTA, F. T.; XAVIER, C. V.; NAVARRO, C.; MENDONÇA, M. L. **Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. **Vínculos Empregatícios**, 2020. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged>. Acesso em: out./2020.

REGAZZINI, L. C.; BACHA, C. J. C. A tributação no setor sucroenergético do estado de São Paulo: anos de 2000 e 2008. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 801-818, 2012.

SANTOS, H. F.; CASTILLO, R. Vulnerabilidade territorial do agronegócio globalizado no Brasil: crise do setor sucroenergético e implicações locais. **Geusp – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 508-532, 2020.

SANTOS, M. (1996) **A natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. (1979) **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2001) **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13° ed. São Paulo: Record, 2010.

SANTOS, H. F. Alienação econômica e vulnerabilidade territorial dos municípios...

SILVEIRA, M. L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. XV, n. 1, 4-12, jan./dez. 2011.

SILVEIRA, M. L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan./abr. 2010.

SZMRECSÁNYI, T.; GONÇALVES, D. B. Efeitos Socioeconômicos e Ambientais da Expansão da Lavoura Canavieira no Brasil. In: XXVIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. Rio de Janeiro: LASA, 2009.

SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

A PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA COMO EXPRESSÃO DAS RURALIDADES NA CIDADE: O CASO DE MARTINÓPOLIS – SÃO PAULO³⁶

Daiara Batista Mendes*

Resumo: Nas cidades grandes e de pequeno porte, sobretudo, é comum verificar a presença de elementos historicamente tidos como constituintes do meio rural se materializando nos interstícios do seu perímetro urbano. É nesse sentido que o presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa em nível de Mestrado que se propõe a compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades no interior da pequena cidade de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo. Em um primeiro momento, nota-se que seu processo de formação esteve intimamente ligado à ferrovia e ao desenvolvimento da agricultura, carregando resquícios desses elementos em sua configuração atual. A partir das metodologias selecionadas para o desenvolvimento desse estudo, busca-se analisar as práticas agrícolas urbanas sob a perspectiva das ruralidades, considerando-as como dinâmicas tradicionalmente associadas ao meio rural que se materializam no perímetro urbano de

³⁶ O presente trabalho deriva das discussões realizadas no âmbito da pesquisa em andamento intitulada “Ruralidades no espaço urbano: uma análise a partir das práticas de agricultura urbana desenvolvidas no município de Martinópolis – São Paulo”, sob orientação da Prof^a Dr^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

* Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. E-mail: daiaramendes@outlook.com

Martinópolis, além de identificar o papel destas na integração do meio rural com o urbano, na economia urbana e sob a ótica das ações governamentais da administração local. Nesse sentido, o artigo tem como enfoque as iniciativas individuais e coletivas identificadas na área de estudos na fase atual da pesquisa empírica, que se debruçam no desenvolvimento das práticas agrícolas urbanas sob as mais variadas finalidades, tais como o autoconsumo e a comercialização, além do potencial educacional e terapêutico nas ações institucionais.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Ruralidades; Espaço urbano; Martinópolis.

Introdução

As práticas de agricultura urbana podem ser caracterizadas como atividades agrícolas (cultivo, criação de animais etc.) desenvolvidas no interior do perímetro urbano ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo. Embora se constitua como um fenômeno antigo, tendo sua gênese com o surgimento das primeiras cidades no Oriente Médio, onde a agricultura era a principal atividade desses povos, o debate sobre a agricultura urbana tem seu advento na década de 1980.

Em um cenário de forte crise econômica que atingia grande parte dos países da América Latina, Ásia e África, a cidade passa a não ser vista apenas “[...] como elemento consumidor de recursos naturais e degradador do ambiente natural” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.84), mas sim a partir de sua capacidade produtiva de alimentos, devido a contribuição das práticas agrícolas desenvolvidas no espaço urbano para a minimização da questão da pobreza urbana.

Diante disso, a agricultura urbana passa a ser fomentada pelas ações governamentais mundiais e através de organizações não-

-governamentais, como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), considerando-a uma alternativa para garantir o acesso à alimentos de qualidade e de suplementar a renda da população pobre urbana.

Para além desta visão amplamente difundida sobre a agricultura urbana, analisa-se que este fenômeno revela também “[...] uma estreita vinculação com o êxodo rural e serve de espaço para a conservação de saberes tradicionais” (VINHOLI; MARTINS, 2012, p.66), sobretudo em pequenos municípios, sendo assim uma atividade relacionada à perpetuação dos antigos hábitos rurais do segmento da população que a desempenha, principalmente quando constituído por praticantes originalmente rurais, conforme a área delimitada para este estudo.

É nesse sentido que o presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa em nível de Mestrado que se propõe a compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades no interior da cidade de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo.

O artigo tem como enfoque as iniciativas individuais e coletivas identificadas na área de estudos na fase atual da pesquisa, que se dedicam ao desenvolvimento das práticas agrícolas urbanas sob as mais variadas finalidades, tais como o autoconsumo e a comercialização, além das hortas sob as perspectivas terapêutica e educacional dessa atividade. Além disso, pretende-se discorrer sobre o problema de pesquisa e apresentar dados empíricos sobre a realidade local da cidade de Martinópolis, oferecendo as bases para traçar um panorama inicial das práticas agrícolas desenvolvidas em sua área urbana.

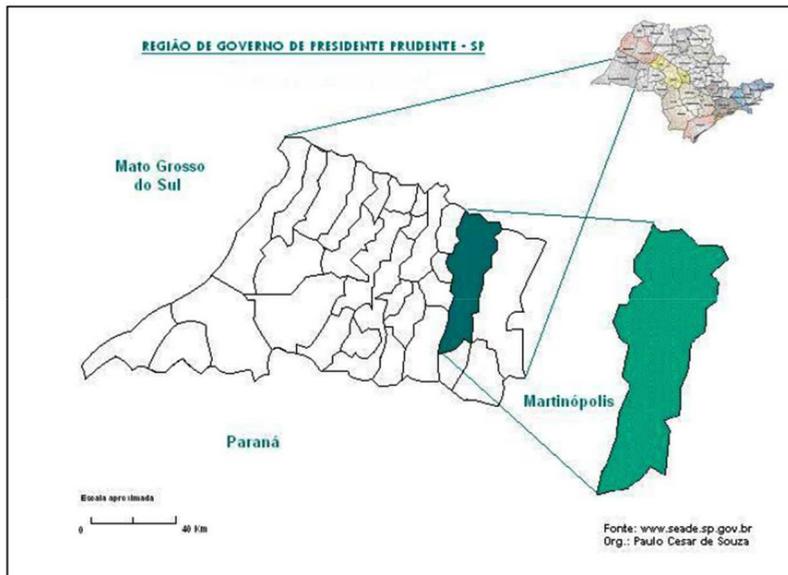
Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em três partes, entre as quais a primeira traz a caracterização da área de estudos, na qual serão apresentados os elementos ligados ao processo de formação de Martinópolis que auxiliam na compreensão da manutenção do modo de vida rural no seu espaço citadino. Em um segundo momento, será realizado um resgate das principais abordagens teóricas sobre as ruralidades e a agricultura urbana, buscando estabelecer uma aproximação entre estas temáticas na literatura científica. Por fim, pretende-se apresentar como essas rurali-

dades estão especializadas na cidade de Martinópolis, através de um panorama inicial da prática da agricultura urbana, partindo pela análise das iniciativas identificadas na fase inicial da pesquisa empírica.

Caracterização da área de estudos

O município de Martinópolis, delimitado como recorte espacial para este estudo, é pertencente à Região de Governo de Presidente Prudente (Mapa 1) e tem uma área total de 1.253 km², sendo um dos maiores em extensão territorial da região Oeste Paulista. Além de sua sede, a cidade de Martinópolis, que será o enfoque da pesquisa, o município é constituído também por dois distritos: Guachos (Vila Escócia) e Teçaindá. Conforme dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, a população total do município era de 24.219 habitantes, sendo 20.341 (83,9%) residentes na área urbana e 3.878 (16,1%) habitantes na área rural do município.

Mapa 1 – Localização do município de Martinópolis na Região de Governo de Presidente Prudente – SP



Fonte: Souza e Hespanhol (2010, p. 171).

Segundo Daltozo (2006, p.203), “[...] podemos dizer que Martinópolis tem como mãe a ferrovia e como pai o café”. Para o autor foi por meio do “binômio café-ferrovia” que o município se constituiu. O marco de seu surgimento se deu em 1917, com a instalação da Estação Ferroviária João Teodoro no território que hoje abriga o município, servindo como ponto de apoio da Estrada de Ferro Sorocabana, com o principal objetivo de “[...] facilitar os serviços de água e lenha para as locomotivas a vapor” (DALTOZO, 2006, p.204). Nas áreas em que estas estações eram instaladas, formaram-se grande parte dos municípios constituintes do Oeste Paulista.

No ano de 1924, começou o povoamento da área a partir das ações da Empresa de Colonização Martins, liderada por João Gomes Martins, a qual, de acordo com Daltozo, adquiriu a Fazenda Boa Ventura, localizada próxima a Estação e iniciou o loteamento das terras.

Sendo denominado inicialmente como Núcleo Colonial Boa Ventura, entre os seus primeiros habitantes estavam imigrantes europeus (sobretudo italianos) e japoneses, muitos deles “vindos das antigas regiões produtoras de café do Estado de São Paulo, e por mineiros e nordestinos” (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p.174). Estabelecidos na área rural, a economia tinha como base as atividades agrícolas, como o cultivo de café, algodão e amendoim.

No ano de 1929, o Núcleo tornou-se Distrito de Paz, tendo como nome Distrito de João Teodoro, “pertencendo ao município e comarca de Presidente Prudente” (DALTOZO, 2006, p.206). Nesse contexto, verifica-se a importância dos bairros rurais que vão se fortalecendo neste momento da história do município, muitos deles situados atualmente nos Distritos pertencentes à Martinópolis. Na perspectiva de Souza e Hespanhol (2002), a constituição desses bairros “promoveu o povoamento, a evolução e o desenvolvimento de diversas regiões, assim como foi responsável pela concretização da rede urbana e da força de trabalho” (p.108).

Em 1939, o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Martinópolis, em homenagem à figura de João Gomes

Martins. Com um núcleo urbano em consolidação, de acordo com Souza e Hespagnol, “entre meados da década de 1950 e o final da década de 1960, as culturas de algodão e amendoim se constituíram na base da economia local. A maioria da população do município residia na zona rural e encontrava-se diretamente vinculada à agricultura” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.100). Na área urbana, destacava-se a presença de algumas indústrias como olarias e serrarias.

Nesse contexto, em fins dos anos 1960, assistiu-se a um esvaziamento do campo, bem como a redução da população total do município, alavancado diante de um cenário de êxodo rural diante da nova dinâmica no espaço agrário brasileiro, marcada pela expansão da pecuária, declínio das lavouras, dentre outros fatores. Nessa ocasião, “a substituição das lavouras pela pecuária extensiva provocou intensas mudanças no quadro social, econômico e espacial da região” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.99).

Esse processo constituiu profundas mudanças no cenário urbano e nos modos de vida dessa população. Embora grande parte do contingente populacional do campo não se deslocou para a cidade de Martinópolis, buscando oportunidades em outras cidades e regiões mais dinâmicas economicamente do Estado, verifica-se a existência de dois tipos distintos de habitantes advindos do campo que coexistem na realidade urbana do município, sendo eles: os pequenos proprietários que “passaram a se dedicar a outras atividades na área urbana dos distritos e na sede do Município” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103) e os trabalhadores rurais pobres que “se transformaram em mão-de-obra volante, ocupando os bairros periféricos” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p. 103).

A economia atual do município é marcada por atividades de comércio e serviços, indústrias do ramo alimentício, atividade rurícolas, “somando-se a crescente exploração do potencial turístico, concentrado no Balneário Represa Laranja Doce” (DALTOZO, 1999), o que configura Martinópolis como um Município de Interesse Turístico – MIT do Estado de São Paulo. É importante considerar também o intenso

movimento pendular entre Martinópolis e Presidente Prudente, devido ao fato de que grande parte da população se desloca diariamente para fins de trabalho e estudo (ALMEIDA, 2017, p.21).

Diante desse contexto apresentado, além da sua constituição a partir da estação ferroviária, é importante destacar o papel das comunidades rurais no processo de formação do município, uma vez que os modos de vida rural frequentemente refletem nas práticas espaciais da população urbana, visto que uma parte expressiva de seus moradores é advinda do campo, sobretudo na tentativa de resgatar e perpetuar tradições e hábitos da vivência rural.

Entre essas atividades, destaca-se a prática da agricultura urbana que se caracteriza pelo cultivo de alimentos, a criação de animais de pequeno porte, etc. nos pequenos espaços ociosos presentes no interior das cidades, para manter o vínculo com o rural e garantir alimentos frescos e de qualidade, produzidos pelos próprios moradores urbanos, além de suplementar a renda das famílias. Essas ações revelam a presença das ruralidades no perímetro urbano do município.

Ruralidades e agricultura urbana: uma abordagem teórica

Diante das implicações do processo de reestruturação produtiva, sobretudo a partir da década de 1960, reverberando na constituição de novos arranjos espaciais, as relações entre cidade e campo, urbano e rural, passam a assumir novas configurações, e, conseqüentemente, as ruralidades, tidas como características específicas do modo de vida no campo, também sofrem alterações em sua delimitação.

O fenômeno das ruralidades é entendido inicialmente como “[...] qualquer elemento ou atividade localizada em área rural” (LINDNER, 2012, p.21), no entanto, sua definição está em constante renovação, em virtude das modificações no cenário do campo brasileiro, tornando-se difícil trazer uma definição que consiga abarcar todos esses novos contextos.

É importante pontuar que se fala em ruralidades, no plural, devido ao fato de que “o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão [...]. Nesse sentido não se pode falar em ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1997, p. 53).

Dentre as diversas abordagens do conceito tratadas por diferentes autores, é importante o resgate de algumas das principais definições que interpretam o fenômeno das ruralidades sob perspectivas distintas.

Medeiros (2017), ao analisar os novos significados do rural tradicional, traz sua concepção pautada na perspectiva da sociabilidade inerente à população do campo, a partir de aspectos como vínculos entre a vizinhança, senso de comunidade e ajuda mútua, além de pontuar elementos da memória afetiva, sentimento de pertencimento e herança cultural desses povos. Assim, para a autora,

[...] a ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano [...]. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados (MEDEIROS, 2017, p.182).

Nesta mesma perspectiva, Candiotto e Corrêa (2008) as definem como sendo “[...] objetos e ações característicos do rural, e fazem parte da identidade da população rural” (p.230), também incorporando nessas ruralidades a questão do pertencimento ao seu local de vivência.

Outra autora que apresenta sua abordagem sobre o conceito é Michele Lindner, a qual, a partir do seu estudo sobre a organização do espaço sob o olhar das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine, localizado no Rio Grande do Sul, aponta que:

[...] as ruralidades não estariam relacionadas diretamente a atividades agrícolas, mas sim a características culturais ligadas aos modos de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, que influenciam atitudes e comportamentos e que não são necessariamente encontrados apenas nas áreas rurais (LINDNER, 2012, p.21).

No presente estudo busca-se adotar essa concepção apresentada pela autora pelo fato de considerar que essas características próprias do mundo rural também são disseminadas no espaço urbano, seja em decorrência da vivência anterior dos sujeitos urbanos e/ou pela influência da mídia que tem difundido uma visão do “[...] rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável” (LINDNER, 2012, p.24).

Conforme Candiotto e Corrêa (2008), essas ruralidades são materializadas pelo “apego à terra, às atividades agropecuárias, o modo de vida rural, o vínculo com as plantas e animais, o jeito de falar, o orgulho por ser do campo [...]” (p.238). Esses modos de vida historicamente associados à população rural estão “relacionados a simplicidade, tranquilidade e ao trabalho em contato com a natureza, embora na atualidade sob influências das tecnologias do maior acesso às informações, ainda carregam fortes resquícios de um ‘mundo rural tradicional’” (LINDNER, 2012, p.20).

Diante dessas novas configurações do espaço, nota-se a inexistência de uma “dualidade marcada” entre campo e cidade, seja esta a delimitação a partir um marco físico ou mesmo através de uma legislação oficial. Para Carneiro (2008), “a expansão do meio rural, em função do avanço das fronteiras agrícolas, sempre se fez acompanhar da multiplicação de cidades; em contrapartida, nos centros urbanos pôde-se notar a influência da cultura rústica” (p.45). Nesse sentido, analisa-se que, ao mesmo tempo em que aspectos urbanos vêm adentrando o campo, nota-se também uma forte influência rural na cultura e nos hábitos urbanos, se constituindo como verdadeiras ruralidades no espaço urbano.

A perspectiva que será adotada neste estudo no que tange às ruralidades tem sido analisada por diferentes teóricos como Carnei-

ro (1997), Maia (1999), Candiotto e Corrêa (2008), Locatel e Azevedo (2010), Lindner (2012), dentre outros autores que englobam esse fenômeno em suas análises.

Em cidades de pequeno ou grande porte, verifica-se cada vez mais os resquícios do rural que vem se expandindo sobre o seu perímetro urbano, considerando que “[...] o campo não se limita a ocupar as bordas do seu “tecido”, mas adentra pela sua malha, através de vazios urbanos, das margens dos vales dos rios e/ou das vias que a cortam” (MAIA, 1999, p.215). Dessa forma, segundo Locatel e Azevedo (2010), “[...] dentro da malha urbana existem ilhas de ruralidade ‘pura’” (p. 06).

Diante desta constatação, nota-se que as ruralidades sofrem mutação nesse processo, num contexto (embora contraditório) em que a natureza tem tido destaque quanto um espaço de qualidade de vida, lazer e ócio, e, por essa razão, nota-se esse interesse crescente por um retorno àquilo tido antes como “primitivo”, “atrasado”. Nesse sentido,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do mundo rural (CARNEIRO, 1997, p.59).

Essas ruralidades no espaço urbano têm sua gênese a partir das “[...] vivências passadas dos citadinos no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 238), onde o rural tem sido entendido como mercadoria em face das alterações no espaço decorrentes da “tecnificação do campo”.

Embora se configurando como parte importante das grandes cidades e metrópoles, são nas pequenas cidades do interior que essas ruralidades se apresentam com maior força. Isso decorre do fato de que “nesses locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida

através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia” (LINDNER, 2012, p.21).

Nestas áreas, as influências do rural “[...] configuram toda a dinâmica espacial, social e cultural desses pequenos lugares, dando-lhes identidade e influenciando na organização de seus espaços” (LINDNER, 2012, p.24), uma vez que se tornam parte constituinte da sua dinâmica socioeconômica.

Essas “ações e objetos técnicos característicos do rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 230) que vem se incorporando ao modo de vida urbano, ao longo da história, estão materializadas a partir do estilo *country*, das músicas (sobretudo, das sertanejas), das festas como rodeios e quermesses, e, principalmente, pelas práticas agrícolas, sejam elas a criação de animais, o cultivo, a exploração de recursos naturais etc., as quais têm sido frequentes não apenas no espaço, mas também na economia urbana, no caso da comercialização dos produtos gerados por essas atividades.

Com enfoque nas práticas agrícolas, percebe-se que “há uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica” (MEDEIROS, 2017, p.186).

Diante disso, parte-se para a discussão a respeito da agricultura urbana, tida como foco nesse estudo a partir da constatação de sua prática como uma manifestação das ruralidades no espaço urbano. No princípio do debate sobre a produção de alimentos na cidade, essa prática foi definida como sendo atividades que “[...] referem-se à utilização de pequenas superfícies situadas dentro das cidades ou em suas respectivas periferias para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou a venda em mercados locais” (FAO, 1999).

Esta definição amplamente difundida no início, neste novo cenário, apresenta uma carência de elementos que possam diferenciá-la

da agricultura rural, considerando que ela não vai além de diferenciar estas quanto à sua localização espacial, sendo necessário integrar outros aspectos ligados ao ambiente urbano que norteiam sua realização.

Diante disso, Luc J. A. Mougeot, membro do International Development Research Centre – Canadá e especialista em agricultura urbana, traz para o debate um elemento que, em seu ponto de vista, é o principal diferenciador desta com a agricultura praticada em áreas rurais: o fato de ela estar “integrada no sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2000), considerado por ele como “ecossistema urbano” onde deveriam ser utilizadas diferentes determinantes referentes às práticas agrícolas em áreas urbanas, como o manejo de solos urbanos, os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos, a segurança alimentar urbana, dentre outros pontos.

Assim, o autor define a agricultura urbana como aquela:

[...] praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000).

Em outra concepção mais pautada na dinâmica produtiva de sua prática, Boukharaeva, Chianca, Marloie, Machado e Machado (2005) apresentam que a agricultura urbana “é uma microagricultura intensiva, cujos produtos são destinados à demanda local, na qual predominam os ciclos curtos e os pequenos circuitos de produção. Essa modalidade é amplamente praticada por famílias pobres, em espaços reduzidos, no interior e na periferia das cidades” (p. 416-417). Nessa definição são englobados fatores como a proximidade dos produtos com o seu consumidor final que, na maioria das vezes, reside ao redor da área de produção, além da acessibilidade em termos monetá-

rios na sua aquisição por parte dos moradores das cidades, sobretudo no caso da população pobre.

Conforme apresentado anteriormente, o início das práticas agrícolas em áreas urbanas tem uma íntima ligação com o surgimento das primeiras cidades, no entanto, a prática da agricultura urbana “[...] deve o seu desenvolvimento atual à modernização da agricultura que provocou uma forte migração de regiões rurais para as cidades a partir da década de 1940, mas sobretudo a partir das décadas 1960 e 1970. Essa urbanização recente e rápida influenciou todos os aspectos da produção e do consumo alimentar” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p. 11).

Quanto ao perfil dos praticantes de agricultura urbana, apresenta-se o argumento de Coutinho e Costa (2011) contrapondo a ideia de que a vivência anterior no campo é um dos requisitos para o desenvolvimento da atividade pela população urbana. Para esses autores,

[...] a origem rural não indica necessariamente uma vivência de realização do indivíduo através do trabalho na terra, mesmo que esse seja um praticante de agricultura urbana, e nem mesmo é determinante para despertar o gosto pelo manejo da terra. Há indivíduos originalmente urbanos que primam pela prática da agricultura urbana (p.87).

Nesse sentido, tanto nos casos em que a prática representa uma herança cultural do indivíduo, como quando a atividade surge através de outras influências, essas “[...] atividades agrícolas nas zonas urbanas e periurbanas correspondem à natureza bio-sociocultural da pessoa e às necessidades mais profundas (ligação com a natureza, ...)” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p. 14).

Essa mudança na relação cidade-campo também traz reflexos nos espaços da agricultura urbana, visto que, segundo Ferreira e Castilho (2007), torna-se necessária a “[...] adaptabilidade da atividade às mudanças ocorridas nos espaços urbanos, tanto no que tange à expansão física, quanto à diminuição da visibilidade das fronteiras urbano-rurais” (p.12).

Conforme afirmam Coutinho e Costa (2011), “a agricultura urbana não é prática nova, mas é um campo de pesquisa novo [...]” (p.81), tendo o seu advento na década de 1980, devido às motivações ressaltadas anteriormente. Dada à relevância econômica, social e ambiental do tema em questão - embora as práticas de agricultura urbana ocorram em grande parte das cidades do Brasil e do mundo -, o enfoque dos trabalhos e pesquisas até então realizadas têm privilegiado as experiências ocorridas nos grandes centros urbanos.

Neste sentido, trazer para a abordagem a prática da agricultura urbana em cidades médias e pequenas, conforme são abordados em estudos como Ricarte-Covarrubias, Ferraz e Borges (2011), Mendes (2018), Hespanhol, Pereira e Hespanhol (2019), entre outros autores, tem contribuído para a compreensão deste fenômeno em todas as áreas do país, sob as mais diferenciadas motivações e dinâmicas próprias de cada uma destas, bem como a forma com que estas experiências têm sido pensadas no âmbito das políticas públicas municipais, estaduais e federais, de forma a apresentar suas contribuições em âmbito social, ambiental e econômico, além de sua estreita vinculação com os antigos hábitos do rural tradicional.

A agricultura urbana em Martinópolis – São Paulo

Devido à limitação imposta pela pandemia de Coronavírus, dificultando o acesso à área de estudos, na fase atual da pesquisa optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas trabalhadas e pela identificação de iniciativas de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis, documentadas em sites eletrônicos e redes sociais oficiais. Esse resgate tem a finalidade de compor o referencial teórico que dará embasamento para as análises que se sucederão, a partir dos dados derivados das investigações empíricas da pesquisa, além de oferecer as bases para traçar um panorama inicial das práticas agrícolas desenvolvidas em sua área urbana.

O primeiro passo para identificar a ocorrência das práticas

agrícolas urbanas na área de estudos, foi verificar como estas têm sido pensados no âmbito das ações da administração pública, sobretudo em busca de um marco legal em Martinópolis que a abranja em suas atribuições. Como resultado, notou-se que não há uma política pública na esfera municipal para o fomento à prática da agricultura urbana, mas sim a ocorrência de ações pontuais, desenvolvidas sobretudo a partir de iniciativas individuais e institucionais, como em diversos casos que se destacam dada a sua relevância econômica, social e ambiental para a população local.

Uma das iniciativas institucionais de agricultura urbana em Martinópolis foi desenvolvida em 2011 pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad), através da implantação de uma horta terapêutica visando a inclusão e reinserção social dos assistidos pela entidade. Essa ação surgiu com o objetivo de “[...] estimular a capacidade de produção, de convivência e interação grupal, além de auxiliar no tratamento de portadores de sofrimento mental devido ao uso de álcool e drogas em excesso” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS, 2011).

Durante toda a execução do projeto, o manejo da horta estava sob a responsabilidade dos pacientes, os quais, segundo informações da Prefeitura Municipal, se encontravam envolvidos diretamente no processo de criação, organização e manutenção do espaço de cultivo, acompanhados por profissionais como terapeuta ocupacional, assistente social e funcionário de serviços gerais.

A produção foi destinada à alimentação dos assistidos na própria entidade, ao passo que o excedente dos produtos cultivados era direcionado às suas residências. Conforme dados da instituição, o plantio se deu por sistema de produção orgânico, onde são empregadas técnicas naturais de cultivo, sem o uso de produtos químicos, sobretudo de agrotóxicos.

Segundo Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007), “[...] a agricultura urbana traz soluções às carências alimentares e as doenças, mas também contribui igualmente para remediar a destruição cul-

tural, a violência e o alcoolismo” (p. 20). Diante dessa perspectiva, identifica-se a importante participação dessa prática no tratamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a ressocialização desses indivíduos.

Essa ação também evidencia o seu papel educacional, ao pensá-la como uma forma de aprendizagem de um novo ofício que pode reinseri-los no mercado de trabalho, oferecendo a esses assistidos os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dessas práticas voltadas à sua subsistência, tanto na questão da alimentação saudável quanto na agregação da renda das famílias, ao serem reintegrados na sociedade.

Como parte do projeto Meio Ambiente na Sala de Aula, foi implantada, no ano de 2017, uma horta na creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho”, evidenciando, assim, o potencial educacional desta atividade.

O manejo da área de cultivo era executado pelas docentes da instituição pública de ensino, com a participação dos alunos nas diferentes etapas do projeto, desde a escolha da área até a colheita das hortaliças, utilizadas para a complementação da merenda escolar.

Segundo informações do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Martinópolis,

entre os benefícios alcançados com o projeto horta escolares, se destacam a produção e consumo de alimentos naturais (sem agrotóxicos) pelos alunos, atividades ligadas à culinária na escola, troca de conhecimentos, inserção de assuntos como a economia doméstica, a influência nas escolhas alimentares das crianças, além de apresentar na prática as consequências que ações do homem têm em relação ao meio ambiente (DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, 2017).

Além de tratar-se de uma estratégia de educação nutricional e ambiental, esta prática revela também a transmissão de saberes e práticas entre as gerações. Para Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007), “esta transmissão compreende a educação básica, pré-escolar

das crianças, quando adultos ensinam as crianças a reconhecer as plantas, plantar e manter os legumes [...], cortar, ou mesmo experimentar novas variedades de frutos e legumes.” (p. 21).

Assim, a horta escolar visa a garantia da segurança alimentar e nutricional por parte dos estudantes, proporcionando a eles o acesso à alimentos de qualidade, estimulando-os a consumirem hortaliças e leguminosas e possibilitando que essas crianças percebam que os alimentos podem ser produzidos nos quintais de suas próprias residências.

Dentre as iniciativas documentadas, a única que se encontra em execução atualmente (2021) é a desenvolvida na Vila Vicentina “Frederico Ozanam”, que atende a idosos em situação de vulnerabilidade de Martinópolis. Trata-se de uma ação que visa, além do incremento da alimentação da instituição, o resgate às tradições rurais por parte desses idosos (Imagem 1).

Imagem 1 – Horta na Vila Vicentina



Fonte: Cedida pela entidade (2021).

É importante ressaltar que as informações e análises apontadas referem-se a resultados preliminares da fase atual da pesquisa empírica, ao passo que as entrevistas previstas para a realização no segundo semestre de 2021 vão revelar a continuidade ou não dessas ações em âmbito institucional.

No que tange às iniciativas individuais, desencadeadas, sobretudo, através de mão-de-obra familiar em quintais de residências e terrenos privados, foram identificadas duas áreas de cultivo voltadas à comercialização dos produtos e autoconsumo do excedente gerado.

Como grande parte da produção da agricultura urbana, essas hortas dedicam-se ao cultivo de hortaliças (alface, rúcula, espinafre, couve, cebolinha, salsinha, almeirão, chicória, manjericão, coentro etc.), além de alguns legumes, como rabanete e tomate cereja (Imagem 2).

Imagem 2 – Cultivo de hortaliças em área urbana



Fonte: Reprodução/Facebook (2019).

Como um dos entraves da ausência de uma regulamentação da atividade no município, os produtos alimentícios gerados pela agricultura urbana em Martinópolis são acessados pela população por meio

de formas de comercialização informais, ou seja, não adentram aos canais de vendas tradicionalmente utilizados pela população urbana, tais como os supermercados e as quitandas. Dessa forma, a comercialização geralmente ocorre na própria área de cultivo, através de entregas a domicílio e/ou em banca de produtos (“feirinha”) (Imagem 3).

Imagem 3 – Comercialização dos produtos em via urbana



Fonte: Reprodução/ Facebook (2019).

A partir da utilização de metodologias de pesquisa qualitativa, tais como as entrevistas e a História Oral, o estudo visa resgatar elementos da vivência desses sujeitos que praticam atividades agrícolas na cidade que possam remeter à gênese da sua prática no município, com enfoque naqueles originários do campo, partindo do entendimento destes como agentes sociais geralmente desconsiderados no cotidiano da cidade e pelas políticas públicas voltadas ao fomento dessa prática, mesmo diante de sua relevância na produção de alimentos nas cidades.

A criação de animais, uma modalidade que também se insere na prática agrícola urbana, ocorre, em alguns casos, nas vias públicas da cidade devido à ausência de espaços adequados para a atividade (Imagem 4), gerando insatisfação na população local, devido aos riscos relacionados à ocorrência de acidentes automobilísticos e outros que podem prejudicar a vivência pelos cidadãos.

Imagem 4 – Criação de equino em via urbana



Fonte: Reprodução/Facebook (2017).

Ferreira e Castilho (2007) caracterizam a agricultura urbana como uma das formas de uso e prática do espaço urbano, assim sendo, os maiores desafios enfrentados no desenvolvimento dessa prática estão relacionados à disponibilidade ou não de espaço físico para o cultivo de alimentos e/ou a criação de animais nas cidades. Nesse sentido, destaca-se a disputa pelas áreas urbanas de produção agrícola, sobretudo por se tratar daquelas amplamente destinadas a edificação.

Em consonância, Maia (1999) chama atenção para o fato de que

considerando que na luta pela ocupação do solo urbano, as atividades primárias, dentre as atividades econômicas, são as mais frágeis e as menos essenciais ao contexto urbano, particularmente quando praticadas por pequenos produtores, torna-se “natural” que elas também sejam as que mais facilmente se retirem, muitas vezes até antecipadamente, dando lugar aos “vazios” que aguardam o boom da valorização (p. 216).

Entre os fatores que incitam essa disputa estão “[...] o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas, com o amparo dos planos diretores; a pressão para a construção de novas unidades habitacionais, bem como a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar)” (MATOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.09), os quais tornam ainda mais dificultoso o acesso e questionável a disponibilização de espaços nas cidades para a produção agrícola, mesmo que em face das suas potencialidades referentes a produção de alimentos e geração de renda.

Em suma, verificou-se as diversas facetas da prática da agricultura urbana em Martinópolis, nas quais se destacam a produção agrícola para fins terapêuticos e educacionais, além daquelas de cunho econômico na perspectiva individual, que serão mais bem exploradas nas pesquisas empíricas. Dentre a diversidade da práticas agrícolas urbanas representadas acima, destaca-se que em seu cerne elas se caracterizam como elementos característicos do campo presentes nos interstícios da cidade, revelando, assim, a presença das ruralidades no espaço urbano de Martinópolis.

Considerações finais

Diante do exposto, evidencia-se que as ruralidades, tradicionalmente referidas como elementos e práticas características do meio rural, não estão restritas a esse espaço, adentrando as diferentes áreas

no perímetro urbano. Como expressão dessas ruralidades urbanas, a prática da agricultura urbana carrega consigo inúmeros processos formativos, sejam eles a expansão urbana sobre o rural, a insegurança alimentar, o desemprego, entre outros.

No entanto, na essência dessa atividade, notam-se a presença de praticantes remanescentes do campo, advindos de um cenário marcado pelo êxodo rural, alavancado diante da nova dinâmica no espaço agrário brasileiro que se instaurou em meados da década de 1970, que trouxeram consigo essas práticas tidas como tradicionalmente rurais, desempenhando-as em espaços dispostos no espaço urbano do município que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala.

Com isso, evidencia-se as práticas agrícolas urbanas identificadas na cidade de Martinópolis sob distintas finalidades, seja nos quintais de residências, em terrenos públicos e privados, e nas instituições públicas municipais, a partir de seu potencial educacional e terapêutico. Embora não haja uma política pública em âmbito municipal visando o fomento à prática, nota-se a ocorrência de ações pontuais, desenvolvidas sobretudo a partir de iniciativas individuais e institucionais, como nos casos da Vila Vicentina, do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad) e da ação desencadeada por professores e gestores de uma escola municipal de educação infantil, dentre outras atividades agrícolas urbanas constatadas na fase atual da pesquisa empírica que serão abrangidas posteriormente na execução das demais metodologias.

Referências

ALMEIDA, C. de M. **A Linha**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/156360>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K.. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J.. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-65, out. 1997.

COUTINHO, M. N., COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.

DALTOZO, J.C. Martinópolis: fruto do café e da ferrovia. In: SILVA, J. L. da (Org.). **Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p. 203-212.

DALTOZO, J.C. **Martinópolis, sua história e sua gente**. Martinópolis: Gráfica Martipel, 1999.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE MARTINÓPOLIS. **Horta na Creche “Liamar Jóia de Carvalho”**. 2017. Disponível em: < <http://ambientemartinopolis.blogspot.com/2017/08/horta-na-creche-liamar-joiade-carvalho.html> > . Acesso em: 10 jun. 2021.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai./ago. 2007.

HESPANHOL, A.N; PEREIRA, C. da S.; HESPANHOL, R.A.M. A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente

Prudente – SP. **Campos Neutrais**, v. 1, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Martinópolis/SP**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/martinopolis/panorama>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>> . Acesso em: 08 jun. 2021.

LINDNER, M.. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 19-36, set. /dez. 2012.

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN - Brasil). In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

MAIA, D. S.. Hábitos rurais em vidas urbanas. IN: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214-219.

MATTOS, C.; MENDONÇA, M. M. de; MASELLI, M.; DUPRÁ, R. L. S. N.. Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n.34, p. 07-17, dez. 2015.

MEDEIROS, R. M. V.. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Orgs.). **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

MENDES, D. B.. **As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho/SP**. 2018. 115 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). Cuestiones de la agricultura urbana. 1999.

Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>> .
Acesso em: 10 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS. Horta Terapêutica beneficia usuários de álcool e drogas. 2011.
Disponível em: < <https://www.martinopolis.sp.gov.br/site/index.php?p=noticia&id=680>> . Acesso em: 10 jun. 2021.

RICARTE-COVARRUBIAS, J. D.; FERRAZ, J. M. G.; BORGES, J. R. P. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, dec. 2011.

SOUZA, P. C. de; HESPANHOL, A. N. A resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis – SP. **Revista Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 4, p.99-113, 2002.

SOUZA, P. C. de; HESPANHOL, A. N. Bairros rurais e resistência: a formação das comunidades rurais no Oeste Paulista. **Campo-Território**, v.5, n.10, p. 168-193, ago. 2010.

VINHOLI, A. C.; MARTINS, P.. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 66-79, jan./jun., 2012.

IV

Relações de Gênero na Agricultura Familiar



A DIMENSÃO CULTURAL DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAIS PARA AS ASSENTADAS RURAIS DO INTERIOR DE SÃO PAULO³⁷

Larissa Araújo Coutinho de Paula*

Introdução

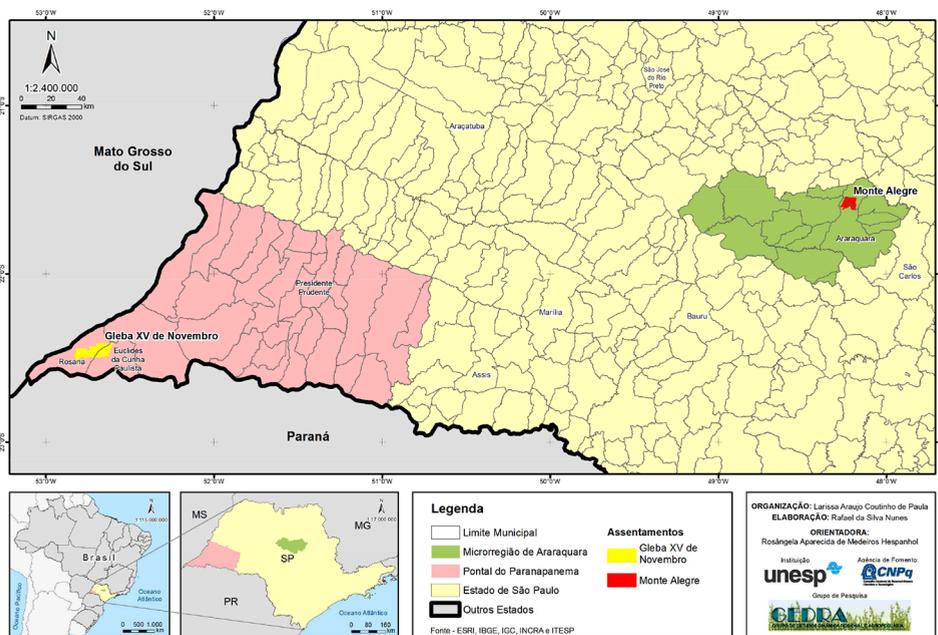
Embora tenham sido consideradas por muito tempo apenas em função da representatividade de seus cônjuges, estando alijadas de uma série de direitos, as mulheres rurais são responsáveis por um árduo trabalho, tanto no âmbito doméstico como agrícola. No entanto, esse cenário tem passado por significativas mudanças ao longo do tempo, principalmente em decorrência das suas lutas e manifestações por melhores condições de existência, o que, apesar de muitas mulheres do campo ainda sofrerem diversas formas de opressão, tem promovido importantes conquistas, sendo muitas delas mediadas pelas estratégias de reprodução por elas desenvolvidas. Algumas dessas atividades são realizadas coletivamente, por meio de associações, gerando benefícios para toda a comunidade rural, além da reconfiguração das relações de gênero nesses espaços.

³⁷ As discussões aqui apresentadas foram, inicialmente, desenvolvidas em minha tese de Doutorado em Geografia, na qual me dediquei ao estudo das estratégias de reprodução socioespaciais de mulheres assentadas e organizadas em duas associações. Ver: Paula (2020).

* Doutora em Geografia (UNESP/FCT). Endereço eletrônico: coutholacp@gmail.com

Considerando esse cenário, neste artigo, teço algumas reflexões acerca das estratégias de reprodução socioespaciais de mulheres assentadas e organizadas em associações em dois assentamentos do interior de São Paulo, a saber: a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), pertencente ao Assentamento Monte Alegre, que abrange os municípios de Araraquara, Matão e Motuca, área central do estado de São Paulo; e a Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS), inserida no Assentamento Gleba XV de Novembro, situado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, no extremo oeste do estado (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização dos assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro no Estado de São Paulo



Fonte: Organizado pela autora; Elaborado por Rafael da Silva Nunes

Esses dois assentamentos constituem-se, segundo as informações da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), como os maiores do estado de São Paulo, tanto em termos de extensão

territorial quanto em relação ao número de famílias assentadas. Esses dados evidenciam as importantes relações entre os assentamentos e os municípios nos quais estão inseridos, seja em termos de geração de renda, mão de obra, formação de grupos de consumidores(as), produção de alimentos, ou ainda no que tange aos conflitos territoriais, visto que esses assentamentos estão imersos em regiões onde há grandes extensões de exploração do agronegócio, sobretudo dos setores sucoenergético e de cítricos.

Para analisar como são organizadas essas estratégias de reprodução socioespaciais, adotei como procedimentos metodológicos as técnicas qualitativas, como, por exemplo, entrevistas temáticas e de história oral, cartografias alternativas e grupos focais. Nesse sentido, a geógrafa Ramón (2008) afirma que uma pesquisa feminista deve reconhecer que os resultados de sua investigação não são neutros, pois são influenciados pela reflexividade e pelo posicionamento de quem exerce a pesquisa. No que concerne à organização dos dados, para descrever e analisar analisá-los, dividi este texto em cinco tópicos, por meio dos quais, respectivamente, contextualizo a trajetória dos dois grupos de assentadas supramencionados, teço algumas conceituações sobre as estratégias de reprodução socioespaciais identificadas, destaco os aspectos da dimensão cultural dessas estratégias, analiso alguns dos resultados encontrados, demonstrando como essas atividades têm reconfigurado a divisão do trabalho entre as famílias, e, por fim, aponto alguns elementos relativos ao impacto dessas estratégias sobre a sociabilidade e a autoestima das associadas.

A AMA e a OMUS: as mulheres como protagonistas do desenvolvimento em assentamentos rurais

Até o período de realização das pesquisas de campo, em 2018, a AMA contava com 10 integrantes: quatro delas trabalhando diretamente com a produção, na padaria; seis colaborando/auxiliando em demandas eventuais e contribuindo com a taxa cobrada mensalmente. Essas mulheres, muito antes de integrarem a AMA, já fabricavam

pães e bolos em suas casas e os vendiam em pontos da área central da cidade de Araraquara. Elas decidiram, então, reunirem-se com o intuito de obter outras fontes de renda monetária que garantissem a subsistência de suas famílias (SANTOS; SANT'ANA, 2012).

A partir do Orçamento Participativo da Prefeitura do município de Araraquara, elas vislumbraram a possibilidade de construção de uma padaria comunitária. Essa padaria e o estatuto da associação ficaram prontos em 2008, e desde então essas mulheres alcançaram várias conquistas, tais como doações de *kits* de panificação, cursos de capacitação, premiações, parcerias com universidades para a realização de *coffee breaks*, convites para palestras em eventos etc. Cabe mencionar que, ainda que a AMA dedica-se prioritariamente à produção de itens de panificação, individualmente, as associadas cultivam hortas e pomares em seus lotes, para o autoconsumo, e também utilizam esses alimentos na fabricação dos produtos da padaria.

Já a OMUS foi formalizada como associação em meados da década de 1990, sendo então considerada um grupo pioneiro de mulheres assentadas (ALMEIDA; RAMIRO, 2016). Além disso, é reconhecida como a primeira experiência de trabalho coletivo em assentamentos do município de Rosana, e até 2018, momento das minhas pesquisas de campo – motivadas por uma sucessão de razões, eventos e tentativas –, a OMUS contava com nove integrantes.

Durante as entrevistas, o primeiro fato apontado pelas participantes, quando questionadas acerca das motivações para a formação do grupo, foi o preconceito de gênero que sofriam por parte dos homens assentados, que as impediam de participarem ativamente das decisões coletivas do assentamento. Essa condição de exclusão e silenciamento as impulsionou na busca por mudanças, e, somado a isso, as dificuldades econômicas e o interesse em obterem renda própria e contribuírem com o orçamento familiar também se constituíram em motivações para a criação do grupo.

A princípio, as associadas tentaram realizar um projeto, sob a gestão do ITESP, para a criação de bovinos, porém, apesar de o Pontal do Paranapanema ser reconhecido como uma grande bacia leiteira,

tal atividade não foi bem-sucedida. Elas também trabalharam com o cultivo de mandioca, e foi nesta fase que se organizaram para ocupar um lote vazio no assentamento, reivindicando o seu uso diante da associação, quando então enfrentaram as imposições jurídicas decorrentes dessa iniciativa, obtendo o direito ao lote. Posteriormente, também ocuparam uma unidade do Banco do Brasil em Rosana, pois necessitavam de empréstimo para os investimentos – e, apesar das dificuldades e preconceito institucional por parte de funcionários(as), conquistaram o crédito.

Assim como as mulheres da AMA, as associadas da OMUS também faziam pães e bolos, para a venda em Rosana, como uma fonte de renda monetária extra. Tal atividade surgiu ao perceberem, quando ainda extraíam leite e fabricavam derivados, que poderiam fazer alimentos de panificação para abastecer as escolas da cidade e de municípios próximos, até serem contempladas com um *kit* de panificação, além de conquistarem a construção de uma padaria comunitária. Eventualmente, elas realizam cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo ITESP, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No caso da OMUS, além da panificação, há outra atividade mais relevante para as associadas, a produção de alimentos da horta, do pomar e de produtos artesanais como polpas de frutas, que são comercializadas em programas de compras institucionais³⁸, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Algumas delas também fabricam artesanatos como crochê, bordado e pinturas, além da confecção de bonecas e bichos de pelúcia.

³⁸ As políticas públicas de comercialização mencionadas propiciam a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar pelo Governo Federal, com a isenção de licitação. E os alimentos são, no caso do PAA, após uma logística local, distribuídos em escolas, hospitais, albergues, asilos, creches, projetos sociais e diretamente para famílias em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao PNAE, os alimentos são direcionados particularmente para as escolas públicas.

A importância das estratégias de reprodução socioespaciais para um espaço rural com igualdade de gênero

Para Antuniassi (1993), as famílias de pequenos(as) agricultores(as) são levadas a construir estratégias para a reprodução social do grupo familiar visando, assim, assegurar sua permanência no campo, especialmente nos assentamentos rurais. Ela afirma, ainda, que a noção de estratégias, denominada como “estratégias familiares”, é um elemento indispensável para a compreensão das ações dos(as) agricultores(as) no processo de inserção e sobrevivência nos assentamentos de reforma agrária. Nessa lógica, ela entende que essas estratégias são contínuos ajustes nas práticas adaptativas das famílias assentadas, como núcleo habitacional e como base de sistema de produção. Em síntese, são as estratégias de reprodução que possibilitam às famílias a sobrevivência nos assentamentos, apesar de toda a rusticidade das condições ambientais e do desinteresse do setor público (ANTUNIAS-SI, 1993).

Nessa perspectiva, de acordo com Bourdieu (1994), as estratégias de reprodução das famílias rurais podem ser integradas nestes cinco grupos gerais: estratégias de investimento biológico (relacionadas à fecundidade, cuidados preventivos e de saúde); estratégias sucessórias (nas quais se objetiva a transmissão de terra entre as gerações); estratégias educativas (por meio das quais se valoriza a educação, o conhecimento e a ética); estratégias de investimento econômico (que objetivam o aumento de capital); e estratégias de investimento simbólico (relacionadas ao âmbito cultural, percepções e coesão do grupo familiar). De modo complementar, Sant’Ana (2003) observa que existe um conjunto complexo e multideterminado de estratégias desenvolvidas pelas famílias que também interferem no destino desse segmento social, que o autor classifica da seguinte maneira: ampliação/manutenção da terra e do patrimônio; produção e comercialização; arranjos intrafamiliares de gestão da unidade familiar; e cooperação e outras formas de organização comunitária. Para o autor, o uso combinado

dessas estratégias permite à maioria das famílias a sua reprodução social, mantendo-as na atividade agropecuária.

De modo geral, as estratégias das famílias rurais envolvem aspectos produtivos, desde crédito, formas de organização, comercialização, formação técnico-profissional e de administração, além de aspectos imateriais, como as tradições, os valores, as normas internas das famílias, as relações comunitárias, as alianças políticas, o parentesco, os casamentos e a migração (SANT'ANA, 2003). Nesse cenário, as mulheres possuem uma grande capacidade de iniciativa e planejamento sobre a renda, a organização de consumo e a gestão familiar, por isso, ao se colocarem diante de projetos que lhes proporcionem retorno econômico, elas adquirem não apenas um rendimento monetário, mas uma maior autonomia e poder de decisão – mesmo que, na maior parte das vezes, o rendimento por elas obtido seja inserido no orçamento total da família.

Desse modo, é possível constatar que as estratégias de reprodução socioespaciais são aberturas que permitem mudanças significativas nas relações de gênero no espaço rural. Isso porque tanto as estratégias como o espaço e as relações de gênero são fluidas, passam por constantes alterações, não se encontram finalizadas e engessadas. Nesse viés, Sant'Ana (2003, p. 43), observa que

As estratégias estão fundamentadas em um *habitus*, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio *habitus* e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluidas [*sic*] e não estruturas rígidas, pré-concebidas.

Essa fluidez, é evidente, também está presente nas relações de gênero, e a discussão a esse respeito não reconhece nenhuma justificativa biológica, psíquica ou econômica que fundamente a desigualdade entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1970), contudo rejeita o determinismo biológico, considerando que muitas das funções atri-

buidas aos homens e às mulheres são socialmente apreendidas e utilizadas de modo a significar relações de poder e hierarquias (SCOTT, 1995). Por isso, considero que a oposição binária entre feminino e masculino não são fixas, nem permanentes, por serem influenciadas pela subjetividade, linguagem e performatividade do gênero, que são também fluidas, estão em devir e são, portanto, suscetíveis a alterações, graças às fissuras que tensionam essa estrutura normativa e dicotômica entre os sexos (BUTLER, 2017).

Logo, as estratégias de reprodução socioespaciais podem ser interpretadas como fissuras, e seus efeitos se refletem no âmbito cotidiano e familiar ao constatarmos que os companheiros das participantes da pesquisa passaram a realizar atividades antes delegadas apenas às suas esposas, tais como cozinhar, limpar a casa e cuidar dos(as) filhos(as). O que, além de propiciar a reconfiguração da divisão do trabalho entre membros da família, gera a possibilidade de espaços paradoxais no campo, conceito geográfico, elaborado por Rose (1993), que complexifica as relações de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementaridade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que, mesmo entre segmentos que estão na ala mais fraca, não há apenas passividade, haja vista que também são dotadas de poder – e, se há poder, há resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os *outsider* (margem) e *insider* (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos propiciam transformações. Acredito que assim as mulheres associadas conseguem subverter a lógica patriarcal das relações de gênero no espaço rural, tomando como ponto de partida seu próprio cotidiano.

A perspectiva cultural das estratégias de reprodução socioespaciais das mulheres rurais

Segundo Sant’Ana (2003), até a década de 1970, os estudos sobre as estratégias das famílias rurais pautavam-se em abordagens

sob a ótica do capital, considerando-as como ferramentas para a reprodução da força de trabalho. A partir da década de 1980, passou-se a observar com maior atenção a dimensão cultural e simbólica desse tema, e, com a adoção dessa perspectiva, as estratégias deixaram de referir-se somente à reprodução da força de trabalho, adotando a visão do cotidiano, do modo de vida das pessoas.

Com a organização coletiva, as mulheres rurais têm alcançado diferentes espaços, o que levou à mudança de algumas estratégias de reprodução da força de trabalho. Se antes produziam individualmente, em nível doméstico, numa menor escala, passaram então, a partir dos grupos, a ganhar forças, ampliando a produção e exigindo das autoridades locais apoio aos seus projetos (MAIA *et al.*, 2018). Foi assim com a AMA e com a OMUS, quando as associadas começaram a produzir os pães em seus lotes e a somar esforços, ganhando reconhecimento e tendo suas demandas contempladas, após intensa luta e muitas cobranças às prefeituras e ao ITESP.

Assim, articuladas em projetos coletivos, ao interagirem com diversos mediadores(as) e circularem por espaços de contextos diferenciados, essas mulheres precisam realizar trâmites com o poder local e fazer negociações, cobrar por suas demandas e, assim, aprender ou aperfeiçoar as atividades importantes como modos de comportamento em espaços públicos, bem como formas de se expor, falar, fazer avaliações – habilidades pouco usuais em um cotidiano restrito à esfera doméstica e aos silenciamentos (MEDEIROS; PAULILO, 2013; SILIPRANDI, 2013).

Essas estratégias socioespaciais de cunho cultural envolvem questões de diversas ordens. Diante das informações produzidas em campo, reconheço as seguintes atividades como estratégias de cunho cultural: a realização de capacitações e o aprimoramento de atividades já realizadas pelas associadas, como cursos de panificação ou de carne suína (embutidos); o conhecimento acerca dos usos das ervas medicinais; a elaboração de receitas diferenciadas (veganas); a participação em eventos culturais e científicos, inclusive como palestran-

tes; as premiações de empresas e instituições públicas; as viagens; e a retomada dos estudos. Todas essas atividades listadas também se articulam com a perspectiva espacial, social e econômica, embora repercutam mais na visibilidade e reconhecimento social das associadas e, conseqüentemente, na elevação da sua autoestima, além de ampliarem seus conhecimentos e visões de mundo. Tais estratégias vinculam-se mais diretamente à esfera simbólica.

Cabe destacar, ainda, uma das questões que perpassam o âmbito cultural: a própria divisão do trabalho no núcleo familiar. Nesse viés, Francisco (2011) afirma que a sobrevivência das famílias rurais não se dá apenas pela obtenção de renda, mas também pela organização dos próprios membros nas estratégias desenvolvidas, condição que remete ao âmbito cultural. Isso evidencia a força do patriarcado e do machismo nos espaços rurais, de modo que os homens pouco se responsabilizam pelas tarefas domésticas, ainda que, lentamente, isso venha mudando.

Além disso, essas organizações coletivas em assentamentos rurais podem desenvolver suas atividades em interação com mediadores(as) de diferentes natureza e escala (movimentos sociais, institutos de pesquisa ou organizações não governamentais) (WESZ JÚNIOR, 2015). A partir da dimensão cultural das estratégias, podemos perceber a significativa ampliação de capacidades dessas mulheres, bem como o estabelecimento de redes e ligações com setores da administração pública, com os mercados e a sociedade civil.

Em pesquisa acerca das organizações coletivas de assentadas no entorno de Andradina, São Paulo, Maia *et al.* (2018) observam pontos relevantes sobre a questão cultural. As mulheres do Assentamento Pendengo formaram grupos para capacitação por meio de cursos diversos (artesanato, pintura, fabricação de queijo, doce de leite e pães caseiros), na busca por adquirir conhecimentos que lhes propiciassem renda própria. Nessa dinâmica, os cursos tornaram-se espaços importantes para a troca de experiências sobre as condições de saúde, educação e meio ambiente no assentamento. Além do conhecimento, es-

As formações promoveram uma articulação interna, a partir da qual as mulheres organizaram eventos, como quermesses e bingos, para angariar recursos e consolidar a associação criada nesse processo. Essas interações em cursos, encontros técnicos, capacitações e palestras, segundo enfatiza Wesz Júnior (2015), ampliam as capacidades individuais e coletivas, e essa

[...] expansão das capacidades significa ampliar as possibilidades de os indivíduos ou grupos se tornarem atores e agir em segundo suas concepções. As capacidades habilitam as pessoas para serem agentes de mudanças, transformando os atores e as oportunidades em meios de reprodução econômica e social que impliquem uma melhoria de sua qualidade de vida, de acordo com critérios das próprias pessoas (WESZ JÚNIOR, 2015, p. 403).

Nessa mesma perspectiva, Salvaro, Estevam e Felipe (2014), em estudo sobre a participação feminina em cooperativas rurais virtuais no sul de Santa Catarina, destacam que a visibilidade social e o reconhecimento laboral das agricultoras perpassam essas formas de organização coletiva e a profissionalização das agricultoras, ressignificando saberes, afazeres, jornadas de trabalho e divisão de tarefas nas propriedades/lotes, antes desvalorizados.

A reconfiguração da divisão de trabalho entre as famílias das assentadas estudadas

A articulação com o trabalho coletivo, em busca do reconhecimento de direitos e da redistribuição de renda, também propicia às agricultoras, além de visibilidade, novas subjetividades, pois, a partir do trabalho associativo, essas mulheres não são mais donas de casa apenas, ou meramente agricultoras, tornando-se associadas, gestoras de um projeto coletivo e comerciantes, integrando uma ação coletiva (SALVARO; ESTEVAM; FELIPE, 2014). Diante desse cenário, alguns homens se sentem desconfortáveis quando percebem que suas com-

panheiras passaram a desempenhar atividades produtivas de maior êxito, conseguindo autonomia econômica; e quando a renda obtida se sobressai entre os demais do núcleo familiar, o incômodo gerado pode ser ainda maior.

Observei que essa é uma realidade presente na vida das associadas ao ouvir a revelação de uma participante. Segundo ela, seu esposo se sentia incomodado pelo fato de seu salário ser maior do que o dele:

-Às vezes meu marido fala umas coisas: “Que eu ganho mais que ele na associação”, que isso não é certo.

-Como assim? Ele reclama pelo fato de você ganhar mais do que ele?

-É, isso aí! Ele se sente ofendido, sabe? Inferior, né?

-Que triste. E o que você pensa sobre isso?

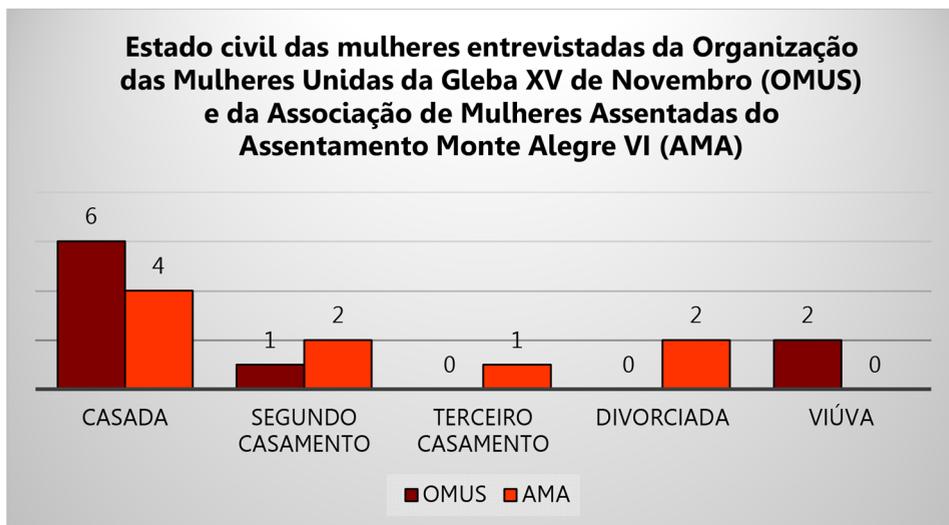
-Ah! Eu falo pra ele que isso aqui foi batalhado, que a gente lutou pra conseguir. Foi uma luta grande. Não foi fácil, não. Então, quando eu cheguei o meu seguro desemprego foi acabando tudo. Eu ficava preocupada, aí a gente correu atrás pra arrumar isso daqui (a padaria), pra poder ajudar com o salário do sítio, porque agora tudo que a gente planta a gente vende, mas no começo não era assim, não. Perdia as coisas. Você não conseguia vender então a gente passava dificuldade.

-Então você acha que não necessariamente o homem tem que sustentar a casa?

-Bobagem! Nada a ver! Claro que não! Assim como pode ser ele, eu também que eu posso trabalhar e precisar. Uma precisa do outro! (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).

Para Medeiros e Paulilo (2013), mesmo sob a oposição encontrada no núcleo familiar, a participação de mulheres em grupos produtivos pode propiciar um interessante rearranjo da divisão do trabalho, surgindo instigadoras reconfigurações de poder no interior da família. Nesse sentido, preciso informar que a maioria das participantes da pesquisa é casada, mas há casos pontuais de mulheres divorciadas e viúvas nas duas associações, como demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Estado civil de mulheres associadas à AMA e à OMUS



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados durante a pesquisa de campo, em 2018

Considerando esses dados, afirmo compreender as críticas aos setores feministas, quando alegam que a maioria dos projetos para angariar recursos destinados às agricultoras geralmente estão relacionados às atividades tradicionalmente atribuídas a elas, tarefas do âmbito doméstico, do cuidar, como, por exemplo, a panificação, o cultivo de hortas, a criação de animais de pequeno porte, os serviços em restaurante e hospedagem e a produção de artesanatos. Reconheço tais críticas, mas a obtenção de renda pessoal é de extrema relevância para a autonomia da agricultora, ainda que parte do dinheiro obtido por ela seja incluído nas despesas familiares. Em relação a isso, considero bastante explicativo o registro de um diálogo sobre os tipos de cursos ofertados às famílias assentadas com a analista de desenvolvimento agrário do ITESP de Araraquara:

-Eu achei curioso você falar sobre os cursos. Você acha que tem uma distinção na participação desses cursos? Por exemplo, você disse que tem uns que são mais para produção animal, e outros são mais voltados para trabalhos manuais. Você acha

que há uma diferença de sexo, de idade entre os participantes?

-Eu acho que não. É uma participação geral.

-Por exemplo, o de compotas? Vai mais mulheres?

-Ah, sim! Vai mais mulheres, mas tem também homens que participam, da produção de pães, de compotas. O curso de carne suína, eles gostam muito de participar, também.

-E além desse, tem mais algum curso que eles participam mais?

-Sim, por exemplo, a parte de horticultura, que é uma área forte aqui, por conta das feiras, as próprias políticas públicas de compra desses alimentos, tem curso de poda de limão agora, então aí, a participação maior é dos homens.

-Ah é? Que interessante, já que horta sempre foi uma coisa mais das mulheres, né?

-É, mas agora a família toda se envolve, porque virou uma área grande (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara, 26/03/2018).

Esse trecho evidencia que há um direcionamento dos cursos oferecidos segundo o gênero dos(as) assentados(as), o que é bastante comum, o que observei tanto nas leituras sobre o assunto como em outras realidades empíricas. Mas uma informação deve ser destacada: a afirmação da funcionária de que a produção das hortas foi assumida por toda a família, com grande interesse por parte dos homens, porque se tornou algo rentável, graças aos programas de compras institucionais. Nesse caso, sua afirmação toma como base todo o assentamento, já que as associadas da AMA não participam dessas políticas. Em relação à OMUS, a situação é diferente, pois as mulheres mantêm a liderança da produção de hortas. Acredito que isso prevaleça porque, além do interesse e intenso trabalho das associadas, há uma resolução no PAA³⁹ que indica ter maiores chances de aprovação os projetos com maior número de integrantes mulheres.

No que concerne às atividades oferecidas pelos cursos, elas são, de fato, ocupações que exploram uma condição peculiar de ser mulher rural, todavia não enxergo nisso uma reprodução do machis-

³⁹ Referente à Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, que estipulava um maior incentivo à participação feminina no programa, priorizando a inclusão de mulheres na seleção e execução de propostas e exigindo que, no mínimo, 30% das pessoas integrantes dos projetos propostos fossem mulheres (BRASIL, 2011).

mo, ao contrário. É necessário que a mulher alcance um nível de empoderamento para que se conscientize da desvalorização de seu trabalho e para que reconheça seu potencial em desenvolver quaisquer atividades, desde cuidar da casa e da família, fazer bolos para a venda, até trabalhar com atividades aleatórias, inseridas ou não na lógica doméstica e agropecuária. E independente do que ela escolha, para alcançar os seus projetos pessoais, ela precisará de recursos financeiros próprios.

No entanto, é necessário reconhecer a existência de mulheres que, embora exerçam algum tipo de atividade rentável, infelizmente, não vivenciam uma relação de gênero mais igualitária em seu núcleo familiar. Por isso, é também preciso considerar que a mulher rural depende de uma renda monetária pessoal para alcançar um nível de autonomia, ainda que seja modesta. Nesse viés, ao longo dos anos em que tenho pesquisado as relações de gênero no espaço rural, percebo que a renda própria é um fator determinante para o processo de emancipação feminina. Ademais, no contexto pesquisado, durante o curso de Doutorado, notei como os resultados desse protagonismo feminino se expandem, propiciando benefícios a toda a família e permitindo a permanência de seus integrantes nos assentamentos.

Ainda no que tange às assimetrias de poder, é possível verificar, por meio do excerto abaixo, como isso tem se estabelecido em termos de divisão de trabalho:

- E como vocês dividem as tarefas aqui, tem coisas que só você faz ou coisas que só o seu esposo faz?

- Aqui quem é responsável pelo gado, tudo é ele, né? Ele retira o leite. Eu praticamente fico mais dentro de casa, saio pra vender as coisas, faço queijo e aí cuido da parte de banco, compro as coisas do sítio, corro atrás das coisas. É isso aí eu que faço (Hortênsia, associada à AMA, 28/03/2018).

- E aqui na casa vocês dividem as tarefas ou é mais você quem faz?

- Nós dividimos, ele faz também.

- É! O que ele faz?

- Ele lava a louça, faz comida.

- *Que maravilha! Tem uns que não tiram o copo da mesa.*
- *Eu cheguei aqui hoje e o almoço estava pronto, foi só esquentar o feijão. A única coisa que o meu marido fazia era botar o feijão no fogo. Quem tinha que fazer o almoço era eu. Agora ele faz tudo, porque esse negócio da padaria nós saímos muito tarde, você viu, né? (Azaleia, associada à AMA, 26/03/2018).*
- *Como vocês dividem as atividades aqui, quem faz o quê?*
- *Todo mundo faz um pouco de tudo, eu, meu esposo, meu neto. Limpeza, comida.*
- *Que legal! O seu neto também colabora?*
- *Sim, aqui todo mundo faz de tudo. O menino de 14 anos faz tudo, também (Kalanchoe, associada à OMUS, 26/03/2018).*
- *Os meus filhos fazem tudo. Eu sou viúva, eles me ajudam muito. Eu ensinei tudo para eles não dependerem de ninguém. Quando eu estou doente, ou preciso demorar na padaria, não preciso me preocupar, porque eles se viram. Ensinei eles desde pequenos a arrumar a casa e fazer comida (Cravina, associada à AMA, 26/03/2018).*

Os relatos acima permitem inferir que as alterações na divisão de funções entre os integrantes da família são um processo que depende muito de cada contexto, mas, em geral, é possível constatar que há uma mudança em curso, com a redistribuição do trabalho doméstico, por exemplo. No primeiro diálogo da lista acima, Hortênsia revela que ainda persiste uma divisão de tarefas, mas, apesar de o esposo lidar com a criação de animais, é ela quem administra o dinheiro, quem sai de casa e transita na esfera pública para comercializar os produtos, fazer compras, resolver pendências bancárias etc.

No segundo caso, Azaleia observa haver uma mudança nessa divisão, pois, a partir do momento em que ela passou a trabalhar na padaria, seu esposo começou a realizar as tarefas domésticas. É possível notar que ele as faz sob uma condição de necessidade, já que, diante da longa jornada de Azaleia com os trabalhos na associação, visto que ela chega em casa muito tarde, ele não pode depender dela para se alimentar. Portanto, a participação das mulheres em projetos coletivos pode implicar numa reorganização da dinâmica doméstica e das relações de gênero.

O terceiro e quarto casos, envolvendo Kalanchoe e Cravina,

mostram um fato muito interessante, apontando para uma preocupação com a formação de rapazes capazes de executarem as atividades domésticas, cozinhar e limpar, dentre outros afazeres. Tal fato contribui para a desnaturalização da vinculação feminina ao trabalho reprodutivo, indicando que esses são trabalhos essenciais para a vida em sociedade e para todas as pessoas, independentemente do gênero. Creio que esse é um passo importante para a educação de homens mais engajados com a luta por relações de gênero mais equânimes.

Nessa perspectiva, considerando a igualdade na tomada de decisões, ainda que sutis, também podem ser observadas algumas mudanças:

-De que forma que vocês decidem as coisas? Quando precisa comprar um móvel pra casa, ou mexer na estrutura, na produção, criação do gado, de algo assim, no lote, que envolva investimento que envolva dinheiro, como é que vocês decidem?

*-Ele que decide, mas assim **quando é financiamento, por exemplo, essas coisas, ele vem falar comigo, porque aí precisa de mim, né? Aí, eu tenho que assinar** (Lavanda, associada à OMUS, 25/04/2018).*

-O lote está no nome seu nome?

-Sempre foi tudo em meu nome, lote, DAP, porque como o falecido bebia, sempre me colocava na frente das coisas, ele não queria ter trabalho.

-Ah, que coisa. Mas pelo menos tem o lado positivo de as coisas estarem em seu nome, né?

-É bom nada! É ruim!

-Por quê?

-Porque tem que ser o homem!

-Mas por você acha isso?

*-Porque tem que ser o homem, porque assim, tem dia que não tem jeito de você ir e você tem que ir, o homem é mais assim, é o homem! **O homem sempre tem que dar a ordem dele, porque ele é homem, então é ele quem tem que correr atrás das coisas** (Camélia, associada à AMA, 27/03/2018).*

No primeiro relato, é possível perceber que há uma imposição do esposo sobre o que deve ser decidido, sem consultar a esposa, apenas solicitando sua assinatura. Entretanto, Lavanda tem plena

consciência de que, apesar de não ser incluída nas decisões sobre os financiamentos, ele depende da sua assinatura, do contrário não conseguiria os recursos do Pronaf. Quanto a Camélia, mesmo tendo o seu nome inserido como titular do lote e em outras responsabilidades, demonstra um descontentamento com tal condição, que afirma não ser a adequada, já que em sua visão isso é “coisa de homem”. Nesse sentido, cabe mencionar que Camélia tem 65 anos e Lavanda 60, havendo, portanto, pouca diferença de idade entre elas, ainda que Camélia apresente uma perspectiva mais conservadora e machista. Isso demonstra que as mudanças nas relações de gênero nesses espaços transitam entre paradoxos, segundo as experiências pessoais e as trajetórias de cada participante, ou seja, as mudanças não acontecem do mesmo modo e nem ao mesmo tempo para todas as mulheres.

Para além da dimensão econômica: a sociabilidade e a autoestima

A relação com diferentes agentes e escalas é destacada por todas as associadas como algo positivo, por uma série de razões, como a convivência com diferentes pessoas, o encontro do grupo associado como possibilidade de distração e relaxamento, a elevação da autoestima e o reconhecimento social, como demonstrado nos fragmentos a seguir:

*Pra mim, o que a associação tem de mais positivo é que a gente tem um lugar pra ir. A cabeça da gente é outra coisa, **a gente lida com as pessoas**, a gente faz muitas reuniões, eventos, coffee break, a gente vai nos eventos que têm, da agricultura familiar, em outras cidades, no estado inteiro, né? Já fomos vender pães e bolo de milho, o que mais rendeu foi o de milho, fizeram um fila enorme na nossa barraca, foi tão legal! (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).*

*Acho o que nós mais melhoramos foi a independência, né? A gente adquire em saber falar: “Eu posso, eu vou”. **O povo respeita, até os próprios homens**, tem um homem aqui que tem uma associação, ele falou assim: “Eu não contava que essa associação da OMUS ia seguir não, mas vocês estão firmes”, eu*

respondi: “É nos trancos e barrancos a gente vai seguindo”. **A gente ganhou, assim, um respeito, antes não havia isso** (Violeta, associada à OMUS, 26/04/2018).

*Todas essas atividades que elas fazem, de sair para outros lugares, de trabalhar, elas mudaram muito. **Hoje elas são mulheres diferentes, sabe? Assim de empoderamento mesmo, de vida, de direitos e posição enquanto mulher, é exatamente assim que eu vejo nelas a mudança.** Tem umas que nunca saíram do lote e com essa participação de ir pra cidade, para feira, houve uma mudança, enquanto pessoas mesmo. **Acho que é isso, assim, quando a mulher tem a sua renda, ela tem mais poder de decisão, em casa, tudo, por mais que esse dinheiro seja dividido ou usado na própria casa. Eu vejo dessa forma a mudança nelas.** Eu acho que especialmente duas lá. A gente via que elas ficavam muito em casa, tudo, e hoje eu até fiquei sabendo que uma delas foi fazer uma viagem, foi ver o filho dela que mora no Sul. Ele mora há pouco tempo lá, ela foi de avião (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara, 26/03/2018).*

A relação com os(as) intermediadores(as) pode ser impulsionadora, como destaquei em muitos exemplos, mas nem sempre é positiva. Algo recorrente na maioria das entrevistas com as associadas da OMUS é a insatisfação das mulheres com o técnico agropecuário, funcionário do ITESP responsável por fornecer a assistência técnica às associadas. Por muitos anos elas trabalharam com um mesmo técnico, com quem tinham uma relação muito amigável e frutífera, porém, há alguns anos, houve uma troca para o atual técnico, com quem elas não têm uma boa relação. A esse respeito, elas afirmaram já ter procurado o ITESP para expor a situação, mas nada foi feito. A animosidade é tão grande que elas dispensaram a assistência técnica enquanto a instituição não disponibilizar outro profissional para atendê-las. As acusações são graves, elas mencionam atitudes machistas e racistas por parte do funcionário. Esse fato mostra o quão relevante é a formação de profissionais de assistência técnica e de extensão rural com um viés mais humanitário e integrador, para que reconheçam a existência dos diferentes sujeitos que compõem o campo brasileiro.

No entanto, há parcerias e resultados que devem ser mencionados. Em relação ao reconhecimento social comentado pelas partici-

pantes, destaque dois momentos especiais para esses grupos de agricultoras. A premiação da Consul, conquistada pela AMA, e a homenagem a Margarida, líder da OMUS, pela Câmara Municipal de Vereadores de Rosana. Além disso, a inclusão da associação em eventos e canais de comercialização tem sido facilitada pela Prefeitura Municipal de Araquara, que conta com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, uma subdivisão que sempre esteve envolvida na articulação de projetos com a AMA. Segundo a presidenta da AMA, muitos desses projetos estão ligados aos editais de economia solidária. Em meados de 2014, após o último assalto na padaria, uma funcionária dessa secretaria as inscreveu em um edital de Premiação da Consul para Grupos de Mulheres, e elas foram selecionadas e aprovadas em todas as etapas, ganhando a premiação. Foi uma alegria imensa, pois ganharam novos equipamentos de cozinha, uma viagem para um *workshop* e uma cerimônia de premiação para a liderança e uma acompanhante. Esse evento, além de contribuir para a elevação da autoestima das mulheres, proporcionou-lhes visibilidade nacional.

Figura 2 – Integrantes da AMA recebem Prêmio Consul



Fonte: Foto cedida pelas participantes da pesquisa

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

Outro momento que merece ser destacado é a homenagem recebida por Margarida. Liderança da OMUS e pessoa admirada por muitos(as) assentados(as) da Gleba XV de Novembro e por vários segmentos do Pontal do Paranapanema, ela recebeu uma premiação organizada pela Câmara de Vereadores do município de Rosana, em 2018.

Figura 3 – Margarida e outras mulheres recebem homenagem na Câmara de Vereadores do município de Rosana



Fonte: Foto cedida pelas participantes da pesquisa

O reconhecimento desses grupos de assentadas é uma conquista obtida após anos de intenso trabalho, dedicação, união e persistência. Conforme já destaquei, pensar as diferentes dimensões que as estratégias adquirem na vida dessas mulheres remete a uma multiplicidade de eixos que se concatenam. Por isso a dificuldade em categorizar tais estratégias como social, econômica ou cultural, visto que elas se atravessam, e isso contribui significativamente para o fortalecimento desses grupos, possibilitando que essas mulheres alterem a própria situação geográfica nos assentamentos em que estão inseridas.

Considerações finais

O processo de inserção econômica e social das mulheres rurais é algo em devir, uma conquista que tem sido alcançada ao longo de décadas de luta na busca por representatividade e direitos. Essas mulheres têm travado incessantes enfrentamentos para que possam se organizar em associações, filiar-se a sindicatos, ter seus nomes incluídos nas cadernetas de trabalho, aposentar-se, enfim, ter reconhecida sua condição enquanto agricultoras. Além disso, paralelo a essas demandas, elas buscam outras oportunidades, como a criação de linhas de crédito para projetos específicos, canais de comercialização, a pauta de uma produção agroecológica, além da equidade de gênero. A conquista de tais oportunidades, somadas ao trabalho coletivo, por meio do associativismo, possibilitou que essas mulheres somassem suas forças por meio do trabalho coletivo, como demonstrado nos casos analisados neste texto.

Assim, enfatizo que as estratégias de reprodução socioespaciais executadas a partir do trabalho coletivo apresentam uma série de aspectos positivos para as suas condições de vida e de trabalho. Dentre os diferentes desdobramentos, ressalto o âmbito cultural, que propiciou muitas mudanças, como a possibilidade de uma divisão de trabalho mais justa entre as famílias, além do reconhecimento do trabalho feminino, doméstico e agropecuário, bem como da autoestima e da sociabilidade entre as mulheres associadas. Em suma, são mudanças sutis e pontuais, mas de muita relevância para essas mulheres, uma vez que as relações de gênero estão presentes dos níveis mais cotidianos aos mais íntimos.

Referências

ALMEIDA, Olivia Alves; RAMIRO, Patricia Alves. Mulheres unidas na luta contínua pela terra: uma das histórias da Gleba XV de Novembro. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 7, 2016, Natal. **Anais** [...]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande

do Norte, 2016. [S. p.].

ANTUNIASI, Maria Helena Rocha. Estratégias familiares de trabalhadores rurais em núcleos de reforma agrária. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 22, p. 17-21, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Livro 1: Fatos e Mitos. 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, França, n. 105, p. 3-12, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 158, Seção I, p. 92, 17 ago. 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRANCISCO, Maria Luiza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, p. 27-36, 2011.

RAMÓN, María Dolores García. ¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades**, Rioja, Espanha, v. 20, p. 25-51, 2008.

MAIA, Ana Heloisa *et al.* Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina/SP. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, [S. l.], v. 7, p. 294-310, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. Introdução: Formas de organização e representação política das mulheres do campo. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamento político. Niterói: Alternativa, 2013. p. 188-194.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo**: por

uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. 2020. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**: The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [Brasília], v. 34, p. 390-405, 2014.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na Terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SANTOS, Arlei Rosa dos; SANT'ANA, Raquel Santos. O Desafio de Geração de Trabalho e Renda: A Experiência da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) de Araraquara/SP. *In*: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 5, 2012, Araraquara, 2012. **Anais** [...]. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2012. p. 1-15. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1D/02_Arlei_Santos.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamento político. Niterói: Alternativa, 2013. p. 329-343.

WESZ JÚNIOR, Valdemar João. Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. **Interações**, Campo Grande, v. 16, p. 395-406, 2015.

CONTEXTO DE VIDA E TRABALHO DAS MULHERES ANTES DO ÊXODO RURAL: UM ESTUDO EM MUZAMBINHO-MG⁴⁰

Letícia Almeida Araújo*

Ana Rute do Vale**

Introdução

O papel da mulher no espaço é inerente e evidente nas diversas situações do cotidiano e acaba por implicar em toda uma estrutura de funcionamento da sociedade, especialmente por seu trabalho produtivo ou reprodutivo, embora isso tenha sido pouco tratado nas pesquisas geográficas. Foi somente nos últimos anos da década de 1980 que as mulheres passaram a ser objeto de estudo de pesquisas científicas de diferentes naturezas e a questão de gênero passou a ser discutida além do viés social, como foi o caso dos estudos na Geografia.

Quando se aborda as relações de trabalho, esse papel é ainda mais evidenciado e importante devido à espacialidade dos gêneros, ou seja, as mulheres ocupam, apropriam-se e se fazem necessárias em diversos ambientes. O que ocorre é que justamente o reconhecimento

* Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. E-mail: araujo.leticia.almeida@gmail.com

** Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

⁴⁰ Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao programa de Pós-graduação em Geografia da UNIFAL-MG, sob orientação da professora doutora Ana Rute do Vale.

da sociedade em relação ao trabalho feminino não acontece. Ao contrário, esse trabalho é visto de forma diminuída, como uma “ajuda” apenas ao homem, sobretudo nas atividades agrícolas.

Essa falta do mérito e do devido valor ao trabalho das mulheres tem bases históricas, patriarcais e, principalmente, de interesses capitalistas sobre o que é considerado produto, sobre o que é comercial, sobre o que é quantitativo e retorna financeiramente e, nesse contexto, tudo o que é produzido pela mulher é desvalorizado ou desmerecido.

No que se refere ao trabalho feminino no campo, fala-se de uma totalidade do trabalho doméstico juntamente com o trabalho no roçado⁴¹. Além disso, cabe às mulheres os cuidados com o grupo familiar, sobretudo crianças e idosos, e as funções das atividades no quintal da casa, como o cultivo da horta e a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos. Essas múltiplas tarefas, muitas vezes, são naturalizadas pelos companheiros e pela sociedade em geral, fazendo com que, no campo, o trabalho da mulher seja ainda mais desvalorizado.

Muitas dessas mulheres trabalham e não possuem acesso ao dinheiro recebido pela venda da produção ou pelo serviço realizado, refletindo na falta de documentos comprobatórios para que possam ter direitos a uma futura aposentadoria, ou seja, elas não participam das decisões sobre a unidade de produção familiar, que estão sempre a cargo do pai ou do esposo.

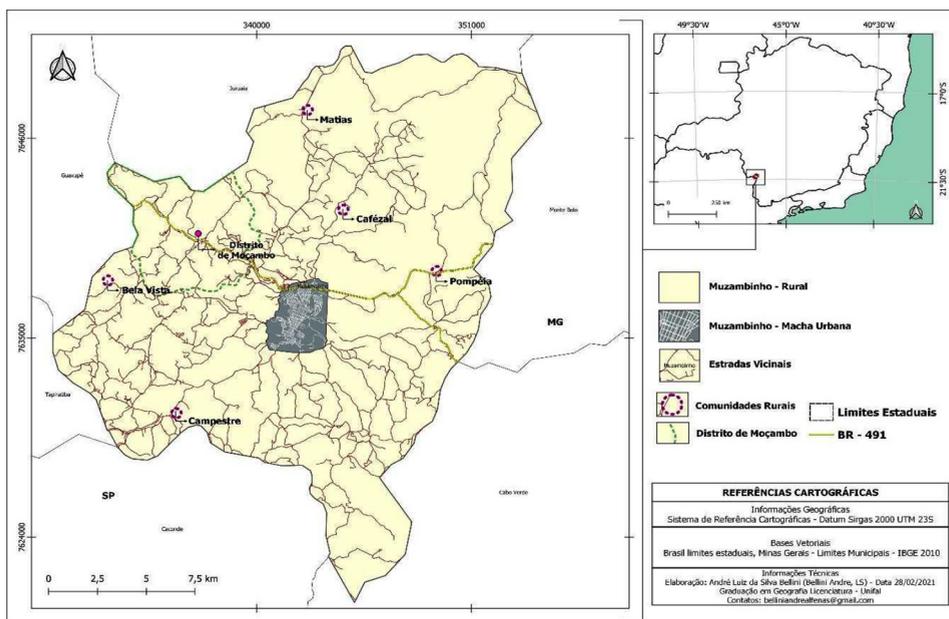
Além de tudo, no campo, as relações patriarcais ficam ainda mais evidenciadas e, na maioria das famílias, ainda hoje, o filho homem é educado para acompanhar o pai nas atividades agrícolas e na gerência da propriedade, como o natural herdeiro da mesma, enquanto a filha deve se dedicar mais às atividades domésticas, pois seu destino será o casamento. Diante dessa realidade, essas filhas acabam buscando, através do êxodo rural, uma forma de se libertar desse domínio masculino, como ocorre também no município de estudo desse trabalho.

⁴¹ Roçado aqui é entendido como a definição exposta pelo dicionário Michaelis: “Terreno em que se roçou o mato e que está pronto para o plantio.” (<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=L1O8Z>)

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

Muzambinho, dentro dos aspectos populacionais, é considerada uma cidade pequena que, no contexto de rede urbana do Sul de Minas, obedece a certas hierarquias de cidades médias e polos regionais. No entanto, não perde sua importância na dinâmica local e microrregional. É um município que se localiza na mesorregião Sul/ Sudoeste de Minas Gerais (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização geográfica do município de Muzambinho/MG



Fonte: Base Brasil Limites Estaduais e Municipais (IBGE, 2010).

Elaboração: André Luiz da Silva Bellini, 2021.

A sua população, estimada em 2020 (IBGE), é de 20.545 habitantes. A área do município é de 414,0 km² e a densidade demográfica de 49,84 hab./km². Tem uma altitude média de 887 metros e uma temperatura média anual de 18°, com uma precipitação média anual de 1605 mm, fatores climáticos que acabam contribuindo para que, dentro do aspecto produtivo, a cafeicultura se destaque.

Socioeconomicamente, há que se considerar a cidade de Muzambinho como uma cidade pequena e com uma ruralidade arraigada

na cultura da sua população, também muito expressa por sua ligação com as atividades econômicas dependentes do campo. Por conta de sua localização, não apresenta investimentos significativos em infraestrutura, indústrias ou é área de interesse de empresas estrangeiras, pois não está ligada a rodovias que permitam o escoamento que interessa ao capital (ARAÚJO, 2016), embora, indiretamente, a produção de café do município seja transferida ao exterior por intermédio de cooperativas inseridas no mercado internacional.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam Muzambinho na 42^a posição na produção cafeeira do estado de Minas Gerais, em âmbito nacional na 70^a posição e o valor da produção do fruto correspondendo a 80, 41% do PIB agropecuário (IBGE, 2017).

De acordo com a publicação do Censo Agropecuário de 2017, dos 1.185 estabelecimentos agropecuários estudados em Muzambinho, 89% dos produtores rurais são proprietários e gestores das terras, 6% são parceiros, e 2% arrendatários, demonstrando que a tradição familiar é forte e permanece no campo, com os próprios moradores gerenciando suas propriedades e poucos trabalhando para terceiros. A grande maioria, 92% dos produtores informados, é do sexo masculino, 47% têm como nível de escolaridade apenas o ensino primário, 14% concluíram o ensino médio e menos de 1% possuem nível superior de formação (IBGE, 2017), o que não significa a ausência de mulheres no campo em Muzambinho, mas sim que, ainda hoje, os responsáveis legais pelas terras são majoritariamente os homens.

Assim, o objetivo deste trabalho é compreender as relações de trabalho e vivências espaciais das mulheres que viveram no campo antes de migrarem para cidade em Muzambinho, considerando quais aspectos foram significativos para decisão de migrar, em um contexto de agricultura familiar e cidade pequena.

Para tanto, foram realizadas, além da busca bibliográfica, entrevistas com 20 mulheres em Muzambinho que vieram do campo em algum momento de suas vidas e que residem hoje em diferentes bair-

ros da cidade. O contato com essas mulheres se deu a partir de indicações das próprias moradoras, uma vez que, pelo fato de Muzambinho ser um município pequeno, com relações interpessoais marcadas pela proximidade, esse contato foi possível. É válido registrar que muitas entrevistadas indicaram outras mulheres do próprio bairro, vizinhas, colegas de trabalho e mulheres pelas quais tinham algum laço afetivo ou relação de parentesco.

Esse tipo de amostragem é caracterizado como “bola de neve”. Nesse caso, a amostragem inicia-se com o auxílio de pessoas que atuam como “sementes” e ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a identificar o grupo a ser pesquisado. Em seguida, é solicitado que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente. Dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014). Eventualmente, o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. Esse entendimento de que os objetivos já foram atendidos com o número de pessoas entrevistadas é uma técnica de pesquisa conhecida como saturação (MINAYO, 2017).

A escolha das mulheres entrevistadas ocorreu a partir da indicação de outra mulher entrevistada. Foram duas mulheres “sementes” — de acordo com a técnica de pesquisa de bola de neve —, próximas à pesquisadora que foram entrevistadas e, em seguida, sugeriram outros nomes de mulheres que viveram no campo e hoje moram na cidade. Assim, com o contato da próxima mulher, a entrevista era agendada. Aconteceu dessa forma com as 20 mulheres, com idades entre 26 e 86 anos, que vivem em diferentes bairros da cidade. Esse número foi considerado suficiente para se obter informações significativas para a pesquisa, atingindo um quadro de saturação em que as respostas começam a apresentar repetições dos resultados esperados. As entrevistas aconteceram no período de janeiro a fevereiro de 2021, de acordo com os protocolos de segurança do Comitê de Ética em Pes-

quisa (CEP) da UNIFAL-MG, e permitiram obter os resultados a serem apresentados.

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Do campo à cidade: os papéis socioespaciais e as relações de trabalho das mulheres em Muzambinho-MG”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAL-MG, com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Apresentação das mulheres entrevistadas

Inicialmente, para compreensão das análises a serem feitas, é preciso informar que, com relação ao estado civil, a grande maioria das mulheres entrevistadas eram casadas (70%), ao passo que 3 eram solteiras (15%) e 3 eram viúvas (15%). Certamente, a porcentagem alta de mulheres casadas reflete ainda uma estrutura tradicional de família, que se percebe principalmente de mulheres que vieram de uma educação patriarcal no campo, no qual a falta de oportunidades de terem sua autonomia financeira faz com que o casamento seja uma opção de sair do controle da figura do pai, mas que acaba se repetindo com o marido.

As mudanças de padrões na maioria do rural brasileiro ainda são tímidas, e para Saffioti (2013), a mulher que permanece no campo é compelida ao casamento.

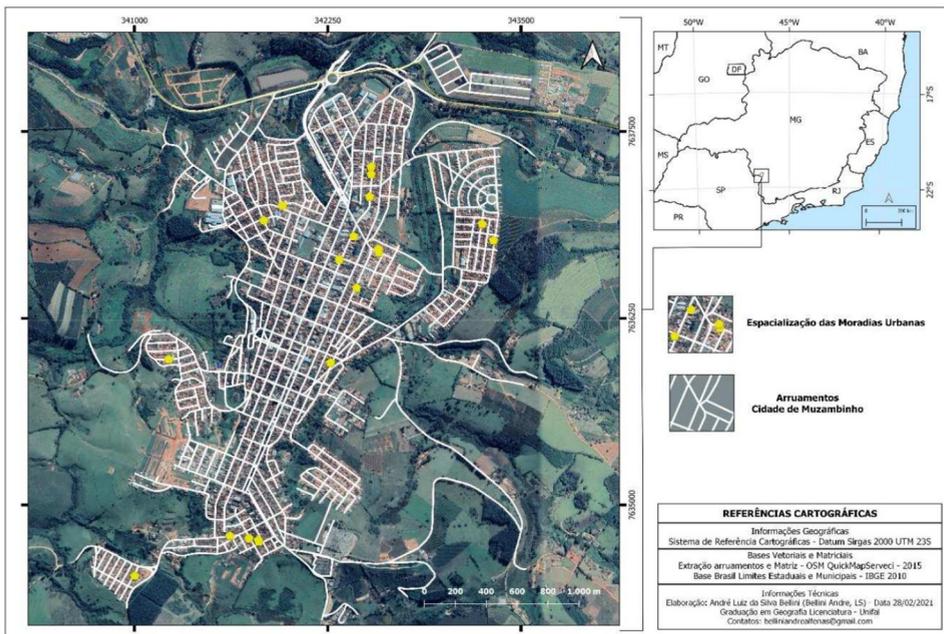
Se o matrimônio constitui o destino social considerado o mais válido para a mulher mesmo nas zonas urbanas, no meio rural não há lugar para o celibato. Os valores grupais e raízes de ordem econômica impelem tanto os homens quanto as mulheres ao matrimônio. Sobretudo, no caso delas, esses fatores representam verdadeiras forças propulsoras, impelindo-as à aquisição do estado de casadas. Falecidos os pais, é total a indefinição da posição social da moça solteira e muito insegura sua situação econômica. Estas forças operam tão vigorosamente que, para não permanecer solteira, a moça de idade superior àquela considerada ideal para o casamento da mulher chega a

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

romper o padrão de recato que a tradição lhe impõe, assumindo a iniciativa nas conquistas amorosas. Mesmo consciente de que a vida que a espera depois do matrimônio é penosa, até mesmo mais penosa que a do homem, a mulher não desiste de encontrar um marido que lhe permita adquirir aquela situação definida socialmente e economicamente segura tão importante no universo sociocultural do caipira. Se o elemento masculino solteiro rareia, ela lança mão do homem casado, pois uma união livre com este é reputada como condição superior à de celibatária (SAFFIOTI, 2013, p. 262).

Poucas mulheres entrevistadas estão localizadas na área central da cidade. Muitas passaram a viver, quando se mudaram para a cidade, em bairros mais afastados do centro, alguns considerados periféricos e periurbanos. Muitos pontos estão próximos justamente pela indicação de uma moradora do bairro por outra vizinha, no processo da entrevista (Figura 2).

Figura 2- Espacialização das moradias urbanas das entrevistadas



Fonte: Base Brasil Limites Estaduais e Municipais (IBGE, 2010).

Elaboração: André Luiz da Silva Bellini, 2021.

Alguns desses bairros populares começaram a surgir na década de 90, como a Vila Socialista, Jardim dos Imigrantes, Chico Pedro, onde três das mulheres entrevistadas passaram a viver. Isso pode ser um reflexo da renda e da idade, já que a valorização dos bairros centrais não era tão evidente quando outras mulheres mais velhas e que mudaram no passado chegaram a encontrar, sendo que, de maneira geral, apenas quatro vivem na área considerada central da cidade. Nos últimos 10 anos, novos bairros que surgiram, como o Novo Horizonte e o Parque da Colina, também abrigaram duas das entrevistadas mais jovens, mas que já possuem renda mais elevada. São bairros com habitações recentes e de padrões mais elevados que dos bairros populares. De todas as formas, foi possível perceber que as mulheres que migram do campo para cidade em Muzambinho estão espacializadas em diferentes pontos, e que certamente estariam por outros diversos se a pesquisa avançasse, porque Muzambinho é uma cidade constituída de pessoas que possuem ligação com o campo, seja através de pais ou de avós que vieram também do campo para a cidade.

Sobre a escolaridade das entrevistadas, tem-se que 5 possuem o ensino fundamental completo (25%), 8 delas possuem o ensino médio completo (40%), duas possuem o ensino superior completo (10%) e 5 possuem o ensino fundamental incompleto (25%). É possível notar que o ensino superior ainda não é uma realidade para a maioria das mulheres entrevistadas e que as mulheres que não concluíram o ensino fundamental são as mulheres com idade mais elevada. Pelas falas durante a entrevista, foi possível perceber que isso era reflexo de uma vida e infância no campo, sem acesso ao ensino, sem a existência de escolas no campo.

Assim, quando questionadas se sentiram necessidade de seguir com os estudos, algumas respostas revelaram que o passado difícil no campo não permitiu a conclusão dos estudos e que depois, já vivendo na cidade, motivos como a necessidade de trabalhar e cuidar dos filhos acabaram interferindo na motivação para continuar, como se pode confirmar nas falas a seguir.

Eu nunca pude estudar muito, era difícil estudar lá na roça, então não peguei muito gosto, sempre trabalhei muito, hoje aposentada, aí que não penso mais não! (ENTREVISTADA 2-61 anos).

Ah eu sempre tive vontade de estudar, mas lá na roça era difícil, tinha uma professora que dava aula em casa, mas era muito longe pra gente ir, aí depois de moça casei, vieram os filhos e não deu mais, agora com essa idade a gente torce só pelos netos (ENTREVISTADA 8- 86 anos).

No caso das entrevistadas mais jovens, que tiveram a oportunidade de se mudar para cidade justamente para concluir os estudos, uma vez que no campo em Muzambinho ainda hoje não existem escolas que ofertam o ensino médio, as falas foram distintas.

Eu mudei por esse motivo, para finalizar o ensino médio, e na cidade você vai vendo seus colegas entrando em faculdades. Foi aí que me despertou a vontade de fazer um curso superior, e formei em Geografia, mas por enquanto, acabei não exercendo (ENTREVISTADA 4, 28 anos).

Na verdade, eu vim para cidade para estudar, né, para fazer o ensino médio. E depois eu quis sim fazer um curso superior, e consegui cursar Matemática em Alfenas, que ficou mais fácil porque eu já estava aqui na cidade. (ENTREVISTADA 5, 28 anos).

A responsabilidade pelo cuidado com os membros da família ainda é incisiva sobre as mulheres, assim, muitas deixam de buscar carreiras profissionais, continuar os estudos, e seguir um caminho diferente do papel reprodutivo da mulher imposto pela sociedade patriarcal-capitalista. Em muitas das falas, essa desigualdade de papéis de gênero ficou evidenciada: “Não continuei estudando porque quando mudei já tinha filhos, depois veio mais, tinha muita coisa da casa pra cuidar, aí nem pensei nisso” (ENTREVISTADA 17,76 anos).

Das 20 mulheres entrevistadas, 16 conseguiram obter sua própria fonte de renda através do trabalho só após a mudança para cidade (80%), 3 nunca trabalharam fora do ambiente familiar e se aposentaram por idade (15%) e 1 conseguiu a aposentadoria comprovando que

trabalhou no campo (5%). O questionamento foi realizado em relação aos valores monetários que as entrevistadas recebem, em nome delas, não contando a renda de maridos ou filhos.

Assim, 12 mulheres recebem 1 salário mínimo por mês (60%), 5 recebem até 2 salários mínimos (25%) e 3 recebem até 3 salários mínimos (15%). O valor recebido está diretamente atrelado às profissões que essas mulheres encontram na cidade após terem saído do campo, muitas delas relacionadas ao comércio e a atividades domésticas. Foi notório também que 2 das mulheres que possuem a maior remuneração mensal foram as que tiveram oportunidade de cursar o ensino superior e, embora nem sempre a continuação dos estudos implique em uma maior remuneração, ela inegavelmente abre mais caminhos e possibilidades no mercado de trabalho em geral.

Considerando que são mulheres que migraram do campo para a cidade, as entrevistas mostraram que apenas uma delas não nasceu no campo, mas mudou-se para lá quando casou e retornou depois para a cidade. Todas moraram em bairros rurais do município de Muzambinho, sendo eles: Morro Preto, Mata do Sino, Ribeirãozinho, Belém, Cambuí, Bócolis, Cateto, Soledade, Roseirinhas, Alves, Cacheira do Pinhal e Barra Bonita.

Os papéis socioespaciais e as relações de trabalho das mulheres no campo

As respostas também permitiram analisar um pouco de como os papéis reprodutivos são fortes para as mulheres no campo, uma vez que várias entrevistadas relataram ter trazido para cidade o hábito de cozinhar, como nos relatos a seguir. “O que eu trouxe foram as coisas que aprendi a cozinhar mesmo, os bolos, broas, pão de queijo, doce, bolacha, tudo que aprendi com a minha mãe e a minha vó enquanto morava lá na roça!” (ENTREVISTADA 20, 33 anos). “Eu acho que as coisas que aprendi a fazer lá mesmo, matar um frango, porco, cortar

carne, fazer uma quitanda⁴², mexer no fogão à lenha, plantar qualquer coisa, isso tudo eu trouxe comigo!” (ENTREVISTADA 19, 38 anos). “Fazer quitandas, né? Adoro fazer pão, bolacha de nata, rosca, goiabinha, tudo que fazia lá na roça. Me lembra muito de lá quando eu faço” (ENTREVISTADA 10- 71 anos).

Foi interessante notar, no aspecto geracional, que, para algumas entrevistadas mais jovens, viver no campo não implicou em uma relação intrínseca com esse ato de cozinhar associado à mulher.

Ah, minha vida já era bem moderninha. Acho que por ter começado a trabalhar cedo, acabei saindo daquele círculo de costumes. Assim, tem muita coisa taxada para mulher fazer que acabei não aprendendo. Eu acho que se tivesse ficado mais tempo na roça, talvez teria mais costumes, aprendido mais tradições, como algumas quitandas que minha mãe faz até mesmo matar galinha, porco, ou fazer quitandas, essas coisas eu acebei nem aprendendo. (ENTREVISTADA 4, 28 anos)

Não tenho muitas tradições do campo, saí jovem de casa. Então, aqueles costumes que moças que moram na roça têm de saber cozinhar de tudo, e que só saem de casa quando vão casar, eu não sei. Cozinho o básico. Então, assim, o costume que tenho até hoje de morar na roça e faço na cidade é participar de terços religiosos mesmo. (ENTREVISTADA 5, 28 anos)

Para Safiotti (2013), a família no campo brasileiro ainda conserva, visivelmente, traços da organização patriarcal dos tempos coloniais. As mulheres são essenciais para cumprir atividades e trabalhar para os pais, depois para os maridos, sem reconhecimento de seu trabalho reprodutivo e no campo. Ocupam os espaços da casa, do roçado, das lavouras, mas seu trabalho é desvalorizado em comparação ao dos homens, principalmente quando passa a ser visto apenas como “ajuda” se realizado por elas.

⁴² “Quitanda é simplesmente tudo que é feito em casa e servido com café, como queijos, broas, sequilhos, biscoitos, bolos, além dos produtos que saíam dos quintais para as panelas dos fogões à lenha, como doce de leite, goiabada, doce de mamão, compotas etc.” (<https://www.conhecaminas.com/2016/02/o-que-e-quitanda-para-o-mineiro.html>).

Assim, quando questionadas sobre o trabalho que exerciam no campo, algumas mulheres entrevistadas acabavam usando o termo “ajuda” por não reconhecerem suas atividades como um trabalho valorizado. “Ah, eu ajudava com tudo, principalmente na colheita, plantar, colher café, plantar, colher feijão, arroz também, ajudava nas criações de boi, porco, galinha e tinha que fazer o serviço de casa também. (ENTREVISTADA 6, 71 anos). “Eu ajudava no terreiro, varria, secava café. Na panha, também eu sempre ajudava e fazia café para turma” (ENTREVISTADA 14, 45 anos).

Essa percepção está muito atrelada aos conceitos que vinculam os homens à esfera produtiva, enquanto as mulheres somente são associadas à esfera reprodutiva (FARIA et al., 2009). Por conta disso, o trabalho do homem é mais valorizado, porque exerce atividades de maior valor agregado, enquanto que as atividades produtivas realizadas pelas mulheres acabam sendo consideradas apenas como uma extensão do trabalho doméstico. Além disso, essa valorização pode ser diferente dependendo de aspectos que as mulheres do campo e da cidade vivenciam.

Isso traduz o desprestígio com que elas têm de ser capazes de lidar desde crianças, sendo responsáveis por mais tarefas que os meninos, que geralmente acompanham o pai e não ficam responsáveis por afazeres domésticos como elas. Sendo assim, desde crianças, elas aprendem a trabalhar em diversas funções, já que não ficam de fora do trabalho na lavoura, no roçado e, na maioria dos casos, sem a opção de escolha e sem o reconhecimento de suas capacidades (NOBRE, 2004).

Quando questionadas sobre a divisão das atividades domésticas no período em que viveram no campo, todas as 20 mulheres entrevistadas responderam que se sentem responsáveis, juntamente com as mães ou irmãs. Independentemente da idade ou período em que viveram no campo, foi possível perceber que essa divisão desigual do trabalho, que não é considerado produtivo, não se alterou. O trabalho doméstico, por exemplo, continua como uma função exclusiva da mu-

lher. “Serviços domésticos, só as mulheres. Eu, minha irmã, e minha mãe. Meu irmão e meu pai não” (ENTREVISTADA 4, 28 anos). “Ah, era tudo por minha conta, lavar, cozinhar, e não era mole não, porque era fogão à lenha, não tinha máquina de lavar, sabão caseiro, nada fácil igual hoje tem” (ENTREVISTADA 13, 47 anos).

Existem famílias nas quais o marido e o filho homem também são responsáveis pelas tarefas domésticas, mas, no cenário da agricultura familiar, ainda são exceção. A consideração do trabalho doméstico para mulher no campo ser entendida como extensão do roçado se dá pelo fato de que, no capitalismo, o trabalho torna-se mercadoria.

No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado (FARIA et al., p.19, 2009).

Ao se considerar como trabalho apenas aquilo que tem valor de troca, que pode ser comercializado no mercado, pode-se entender porque os serviços domésticos não são considerados como atividade produtiva. No campo, acabam incluindo todas as atividades que a mulher executa na horta, na lavoura, no terreiro, no cafezal, nas criações, apenas como uma tarefa de extensão doméstica, e não como um trabalho que deve ser recompensado.

Dentro dessas considerações, Paulilo (2004, p. 235) utiliza o termo “trabalho invisível” para explicar essa desvalorização das múltiplas tarefas femininas, vista como um reflexo da desvalorização que ocorre por toda sociedade e suas instituições, incluso na própria família que acaba naturalizando a situação. É essa naturalização da divisão sexual do trabalho que, para Nobre (1998), impede que ela se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade. Esse enfrentamento deve ocorrer em todas as esferas - públicas, particulares, por

mulheres, homens, pela academia, pela sociedade, em grandes ou pequenos municípios. No campo, a divisão sexual do trabalho pode ser ainda mais evidenciada. As tarefas são divididas por sexo e idade e existe uma diferenciação dos espaços existentes na casa, assim como dos bens que a família possui, estabelecendo uma hierarquia entre os membros na maioria das organizações familiares. Ademais, há desvantagem das filhas mulheres na titularidade das terras ou exclusão de heranças (PAULA, 2018).

Sobre a titularidade das terras, das 20 mulheres entrevistadas, 17 delas responderam que nunca possuíram terras em seu nome (85%), enquanto que as 3 restantes receberam as terras como parte de herança familiar (15%). Aquelas que responderam que possuem ainda algum contato com o campo e visitam as propriedades com frequência, essas, ou estão no nome dos pais, ou sempre estiveram no nome do marido, mostrando que essa realidade ainda é presente no campo.

Mas a realidade é que a mulher é, historicamente, a base do trabalho no campo. Para Gouveia (2003), muitas vezes se atribui uma invisibilidade à mulher, que é oposta ao seu papel ativo.

Cabe abrir um parêntese para questionar a chamada invisibilidade das mulheres e seu trabalho na agricultura familiar, expressão tão recorrente que já assume um estatuto de verdade. As mulheres não são invisíveis, elas não são vistas no sentido de seu reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos. Longe de ser um mero jogo de palavras, atribuir aos outros a incapacidade de enxergar as mulheres muda o sentido da compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias para a superação das desigualdades. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor (GOUVEIA, 2003, p. 45).

Assim, para a autora, a agricultura familiar deve se atentar à sua real organização, porque “se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir desse sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão”, deixando de valorizar e reconhecer

a importância da mulher na organização socioespacial e produtiva do campo. (*Ibidem*)

Com relação a esse tema, grande parte das mulheres entrevistadas não acreditava que o trabalho que realizava era valorizado pelos membros da família (85%), sendo que os motivos dessa percepção delas foram, para algumas, o fato de perceber que não recebiam dinheiro pelo trabalho que executavam. Outras sentiam a desvalorização pela falta de reconhecimento. “De forma alguma! Não tinha reconhecimento, nem a gente recebia para fazer nada não, era tudo obrigação mesmo!” (ENTREVISTADA 2, 61 anos).

Não muito! Tinha que ajudar em tudo, e sem receber! Eu todo dia lavava roupa de uns seis homens, cinco irmãos, mais a do pai, e lavava tudo no sabugo, porque não existia nem uma escovinha, sabe? O sabão era minha mãe mesmo que fazia, tinha um batedor que a gente fazia para bater roupa, depois enchia aquela cerca de arame que a gente usava como varal, cheia da roupa dos homens, nossa, eu trabalhava muito na roça! (ENTREVISTADA 6, 71 anos).

Para Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho não é tratada como tema para a democracia e chega a ser reduzida ao universo das preocupações de gênero ou das mulheres. No entanto, deveria ser, pois “ela é organizadora do acesso a recursos fundamentais para autonomia e a participação em diferentes dimensões da vida pública, para o acesso a recursos e reconhecimento” (BIROLI, 2018, p.12). Sendo assim, a autora acredita que, quando se reduz a temática, as problemáticas que atravessam diversas relações sociais acabam sendo isoladas e perdem seu alcance para maiores reflexões.

As mulheres entrevistadas nesse trabalho, também, foram questionadas sobre quem decidia o que seria plantado quando viviam no campo e quem administrava o lucro da produção familiar (Quadro 1).

Quadro 1 - Responsável pelas decisões e lucros na propriedade rural

Responsável citado	Número de citações
“Meu pai”	10
“Meu pai e meus irmãos”	1
“Meu pai e meu avô”	1
“Meu pai e meu marido”	1
“Meu marido”	7

Fonte: Trabalho de campo, 2021. Org.: As autoras.

Metade das mulheres entrevistadas relataram a figura do pai como responsável por administrar a renda familiar e decidir sobre o que produzir, onde vender, no que investir o dinheiro, entre outros. No restante, 7 delas indicaram que esse papel era exercido marido, o que demonstra a insatisfação pela desvalorização que relatam sentir no campo. As respostas evidenciaram uma estrutura patriarcal nem sempre percebida, que envolve pais, irmãos, maridos tomando decisões por mulheres que também trabalham, têm visões, vontades e se organizam no espaço. Trata-se, portanto, de uma estrutura extremamente injusta e desigual. Por conta disso, é importante entender que a mulher possui papéis socioespaciais determinados por condições desiguais do que é atribuído como papel do homem e papel da mulher na organização espacial de uma cidade e no campo.

Na maioria das vezes, a mobilidade espacial das mulheres no campo é mais reduzida do que os homens, o que não implica na redução do trabalho, com a responsabilidade com os trabalhos domésticos e cuidados com a família, além do trabalho na área externa da casa e nas lavouras ou áreas de plantio, ou seja, seus espaços de vivência se restringem à casa, ao quintal e ao roçado. Assim, a mulher participa da produção e da reprodução da força de trabalho para o capital. “E conseqüentemente, ela é responsável, juntamente com os outros membros da família, acrescido dos investimentos feitos pelos deten-

tores do capital, pela produção e reprodução do espaço” (ROSSINI, 1988, p. 588).

Desse modo, de acordo com Francisco (2011, p. 34), “toda uma estratégia de sobrevivência familiar é desenvolvida pela família na manutenção do grupo e, onde, a mulher desempenha um importante papel como atriz social, produzindo e reproduzindo o espaço”. Dessa maneira, é o trabalho feminino, dentro do contexto familiar, que possibilitará o reconhecimento do papel de atriz social da mulher nas atividades produtivas e reprodutivas, produzindo e reproduzindo o espaço.

Faria (2004), dentre suas compreensões, aborda a importância do papel da mulher no campo.

Uma é a compreensão que o quintal cumpre um papel importante para uma produção diversificada, que é fundamental para a garantia de soberania alimentar. Recupera também o conhecimento histórico das mulheres e sua contribuição para a existência de uma grande biodiversidade. Essas práticas têm também um papel importante na resistência à agricultura de mercado e sua tentativa de homogeneizar a produção no campo. Toda essa experiência das mulheres contribui para reforçar, desde a prática, as formulações da economia feminista sobre a importância de ampliar a visão do que é econômico para além do mercado (FARIA, 2004, p. 24).

Esses papéis socioespaciais vão além do trabalho produtivo e reprodutivo. Muitas dessas mulheres, que cresceram em bairros rurais, são responsáveis pela organização de festas religiosas, cultos, quermesses, almoços e socializações que ocorrem no campo. Diferentemente dos tempos passados, hoje elas realizam com mais frequência a interface com a cidade, sendo as responsáveis por compras, serviços bancários e consultas médicas dos filhos (ARAÚJO, 2016). Porém, as áreas de lazer em bairros rurais e para os moradores do campo, de forma geral, são escassas. Os pontos de encontro nas tardes do fim de semana não envolvem toda família, uma vez que os homens jogam futebol, ficam nas vendas e bares, como se as mulheres, crianças e idosos pudessem apenas observar a movimentação. (*Ibidem*)

Quando questionadas sobre o que consideravam lazer no campo, algumas dessas mesmas situações surgiram nas falas das entrevistadas.

Ah eu não lembro de ter muita opção de lazer não, pra mulher pelo menos não, pros homens ainda tinha um campo de futebol, um barzinho que eles ficavam bebendo, agora pra criança morar na roça tudo é divertido, mas quando você já vai ficando adolescente, aí essa questão já começa a complicar, porque não tem muito o que fazer (ENTREVISTADA 7, 42 anos).

Entretanto, se no passado ou ainda hoje pareceria impossível para algumas pessoas a existência de um time de futebol feminino como forma de lazer para mulheres e meninas no campo, a fala de uma das entrevistadas mostrou que as relações de gênero podem e devem se alterar no campo, para que as mulheres possam cumprir os papéis socioespaciais que desejarem.

O lazer que eu tinha era quando eu jogava bola com as meninas. Eu amava! A gente tinha um time lá no Morro Preto, das meninas, fiquei bastante tempo, comecei com uns 15 anos, e fui até meus 21 mais ou menos, aí tive problema no joelho e fui parando, mas tem meninas que jogam ainda, tem torcida e tudo! (ENTREVISTADA 9, 31 anos).

O lazer no campo também é muito associado à religiosidade, principalmente nas falas das entrevistadas mais velhas, sendo que a quase totalidade das entrevistadas são católicas (95%), criadas em famílias tradicionais e seguem tradições como rezas e terços que vivenciaram no campo. Nessas celebrações, o papel da mulher era de organização e preparação dos alimentos muitas vezes.

Sobre a mobilidade dessas mulheres, a questão geracional e a época em que viveram no campo permitem análises diferentes de como se deslocavam. A situação financeira das famílias do campo e o avanço da tecnologia também são fatores relevantes para entender a mobilidade. Antes, as mulheres andavam muito a pé e, quando iam

para cidade, menos vezes que os homens, era por meio de charrete, cavalo. Hoje, muitas famílias já possuem carros, motos, e muitas mulheres também dirigem. Do total das mulheres entrevistadas, metade possui carteira de habilitação para carros e 4 delas para carros e motos. Esses elementos foram notados nas falas das entrevistadas. “A maioria das vezes era a pé, mas às vezes ganhava uma carona, principalmente se precisasse vir pra cidade, aí vinha de charrete assim” (ENTREVISTADA 16, 77 anos). “Eu já cheguei a andar muito a pé e de charrete quando era mais nova na roça do meu pai, depois de casada a gente tinha carro e moto, eu dirijo os dois” (ENTREVISTADA 19, 38 anos). “Ah, quando precisava ir mais longe, pegava carona com o caminhão de leite, se fosse para a cidade tinha a jardineira que passava lá uma vez por dia (ENTREVISTADA 6, 71 anos). “Para lugares pertos era a pé mesmo ou de carona, antes do pai comprar um carro. Para vir para escola era transporte da prefeitura, de van. Hoje eu sei dirigir” (ENTREVISTADA 4, 28 anos).

Também foram questionados a essas mulheres a frequência com que saíam de casa, a finalidade e se saíam sozinhas ou acompanhadas, obtendo as informações sobre as espacialidades delas no campo. “Era muito pouco, só para escola, ou visitar algum vizinho. Na adolescência, meus pais traziam eu e minha irmã na cidade para passear, mas quando tinha alguma festinha, um sábado só no mês, eram poucas vezes” (ENTREVISTADA 5, 28 anos). “Não saía muito não, quando saía era com o pai e a mãe, depois que casei com o marido, mas assim, ia mais para os vizinhos, e muito de vez em quando vinha para cidade para alguma missa assim” (ENTREVISTADA 8, 86 anos).

Do apanhado dessas respostas selecionadas, foi possível perceber que as motivações que levavam as mulheres a saírem de casa eram diversas: algumas saíam poucas vezes, apenas na vizinhança, somente acompanhadas, outras tinham algum tipo de receio passado pelos pais, outras saíam sempre para estudar, ou iam para cidade fazer compras, outras não tinham condições de sair para passear na

cidade, por exemplo. Mas nenhuma das respostas se referiu a sair de casa para trabalhar em outro sítio, ou no roçado, ou na lavoura, o que faz pensar que, muitas vezes, o espaço da mulher no campo é restrito à área da casa. Isso não quer dizer que as mulheres não atuem na organização espacial no campo, primeiro porque essas são falas das realidades vividas por essas entrevistadas e, segundo, porque, como foi visto, sem o trabalho reprodutivo atribuído à mulher, que os homens se recusam a fazer, toda estrutura socioespacial do campo deixa de funcionar.

Ocorreu, também, que muitas mulheres entrevistadas, quando questionadas sobre as atividades que exerciam no campo, responderam que trabalham na colheita do café, trabalham com o marido nas lavouras, mas, por não receberem por esse trabalho, acabam não considerando como uma “saída da casa”, como os maridos saem todo dia para trabalhar. Assim, os papéis das mulheres no campo não podem ser dissociados de seu trabalho, seja ele no âmbito produtivo ou reprodutivo, e nem de suas vivências e experiências cotidianas, pois são sujeitas ativas na organização do ciclo familiar, econômico e socioespacial do campo.

Apesar de estruturarem toda essa configuração no espaço do campo, muitas mulheres não possuem as mesmas oportunidades de autonomia financeira que os homens, nem a valorização e reconhecimento por seu trabalho. Acabam creditando à cidade uma realidade mais promissora e esse pode ser um dos diversos motivos que as fazem abandonar o campo e migrar para a cidade. O êxodo rural é um processo que envolve diferentes fatores, além de uma decisão pessoal de migrar, que merecem ser destacados.

Os dados recolhidos nas entrevistas mostraram que a média de idade a qual as mulheres entrevistadas apresentavam quando migraram para cidade era de 24,5 anos, a maioria era de uma faixa etária jovem, com os extremos entre 14 e 55 anos. A quantidade de tempo em que vivem na cidade desde que migraram apresentou bastante variações, entre uma mudança recente de 6 meses, até mulheres que

migraram há 60 anos, o que representa um fenômeno que já ocorre há muito tempo na cidade e ainda continua ocorrendo. Dessas mulheres, 70% migraram com familiares e 30% sozinhas.

Assim, quando questionadas sobre os motivos que as levaram a mudar para cidade, as respostas foram diferenciadas e, obviamente, baseadas na experiência de cada mulher. Algumas motivações acabaram sendo semelhantes em alguns pontos, como o anseio de continuar os estudos ou dar uma educação para os filhos que não era possível no campo.

Trabalho e estudo. Porque na roça a gente já não tinha oportunidades de estudo, não tinha o ensino médio lá, quanto menos trabalho. Então meus pais vieram para cidade também, para gente poder ter essa oportunidade, só que meu pai continuou trabalhando na roça (ENTREVISTADA 5- 28 anos).

Ah porque na cidade as coisas são tudo mais fáceis, né? Precisa de remédio, comida, roupa, tudo já estava aqui, os meninos iam terminar o ensino médio, não sei se ia querer estudar mais, trabalhar, aí na roça eu vi que eles já não estavam querendo muito (ENTREVISTADA 13 - 47 anos).

Outra motivação muito citada entre as entrevistadas foi a busca de um trabalho remunerado na cidade. A falta de oportunidades para as mulheres no campo, somada a uma estrutura patriarcal, faz com que os homens representem mais de 90% dos proprietários rurais em Muzambinho. Isso, aliado a fatores como as mulheres no campo comumente conseguem ganhar dinheiro apenas na época de colheita de café, faz com que muitas procurem novas oportunidades na cidade ou que acompanhem os maridos nessa busca também. “Eu vim morar sozinha para trabalhar, porque lá na roça, serviço para mim só tinha mesmo na época de panha, tirando isso não tinha, então eu vim para trabalhar” (ENTREVISTADA 1, 35 anos). “Foi por conta de serviço, pro meu marido procurar trabalho, porque a renda de lá era muito pouca, eu estava grávida, a gente veio para buscar outras oportunidades” (ENTREVISTADA 12, 76 anos).

Na época eu vim sozinha para trabalhar, porque meu pai tinha vendido as terras e eu fui morar com a minha vó que estava com problemas de saúde. Aí eles ficaram um tempo lá na roça dos meus tios, depois logo em seguida vieram todos para cidade e meu pai comprou uma casa aqui. (ENTREVISTADA 7, 42 anos)

Depois, os outros motivos citados tiveram razões mais pessoais e também de falta de assistência médica no campo, como a vontade pessoal de viver na cidade, mas esperar a aposentadoria que viria pelo trabalho no campo, a oportunidade de abrir um negócio na cidade, ou, ainda, questões mais dolorosas, como perdas de familiares e problemas de saúde que exigiram estar mais perto dos centros médicos de tratamento.

Eu tinha vontade já de mudar pra cá, só que eu quis aposentar primeiro, porque eu falei mudar pra cidade e não ter o meu dinheirinho para fazer as coisas que eu quero, não vai adiantar, né? Aí eu esperei aposentar, porque agora eu quase não aguento trabalhar muito mais, né? (ENTREVISTADA 3, 55 anos).

Então, eu já estava querendo mudar para cidade porque eu queria ver se encontrava um serviço por aqui, então eu ia vir sozinha, ficar na casa de uma tia aqui na cidade. Aí acabou que minha mãe descobriu um câncer de mama, e aí foi muito difícil, porque ela precisava passar por muitas consultas, precisou fazer quimioterapia, ir para Jaú, então meu pai vendeu o sítio na roça pro meu tio, a gente comprou uma casa aqui na cidade. Aí e acabei arrumando trabalho aqui, e hoje graças a Deus minha mãe está curada, mas a gente acabou ficando, e meu pai que vai todo dia trabalhar na roça (ENTREVISTADA 18, 26 anos).

A migração para a cidade, então, é um processo que, além da mudança física de moradia, provoca uma mudança interna nessas mulheres, envolve sentimentos, memórias, novos hábitos, costumes, expectativas e frustrações. Como visto, são vários fatores que interferem e justificam as razões que levaram as mulheres a migrarem para a cidade. O que se verificou nas mulheres entrevistadas que migraram

do campo para cidade em Muzambinho foi a reprodução de padrões patriarcais-capitalistas, que se repetem na diversidade do campo brasileiro, ainda atribuindo à mulher a exclusividade do trabalho reprodutivo e a privação da valorização financeira e social pelo trabalho produtivo, ainda não reconhecido, muitas vezes, pelos próprios membros da família.

Considerações Finais

A visão que se tem da mulher no campo, na maioria das vezes, é de uma esposa submissa ao marido, sendo responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos, além da considerada ajuda nas tarefas domésticas, na lavoura e no trato com os animais. Essa consideração limitada tem origens patriarcais dos papéis que uma mulher deve ocupar e que realmente acabam sendo reproduzidos.

O que deve ser destacado é que o trabalho da mulher vai além do espaço da casa: está no roçado, nas plantações, na organização e planejamento das safras e colheitas, nos cálculos de gastos e ganhos, no controle das necessidades para lavoura, para casa e para seus moradores. A mulher estabelece as relações entre a vizinhança, organiza os espaços coletivos religiosos, sindicais ou festivos, estrutura as escolas e educação das crianças e jovens, bem como estabelece a ligação entre o campo e a cidade, realizando compras e serviços bancários na cidade, levando os filhos a consultas médicas, entre outras incontáveis funções.

Todo esse trabalho que realiza, por meio dos seus múltiplos papéis, altera, modifica, organiza e produz o espaço no campo. Porém, na maioria dos casos, esse trabalho não é valorizado e nem recompensado financeiramente, o que faz com que as mulheres se sintam oprimidas dentro de uma sociedade que valoriza o poder pelo capital.

Identificando o contexto de vida das entrevistadas desta pesquisa, foi possível observar que, embora não houvesse relatos de extrema pobreza quando viviam no campo, as condições eram desiguais

para as mulheres. Para algumas famílias, em geral, morar no campo já não estava suprindo todas as necessidades da família. Todavia, quando se questionou às mulheres sobre isso, foi possível perceber que não existe e nunca existiu oportunidades de trabalho para as mulheres no campo de maneira remunerada que não fossem na época da colheita de café. Mesmo sendo as entrevistadas de diferentes idades e períodos de vivência no campo, a falta de reconhecimento e de oportunidades para mulher no campo sempre foi a realidade.

Ficou evidenciado nas análises das entrevistas que as principais decisões sobre o que seria plantado na propriedade e a administração da renda familiar estavam sempre na responsabilidade dos homens, seja na figura de pais, irmãos, tios ou maridos. Poucas mulheres possuíam terras em seu nome e nenhuma delas recebia salário pelo trabalho no campo, vindo algumas a ter acesso à remuneração apenas após a aposentadoria. Assim, mesmo que sejam fortemente atuantes no campo, muitas acabam vislumbrando uma realidade diferente nas cidades.

Referências

ARAÚJO, Letícia Almeida. **Moçambo**: implicações socioespaciais e culturais de um bairro rural transformado em distrito. 99 f. 2017. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Geografia). Instituto de Ciências da Natureza. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas-MG, 2016. Disponível em: https://www.unifal mg.edu.br/geografia/sites/default/files/leticia-araujo-tcc-2016-correcao-final.docx_.pdf. Acesso em 27 jun. 2021

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FERREIRA, Maria da Luz Alves; PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. Desinibilizando as mulheres em contexto migratório interno: Interfaces entre migração, trabalho e gênero. **Anais do 17º Seminário de Economia Mineira**, Diamantina. 2016. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/201-330-1-RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira. Geografia de gênero e trabalho familiar: Algumas considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 27-36, jan. / jul. 2011.

GOUVEIA, *Taciana*. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras**. In: Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. Capítulo 9, p. 44-49. Disponível em: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2003_bra.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Muzambinho, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

NOBRE, Miriam. **Relações de Gênero e Agricultura Familiar**. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (Org.). *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho. Êxodo rural seletivo: reflexões sobre a migração de jovens e mulheres nos espaços rurais. Encontro Nacional de Geografia Agrária, Dourados, 2018. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/8476/8145>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: Uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1): 360, janeiro- abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: A Mulher na Lavoura Canaveira Paulista**. 1988. Tese (Livre Docência em Geografia Humana) FFLCH/USP, São Paulo, SP.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

VINUTO, Juliana. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.

V

Produção de alimentos e Manifestações Tradicionais no Rural



A GASTRONOMIA COMO CÓDIGO CULTURAL: “NÃO ERA UM PÃO DE MILHO ASSIM COMO HOJE SE DIZ, ‘AH, O SAUDOSO PÃO DE MILHO!’”⁴³

Juliana Cristina Franz*

Resumo: Nesta pesquisa, a alimentação foi interpretada a partir de uma abordagem qualitativa. A investigação estruturou-se partindo de uma revisão teórica sobre a imigração e colonização alemã para posteriormente serem realizadas entrevistas com integrantes das comunidades dos distintos municípios que integram a região Central do Vale do Taquari/RS, recorte geográfico desta pesquisa. Analisaram-se a produção agrícola e a sua transformação em “comida”, aqui entendida como hábito social, as quais têm um papel preponderante na esfera familiar, devido à transmissão do saber-fazer que estabelece o sentimento de pertencimento, baseado em uma memória gastronômica, valorizando e revalorizando a comida no âmbito familiar. A partir da análise da relação da comida cotidiana com o passado colonial também se destacou a distinção entre a comida do cotidiano e a das festividades, a relação entre a memória gastronômica e a introdução de inovações neste aspecto. Na prática alimentar cotidiana, entre os entrevistados, a comida considerada como “tradicional alemã” combina alimentos e preparos trazidos pelos imigrantes com a diversidade da produção agrícola atual, baseada na policultura. Desta forma,

⁴³ Este trabalho traz parte dos resultados obtidos na pesquisa de doutorado da autora.

* Universidade Federal do Rio Grande - FURG, julianafranz@gmail.com

na atualidade, a gastronomia alemã da região pode ser caracterizada como híbrida, por associar o saber-fazer trazido pelos imigrantes com a adaptação à produção local e, posteriormente, com a inserção de novas técnicas e preparos. Tanto em âmbito doméstico quanto na esfera das festividades, atualmente conforma-se um repertório gastronômico híbrido. O código cultural que envolve a comida, a gastronomia, é marcado por continuidades e rupturas.

Palavras-chave: Gastronomia; Código Cultural; Memória Gastronômica; Vale do Taquari.

Introdução

Comida é uma categoria nucleante, e os hábitos alimentares são textos culturais inseridos no interior da vida cotidiana. Para esta concepção, Woortmann (1985) inspirouse em Geertz, que propõe que a cultura pode ser entendida como totalidade de representações de uma coletividade, constituindo-se dessa forma numa reunião de “textos culturais”.

Considerando a relação dos hábitos alimentares com os imigrantes e descendentes alemães que se estabeleceram no sul do Brasil, como em outros grupos, estes sofreram alterações, que incluem parâmetros e níveis de consumo, e mudam no tempo e no espaço. Mas, mesmo diante do cenário de mudanças, a tradição não foi abandonada, “as mudanças parecem constituir mais adaptações à modernidade do que alterações radicais” (WOORTMANN, 2007, p. 186).

Woortmann (2007) recorre a Douglas (1975) para conferir à comida o *status* de código:

[...] se a comida é tratada como um código, as mensagens que ela codifica serão encontradas no padrão das relações sociais que estão sendo expressas. A mensagem trata de diferentes graus de hierarquia, de inclusão e exclusão, de fronteiras e transações através de fronteiras [...] as categorias de comida,

por conseguinte, codificam eventos sociais (DOUGLAS, 1975, p. 61).

Woortmann (2007) também destaca que a comida tradicional teuto-brasileira⁴⁴ cotidiana sofreu alterações ao longo do tempo, mas não desapareceu, ela foi resignificada. Continua retida na memória gastronômica do grupo, sendo revalorizada como comida no ritual das festas, onde os laços de parentesco e a identidade são reforçados e as raízes familiares são atualizadas.

A “comida da colônia”, que hoje é exibida com orgulho nas festas comunitárias, busca reviver tradições dos agricultores da região central do Vale do Taquari. Talvez não fosse tão positivamente valorada há vinte anos, quando os habitantes do campo estavam fascinados intensamente pelos valores da cidade, incluindo a gastronomia *standardizada*⁴⁵ e globalizada (WAGNER; MARQUES; MENASCHE, 2007).

O código cultural que envolve a comida, a gastronomia, é marcado por continuidades e rupturas. Nesta pesquisa, a alimentação foi interpretada a partir de uma abordagem qualitativa, que partiu de uma revisão teórica e histórica sobre o assunto, para posteriormente serem realizadas entrevistas com integrantes das comunidades dos distintos municípios que integram o recorte geográfico desta pesquisa. Foi analisada a relação da comida cotidiana com o passado colonial, com destaque para distinção entre a comida do cotidiano e a das festividades, a relação entre a memória gastronômica e a introdução de inovações neste aspecto. O recorte territorial de análise desta pesquisa é a região central do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul.

⁴⁴ O termo teuto-brasileiro foi criado por Willems (1946), ao concluir que os imigrantes alemães e seus descendentes haviam produzido uma “cultura híbrida”, diferenciada, teuto-brasileira, indicando, dessa maneira, a formação de uma identidade própria, referindo-se à mudança cultural, principalmente no que concerne à mudança de hábitos, costumes e comportamentos motivada pelo contato dos imigrantes alemães com o novo hábitat e com os brasileiros (SEY-FERTH, 2015).

⁴⁵ Padronizada, uniformizada.

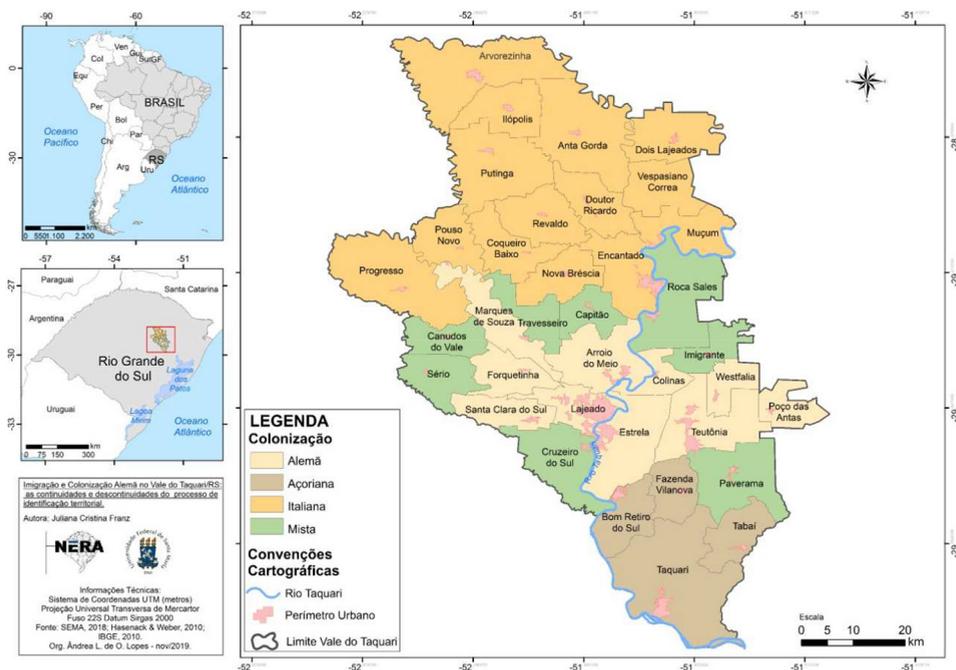
A região do Vale do Taquari ocupa uma área de 4.826,4 km², correspondendo a 1,79% da área do estado do Rio Grande do Sul. A região está localizada na porção CentroLeste do estado e está distante 150 quilômetros de Porto Alegre. A população da região é formada por várias etnias, com destaque para as colonizações açoriana, alemã e italiana (FEE, 2018).

Nesta perspectiva, a pesquisa buscou o aprofundamento do recorte territorial onde a colonização alemã foi mais densa no Vale do Taquari, dessa forma, definiu-se a região central do Vale do Taquari para estudo, pois é nela onde se registra a presença significativa de imigrantes alemães, a partir da segunda metade do século XIX⁴⁶. Este recorte territorial é composto por dez unidades territoriais: Arroio do Meio, Colinas, Estrela, Forquetinha, Lajeado, Marques de Souza, Poço das Antas, Santa Clara do Sul, Teutônia e Westfália (Figura 1).

A compreensão do código cultural da gastronomia perpassa a alimentação de forma mais ampla e adentra na gastronomia que atravessa a esfera doméstica, ou seja, o cotidiano das pessoas e das famílias. Apresenta também vínculo com o código das festividades, uma vez que a gastronomia é fundamental nas festas típicas alemãs. Além disso, também está diretamente relacionada à esfera pública, nos eventos festivos das comunidades. A partir das informações obtidas nas entrevistas com os membros da comunidade dos distintos municípios do Vale do Taquari, percebe-se uma distinção da alimentação apresentada nessas duas esferas ou espaços.

⁴⁶ Os detalhes dos critérios sócio-culturais históricos utilizados para regionalização da Região do Corede do Vale do Taquari podem ser consultados nesta obra: FRANZ, Juliana C. **IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO VALE DO TAQUARI/RS**: as continuidades e descontinuidades do processo de identificação territorial. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p. 277. 2020.

Figura 1 – Mapa da colonização nos municípios do Vale do Taquari/RS



Fonte: SEMA, 2018; HASENACK; WEBER, 2010; IBGE, 2010.

Comida como hábito social: produtos da roça, policultura e saber-fazer

Antes de adentrar nas práticas alimentares em si, é preciso estabelecer a relação delas com a produção agrícola dos imigrantes alemães. Assim que chegaram ao Brasil e se instalaram no território, as práticas e as técnicas utilizadas na agricultura sofreram alterações e adaptações, formando novas territorialidades e construindo uma identidade ressignificada. Essa adaptação relaciona-se diretamente com os condicionantes fisiconaturais da região do Vale do Taquari, uma vez que o relevo, a vegetação original, a disponibilidade hídrica, o solo, as condições climáticas, entre outros fatores, influenciaram na organização dos agroecossistemas.

Neste sentido, Richter (1994) e Roche (1969) elencam os ali-

mentos produzidos e consumidos na Alemanha pelos imigrantes que se instalaram no Rio Grande do Sul, entre eles, o trigo, a cevada, a lentilha, o repolho, a batata-inglesa, a videira, o leite, a carne de porco e as carnes defumadas⁴⁷. É possível também relacionar os produtos já existentes na agricultura do Rio Grande do Sul e que foram gradativamente incorporados ao repertório alimentar dos imigrantes alemães, como o feijão, o aipim, o milho, o amendoim, diversas frutas desconhecidas dos imigrantes, o chimarrão e a cachaça.

Dessa forma, buscou-se referir a agricultura nos municípios da região central do Vale do Taquari na atualidade antes de aprofundar a discussão sobre o código cultural da gastronomia. Na pecuária, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), destacase a criação de aves, seguida pela de suínos e bovinos. Na produção animal, é possível perceber uma relação com as produções com as quais os imigrantes já estavam familiarizados na Alemanha. No que se refere aos cultivos agrícolas, têm destaque as produções de milho, soja, mandioca, fumo e cana-de-açúcar. Esses cultivos, de forma geral, só foram conhecidos pelos imigrantes depois da sua chegada ao Brasil.

A manutenção das práticas agrícolas, atreladas à policultura e ao saber-fazer herdado dos antepassados, é importante para a reprodução social e territorial dos descendentes de imigrantes alemães na região central do Vale do Taquari. É sob essa ótica que a policultura, o trabalho familiar e a propriedade privada da terra conformam a existência de um passado comum, elementos fundamentais para designar a “identidade colona”, conforme defende Seyferth (1992).

Na prática alimentar cotidiana, entre os entrevistados, a comida tida como “tradicional alemã” combina alimentos e preparos trazidos pelos imigrantes com a diversidade da produção agrícola atual, baseada na policultura. Da produção para o autoconsumo das propriedades rurais, os entrevistados identificam produtos da “roça”, da horta, do pomar e processados na esfera doméstica como tradicionais e relacionados à cultura alemã. Como visto, as condições do clima, do

⁴⁷ Richter (1994) relata que era comum que cada agricultor tivesse sua casinha de defumar carnes ao lado do forno de pão.

relevo, da vegetação e dos solos no país de destino levaram os imigrantes a adaptar as culturas e práticas agrícolas utilizadas no seu país de origem.

A produção agrícola e a sua transformação em “comida”, aqui entendida como hábito social, têm um papel preponderante na esfera familiar, devido à transmissão do saber-fazer que estabelece o sentimento de pertencimento, baseado em uma memória gastronômica, valorizando e revalorizando a comida no âmbito familiar.

Essa readaptação e/ou assimilação de novos produtos alimentares foi consequência da relação com outros grupos sociais, pela convivência e troca dos cardápios alimentares, ampliando o horizonte dos parâmetros de consumo. Enfatiza-se que, mesmo diante das mudanças, a tradição sempre esteve presente, valorizando a gastronomia alemã. Conforme Woortmann (1990, p. 17), “a tradição [...] não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro”.

Dessa forma, na atualidade, a gastronomia pode ser caracterizada como híbrida⁴⁸, por associar o saber-fazer trazido pelos imigrantes com a adaptação à produção local e, posteriormente, com a inserção de novas técnicas e preparos, como a substituição do forno a lenha para fazer o pão pelo forno elétrico.

Para os entrevistados visitados, a herança dos antepassados também está presente na preservação dos costumes⁴⁹ relacionados à culinária, o “saber-fazer” no preparo dos alimentos. “A comida, ao mesmo tempo em que está alicerçada em razões práticas — é necessária para atender ao estômago — também constrói seu universo simbólico — é necessária para atender à mente” (WOORTMANN, 2007, p. 178). Nesta perspectiva, buscou-se apreender também as continuidades e rupturas no repertório gastronômico do grupo social estudado.

⁴⁸ Ramos (2007) denomina de cardápio “híbrido” ou “montado” a composição a partir de elementos produzidos na propriedade associada aos comprados industrializados. Havendo, assim, uma simbiose entre produtos tradicionais e modernos no cardápio do dia a dia.

⁴⁹ Costumes: “sugere práticas e comportamentos aceitos pelo grupo, associados a uma tradição, aprendidos no curso da socialização” (SEYFERTH, 2015, p. 138).

Repertório gastronômico dos descendentes de imigrantes alemães

A comida tradicional alemã sofreu adaptações devido ao impacto do turismo na região central do Vale do Taquari e à migração para áreas urbanas dos descendentes dos colonos alemães. Entre os descendentes de imigrantes alemães, a comida aparece como um código expressivo de sua identidade cultural. O mais marcante é a manutenção da policultura, que fornece os principais alimentos consumidos pelas famílias, mesmo nas propriedades rurais pluriativas.

Entre os alimentos que compõem o repertório gastronômico dos descendentes de imigrantes alemães, destacam-se o pão e a cuca (*Kuchen*), ambos produzidos artesanalmente para o consumo próprio das famílias. Segundo Seyferth (2015), o pão é o mais valorizado dos hábitos alimentares, uma tradição mantida ao longo do tempo. Este alimento foi reinventado pelos imigrantes, de acordo com o que podia ser plantado e colhido nas roças gaúchas. O saber-fazer do pão foi adaptado: devido à indisponibilidade do trigo para fornecer a farinha, este foi substituído pela farinha de milho. O entrevistado do município de Arroio do Meio, fala sobre essa adaptação:

[...] o pão aqui as pessoas tiveram que se habituar a fazer pão de milho, e não era um pão de milho assim como hoje se diz, “ah, o saudoso pão de milho”, na realidade, no dia a dia o pão de milho em casa de gente sem muito recurso, ele enjoava. Muitas vezes não tinha nem a farinha de milho adequada.

Além do preparo do pão, ainda hoje é mantido o hábito de fazer a cuca, que, atualmente, é feita de duas maneiras. Uma no formato de pão com o recheio enrolado dentro da massa e *Streusel*⁵⁰ por cima, e a outra em formato de bolo com cobertura de frutas e *Streusel*, como pode ser visto na Figura 2.

⁵⁰ Farofa crocante feita de manteiga, açúcar, farinha e canela.

Figura 2 – Mosaico com os processos de preparação dos dois tipos de cucas alemãs no município de Lajeado/RS



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Fotografia 1 – Preparo da massa; mistura dos ingredientes; Fotografia 2 – Abertura da massa com rolo; Fotografia 3 – Massa recheada com doce de leite sendo enrolada; Fotografia 4 – Cuca no formato de pão já assada; Fotografia 5 – Cuca no formato de bolo com cobertura de morango e *Streusel*.

Organização: FRANZ, Juliana C., 2019.

O hábito de fazer bolachas caseiras, principalmente no período que antecede as festividades de Natal, também se mantém ao longo do tempo. As bolachas caseiras de farinha, manteiga, melado ou mel são mencionadas pelos entrevistados da comunidade como fazendo parte dos hábitos alimentares herdados dos antepassados e que ainda são produzidos na propriedade (Figura 3). As bolachas são “gulodices” que eram relacionadas pelos colonos imigrantes a datas comemorativas como dia de São Nicolau, em 6 de dezembro, e Natal (SEYFERTH,

2015). Além dessas, os entrevistados citaram as massas, que são feitas artesanalmente para o consumo doméstico.

Figura 3 – Produção de bolachas caseiras no município de Lajeado/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Fotografia 1 – Bolachas de manteiga tomam formato com uso do moedor de carne adaptado; Fotografia 2 e 3 – Bolachas de manteiga antes e depois de serem assadas, respectivamente; Fotografia 4 – Bolachas de farinha assadas.

Organização: FRANZ, Juliana C., 2019.

Os diversos tipos de embutidos também foram relacionados como sendo típicos da culinária alemã. Entre eles, a linguiça, o *Bockwurst*⁵¹, a morcilha, entre outros. Os embutidos e defumados eram uma forma de conservar a carne para que tivesse uma maior durabilidade quando ainda não existia energia elétrica para refrigeração em geladeiras e

⁵¹ Salsicha Bock.

freezers. Além desses produtos, os agricultores também mencionaram o torresmo e o bacon como produtos processados e geralmente destinados apenas para o consumo da família (Figura 4). A linguiça é um derivado de origem animal ainda produzido nas propriedades rurais; contudo, os entrevistados ressaltaram que o processamento caseiro de alimentos atualmente ocorre em menor intensidade e frequência do que em tempos passados. Isso se deve à falta de tempo para o preparo dos alimentos, pela escassa mão de obra disponível e pela facilidade de acesso aos mercados para aquisição desses produtos industrializados.

Figura 4 – Mosaico de alimentos embutidos presentes no cotidiano dos descendentes de alemães dos municípios do Vale do Taquari/RS



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Fotografia 1 – Morcilha; Fotografia 2 – Combinação comum: cuca e linguiça; Fotografia 3 – Torresmo; Fotografia 4 – Linguiça disponível para comercialização em padaria no município de Lajeado.

Org.: FRANZ, Juliana C., 2019.

Os entrevistados elencaram também a conservação de alimentos específicos de uma determinada estação para serem consumidos, muitas vezes, durante o ano todo, com destaque para as conservas e compotas. Com a preparação desses alimentos, os agricultores conseguem armazenar e conservar as frutas e os legumes da época para serem consumidos posteriormente, seguindo a lógica de aprovisionamento dos imigrantes colonos. Dentre estes alimentos, destacam-se a *Schmier*⁵², a conserva de repolho — chucrute — e a conserva de ovos. Esta última é muito consumida entre as famílias e, em algumas localidades, pode ser encontrada em estabelecimentos comerciais, como bares e restaurantes.

A produção de melado⁵³ e de *Schmier* é comum nas propriedades rurais, e geralmente o excedente desta produção é comercializado entre as famílias. Woortmann (2007) salienta a mudança dos hábitos no cotidiano, em que o melado e o açúcar mascavo, antes produzidos na moenda familiar, foram substituídos pelo açúcar branco, adquirido no mercado. Seyferth (2015) destaca que o colono utilizava todos os produtos disponíveis na sua propriedade — daí resulta a combinação do melado com a polpa das frutas de cada época para o preparo da *Schmier* —, evitando, assim, o desperdício desses alimentos.

A carne de porco é elencada como alimento tradicional entre os descendentes de imigrantes alemães. Os entrevistados destacaram distintos cortes e formas de preparo, entre eles, o lombinho defumado e o Joelho de porco. A banha de porco, além de ser utilizada na alimentação doméstica, também teve uma importância econômica na região central do Vale do Taquari, pois foi comercializada em larga escala até o surgimento dos óleos vegetais, sendo gradativamente substituída.

A tripa recheada⁵⁴, a galinha recheada assada no forno e o bolinho de carne também foram alimentos elencados como tradicionais pelos entrevistados. Além desses, os derivados do leite são importantes na alimentação dos descendentes de imigrantes alemães. O queijo

⁵² Doce de frutas feito com melado de cana e com frutas da estação.

⁵³ Melado é um subproduto da cana-de-açúcar obtido pelo cozimento do caldo até atingir a consistência pastosa.

⁵⁴ Tripa grossa bovina comumente recheada com carne moída bovina, cenoura, batata, ovo cozido e temperos.

é um produto ainda fabricado artesanalmente por alguns agricultores familiares e destinado para o consumo próprio. A nata e a manteiga também são produzidas por alguns agricultores e se destinam para o autoconsumo.

O consumo da batata foi ressaltado pelos entrevistados, sendo mencionado em diferentes preparos, como batatinha frita e salada de batata, entre outros. Salientam-se, inclusive, as especificidades no preparo e no consumo de batata entre os descendentes de imigrantes vestfalianos e os da região de Hunsrück.

Neste sentido, quando se questionou sobre os hábitos referentes à gastronomia alemã, o entrevistado do município de Westfália apresentou uma reflexão relacionando alguns pratos típicos e a distinção quanto à sua origem. Ele mencionou que há especificidades no preparo de alimentos entre os imigrantes da região de Hunsrück (na fala do entrevistado, identificado como alemão) com os oriundos da região vestfaliana. Nas suas palavras,

[...] Schweinebraten — assado de porco —, a carne é fortemente suína, o Apfelstrudel⁵⁵, batata frita bolinha típica vestfaliana, o alemão tem a branca, o chucrute é geral e o vestfaliano usa bastante, sopa de leite típica vestfaliana e uns bolinhos de farinha. Uma comida típica, Eintopf — fazer uma panela só —, batata cozida com repolho ou couve com linguiça ou carne.

Já no que se refere às bebidas, os entrevistados, de forma geral, afirmaram que o hábito de fazer a sua própria bebida nas propriedades rurais foi abandonado ao longo do tempo. Tanto a cerveja, a *Spritzbier*⁵⁶, quanto o vinho eram produzidos nas residências dos imigrantes. Entretanto, um dos entrevistados relacionou a prática da preparação, principalmente das cervejas, com o ressurgimento das cervejarias artesanais na região central do Vale do Taquari. Neste sentido, percebe-se que há uma retomada na fabricação de cervejas

⁵⁵ *Strudel* de maçã, conhecido também como torta de maçã.

⁵⁶ Tipo de cerveja caseira à base de gengibre preparada pelos colonos (MENASCHE; SCHMITZ, 2007).

artesanais, acompanhando um movimento nacional, com destaque para os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (CHAPARINI, 2019).

No Vale do Taquari, são cerca de mil produtores de cerveja artesanal, de acordo com o diretor financeiro da Associação dos Cervejeiros Artesanais do Rio Grande do Sul (Acerva) de Estrela, João Bastian. O número inclui profissionais e amadores. Só em Estrela, a entidade estima mais de 100 cervejeiros. (CHAPARINI, 2019, p. 1).

A retomada das indústrias cervejeiras foi responsável pelo surgimento do movimento dos cervejeiros da região do Vale do Taquari, os quais almejam fazer parte da Rota Turística das Cervejarias Artesanais do Rio Grande do Sul, criada em 2018 pelo Governo do Estado. A rota das cervejarias tem o intuito de fomentar a economia local e regional e o turismo baseado na produção de cerveja, bebida típica alemã e que teve sua origem com a colonização alemã no século XIX (BONATO, 2018).

Diante do exposto, o que se percebeu na fala dos entrevistados foi o entendimento de que a comida cotidiana é “híbrida”, pois, além de reproduzir alguns dos alimentos e preparos trazidos pelos imigrantes alemães, combina distintas influências e realiza adaptações, como o uso de equipamentos modernos.

Nesta perspectiva, tem destaque o assado de porco, antes preparado em forno a lenha, mas que, hoje, em grande parte das residências, é feito no forno elétrico, enfatizando a incorporação de elementos da modernidade nos hábitos e práticas da alimentação. O mesmo acontece com o pão e com a rosca. A rosca era tradicionalmente assada sobre uma folha de bananeira, no forno a lenha, mas atualmente é utilizado o forno elétrico ou a gás. Esses alimentos fazem parte da memória gastronômica dos descendentes de alemães, mas não necessariamente foram introduzidos pelos imigrantes. Cita-se, por exemplo, o polvilho, ingrediente-base da rosca, que é um subproduto da mandioca ou aipim, cultivar que foi conhecido apenas após a chegada deles ao Brasil.

No cenário regional atual, a urbanização e a modernização, em especial a da agricultura, vêm impondo significativas transformações ao território. Os descendentes dos imigrantes colonos têm respondido de formas diversas a esses processos, associando as técnicas modernizantes da agricultura com as herdadas de seus antepassados ou combinando práticas socioculturais ligadas à tradição com o uso de inovações no preparo dos seus alimentos. Assim, é relevante considerar o passado/continuidades/permanências e o presente/descontinuidades/rupturas.

Na relação de passado–presente, Menasche e Schmitz (2007, p. 99) sintetizam: “[...] na agricultura e na alimentação, assim como nas demais dimensões do trabalho e da vida desses colonos, muita coisa se tem alterado, temos que ao lado dos novos hábitos convivem saberes e práticas herdados”. A este respeito, Marques *et al.* (2007) explicam sobre o encontro de distintas temporalidades e territorialidades:

[...] o processo de encontro do urbano e do rural, do novo e do velho, do industrial e do agrícola, do industrial e do artesanal. A manifestação dessas dualidades está presente nas famílias e aparece, por vezes, como conflito na própria identidade dos indivíduos, oscilando entre suas tradições, seu modo de vida e outros estatutos, que parecem estar sendo modificados reciprocamente (MARQUES *et al.*, 2007, p. 162).

Neste contexto, o código cultural gastronomia é marcado por continuidades e descontinuidades. A relação com o alimento “da roça” continua, inclusive, entre membros das famílias que migraram do rural para o urbano, onde permanece uma relação de compartilhamento do alimento mantendo formas de sociabilidade com o local de origem. Além dessa perspectiva, buscou-se contemplar nesta pesquisa as distinções entre a comida do cotidiano e a comida das festividades.

A comida do dia a dia e a comida das festas

A análise da distinção entre a comida do cotidiano e a das festividades é realizada buscando em ambas a relação com o passado

colonial, resgatado pela memória dos entrevistados. O entrevistado do município de Forquethinha ressaltava a hibridização da cozinha alemã e apresenta uma distinção entre os pratos das festividades e os consumidos no dia a dia:

Hoje a cozinha já é bastante igual em todos os lugares, seja na parte italiana ou na alemã, porque tem as receitas, a cuca já não é mais tradicional alemã, todos fazem. A cuca é muito tradicional nas festas, não se faz mais os assados em festas, que era feito em forno de pão, em casa se faz no forninho elétrico, mas não se faz mais em festas, em festas o churrasco tomou conta, é mais fácil, mais prático, né. O alemão tinha muitos tipos de saladas e conservas, né, também não se percebe muita diferença de uma comunidade para a outra por causa das receitas. [...] a cuca mais tradicional é o Streuselkuchen – aquela cuca com açúcar por cima, é a mais típica. E assim nas famílias elas fazem ainda o assado, muito mais nos forninhos, a linguiça cozida na água, pra comer com a cuca, isso é muito tradicional ainda, isso as famílias conservam e ainda fazem. Tem famílias que fazem ainda os bolinhos de carne, a tripa recheada, galinha recheada [...] isso se faz muito pouco hoje, cada vez menos.

É perceptível uma lógica distinta na gastronomia das festividades para a cotidiana. Schierholt (2002) trata dessa distinção quando escreve que no dia a dia consome-se a comida *Alltagsessen* (comida cotidiana), enquanto nos domingos ou festividades é servido o cardápio de *Sontagsessen* (comida de domingo). Além dessa diferenciação, Woortmann (2007) também apresenta uma classificação da comida entre os colonos: a comida forte (*starkes Essen*), isto é, a comida nutritiva com gordura, destinada para o trabalho pesado do dia a dia do colono; em oposição à comida leve (*leichtes Essen*) que é servida no período de descanso, de doenças e também de lazer.

Na atualidade, a comida servida nas festas muitas vezes representa uma gastronomia “típica”, apresentada como algo “pitoresco”. Maciel (2001) relaciona o “típico” ao pertencimento, não representando necessariamente a comida consumida no cotidiano, mas os pratos escolhidos como “pitorescos” para representar a cultura. “A comida envolve emoção, trabalha com a memória e com sentimentos” (MACIEL, 2001, p. 151).

Nas festividades identificadas no Vale do Taquari, destacam-se os pratos típicos como o chucrute, o Joelho de Porco, as salsichas Bock e outros. Marques *et al.* (2007) expressam que, por vezes, há uma valorização cultural atribuída a determinados pratos pelo grupo social, e estes nem sempre fazem parte do cotidiano familiar dos descendentes de imigrantes alemães, representando mais uma tradição alemã aos olhos dos outros, dos visitantes.

Mas as rupturas identificadas no quesito da gastronomia também atravessam as festividades, com destaque ao churrasco como prato principal nos domingos e em festas da comunidade. Além deste, o hábito do chimarrão também foi amplamente incorporado e faz parte do cotidiano das famílias. Ele está presente nos momentos de reunião diária da família, diante da televisão à noite ou no período da manhã antes de iniciarem suas atividades ou ainda após o almoço.

Quando se questionou sobre a difusão da gastronomia “típica” alemã em restaurantes dos municípios do Vale do Taquari, averiguou-se que em seis dos dez municípios não foram identificados restaurantes que servem pratos vinculados à culinária alemã.

Nos municípios de Poço das Antas, Colinas, Arroio do Meio e Teutônia, foi evidenciada a presença de estabelecimentos que oferecem a gastronomia alemã durante o ano todo. Em dois municípios, Poço das Antas e Teutônia, destacam-se pratos “típicos” como chucrute, *Schweinebraten* (assado de porco), batata assada, massa caseira e salsicha Bock. E, em outros dois municípios, Colinas e Arroio do Meio, evidenciaram-se estabelecimentos que servem café colonial com cuca, linguiça, pão caseiro, *Schmier*, queijo e outros produtos caseiros.

No município de Estrela, os entrevistados destacaram que, no mês de maio, ocorre o Festival do Chucrute, e, nesse mês, além dos pratos típicos servidos na festividade, os restaurantes do município também ofertam, em seu cardápio, alguns pratos típicos da culinária alemã, como Joelho de Porco, lombinho defumado, chucrute, ovo em conserva, salsicha Bock, molho de língua, além de batatas e massas.

A tradição é folclorizada nesses eventos com motivação eco-

nômica e destinada ao público externo, que é o predominante nessas ocasiões. O entrevistado do município de Estrela assim se manifestou: *“estas comidas a comunidade ajuda a fazer para a festa, no dia a dia pouco se come desses pratos, nas festas tem bem mais”*. Woortmann (2007) observa que, em contraposição às mudanças provocadas pela absorção da modernização, o turismo conduziu para uma ressignificação dos hábitos alimentares das comidas tradicionais, levando a uma revalorização da comida típica.

Mesmo que em alguns municípios não tenha sido destacada a presença de pratos “típicos” nos restaurantes, estes se fazem presentes nas festividades das comunidades. Inclusive, em alguns municípios são realizados o baile da batata, o baile da cuca e linguiça, e, no município de Lajeado, anualmente é servido um “almoço típico da culinária alemã”.

As rupturas com a alimentação típica da cultura alemã ocorrem, comumente, nas festividades, nas quais o churrasco destaca-se como protagonista, sendo preparado pelos homens. Esse aspecto da preparação do churrasco também representa um rompimento com quem prepara a comida, uma vez que a mulher é a responsável pelo preparo dos alimentos no cotidiano doméstico. Ainda, em algumas festividades, o típico é ressaltado e a comida subsiste como referência à cultura de origem alemã.

Considerações Finais

Ao analisar o código cultural da gastronomia, entendeu-se que foi necessário relacioná-lo com a produção agrícola, uma vez que esta influencia diretamente nos produtos que formam o repertório alimentar. Além disso, a manutenção das práticas agrícolas, atrelada à policultura e ao saber-fazer herdado dos antepassados, é importante para a reprodução social e territorial dos descendentes de imigrantes alemães na região central do Vale do Taquari. Na prática alimentar cotidiana, entre os entrevistados, a comida considerada como “tradicional

alemã” combina alimentos e preparos trazidos pelos imigrantes com a diversidade da produção agrícola atual, baseada na policultura.

Desta forma, na atualidade, a gastronomia pode ser caracterizada como híbrida por associar o saber-fazer trazido pelos imigrantes com a adaptação à produção local e, posteriormente, com a inserção de novas técnicas e preparos, como a substituição do forno a lenha para fazer pão pelo forno elétrico. As heranças/continuidades dos antepassados também estão presentes nos costumes relacionados à culinária, como o saber-fazer no preparo dos alimentos. Distintas influências levaram à adaptação da gastronomia dos imigrantes alemães e de seus descendentes, entre elas o meio fisiconatural, a relação com outras culturas, o advento da modernidade e o consumo de produtos industrializados. Tanto em âmbito doméstico quanto na esfera das festividades, atualmente conforma-se um repertório gastronômico híbrido.

Referências

BONATO, Letícia. Governo cria Rota das Cervejarias Artesanais para fomentar produção gaúcha. **Governo do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 04 jan. 2018. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/governo-cria-rota-das-quejarias-artesanais-para-fomentar-producao-gaucha>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CHAPARINI, Matheus. Cerveja artesanal: a retomada de um negócio centenário. **Jornal A Hora**, Lajeado, 08 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.jornalahora.com.br/2019/06/08/quejia-artesanal-retomada-de-um-negocio-centenario/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

DOUGLAS, Mary. **Deciphering a meal: implicit meanings**. London: Routledge; Kegan Paul, 1975.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

FRANZ, Juliana C. **Imigração e Colonização Alemã no Vale do Taquari/RS**: as continuidades e descontinuidades do processo de identificação territorial. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de

Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p.277. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

HASENACK, Henrich; WEBER, Eliseu. **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul**. Escala 1:50.000. Porto Alegre: UFRGS, Centro de Ecologia, 2010.

MACIEL, Maria E. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p.145-156, 2001.

MARQUES, Flávia C. *et al.* Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, Renata (Org). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p.154-176.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ Leila C. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p.78-99.

RAMOS, Mariana O. **“A comida da roça” ontem e hoje**: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). 2007. 175f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RICHTER, Waldemar L. **Nossas Origens**. Lajeado: Cometa, 1994.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, V.1, 1969.

SCHIERHOLT, José A. **Estrela**: ontem e hoje. Lajeado: O Autor, 2002.

SEMA - SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL (RS): **Base Cartográfica do Estado do rio Grande do Sul**. Escala 1:25.000. Porto Alegre: SEMA, Divisão cartográfica, 2018.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã em Santa Catarina: hábitos alimentares e etnicidade. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e Sabores da Colônia**: Alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p.133-160.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

WAGNER, Saionara A.; MARQUES, Flávia C.; MENASCHE, Renata. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.p.58-77.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**: Estudo Antropológico dos Imigrantes Alemães e seus Descendentes no Brasil. São Paulo, Nacional [Col. Brasileira], 1946.

WOORTMANN, Ellen F. Padrões Tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (Org). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p.177-196.

WOORTMANN, Klass A. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**, Brasília, 50, 1985.

WOORTMANN, Klass A. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n.87, 1990. p. 11-73.

**CANAIS CURTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA
APROXIMAÇÃO COM OS MERCADOS INSTITUCIONAIS PARA
AGRICULTURA FAMILIAR NA SERRA DOS TAPES/RS⁵⁷**

Luiz Felipe Wassmansdorf*

Giancarla Salamoni**

Introdução

No dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou estado de pandemia mundial da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2 (UNA-SUS, 2020). No Brasil, o Senado Federal (BRASIL, 2020) acolheu o decreto do Governo Federal do dia 18 de março de 2020, que definiu o estado de calamidade pública no país, quando este atingiu os números de cinco mortos e 801 infectados pelo vírus. Reconhecendo as muitas singularidades entre Estados, Distrito Federal e municípios, o Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2020 (AGÊNCIA

* Graduando em Geografia e Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa – Ações Afirmativas (PBIP-AF) da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lfw.geo@gmail.com.

** Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: gi.salamoni@yahoo.com.br.

⁵⁷ O presente trabalho é produto do projeto de pesquisa intitulado “Diagnóstico sobre as repercussões do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre os sistemas agrários familiares no RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local”, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

SENADO, 2020), indicou a autonomia a prefeitos e governadores para determinar medidas para o enfrentamento ao coronavírus em seus territórios. Tal decisão é resultado das pressões e demandas dessas instâncias governamentais diante da insuficiência de ações do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia, e, em alguns momentos, a negação dela. Passados cinco meses do início da pandemia, o Presidente da República vetou os principais itens do Projeto de Lei n.º. 735, que estabelecia assistência financeira, por meio do auxílio emergencial, a agricultores e agricultoras familiares (AGÊNCIA SENADO, 2020). Esta leitura temporal e política é importante para refletir sobre os limites e desafios que se apresentam para a agricultura familiar em relação à produção e à comercialização de alimentos.

A ação de alimentar-se, em qualidade e quantidade adequadas, permanece, mesmo em tempos de agricultura extensiva, modernizada e em seu ápice produtivo, como um problema social e político ainda não solucionado. No ano de 2020, em países ditos em desenvolvimento, encontram-se números expressivos de pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional ou mesmo sem acesso a qualquer tipo de alimentação minimamente suficiente para atender às necessidades biológicas – em alguns casos, inclusive, sem acesso a água potável.

Segundo esclarece Mizzuno *et al.* (2021),

O conceito de SA foi alterado a partir da Conferência Internacional de Nutrição (ROMA, 1992) organizada pela FAO e OMS (Organização Mundial da Saúde), quando foi incorporado ao termo o conceito de alimento seguro (não contaminado biologicamente ou quimicamente) e com qualidade nutricional, sanitária e tecnológica, produzido de forma sustentável e respeitando a cultura local, ampliando o conceito de Segurança Alimentar (SA), para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (MIZZUNO *et al.* 2021, p. 93)

Em seu último relatório “*El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019*”, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) concluiu que 820 milhões de pessoas encontram-se em estado de alimentação inadequada (FAO, 2017), tan-

to em quantidade quanto em qualidade, situação agravada em países onde há má distribuição de renda. No Brasil, país com condições climáticas, territoriais e tecnológicas favoráveis à produção de alimentos, a má alimentação e a fome encontram-se presentes para 2,5% da população – ainda que com valores menores que os 4,5% do biênio 2004/06 (FAO, 2017). A FAO (2017) afirma que os números de famintos no mundo vêm aumentando desde 2015. No Brasil, há o retorno ao “Mapa da Fome”. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. E tais dados dos “extremamente pobres”, que vivem com menos de R\$ 140 mensais, saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017. Esses dados encontram-se em elevação desde que o Brasil aceitou renunciar ao tratamento especial enquanto país “em desenvolvimento” na Organização Mundial de Comércio (OMC) em troca do ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Historicamente, um dos principais fatores para o expressivo número de mal alimentados no mundo encontra-se no processo de distribuição da produção agroalimentar, que, deficiente, ocasiona o desperdício de alimentos. Estimam-se perdas que “[...] chegam a 1.3 bilhões de toneladas por ano – cerca de um terço da produção mundial de alimentos [...]”, problema apontado pela FAO (2017, p. 2) como mais de natureza política do que econômica ou técnica:

[...] La situación también ha empeorado en algunos entornos pacíficos, sobre todo aquellos afectados por la desaceleración económica. Una serie de países que dependen en gran medida de las exportaciones de productos básicos ha sufrido una drástica disminución de sus ingresos fiscales y de las exportaciones en los últimos años. Como consecuencia, la disponibilidad de alimentos se ha visto afectada por la menor capacidad de importación, y el acceso a los alimentos se ha visto deteriorado debido en parte a la reducción de las posibilidades que ofrecen las políticas fiscales para proteger a los hogares pobres frente al alza de los precios internos de los alimentos. (FAO, 2017, p. 14)

Pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar e do abastecimento de alimentos para o desenvolvimento social e econômico

do Brasil, o histórico das políticas públicas, inspiradas e coelaboradas pela FAO, revela esforços para aprimorar os mecanismos de produção e distribuição de produtos agrícolas no mercado interno. Entretanto, constata-se uma redução dos investimentos destinados às políticas voltadas para os mercados institucionais de alimentos, que beneficiam a agricultura familiar e o abastecimento interno, pois vem ocorrendo um acentuado direcionamento dos investimentos públicos ao segmento do agronegócio, voltado para produtos agrícolas exportáveis, com ênfase na geração de matérias-primas para os complexos agroindustriais.

Diante do agravamento da crise alimentar e nutricional, com aumento de pessoas em situação de pouco ou nenhum acesso a qualquer tipo de alimentação minimamente suficiente para atender às necessidades biológicas, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) produziu um inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. O documento indica que nos últimos meses do ano passado 19 milhões de brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios no país enfrentou algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

O inquérito traz um mapeamento da situação de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) no contexto da pandemia da covid-19⁵⁸. A publicação defende que “é de muita gravidade e preo-

⁵⁸ “As questões que determinaram os níveis de SA/ IA (IA Leve, Moderada ou Grave) no contexto da Covid19 tiveram sempre como referência os últimos três meses. Assim, perguntou-se: ‘Nos últimos três meses___.’ 1. os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?; 2. os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?; 3. os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?; 4. os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?; 5. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?; 6. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?; 7. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?; 8. algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?” (REDE PENSSAN, 2021, p. 24).

cupante a situação de baixo acesso aos alimentos por grande parcela de brasileiros(as)” (REDE PENSSAN, 2021, p. 35).

A Rede PENSSAN ilustra esta afirmação (Figura 1):

Figura 1 – Fome na covid-19 no Brasil

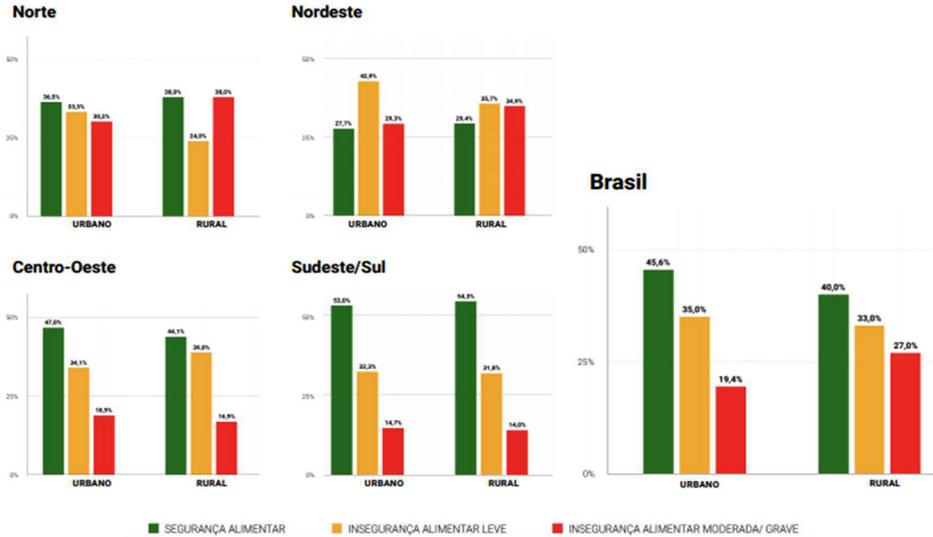


Fonte: REDE PENSSAN, 2021.

Em uma ideia preliminar, acredita-se que o maior número de sujeitos/domicílios que se encontram em situação de Insegurança Alimentar estaria localizado nos perímetros urbanos. A aglomeração populacional, baixa renda, trabalho informal, desemprego nas cidades, consequências do êxodo rural, são elencadas com algumas das causas da fome. Entretanto, a insegurança alimentar também está presente no rural, principalmente pelas políticas públicas que, disfarçadas nas promessas de desenvolvimentismo econômico, da produção alimentícia em grande escala, promoveram o êxodo agrícola e o êxodo rural.

Notadamente, a Figura 2 traz que o número de domicílios, consequentemente sujeitos, em diferentes graus de insegurança alimentar, são, em quantidade numérica, maiores no país, tanto no urbano e mais ainda no rural. Apenas nas regiões Sudeste/Sul o número de domicílios têm mais de 50% de sua população com segurança alimentar.

Figura 2 - Distribuição de Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve e Insegurança Alimentar Moderada/Grave no país segundo a localização dos domicílios nas macrorregiões, por área rural e urbana. VigiSAN Inquérito SA/IA – covid-19, Brasil, 2020



Fonte: REDE PENSSAN, 2021, p. 39.

Diante do exposto, o objetivo central deste artigo converge para a construção do reconhecimento da agricultura familiar como ator social que detém o protagonismo na produção de alimentos para famílias rurais e urbanas e nos processos de desenvolvimento rural, principalmente em países nos quais esta categoria social disputa território com o agronegócio e a produção de *commodities* agrícolas. Também busca promover a discussão sobre a importância das redes locais e canais curtos como estratégia de permanência da agricultura familiar.

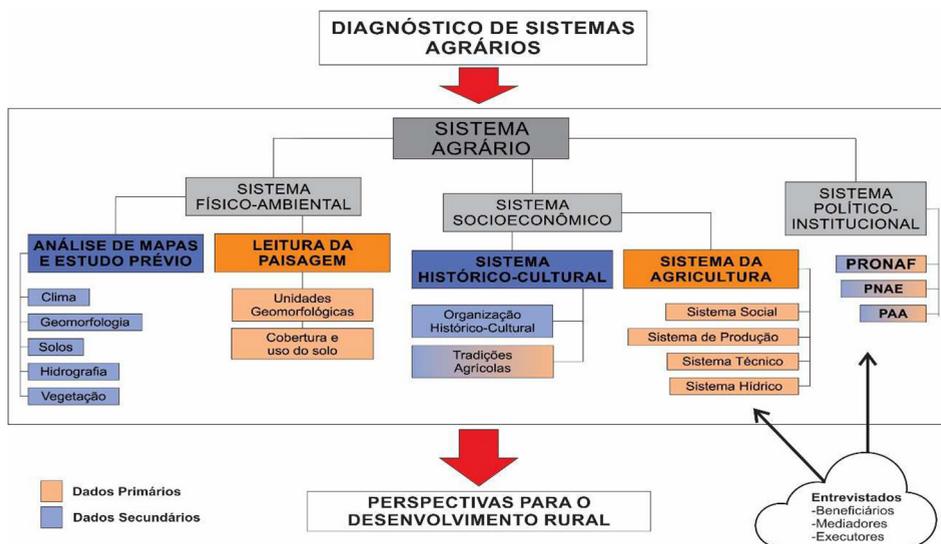
Desta forma, devido à importância que a agricultura familiar apresenta seja pela manutenção do homem no campo, seja pela produção de alimentos, torna-se importante compreender a dinâmica das políticas públicas, para que, assim, seja possível verificar os aspectos positivos e negativos referentes a elas.

O desenvolvimento desta pesquisa vincula-se à temática proposta pelo Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA) da Universidade Federal de Pelotas e, dessa forma, pretende contribuir para a produção do conhecimento científico acerca da organização do espaço rural, a partir de uma abordagem teórico-metodológica sistêmica, tomando como categoria de análise a agricultura familiar. Por ser uma ciência de síntese, a Geografia, compreendida sob uma abordagem sistêmica, analisa o ambiente físico e as ações humanas de forma integrada, em diferentes escalas (CHRISTOFOLETTI, 1979). Esse método permite que o pesquisador defina elementos e variáveis a serem estudadas de acordo com os objetivos pretendidos na análise, partindo da ideia direcional de consideração das inter-relações entre os elementos, as quais influem direta ou indiretamente na organização do sistema. Tal metodologia, esboçada na perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (1975), é apropriada pelos estudos agrários, conforme Mazoyer e Roudart (2010), a partir da segunda metade do século XX, no momento de reconfiguração global decorrente do fim da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, José Alexandre Felizola Diniz (1984) é um dos geógrafos agrários que adotou o método sistêmico nos seus estudos, pensando a agricultura na forma de sistemas (internos e externos) para diagnosticar a realidade agrária e entender as dinâmicas presentes no espaço rural, através de tipologias sobre o sistema da agricultura.

A partir de uma aproximação teórico-metodológica com a proposta de Diniz (1984) e com a teoria dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010; QUEIROGA, 2012; SILVA NETO; BASSO, 2005), esta pesquisa propõe a elaboração de Diagnósticos dos Sistemas Agrários (DSA), a serem aplicados nos estudos sobre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural.

Figura 4 – Proposta metodológica para elaboração de Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA)⁶⁰



Fonte: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (2021).

A Figura 4 apresenta a proposta metodológica que orienta a apreensão da realidade na pesquisa ampliada, com base em uma visão integrada dos elementos que constituem a agricultura, como a análise de mapas físicos e de elementos humanos a partir de dados e informações primárias e secundárias.

Para este estudo, foram utilizadas informações e dados secundários, tratados em uma perspectiva qualitativa, considerando-se o panorama geral dos canais de comercialização para a agricultura familiar e o contexto dos programas institucionais nos municípios da Serra dos Tapes/RS, e, ainda, apresentados os resultados preliminares da análise das informações primárias obtidas a partir das entrevistas realizadas com mediadores desses programas.

Na etapa da pesquisa de campo, foi utilizado um roteiro por pautas para dirigir as entrevistas com os mediadores – técnicos da EMATER, presidente da Cooperativa União, representante do Centro de

⁶⁰ Uma primeira proposta de DSA está publicada em Fernandes e Salamoni (2011).

Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Esse roteiro contemplou as categorias de análise definidas *a priori* como norteadoras da pesquisa, a saber: diversificação produtiva (DP), ampliação do autoconsumo (AC), multifuncionalidade da agricultura (MF) e produção agroecológica (PA). Cabe ressaltar que outras categorias podem emergir do *corpus* das entrevistas, as quais servirão para descortinar possibilidades não vislumbradas inicialmente acerca das repercussões de PAA e PNAE sobre os sistemas agrários locais.

Dessa forma, após a transcrição integral das entrevistas realizadas, foi possível constituir o *corpus* – o material empírico bruto submetido aos procedimentos de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Leituras flutuantes do *corpus* foram realizadas com o intuito de permitir uma familiaridade com o conteúdo das entrevistas e com os principais aspectos levantados pelos entrevistados, além de possibilitar o realce de algumas questões de destaque. Concluída a pré-análise, teve início a exploração do material, etapa em que as entrevistas foram desagregadas em unidades de registro, posteriormente alocadas em quadros de acordo com as quatro categorias norteadoras da análise supramencionadas. Esse procedimento ocorreu no programa Microsoft Word, de modo que em cada uma das células do quadro havia unidades de registro do *corpus* que indicavam os principais pontos da perspectiva de cada entrevistado sobre cada uma das categorias.

O panorama dos mercados curtos indiretos – PAA e PNAE na Serra dos Tapetes

A agricultura familiar brasileira é composta por aproximadamente 4,4 milhões de famílias, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Vem dela 38% do valor bruto da produção agropecuária e responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. Em documento publicado em 2017, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), com suas competências transferidas para a Secretaria de Agricultura Familiar e

Cooperativismo (SAF) em 2019, pelo Decreto nº. 10.253, até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), afirmava que a “agricultura familiar é produtiva, pois é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, sendo um importante instrumento de controle da inflação”. Em 2017, na mesma publicação, a SEAD afirmava que a agricultura familiar era responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

O principal direcionamento das políticas públicas brasileiras, que, alinhadas à lógica capitalista globalizada de mercado, favoreceram as grandes empresas contribuindo com a desigualdade social, tanto do produtor familiar do rural e como do consumidor urbano (qualidade e valor do alimento consumido). A orientação das relações na produção-circulação-consumo que delineou territórios, cidades e municípios especializados em um ou mais produtos agrícolas resultou nas grandes distâncias entre os locais de produção e consumo, escolha que limita o desenvolvimento rural na escala local. Limons (2018) compreende:

[...] que o futuro da agricultura familiar depende, principalmente, das possibilidades que o produtor familiar encontra, por meio das oportunidades derivadas dos mercados convencionais e institucionais, que valorizem as organizações familiares de produção e, ao mesmo tempo, anulem ou diminuam as desvantagens competitivas impostas pelo modelo de agronegócio patronal, este último compreendido pela agricultura de larga escala, historicamente favorecida pelos incentivos governamentais. (LIMONS, 2018, p. 33)

O modelo vigente, de caráter produtivista e tecnicista, resulta nos grandes deslocamentos de produtos alimentícios, definidos como “canais longos” de comercialização. Este modelo se vincula ao meio técnico-científico-informacional moderno, “reafirmando os territórios especialistas, favorecendo o agronegócio, com o objetivo de garantir o lucro, através de isenções, mão de obra assalariada barata, onde sua maior característica consiste na homogeneidade/ imediatismo/

dependência” (DAROLT, 2013, p. 140).

Por outro lado, há outro tipo de mercado denominado de “canais curtos” de comercialização, que promovem a agricultura familiar, a economia local, bem como os produtos locais oriundos do mesmo território. Limons (2018) defende que:

Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo assim a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Este canal de comercialização fornece uma relação maior entre sociedade e natureza, também incorporam esferas sociais caracterizadas pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional. (LIMONS, 2018, p. 34)

Ainda não há uma definição consensual sobre o termo canais curtos de comercialização, sendo eles também entendidos como circuitos de proximidade (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009) ou até mesmo circuitos locais (MARECHAL, 2008), salientando a ideia de canais que busquem a proximidade geográfica (encurtamento de distâncias/locomção) entre rural e urbano, consumidor e produtor. Cabe ressaltar que se adota neste trabalho o conceito de canais curtos, de acordo com Pranke (2016) e Godoy *et al.* (2005), no qual a ideia geral dessa denominação é a de comercialização que busca a diminuição de atravessadores, garantindo a autonomia do agricultor familiar e, ao mesmo tempo, a construção do olhar crítico dos consumidores ao processo pelo qual percorrem os alimentos até a mesa, conforme ressaltam Scarabelot e Schneider (2012). Além disso, os consumidores e agricultores obtêm vantagens com os custos de transporte, a qualidade dos produtos e a identificação com hábitos de consumo saudáveis e locais.

Darolt (2013) define os circuitos curtos de comercialização em duas modalidades de classificação: venda direta e indireta. A venda direta é “realizada diretamente para o consumidor”, sendo assim, a venda é comumente feita diretamente nas propriedades, feiras e lojas de associações, feiras na beira de estrada, venda para grupos de

consumidores, cestas em domicílio. A venda indireta é resultado da “mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos” por lojas especializadas, lojas de cooperativas de produtores ecológicos, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais, programas do governo, como PAA e PNAE, programas que servem como referência para o fortalecimento da agricultura familiar (LIMONS, 2018, p. 37-38).

Diante do recente reconhecimento da importância da categoria social da agricultura familiar (década de 1990) pelas políticas públicas do Estado brasileiro, é somente em 2003, junto à vigência do Programa Fome Zero, criado para dirimir do país o mapa da fome, garantindo o direito humano à alimentação adequada, que o PAA (lei n.º. 10.696, de 2003) e as mudanças realizadas no PNAE (lei n.º. 11.947, de 2009) tornam-se as principais políticas que buscam fomentar a permanência e manutenção da agricultura familiar e, conseqüentemente, a obtenção de produtos alimentícios de qualidade destinados a escolas públicas e populações em situação de vulnerabilidade social. Ambos os programas abrem as possibilidades de mercados institucionais para a produção familiar, através de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar, garantindo mercados consumidores para os produtos dessa categoria social.

Os programas do PAA e PNAE compreendem a modalidade de canais curtos indiretos de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar, uma vez que, para o acesso de chamadas públicas ou editais, a principal forma de acesso dá-se junto à filiação a cooperativas de agricultores familiares, que contam com a mediação de técnicos da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar, e entidades executoras, representantes da Secretaria Municipal de Educação, das Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Estadual de Educação e do Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas

– no caso dos municípios do recorte da Serra dos Tapes/RS.

No levantamento preliminar de dados secundários do PAA junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do PNAE junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e, ainda, no levantamento de informações sobre os programas junto ao escritório da EMATER/RS para ambos os programas e, em específico, sobre o PNAE, junto à Coordenadoria Regional da Educação (5ª. CRE) em Pelotas/RS, pôde-se observar o panorama dos mercados institucionais na Serra dos Tapes.

Com recursos oriundos do MDA, no período de 2012 a 2015 os municípios foram contemplados nos anos de 2012, 2014 e 2015. Em 2012, foi contemplado apenas o município de Pelotas e, em 2014 e 2015, o município de Canguçu. No ano de 2012, a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA, de Pelotas, beneficiou 24 Unidades Familiares Agrícolas (UFAs) de agricultores familiares, distribuídas nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, o que compõe em estoque 25.864,000 kg de suco orgânico de frutas, representando uma renda média de R\$ 3.730,38 por UFA. Em 2014, quatro cooperativas formaram estoques, sendo a primeira contemplada a Cooperativa Terra Nova de Canguçu LTDA, de Canguçu, beneficiando 30 UFAs de cooperados assentados da reforma agrária do município de Canguçu, compondo o estoque de 545.000 kg de milho em grãos, representando uma renda média de R\$ 4.995,83 por UFA. A segunda contemplada foi a Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul, de Pelotas, compondo um estoque de 332.432,100 kg de compota de pêssego, com 188 UFAs beneficiadas, nas categorias de agricultor familiar, agroextrativista e pescador artesanal, representando uma renda média de R\$ 7.978,82 por UFA.

A Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios LTDA, de Pelotas, é a terceira cooperativa contemplada, compondo um estoque de 150.000,000 kg de leite de vaca integral em pó, beneficiando 187 UFAs de agricultores, representando uma renda média de R\$ 7.978,61 por UFA. A quarta contemplada é a Cooperativa Sul Ecológica de

Agricultores Familiares LTDA, de Pelotas, compondo um estoque de 60.000,000 kg de feijão orgânico, beneficiando 11 UFAs de agricultores familiares, representando uma renda média de R\$ 7.472,73 por UFA.

Esta modalidade ainda obteve, nos anos de 2012 e 2013, via recursos do MDS, o Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. Em 2012, o município contemplado foi Canguçu, junto à Cooperativa Terra Nova de Canguçu LTDA, de Canguçu, beneficiando dez UFAs de cooperados assentados da reforma agrária do município de Canguçu, compondo um estoque de 30.000,000 kg de farinha de milho, representando uma renda média de R\$ 4.380,00 por UFA. Em 2013, o município contemplado foi Pelotas, junto a duas cooperativas: 1) a Cooperativa SulRioGrandense de Laticínios LTDA, de Pelotas, compondo um estoque de 1.500.000,000 kg de leite de vaca integral em pó, beneficiando 188 UFAs, nas categorias de agricultor familiar e assentados da reforma agrária, representando uma renda média de R\$ 7.978,72 por UFA; e 2) a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA, de Pelotas, compondo um estoque de 25.680,000 kg de suco orgânico de frutas, beneficiando 29 UFAs de agricultores familiares, representando uma renda média de R\$ 3.320,69 por UFA.

A partir do ano de 2016, percebe-se a drástica diminuição dos editais para algumas das modalidades do PAA, como a compra institucional, permitida para quem fornece alimentação, como hospitais públicos, forças armadas, presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros, via chamada pública. Ainda sobre o PNAE permanece a obrigatoriedade de utilização de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar local. Cabe ressaltar que, com a recente terceirização de gestão de um dos principais compradores institucionais do PAA, o Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas, ocorreu uma queda significativa na aquisição de produtos da agricultura familiar da Serra dos Tapes.

Na tentativa de apreender as visões dos atores sociais envolvi-

dos no processo dos mercados institucionais na Serra dos Tapes, foram, inicialmente, realizadas entrevistas com alguns dos mediadores desses programas, a saber: representante da EMATER, representante da Cooperativa União, representante do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Nas entrevistas, foram elencadas *a priori* quatro categorias de análise como norteadoras para o estudo: diversificação produtiva (DP), ampliação do autoconsumo (AC), multifuncionalidade da agricultura (MF) e produção agroecológica (PA).

No Quadro 1, são apresentadas as unidades de registro extraídas do *corpus* que puderam ser sumarizadas em tópicos ou breves sentenças que se mantinham como unidades de contexto, pois resguardavam o conteúdo original expresso pelos entrevistados, agora enunciado de forma contraída. Essa contração se mostrou fundamental para que fosse possível apresentar um panorama sintético da compreensão dos entrevistados sobre a ação dos programas institucionais de aquisição de alimentos da agricultura familiar na Serra dos Tapes, no que concerne às categorias de análise, além de propiciar uma visão comparativa da percepção dos informantes, permitindo a identificação de concordâncias e divergências entre eles.

Quadro 1 – Síntese da visão dos entrevistados acerca das repercussões dos programas sobre as categorias analisadas

	CAPA	EMATER	COOPERATIVA UNIÃO
DP	Cestas diversificadas, contemplando a variedade da produção local. Ampliação do leque e do volume de produção (“ <i>Boom</i> ”). Qualificação dos processos produtivos. Valorização das frutas nativas e da produção artesanal local.	Redução da produção de fumo. Garantia de compra estimulando produção diversificada para os programas. Ampliação da produção de morango.	Diversificação produtiva como principal característica dos mercados institucionais. Garantia de compra pelos programas levando à redução da produção de fumo. Preços razoáveis estimulando a diversificação. Diversificação proporcionando maior autonomia às mulheres.

Continua

	CAPA	EMATER	COOPERATIVA UNIÃO
AC	Aproveitamento doméstico de frutas e sobras. Consumo familiar dos sucos e doces produzidos para comercialização.	Incerteza quanto à melhora da alimentação familiar. Caráter cultural dos hábitos alimentares. Redução do autoconsumo, em geral, no rural de Canguçu.	Resgate de hábitos produtivos abandonados. Redução do ciclo de dependência da produção de fumo. Ampliação da produção para o autoconsumo.
MF	Qualidade nutricional (sem conservantes) da produção da agroindústria local. Inserção de frutas e sucos nativos na alimentação escolar. Formação e qualificação de novas agroindústrias. Valorização das técnicas artesanais dos agricultores.	“ <i>Boom</i> ” na produção de panificados e sucos. Segurança propiciada aos agricultores pela entrega de uma produção processada, industrializada.	Produção e beneficiamento de sementes e grãos. Produção de feijão, farinha de milho e arroz e sucos.
PA	Valoração diferenciada da produção agroecológica nos programas não ocorrendo nos mercados formais. Mercados formais sobervalorizando os produtos agroecológicos,	Dificuldades na produção de orgânicos (ausência de mercados, problemas com a certificação). Produtos agroecológicos não sendo adquiridos com	Incentivo à produção orgânica como estratégia de inserção nos mercados formais. Avanços na produção ecológica proporcionados pelos programas.
	dificultando sua comercialização no varejo. Vendas via cooperativa encarecendo os produtos (custos operacionais). Ampliação da produção agroecológica. Aumento no número de famílias certificadas. Melhora na infraestrutura das propriedades. Estruturação dos grupos agroecológicos (produção inicial de sementes). Qualidade dos produtos agroecológicos entregues aos programas.	preço diferenciado pelos programas. Estímulo da EMATER à produção agroecológica para o autoconsumo.	Importância da valorização financeira da produção ecológica pelos programas. Perda recente de avanços conquistados em razão da eliminação do incremento de valor nos preços dos produtos agroecológicos. Ausência de consciência das instituições executoras sobre a importância de adquirir produtos orgânicos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Uma questão inicialmente verificada consiste na recorrência com que os entrevistados fazem menção ao termo “boom”. Parece existir uma concordância entre eles acerca de os programas terem provocado um impacto significativo e contundente sobre as cooperativas e a agricultura familiar local. No entanto, essa dinamização teria ocorrido apenas por um curto lapso de tempo, equipando e fortalecendo parte da produção local, mas não permitindo uma estruturação mais consistente, que, de fato, permitisse uma autonomia comercial dos fornecedores além das margens dos programas.

No que diz respeito à categoria diversificação produtiva (DP), ressalta-se que, entre as práticas sociais comuns aos agricultores familiares da Serra dos Tapes, pode ser identificada a organização econômica, baseada na produção diversificada de gêneros agrícolas em associação com a pecuária para o autoconsumo, e, por vezes, especializada em produtos para o mercado. Como enfatizam Salamoni e Waskiewicz (2013), a produção diversificada foi a marca histórica da agricultura nos núcleos coloniais da Serra dos Tapes, onde os colonos praticavam, ainda, a produção artesanal de alimentos para consumo doméstico e o artesanato de produção de ferramentas e equipamentos agrícolas.

Aspectos relacionados às condições climáticas, combinados às estruturas de solo dessa região, forneceram as condições necessárias para a diversificação de cultivos. A região, num primeiro momento, privilegiou a fruticultura em uma escala comercial, com a cultura do pêssego muito difundida nos municípios de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu. Aliado ao desenvolvimento da industrialização desse produto no ramo de doces e conservas, inclusive ganhando o cenário nacional, configurou-se um setor agroalimentar expressivo na região, representado pelas agroindústrias que processam os produtos advindos da agricultura familiar regional.

Por outro lado, sabe-se que o vínculo com o capital comercial e industrial, realidade vivenciada pelos agricultores dessa região, estimula uma certa especialização da produção, o que, invariavelmente,

compromete a diversificação produtiva ao participar da competição de mercado capitalista, moldando os agricultores a um processo simultâneo de autonomia e subordinação, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Na região da Serra dos Tapes, esse processo encontra-se representado pela produção de tabaco, pêssego e leite, ainda com destaque para o crescimento da produção de soja. A produção de tabaco, por exemplo, aparece de forma marcante em Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, demonstrando uma enorme expressividade, uma vez que a região representa a expansão do complexo fumageiro do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo, localizados no centro do Rio Grande do Sul, para o sul do estado.

Apesar dessas restrições, os mediadores concordam que as famílias passaram a cultivar novos produtos para responder a demandas de mercado ou incrementaram a produção de alimentos já cultivados nas propriedades rurais, mesmo que mediante comercialização limitada. Em ambos os casos, o PAA e PNAE aparecem reforçando a diversificação da produção.

Sobre a ampliação do autoconsumo (AC), Salamoni e Waskiewicz (2013) evidenciaram mudanças nesse processo, destacando a autonomia parcial dos agricultores familiares por meio da manutenção da produção para o autoconsumo, combinada com a produção para o mercado. O autoconsumo é de extrema importância para os agricultores familiares – regionalmente também chamados de colonos –, pois representa uma economia de renda para o agricultor, evitando os gastos com a compra de produtos no mercado.

O fato de os colonos integrados estarem submetidos à tecnologia, ao financiamento e à comercialização, não significa que não possuam uma autonomia, ainda que parcial, sobre o processo produtivo. Mesmo estando sob os parâmetros da produção moderna e capitalizada, isso não eliminou sua capacidade de disporem de seus meios de produção, segundo a lógica interna de funcionamento das unidades camponesas, principalmente no que diz respeito à manutenção da produção de alimentos para o autoconsumo (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2003, p. 92).

Esse fenômeno é percebido na região de estudo, pois se pode observar a manutenção de produtos como feijão, batata-inglesa e batata-doce de maneira bastante representativa como produção para o autoconsumo nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, embora parte dessa produção também seja destinada ao mercado. O milho e a criação de suínos, que possuem a “marca” da agricultura familiar, mantêm-se no contexto da unidade de produção familiar na Serra dos Tapes. O milho pode ser consumido tanto na alimentação dos animais quanto na alimentação humana. Ao ser utilizado como ração animal para galinhas, porcos, bovinos, etc., passa a ser, por sua vez, novamente consumido de forma indireta na carne e demais produtos de origem animal. “Com isso, o apoio à produção para o autoconsumo, a partir do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo igualmente são benefícios indiretos que ocorrem em virtude da recuperação dos preços pagos aos produtores.” (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. S210).

Sem dúvida, o processo de modernização interferiu nas formas de produzir nos sistemas agrários familiares e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo alimentar das famílias rurais, estabelecendo estratégias de reprodução socioeconômica influenciadas pelo mercado, relegando, inclusive, em algumas situações, a produção para o autoconsumo a um segundo plano na organização interna das propriedades. Nesse caso, ressalta-se especialmente a produção de fumo e soja: no primeiro caso, pelo uso intensivo da mão de obra familiar, limitando o tempo de trabalho para outras atividades; no caso da soja, pelo uso da terra, provocando a retração das áreas de outros cultivos.

Por outro lado, aponta-se que o acesso ao PAA estimulou a ampliação do repertório alimentar doméstico entre as famílias, conforme assinalam Salgado, Dias e Souza (2020):

Outro ponto positivo do PAA é a contribuição à promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) das famílias no campo a partir da produção para autoconsumo. Todos os agricultores afirmaram que os alimentos entregues via PAA constituem a base alimentar da família. (SALGADO; DIAS; SOUZA, 2020, p. 10)

A presença da multifuncionalidade da agricultura (MA) aparece vinculada ao enfoque espacial. A noção de multifuncionalidade surge como elemento conceitual e representa, também, um esforço de rompimento com a ótica setorial da agricultura ao enfatizar, principalmente, a heterogeneidade estrutural presente no espaço rural. Carneiro e Maluf (2003) apontam que esta noção de multifuncionalidade

[...] rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos [...]. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19)

Conforme destacado pelos mediadores, o desenvolvimento da agroindustrialização no âmbito das propriedades rurais tem representado a expressão empírica da noção de multifuncionalidade da agricultura familiar. Com a comercialização relativamente organizada, o processamento dos alimentos produzidos pelos agricultores agrega valor aos produtos, reforçando a ideia de que as políticas públicas relacionadas aos mercados institucionais valorizam a agroindústria familiar, além de financiar equipamentos e infraestrutura. Propostas como essa podem apresentar-se como uma das alternativas para acabar com a dependência dos agricultores integrados aos Complexos Agroindustriais (tabaco), em que o produtor familiar apenas “planta e colhe”, ficando para a indústria a parte mais lucrativa – o fornecimento de insumos, beneficiamento e a distribuição da produção –, resultando numa remuneração cada vez menor para o agricultor. Da mesma forma, o redirecionamento produtivo, através do incentivo à agroindustrialização doméstica, poderá minimizar os problemas locais e regionais de abastecimento de alimentos processados.

Reforçando esta concepção, duas questões ressaltam a importância do papel do Estado. A primeira é de caráter social e ligada à agricultura familiar, na qual a aplicação da multifuncionalidade nas

unidades familiares rurais auxilia na “[...] passagem do agrícola para o familiar e rural [...]” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 20). Outra questão se refere à geração de bens públicos – principalmente segurança alimentar –, permitindo a ampliação do foco de análise para além da noção de pluriatividade, que se limitava apenas aos bens privados. Escolher a multifuncionalidade como fundamento norteador do desenvolvimento rural significa integrar as diferentes funções do espaço rural e da agricultura numa lógica de planejamento e gestão que se concretiza através de práticas espaciais.

Quanto à produção agroecológica (PA), essa torna-se uma estratégia de produção e reprodução social para os agricultores familiares, na medida em que oferece meios e condições técnicas para o cultivo de produtos agrícolas, na maior parte das vezes, alimentos saudáveis, e valoriza os saberes e potenciais sociais e ambientais do lugar. Também é importante destacar o aspecto econômico, uma vez que a agroecologia representa uma forma de reduzir os custos de produção, bem como o consumo energético, devido ao seu manejo ecológico. E, por outro lado, garante à família e à sociedade alimentos de qualidade e com aceitação em mercados diversos, garantindo trabalho e renda para as atuais e futuras gerações.

Nesse sentido, entende-se que a dimensão social da agroecologia corresponde a ação coletiva de produtores e consumidores que trabalham na construção de redes de trabalho para o desenvolvimento de processos de produção e de circulação de alimentos diferenciados do modelo agrícola convencional. A formação de redes de trabalho colaborativa é responsável por promover programas e projetos de desenvolvimento rural sustentável nos territórios com base na agroecologia. (SCARPARI; ZIMMERMANN, 2021, p. 23)

A partir da análise das entrevistas com os mediadores sociais, foi constatado que, entre os fatores que influenciaram o desenvolvimento da produção agroecológica e, conseqüentemente, a organização social dos agricultores familiares, está a atuação das redes de assistência técnica e extensão rural. No entanto, os mediadores apon-

tam que o maior problema no desenvolvimento da agricultura de base ecológica na região não é a falta de assistência técnica especializada aos produtores, mas sim a ampliação dos canais de comercialização diretos e indiretos.

No mesmo sentido, a atuação do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) foi fundamental para a construção de ações coletivas no âmbito da produção e comercialização de produtos agroecológicos. Essa organização não governamental atua tanto junto aos agricultores familiares quanto na interlocução com os consumidores locais sobre os canais de acesso aos alimentos de base agroecológica.

Considerações Finais

O capítulo mobiliza tema importante para o estudo da agricultura familiar e o seu vasto campo de investigação social, a saber: os mercados institucionais de alimentos e as repercussões sobre categorias presentes na organização dos sistemas agrários familiares. A tentativa de síntese recai sobre as articulações entre diversidade produtiva, produção para autoconsumo, multifuncionalidade da agricultura e produção agroecológica, apontando para a valorização da dimensão espacial (social, econômica, política e cultural) nas reflexões a respeito das políticas públicas. Para consolidar a análise, reforça-se a necessidade de resguardar no debate a afirmação de que os espaços, tanto quanto as relações sociais, trazem a marca da diversidade.

A abordagem adotada preconiza que os agricultores familiares devem receber apoio e acompanhamento no seu processo de organização social e política para fortalecer a capacidade de resolução conjunta dos problemas. Isso não significa que não haja limitações e restrições de toda ordem para esse tipo de mudança; ao contrário, os conflitos e as contradições inerentes ao processo devem ser de conhecimento das famílias envolvidas, para que essas possam tomar decisões que contemplem suas expectativas e seus projetos de futuro. Além disso, na dimensão cultural, as tradições camponesas e o avanço do conhe-

cimento científico devem convergir para produzir tecnologias compatíveis com as características econômicas, sociais e ecológicas das propriedades rurais.

Vale ressaltar que tanto os agricultores familiares quanto as instituições públicas e organizações não governamentais não adotam a perspectiva simplista de que basta buscar, “no passado e nas tradições”, as soluções para o futuro. Percebe-se que a valorização do “saber empírico” do camponês é um dos elementos do desenvolvimento rural, conforme aludido pelos mediadores sociais.

A agricultura familiar se reinventa a cada dificuldade de comercialização de seus produtos alimentícios e, por essa razão, instrumentaliza-se, dentro de suas possibilidades, para acessar os diferentes canais de comercialização, sejam eles canais longos ou curtos. Assim, entende-se que as políticas públicas são vias de promoção do desenvolvimento rural, mas são, também, reflexos de um modelo de desenvolvimento que se materializa conforme o direcionamento e escopo da orientação ideológica adotada na sua concepção. Por essa razão, a análise dos programas de compras institucionais para a agricultura familiar, na perspectiva dos canais curtos indiretos de comercialização, como é o caso do PAA e do PNAE e das repercussões sobre a organização dos sistemas agrários locais, é indispensável à avaliação crítica sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado para o rural brasileiro.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado**. Brasília, 2020. Acessado 27 de Jun de 2021. Online. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>

AGÊNCIA SENADO. **Senadores criticam veto de Bolsonaro ao auxílio a agricultores familiares**. Brasília, 2020. Acessado 27 de Jun de 2021. Online. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>

WASSMANSDORF, L. F.; SALAMONI, G. Canais curtos e segurança alimentar...

br/noticias/materias/2020/08/25/senadores-criticam-veto-de-bolsonaro-ao-auxilio-a-agricultores-familiares

ANJOS, J. dos; LEITÃO, L.. **Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

AUBRI, C.; CHIFOLLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v.5, p. 53-67, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

BRASIL. **Decreto nº 10.253**, de 20 de fevereiro de 2020. Acesso em: 27 de Jun de 2021. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10253.htm#art7.

BRASIL. **Entra em vigor estado de calamidade pública no Brasil**. Brasília, 2020. Acessado 27 de Jun de 2021. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/entra-em-vigor-estado-de-calamidade-publica-no-brasil>

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

CUNHA, A. R. A. A. Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XV, n.4, p. 37- 46, 2006.

DAROLT, M. R. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170

DINIZ, J. A.F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma, 2017. Acessado em 27 Jun 2021. Online. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-I7695e.pdf>

FERNANDES, S.; SALAMONI, G. Proposta metodológica para análise de sistemas agrários aplicada na elaboração de diagnósticos socioambientais. **Anais do SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO**, n.3, p.1-15, Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FGV - CPDOC. **PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (PED)**. Acessado em 27 Jun 201. Online. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-estrategico-de-desenvolvimento-ped>

GODOY, W. I. ; SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização**: Perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

LIMONS, C. M. **Canais Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar**: os programas institucionais do PAA e PNAE. 2018. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. Ed. Educagri, 2008.

MAZOYER, M. ; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MENASCHE, R. **Saberes e Sabores da colônia**: alimentação e cultura como abordagem para o estudo rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MIZUNO, P.B.; MARQUES COSTA, S.; ARANA, A.R. A.; ULIANA, M. Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua relação com a agricultura familiar. **Revista Campo-Território**, v. 16, n.40, p. 91-114, 2021.

PRANKE, L. V. **Mercados, Organizações Sociais e Agricultura Familiar**: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS. 2016, 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas,

WASSMANSDORF, L. F.; SALAMONI, G. Canais curtos e segurança alimentar...

Pelotas, 2016.

QUEIROGA, J. L. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (Orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece**: dilemas ambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 53-107

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Brasil, 2021. Acessado 27 de Jun de 2021. Online. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez., 2013.

SALGADO, J. S F.; DIAS, M. M.; SOUZA, W.J. Agricultura Familiar, Extensão Rural e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. **Mundo Agrario**, vol. 21, n. 46, p.2-13, 2020.

SCARABELOT, M., SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local** – um estudo de caso no município de nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v.15, n. 20, p.101-130, Jan/Jun., 2012.

SCARPARI, K.A.; ZIMMERMANN, S.A. AGROECOLOGIA: a experiência de organização social de agricultores familiares em Foz do Iguaçu/PR. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 16, n. 41, p. 20-42, ago., 2021.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**: uma análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SOUZA-ESQUERDO, V.F.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **RESR**, vol. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2015.

UNA-SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus: mudança de classificação obriga países a tomarem atitudes.** Brasília, 2020. Acessado 27 de Jun de 2021. Online. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

VI

Multifuncionalidade e Políticas Públicas no Espaço Rural



**O QUE DIZEM OS EGRESSOS DA LECAMPO\UFMG
SOBRE O CAMPO: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS⁶¹**

Ellen Vieira Santos*

Maria Isabel Antunes Rocha**

Resumo: Este artigo apresenta um estudo acerca das representações sociais de egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (FaE/UFMG) sobre o campo. O respectivo estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional Educação e Docência – PROMESTRE da FaE/UFMG, na Linha Educação do Campo, no âmbito do Grupo de Estudos em Representações Sociais (GERES/UFMG) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (NEPCAMPO/UFMG). Com base nas autoras Caldart (2008), Molina (2011, 2012) e Antunes-Rocha (2009), foi trabalhado o referencial teórico a Educação do Campo, em seu aspecto histórico, conceitual e política pública de formação de professores do campo. Para tratar da Teoria das Representações Sociais (TRS), utilizou-se Moscovici (1978) e Jodelet (2001) que analisam as formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos numa perspectiva psicossocial propensas a mudanças e, Antunes-Rocha (2012) na perspectiva em movimento. A abordagem me-

⁶¹ Este texto é um recorte da Dissertação de Mestrado intitulada “Representações Sociais de Egressos da Licenciatura em Educação do Campo da (FaE/UFMG) sobre o campo, cujo objetivo foi analisar as representações sociais dos egressos sobre o campo.

* Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: ellentaklik@gmail.com

** Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: isabelantunes@fae.ufmg.br

metodológica caracteriza-se como qualitativa, cujos procedimentos incluem a realização de entrevistas narrativas. O tratamento dos dados foi realizado a partir da técnica proposta por Bardin (2009): a análise de conteúdo. Como resultado de pesquisa considerou-se o respectivo curso como um contexto gerador de mudanças, já que, os egressos foram tensionados nas suas formas de pensar, sentir e agir sobre o campo.

Palavras-chave: Campo. Educação do Campo. Egressos. Representações Sociais.

Introdução

O presente texto apresenta o resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Linha de Pesquisa Educação do Campo, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência (UFMG) – PROMESTRE, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, que analisou o processo de reelaboração das Representações Sociais (RS) de egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo/FaE/UFMG), sobre o campo. Vinculada ao Grupo de Estudos em Representações Sociais (GERES), a respectiva pesquisa integra o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (NEPCAMPO) e, foi realizada num momento de disputa acerca da continuidade das políticas públicas de Educação do Campo. Observa-se, portanto, que este cenário permanece nos dias atuais.

Neste estudo, buscou-se compreender como os egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo/FaE/UFMG) estão reelaborando suas representações sociais sobre o campo e, quais elementos mobilizam tais representações. Dentre os elementos mobilizadores das RS dos egressos sobre o campo, nosso olhar centra-se

nas narrativas⁶² das experiências dos egressos com o campo, em três momentos: *antes do curso, durante o curso e depois do curso*. Considerando que o acesso às novas informações movimentaram as representações iniciais dos egressos sobre o campo, tem-se como pressuposto que o curso da LeCampo se apresenta como um contexto gerador de mudanças.

Assim, para a análise dos dados coletados, o aporte teórico-metodológico utilizado articula a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Educação do Campo. As reflexões aqui trazidas estão associadas de alguma maneira com o atual quadro político de desmonte de uma política educacional vinculada às classes populares, inclusive com apoio da mídia brasileira que se utiliza de discursos pejorativos para mobilizar representações sociais distorcidas e negativas sobre o campo e suas populações.

Breve contextualização do campo brasileiro

Segundo Sauer (2016), é necessário compreender a questão da terra no Brasil num contexto geopolítico, cuja concentração fundiária e ampliação da financeirização da terra⁶³, tem-se o acirramento de novos e antigos conflitos agrários. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Brasil registrou em 2019, 1.833 conflitos no campo, sendo que a disputa por terra, a falta ou iminência da falta de água potável ocuparam a centralidade dos conflitos.

Neste contexto, pensar o campo brasileiro na atual conjuntura política e sanitária à qual nos encontramos, pressupõe articular a importância da terra e dos recursos naturais à busca de estratégias para as desigualdades históricas e estruturais. Assim sendo, desde 2019, o Brasil vivencia uma crise sanitária de ordem mundial, que tem aprofundado a crise socioeconômica, política, educacional, agrária e ambiental. Nota-se também que alguns autores afirmam haver uma

⁶² Narrativas obtidas com a realização de entrevista.

⁶³ Relação entre o capital financeiro e o mercado de terras.

tentativa de desconstrução da figura do Estado enquanto provedor e garantidor de direitos sociais. Com isso, assistimos um descompasso da gestão do governo federal em detrimento aos direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira, do campo e da cidade.

Neste sentido, como se não bastasse o país ter como estatística aproximadamente 14,5 milhões de desempregados (IBGE), informações do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil⁶⁴, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), indica que nos últimos meses do ano de 2020, 19 milhões de brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios brasileiros enfrentaram algum grau de insegurança alimentar.

Desse modo, no que tange a produção de alimentos, dados do Censo Agropecuário (2017), revelaram que o Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, destes, 3.897.408 são classificados como de agricultura familiar, ocupando uma área de 80,80 milhões de hectares e sendo responsável por 23% do valor da produção. Acrescenta-se ainda, de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), que mesmo ocupando menor área, a agricultura familiar é a responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e emprega mais pessoas do que o agronegócio, ou seja, de cada dez pessoas ocupadas no campo, sete estão na agricultura familiar.

Em contrapartida, o agronegócio e o hidronegócio fazem uso dos recursos naturais como fonte de riqueza para produção de commodities e geração de lucro – capital. Nessa lógica produtiva, os recursos naturais são considerados como mercadoria e, os aspectos culturais e sociais dos povos do campo são considerados como irrelevantes, inclusive o seu projeto educacional.

Portanto, os respectivos modelos de produção agrícola estão em lados opostos e, ambos projetam territórios distintos, bem como, concepções educacionais divergentes. Para Fernandes (2009, p. 198) “território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente

⁶⁴ Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>

te tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço”. No campo brasileiro, além da disputa pelo território material, há também a disputa do território imaterial, ou seja, a disputa pelo conhecimento, em outras palavras, a disputa pela escola em seu sentido mais amplo. Para melhor compreensão acerca de território material e imaterial, Fernandes (2008, p. 55) explica que:

Temos territórios materiais e imateriais. Os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como pensamento, teoria e/ou ideologia.

Nesta perspectiva, a compreensão de campo aqui abordada vai além do conceito de espaço geográfico e lugar de produção agropecuária. Com esse entendimento, consideramos o campo como território de disputa material e imaterial. Dito isto, a agricultura familiar reside nessa disputa ao pautar e defender a construção de um projeto de escola articulado a um projeto de campo e de sociedade em contraposição à hegemonia do latifúndio. Sobre esse tema falaremos no próximo tópico.

Licenciatura em Educação do Campo (UFMG): contexto gerador de mudanças

Para conceituar Educação do Campo, temos como ponto de partida o recorte temporal dos anos de 1990, no qual, o modelo educacional ofertado nas áreas rurais intitulado Educação Rural foi questionado por uma expressiva e ampla mobilização, proposição e pressão dos movimentos sociais por uma política educacional de fortalecimento e valorização do campo. Daí origina-se um movimento político, pe-

dagógico e epistemológico em defesa do direito à uma educação contextualizada às demandas e especificidades do campo e às práticas educativas existentes.

Segundo Caldart (2008, p. 1), “foi na I Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo em 1998, que aconteceu o momento de batismo coletivo de um novo jeito de lutar e de pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo. Esse novo jeito de pensar a educação no campo, em mais de duas décadas ganhou atenção das universidades, gestores públicos, criou agenda nas políticas de Estado nas três instâncias e ganhou status de política pública através do Decreto Federal nº 7.352, de 04 de novembro de 2010⁶⁵.

Contudo, essas conquistas estão ameaçadas, pois, assistimos um cenário de desconstrução desta política, como exemplo disso podemos citar a extinção da Coordenação Geral da Educação do Campo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA\ INCRA), por meio do Decreto Federal nº 10.252\2020 e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Esses retrocessos aprofundam as desigualdades educacionais e são acentuados pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016, aprovada pelo ex-presidente Michel Temer, popularmente conhecida como PEC do Teto de Gastos, que congela os investimentos públicos nas políticas sociais para os próximos 20 anos.

Diante disso, pode-se inferir que a descontinuidade das políticas públicas de Educação do Campo não reside apenas na lógica da proposição de outro projeto de campo em oposição ao agronegócio, mas sobretudo, na dimensão ideológica, ao passo que, a Educação do Campo questiona o paradigma de educação projetado para o Brasil. Por isso, a importância dos cursos de formação específica de professores para atuarem em escolas do campo, contribuindo para ampliação da escolarização no campo. De acordo com o Decreto Federal nº 7.352, de 2010, em Art. 1º, escola do campo é aquela situada em área ru-

⁶⁵ Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

ral, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (Brasil, 2010).

O surgimento do curso de formação de professores do campo (LeCampo), da Faculdade de Educação (FaE), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), se dá em 2004 e, segundo Carvalho (2015, p. 72), a sua história pode ser organizada em pelo menos três momentos, sendo eles:

O primeiro diz respeito a sua criação, em 2004. O segundo, quando da implantação da segunda turma, com apoio do O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). O terceiro inicia-se com a instituição do curso como oferta regular, em 2009.

Nessa trajetória, a consolidação da Licenciatura em Educação do Campo em Minas Gerais origina-se da luta por uma formação de professores do campo e pela ação pioneira da UFMG. O curso tem duração de quatro anos – oito períodos de Tempo Escola (TE) e oito períodos de Tempo Comunidade (TC). A gestão da LeCampo se dá pela FaE-UFMG, juntamente com os estudantes e os movimentos e organizações do campo aos quais são vinculados. Ressalta-se que, na gestão do curso o princípio de organicidade e o conceito de sujeito coletivo são elementos estruturantes na efetivação do protagonismo dos movimentos do campo. Esse processo denominado como organicidade, “vem se constituindo como um modelo teórico/conceitual para a auto-organização discente na perspectiva de apontar um caminho que possibilita a gestão democrática na prática educacional” (ANTUNES-ROCHA e BEGNAMI, 2016, p. 2).

Assim, com a existência da LeCampo na UFMG, tem-se a criação de um espaço físico na Faculdade de Educação (FaE), onde funciona a secretaria do curso; a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo em 1998 - importante espaço institucional; a criação da linha de Pesquisa no Mestrado Profissional em Educação e

Docência (PROMESTRE), e a Coleção Caminhos da Educação do Campo⁶⁶, com o objetivo de divulgar e socializar resultados de pesquisas, relato de práticas, modelos didáticos e ensaios em torno de temas relevantes no contexto da construção de um projeto para a Educação do Campo.

Quando falamos em pesquisas sobre Educação do Campo no âmbito da UFMG, é possível perceber uma busca pela Teoria das Representações Sociais como aporte teórico-metodológico. Dito isto, de acordo com Sousa (2018), tem crescido o número de pesquisas da área de Educação em Representações Sociais no Brasil e, como justificativa desse interesse por parte dos educadores, a autora lista como uma de suas hipóteses o fato de que “a Teoria das Representações Sociais oferece elementos para compreender e modificar a prática educativa” (Sousa, 2018, p. 9).

Nesse sentido, pode-se dizer que as pesquisas realizadas com base no referencial teórico da Educação do Campo na perspectiva da Teoria das Representações Sociais, justifica-se também pelas possíveis respostas que podem advir desses estudos, que permitem conhecer e entender os diferentes contextos campestres e seus sujeitos no que se refere à materialidade da luta pela garantia do direito à educação. Nesse quesito, existe o Grupo de Estudos em Representações Sociais, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (GERES/FaE/UFMG), que

Se organiza com profissionais de diferentes campos do conhecimento cujo foco de interesse é a produção de saberes sobre as representações sociais em mudança, que denominamos de representações sociais em movimento. [...] com o objetivo de abrir um espaço para debater as possibilidades e limites do estudo das representações sociais em contextos geradores de mudança. (ANTUNES-ROCHA, *et al*, 2013 apud CARVALHO, 2015, p. 102).

⁶⁶ A Coleção tem como público-alvo alunos de graduação e pós-graduação, professores da educação básica e superior, gestores de instituições de ensino e de órgãos públicos, intelectuais e demais interessados na temática relacionada a Educação do Campo.

A produção de pesquisas realizadas na perspectiva da Teoria das Representações e da Educação do Campo pelo GERES, tem desempenhado papel fundamental na construção do conceito de Representações Sociais em Movimento (RSM), ao desenvolver estudos sobre as representações sociais que são construídas para tornar familiar o não familiar (estranho) em situações propensas a mudanças e em movimento. As respectivas pesquisas tem desvelado que o “acesso ao conhecimento se constitui como um dos principais aspectos que possibilitam a movimentação das representações” (ANTUNES-ROCHA, 2018, p. 29). O GERES também tem avançado com relação à metodologia, pois, tais estudos evidenciaram “o uso das entrevistas narrativas como possibilidade para conhecer a relação dos sujeitos com o objeto partindo do relato sobre a experiência concreta estabelecida entre ambos” (ANTUNES-ROCHA, 2018, p. 27).

Teoria das Representações Sociais como aporte teórico-metodológico

Na busca de tentar responder como os egressos foram tensionados nas suas formas de pensar, sentir e agir sobre o campo, ou seja, tornar familiar o não-familiar (estranho), nos embasamos no referencial teórico da Teoria das Representações Sociais (TRS). A Teoria das Representações Sociais encontra sua origem em Serge Moscovici (1978), que de acordo com Sá (1998, p. 53), “a fórmula proposta por Moscovici e endossada por Jodelet – “toda representação é uma representação de alguém [sujeito] e de alguma coisa [objeto]” – enfatiza a ligação necessária do objeto de representação a um determinado sujeito”.

Neste sentido, Moscovici (1978, p. 54) considera que: “representar uma coisa, um estado, não é só desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstituí-lo, retocá-lo, modifica-lhe o texto”. Sendo assim, as representações sociais sobre um determinado objeto não são iguais para todas as pessoas, pois, as respectivas representações estão vin-

culadas aos contextos socioculturais e históricos aos quais essas pessoas estão inseridas, numa dinâmica interacionista.

Por sua vez, as pesquisas realizadas na perspectiva das Representações Sociais em Movimento (RSM), no âmbito do Grupo de Estudos em Representações Sociais, da Universidade Federal de Minas Gerais (GERES/UFMG), têm contribuído significativamente com esta categoria analítica, revelando aspectos fundamentais nessa construção epistêmica, a saber:

O movimento das representações sociais não é linear. O acesso a novos conhecimentos tem se mostrado como elemento estruturante do movimento e também da mudança nas representações sociais. A dimensão afetiva é acionada com intensidade nos contatos iniciais com o objeto/contexto gerador de mudanças. O objeto/contexto gerador assume dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais em uma perspectiva histórica e territorializada (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2018, p. 33)

Assim, pode-se perceber que as pesquisas desenvolvidas por esse grupo de estudos têm avançado em sentidos complementares no que se refere à apreensão das representações sociais em movimento. E, segundo Ribeiro e Antunes-Rocha (2018), o processo de construção na perspectiva de um movimento, não se limita e\ou se caracteriza como mudança.

Neste contexto, para a realização da pesquisa utilizou-se como instrumento metodológico a realização de entrevista narrativa. Considera-se que o ato de narrar é uma experiência humana presente na vida das pessoas e, constitui-se como uma forma de descrever, sistematizar e produzir conhecimento. Neste sentido, segundo Bauer e Jovchelovitch (2008, p. 91): “Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa”. Dessa forma, a entrevista narrativa como ferramenta de pesquisa científica, caracteriza-se como um método qualitativo, não estruturado, no qual, o primeiro tópico da pesquisa a ser explorado convidou os informantes da pesquisa a contarem sua experiência com o campo.

Registra-se que os informantes da pesquisa somam o número 7 (sete) e, a escolha destes considerou três critérios: (i) residirem e/ou possuírem relações com o campo; (ii) terem vínculo⁶⁷ com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)⁶⁸ e, (iii) serem egressos do (LeCampo/FaE/UFMG).

Como a pesquisa permeia o processo de reelaboração das representações sociais dos egressos sobre o campo, antes, durante e depois do curso, nossas análises e reflexões dialogam com as autoras Jodelet (2001) e Antunes-Rocha (2012), que pesquisam a construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais em contextos geradores de mudanças e em movimento.

No que tange as análises dos dados, na fase intitulada *antes do curso*, é possível conhecer/acessar pelas narrativas dos egressos suas representações sociais anteriores ao ingresso na universidade. Esse processo denomina-se ancoragem, que “diz respeito ao enraizamento social da representação cognitiva e afetiva do novo objeto da matriz de sentidos preexistentes às transformações que, em consequência, ocorre em um e no outro” (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2018, p. 20).

A objetivação, por sua vez, pode ser compreendida *como o sujeito reage* frente às situações novas que o tensionam nas suas formas de pensar, sentir e agir. Desse modo, na perspectiva das Representações Sociais em Movimento, tem-se no mínimo quatro tipos de movimentos:

- (1) Movimento e busca de novos saberes e experiências na perspectiva da reelaboração;
- (2) Movimento para manter a experiência e o saber prévio;
- (3) Movimento para se manter no não-familiar;
- (4) Movimento em busca de novos saberes e práticas negando a experiência e o saber prévio (ANTUNES-ROCHA, 2020, p. 59).

⁶⁷ Para caracterizar o critério de vínculo com o Movimento Sindical Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, foram listadas duas formas: (a) a inserção no LeCampo/FaE/UFMG, no qual, os egressos tiveram que apresentar a carta do STTR como documento comprobatório da condição residir e/ou trabalhar no espaço socioterritorial do campo no processo seletivo e, (b), afirmação pessoal de cada um(a) deste vínculo.

⁶⁸ Constitui o MSTTR: a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG), Federações Estaduais de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAG's) – em Minas Gerais a FETAEMG, e nos municípios os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's).

Nesta direção, é importante destacar que o processo de objetivação se dá a partir da inserção dos egressos no LeCampo, já que o acesso aos novos conhecimentos se constitui como um importante elemento que possibilita a movimentação das representações sociais (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2018). Nesse mesmo sentido, Ribeiro e Antunes-Rocha (2016, p. 409) nos afirma que:

O movimento dos sujeitos em uma dada representação social é dado no âmbito da atitude do sujeito que é diretamente influenciado pelo nível de informação e o contexto ambos marcados pela lutas pela (re) produção da vida.

Portanto, é possível apreender que o curso (LeCampo/FaE/UFMG) apresenta-se como um contexto gerador de mudanças das representações sociais, pois, de acordo com Ribeiro e Antunes-Rocha (2018), os egressos mobilizaram sua experiência prévia dotada de conhecimentos iniciais e afetos sobre objeto de RS e as novas informações adquiridas no percurso formativo. Essa realidade configura-se o que Moscovici (2012) denominou de pressão à inferência.

Ao considerar que a representação social é fruto de trocas, de partilha das diferentes maneiras de pensar, agir e sentir o mundo, busca-se na TRS direção para o entendimento de que os saberes se organizam como processos simbólicos, no qual, as representações sociais têm sido utilizadas como aporte teórico na análise entre diferentes informações em uma perspectiva em movimento (RIBEIRO, CARVALHO, ANTUNES-ROCHA, 2017).

Representações Sociais sobre o campo

Perfil dos egressos

No momento de realização da pesquisa, os informantes pesquisados atuavam em diversos espaços, a saber: dois estavam como

monitores de Escola Família Agrícola (EFA), um professor de escola pública estadual, um diretor de escola estadual, um assessor parlamentar e também diretor de uma cooperativa de agricultura familiar, um na gestão estadual e, dois no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Dentre os informantes pesquisados, três declararam ser do sexo feminino e quatro do sexo masculino, cuja faixa etária era entre 25 e 50 anos, tendo como municípios de origem Rio Pardo de Minas, Jordânia, Paracatu, Medina e Jenipapo de Minas.

Com relação ao vínculo com o campo, dois informantes se denominaram geraizeiros, dois assentados da reforma agrária e três agricultores familiares. De maneira geral, a identidade geraizeira está vinculada à formação a que se denomina gerais, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões do bioma Cerrado. A identidade agricultura familiar camponesa remete à um modo de vida, no qual, o trabalho é desenvolvido pelos membros da família, cuja produção é para o sustento familiar e geração de renda. E, a identidade do assentado da reforma agrária perpassa pelo processo de reconhecimento de ser um sujeito de direito que reivindica o direito à terra.

Quanto ao vínculo com o Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais (MSTTR)⁶⁹, pode-se apreender a partir das narrativas dos egressos um sentimento de pertencimento, pois, de diferentes formas, eles se identificam com o movimento, com suas lutas, suas pautas. Além disso, há àqueles que são ou já foram dirigentes sindicais.

O que dizem os egressos sobre o campo

A análise das entrevistas narrativas possibilitou perceber que o movimento de reelaboração das representações sociais dos egressos sobre o campo têm como ponto de partida o processo de reconhecimento da sua identidade - deles se reconhecerem enquanto

⁶⁹ Compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e aproximadamente 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados.

camponeses, conforme pode ser conhecido pelas falas:

Egresso Tobias: “Eu não tenho vergonha nenhuma de falar que eu moro no campo, de falar que eu sou assentado da reforma agrária, é meu orgulho (...) eu me sinto hoje, um cidadão do campo”.

Egressa Clara: “É quem eu sou, o meu conhecimento, a minha formação (...) Tudo. Graças ao campo”.

Egressa Luziane: “Eu sou do campo, eu quero permanecer (...) eu me reconheço com sujeito que nasci e cresci ali (...) eu posso fazer um plantio e vender na feira (...) continuar trabalhando na escola (...) o campo dá oportunidade pra gente”.

Egressa Celiane: “É um sujeito único. Porque independente de onde é que cê tá, cê se sente parte daquele lugar, daquela cultura (...) daquele contexto de história de campo (...) É um lugar que te fortalece, lugar de luta”.

Egresso Gustavo: “É um sentimento de liberdade (...) graças à minha formação na escola família agrícola, minha formação na LeCampo, eu tive o direito de fazer essa escolha – ficar no campo ou não. Então eu decidi ficar no campo (..) eu me considero como um camponês”.

Egresso Cristóvão: “Nessas inda e vinda, eu saí um tempo do campo, mas o campo não saiu de mim (...) eu tenho essa consciência que o campo pra mim é o meu lugar (...) eu me sinto muito orgulhoso (...)”.

Egresso Francisco: “Sou camponês, sou geraizeiro, sempre morei no campo, sou diretor do STTR Rio Pardo de Minas”.

Com base nestas narrativas, compreende-se que o aspecto da identidade acompanha os egressos no processo de reelaboração das suas representações sociais sobre o campo. Contudo, esse processo é fruto de tensionamentos nas suas formas de pensar, sentir e agir, a partir do acesso às novas informações e experiências vividas durante o processo formativo na LeCampo, já que, segundo Ribeiro e Antunes-Rocha (2106, p. 409): “O movimento dos sujeitos em uma dada representação social é dado no âmbito da atitude do sujeito que é diretamente influenciado pelo nível de informação e o contexto ambos marcados pela lutas pela (re) produção da vida”. A seguir são organizadas numa linha temporal: antes, durante e depois do processo formativo na UFMG, as narrativas que nos fornecem pistas de como

os egressos iniciam um processo de reelaboração das suas representações sobre o campo:

Quadro 1: Processo de reelaboração das Representações Sociais de egressos sobre o campo

Anterior ao Processo Formativo	Durante o Processo Formativo	Depois do Processo Formativo
<p>Egressa Celiane: “Não pensava o campo como espaço de luta pelo direito à educação e nem qualquer outra luta campesina”.</p> <p>Egresso Gustavo: “Pensava o campo como um lugar limitado, sem muitas possibilidades. Não acreditava nos saberes dos agricultores, achava que era besteira”.</p>	<p>Egressa Celiane: Inicia um processo de reelaboração da representação social sobre o campo como lugar de luta, sobretudo na perspectiva do direito. O curso ajudou a compreender a educação como potencialidade de transformação da realidade dos sujeitos do campo.</p> <p>Egresso Gustavo: Os elementos que compõe sua representação sobre o campo modificaram - de um lugar de atraso para um lugar de possibilidades, a valorizar os saberes tradicionais. Aprendeu na Lecampo que tem que ir pra luta mesmo, tem que ir para o enfrentamento.</p>	<p>Egressa Celiane: A representação social sobre o campo perpassa por um processo de tirar muitas fantasias, já que as mudanças não se dão “da noite para o dia”. O olhar para realidade é de luta e enfrentamento, mas é preciso articular as ações para que o campo de fato possa ser enxergado, que os sujeitos do campo tenham seus direitos garantidos.</p> <p>Egresso Gustavo: A formação adquirida na LeCampo possibilitou que o egresso repensasse o seu modo de ver o campo, ou seja, permitiu reelaborar sua representação social sobre o campo; fortaleceu seu trabalho na monitoria da EFA, e destaca ser fundamental a militância dos sujeitos do campo nesse processo de valorização do campo, suas especificidades e demandas.</p>
<p>Egresso Francisco: “Considerava o campo como lugar de luta, mas não possuía uma base formativa na questão da Educação do Campo”.</p> <p>Egresso Tobias: “Pensava num campo de produção agrícola apenas, onde não há a necessidade de se ter uma formação de nível superior, o ensino fundamental era o suficiente”.</p>	<p>Egresso Francisco: A Lecampo fortaleceu e ampliou seu conhecimento sobre o campo, questões de acesso à terra, modos de produção, luta pela educação, pela agroecologia. A formação do curso não é isolada é em rede, o egresso destaca. O que se observa é que o egresso ao ter mais informações sobre o objeto de pesquisa, ele reelabora sua representação social sobre o campo.</p> <p>Egresso Tobias: O modo de ver e pensar a questão do campo muda na medida em que ele foi se reconhecendo enquanto sujeito de direito e não mais o “coitadinho”.</p>	<p>Egresso Francisco: A representação social sobre o campo foi é de um território em disputa, de um lugar de potencialidades, cultura, diversidade e que de fato os sujeitos do campo são sujeitos de direitos. Inclusive, o curso qualificou sua atuação como dirigente sindical.</p> <p>Egresso Tobias: A representação social sobre o campo é reelaborada na perspectiva do empoderamento e do protagonismo dos sujeitos do campo. Antes de ser professor, de ser diretor de uma escola quilombola, ele é um assentado da reforma agrária.</p>

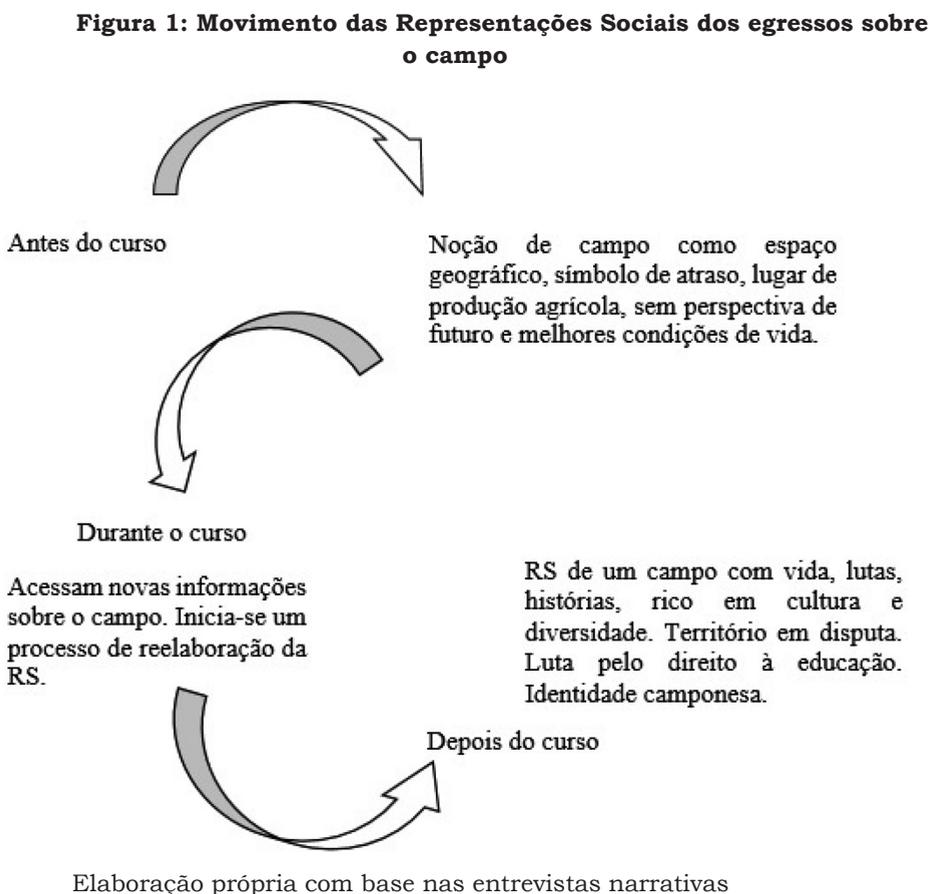
<p>Egressa Clara: “Eu nunca falava com orgulho que eu nasci no campo”. A representação social da egressa sobre o campo perpassa um sentimento de negação em ser camponesa.</p>	<p>Egressa Clara: O modo de sentir e pensar o campo são alterados com a inserção no curso, ao passo que os elementos da sua representação se modificaram e ela compreende a importância tanto do campo, quanto de um curso específico para formação de professores do campo.</p>	<p>Egresso Clara: A representação social sobre o campo é reelaborada a partir da sua compreensão de que o campo não é um lugar “ruim”, indigno de se viver, mas sim um campo que produz alimento e que produz conhecimento, um campo com pessoas que lutam, um campo em disputa.</p>
<p>Egresso Cristóvão: “Pensava num campo de produção agrícola somente, um campo a ser explorado para sobrevivência”.</p>	<p>Egresso Cristóvão: Os elementos de sua representação social sobre o campo alteram de um campo de produção agrícola para um campo de produção agrícola com sustentabilidade, que também produz conhecimento.</p>	<p>Egresso Cristóvão: A representação social sobre o campo é reelaborada no sentimento de pensar o campo na perspectiva de suas populações, de suas histórias, suas lutas, culturas e diversidades. Um campo com vida, com sujeitos de direitos.</p>
<p>Egressa Luziane: A sua representação social era vazia de sentido, já que considerava o campo como um lugar que não tinha oportunidade.</p>	<p>Egressa Luziane: Com a inserção no curso, a egressa modifica os elementos de sua representação social sobre o campo – de um campo com sujeitos de direitos que tomados dessa consciência podem transformar um campo em um lugar de oportunidades.</p>	<p>Egressa Luziane: A egressa tem sua representação social sobre o campo reelaborada no sentido de que o campo ainda carece de várias políticas públicas, contudo, ela passa a pensar e o campo a partir do protagonismo dos sujeitos do campo, que segundo ela é fundamental na implementação</p>

Elaboração própria com base nas entrevistas narrativas.

As narrativas dos egressos nos informa que anterior ao ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo, predominava em seu imaginário a representação de um campo como espaço de produção agrícola, sem perspectiva de futuro e melhores condições de vida. Anterior ao curso, os egressos não pensavam a Educação do Campo como direito, pelo contrário, a maioria indicou pistas de que não tinham conhecimento sobre o curso e, fizeram a inscrição motivados por outros egressos, familiares e\ou militantes do MSTTR.

Durante o processo formativo na LeCampo, o acesso às novas informações tensionaram as formas de pensar, sentir e agir dos egressos em relação ao campo - pressão à inferência. Esses tensionamentos foram analisados na perspectiva das Representações Sociais em Movimento. E, apesar de ser tímida nossas análises nesta direção, foi possível perceber que o processo de reelaboração das RS dos egressos sobre o campo, estão em processo de ressignificação após a conclusão

do curso, como pode ser visto na figura 1.



Neste processo de construção das representações sociais de egressos sobre o campo, o ingresso no curso foi essencial, já que as novas informações acessadas durante a formação foram as responsáveis pelo movimento das informações iniciais que os egressos possuíam sobre o campo.

Importante destacar ainda que entrelaçando as narrativas dos egressos e sua relação com o campo, antes, durante e depois da LeCampo, foi possível de alguma forma tocar em suas emoções, pois os relatos perpassam suas histórias de vida, suas lutas, alegrias e sofrimentos.

Considerações finais

Representações sociais pejorativas sobre o campo existem e marcam as formas de pensar, sentir e agir da sociedade brasileira. Com relação à pesquisa realizada, que teve como objetivo analisar as representações sociais de egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo/FaE/UFMG) sobre o campo, evidenciou-se que o curso constitui-se como contexto gerador de mudanças dessas representações sociais historicamente construídas.

As narrativas dos egressos pesquisados organizadas em três momentos distintos: antes, durante e depois do curso de Licenciatura em Educação do Campo, permitiu-nos compreender o processo de reelaboração das suas representações sociais sobre o campo. Assim, em nossa análise, pode-se inferir que as representações sociais dos egressos sobre o campo sofreram alterações, ao passo que as novas informações acessadas tensionaram as informações iniciais que os egressos tinham sobre o campo. Neste sentido, percebemos mudanças nas RS dos egressos provocadas pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo.

O resultados obtidos com esses egressos, indicam que a política de formação de professores do campo oferece elementos que contribuem para um processo de ressignificação sobre o campo brasileiro e suas populações. Dessa forma, considera-se este estudo relevante por contribuir com estudos futuros contribuições nos demais cursos de Licenciatura em Educação do Campo, já que é possível identificar um aumento de estudos que articulam os referenciais teóricos da Educação do Campo e das Representações Sociais.

Neste contexto, ressaltamos a importância da política pública de formação de professores para atuarem em contextos camponeses. Por isso, docentes de universidades públicas brasileiras, em parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo, seguem resistindo e desenvolvendo, com muitas dificuldades e desafios, ações formativas com base na política pública de Educação do Campo.

Referências

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (org). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Da cor da terra: representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves; MACHADO, Maria Zélia Versiani. Tempos e espaços no curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFMG. In: **ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Org). Territórios Educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; CARVALHO, Cristiene Adriana S. (orgs). **Caderno II Educação do Campo: histórico, princípios, conceitos e práticas**. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2015.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; BEGNAMI, João batista. Gestão Democrática na Educação do Campo: a organicidade como possibilidade de auto-organização dos estudantes. Artigo apresentado no **II Congresso de Inovação e Metodologias de Ensino**. UFMG: Belo Horizonte. Disponível em: file:///C:/Users/ellen.vieira/Downloads/311-1404-1-PB.pdf Acesso em 05 de novembro, 2018.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Memorial apresentado como pré-requisito para a progressão ao cargo de Professora Titular da Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

AQUINO, Lucimar Vieira. **Representações Sociais de Educandas e Educandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre a Leitura de Textos Acadêmicos**. Dissertação de mestrado em Educação. Programa de Pós Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977/2009.

SANTOS, E. V.; ROCHA, M. I. A. O que dizem os egressos da Lecampo/UFMG...

BAUER Martin; JOVCHELOVITCH, Sandra, A Entrevista Narrativa. In: GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Estabelece a Política de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.

CALDART, Roseli Salete. Sobre a Educação do Campo. In: SANTOS, C, A (org) **Campo, Política Pública e Educação**. Brasília: NEAD, 2008. (Coleção Por uma Educação do Campo).

CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva. **Práticas artísticas dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo: um estudo na perspectiva das representações sociais**. Dissertação de mestrado em Educação. Programa de Pós Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In. SANTOS, Clarice Aparecida (Org). **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação**. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica. O campo da Educação do Campo. São Paulo: 2010? Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf%20?>

GUARESCHI, Pedrinho. Representações sociais e ideologia. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC. Edição Especial Temática, p.33-46, 2002.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In. JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOLINA, Monica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, R, S (org). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

RIBEIRO, Luiz Paulo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. História, Abordagens, Métodos e Perspectivas da Teoria das Representações Sociais. In: **Revista Psicologia & Sociedade**. vol 28, nº 2, p. 407-409, 2016.

RIBEIRO, Luiz Paulo; CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Representações sociais em movimento: uma análise de duas pesquisas no âmbito da educação do campo da FaE-UFMG. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Belo Horizonte, vol. 14, n. 37, p. 343-366, 2017.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária. **Revista Retratos de Assentamentos**. v.19, n.2, 2016 (Julho-Dezembro).

**LEITURA DA PAISAGEM NA SERRA DOS TAPES/
RS: UMA APROXIMAÇÃO COM A ABORDAGEM DA
MULTIFUNCIONALIDADE⁷⁰**

Mateus Silva da Rosa*

Giancarla Salamoni**

Resumo: O presente estudo pretende contribuir na discussão sobre a utilização do método descritivo de leitura de paisagem, no sentido de apresentar instrumentos teórico-empíricos para o entendimento das organizações espaciais. Considerando-se que os espaços geográficos se apresentam em constante transformação, para a compreensão desses espaços torna-se necessário adotar procedimentos metodológicos que possibilitem apreender as dinâmicas, processos e relações expressas nas paisagens. Diante disso, o presente estudo concentra-se na síntese representativa do espaço, a partir da leitura, interpretação e representação visual das paisagens, em um esforço para representar as “marcas” desses espaços, ou seja, os aspectos da organização espacial atual. O recorte territorial da análise é a Serra dos Tapetes/RS, estudada a partir de dados e informações secundárias e trabalho de campo, com ênfase no georreferenciamento dos locais visitados e o levantamento de registros fotográficos, a fim de representar a síntese paisagística desses espaços. Por meio desse estudo foi possível constatar as diversas

⁷⁰ O presente trabalho é produto de Bolsa de Iniciação Científica, junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC-FAPERGS).

* Universidade Federal de Pelotas-UFPel. Email: mateus-darosa@hotmail.com

** Universidade Federal de Pelotas-UFPel Email: gi.salamoni@yahoo.com.br

características de usos e organização do espaço, bem como, as potencialidades para a multifuncionalidade da paisagem nos espaços rurais. Destaca-se que a descrição da paisagem se mostra um importante recurso, tanto para o estudo do rural quanto do urbano, principalmente, por ser a face visível das formas, funções, estruturas e processos, revelando ainda, as interrelações espaciais, uma vez que o urbano e o rural estão em constante transformação, criando também paisagens híbridas com sobreposições e intersecções entre rural e urbano.

Palavras-chave: Paisagem. Multifuncionalidade. Serra dos Tapes.

Introdução

A ciência geográfica tem no conceito de espaço geográfico um norteador teórico-metodológico na investigação da realidade, tanto em seu aspecto social quanto em seus elementos naturais, fundamentado nas relações entre sociedade e natureza. Dentro desse conceito, diversas categorias propõem, em sua maioria, métodos e metodologias para a construção do reconhecimento da intervenção dos indivíduos/sociedades sobre o meio.

Destaca-se nesse estudo a categoria da paisagem, esta que como categoria teórico-conceitual possui um significado mais amplo e dinâmico, revelando a relação natureza e sociedade, possuindo representação, tanto concreta quanto simbólica, dos elementos físicos e humanos no espaço e seus significados criados a partir das experiências individuais e/ou coletivas. Assim, entende-se a paisagem como uma das “lentes” para ler e interpretar o espaço, e a percepção dos diversos elementos de uma paisagem, quando reconhecidos e interpretados, resultam no reconhecimento dos mosaicos paisagísticos conformato por características físico-naturais, socioeconômicas e culturais presentes na mesma.

A leitura da paisagem, por sua vez, pode ser operacionalizada pelas categorias: forma, função, estrutura. A forma é o aspecto visível da paisagem, como a morfologia, os cursos d'água, a vegetação e o tipo de ocupação das terras, cada uma possuindo diferenças, podendo ser em relação ao diferente ponto de vista ou distinta função. Já a função se refere ao uso social do espaço, ou seja, às atividades que foram ou são desenvolvidas nele. A estrutura corresponde aos valores e às funções concebidas aos objetos presentes no espaço em determinado momento da história, relacionados à natureza social e econômica do local.

Conforme salienta Pinto-Correia (2007), na Convenção Europeia da Paisagem realizada em 2000, a paisagem foi proclamada como um elemento conceitual que pode refletir a diversidade da herança cultural, ecológica e socioeconômica de dado conjunto populacional, tornando-se um dos fundamentos da identidade local e regional.

Com relação ao seu caráter empírico, dentro do objetivo proposto, as paisagens devem manter suas autenticidades e ao mesmo tempo as suas diversidades. Deste modo, temos que entender a paisagem “[...] como simultaneamente uma realidade física e biológica e uma construção social ou cultural [...]” (PINTO-CORREIA, 2007, p. 3).

Puntel (2012) destaca que a paisagem necessita ser discutida e registrada, pois estudar a relação da natureza e da sociedade com o espaço através da paisagem é muito importante para compreender a complexidade do espaço geográfico em determinado momento histórico. A paisagem é o resultado da vida das pessoas, dos processos que ocorrem no espaço e da transformação da natureza, mostrando a história de uma determinada comunidade, transcrevendo os elementos do presente e conservando os elementos do passado que fazem parte dessa história

De acordo com Verdum (2012) existem três métodos de análise da paisagem: o descritivo, o sistêmico e o perceptivo. O método descritivo tem como base a descrição dos aspectos físicos e visíveis da paisagem. Por sua vez, a análise sistêmica permite uma dinâmica entre

os elementos físicos, biológicos e sociais presentes no espaço, criando um sistema indissociável entre estes elementos. Portanto, no método sistêmico, a paisagem é a sua forma, sua estrutura e sua funcionalidade como um todo, não podendo ser analisada separadamente, em partes. Para o método perceptivo, a paisagem é ao mesmo tempo uma marca no espaço e uma matriz deste. A paisagem como marca é uma expressão de determinada sociedade e possui caráter descritivo, porém, sua descrição vai além do campo do visível, do concreto, ela participa dos processos que criam e transformam os elementos presentes no espaço, sendo um importante fator na relação da sociedade com o espaço e a natureza. Neste método é necessário identificar os elementos que fazem parte da paisagem e entender a relação destes com os novos elementos inseridos nela.

O estudo aqui proposto tem a finalidade de fomentar instrumentos teórico-empíricos para o entendimento das organizações espaciais e, para tanto, adota o método descritivo de leitura da paisagem como um aporte teórico-metodológico de análise, visando identificar as dimensões da multifuncionalidade do espaço. Objetivamente, apresenta-se uma síntese representativa de espaços previamente georreferenciados, e, a partir da leitura, interpretação e representação visual das paisagens, pretende-se realizar um esforço para representar as “marcas” visíveis da organização atual desses espaços. Toma-se como recorte territorial de análise os municípios que conformam a chamada Serra dos Tapes⁷¹ (Figura 1), localizada na porção sul do Estado do Rio Grande do Sul, formada pelos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu, Arroio do Padre, Morro Redondo e Canguçu.

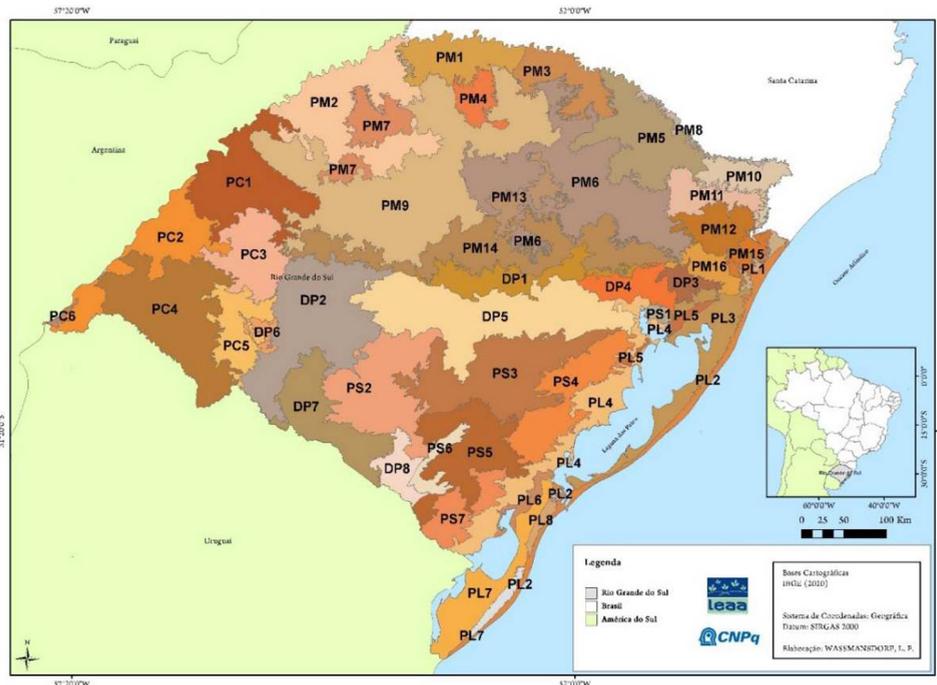
⁷¹ Segundo Salamoni e Waskiewicz (2013), a Serra dos Tapes compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, cabendo ressaltar que Pelotas e São Lourenço do Sul assentam parte de seus territórios sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras. As autoras defendem que a resultante geográfica do recorte espacial está nas interações dos grupos sociais com o meio físico-natural, o que possibilitou a formação de sistemas agrários dotados de características socioculturais e econômicas que refletem o passado da apropriação da terra em pequenas propriedades de dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora.

análise da paisagem: o descritivo, o sistêmico e o perceptivo. Neste estudo foi adotado o método descritivo, por se tratar de leitura de paisagem exploratória dos elementos visíveis que compõem os diversos mosaicos paisagísticos da Serra dos Tapes, levando em consideração o sentido mais “clássico” da paisagem, o qual é observável a partir do campo de visão (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004). O método descritivo tem como base a descrição dos aspectos físicos e visíveis da paisagem.

A partir do referencial teórico-metodológico foi elaborado um roteiro por pautas no qual constam quatro elementos norteadores do trabalho de campo, a saber: a) Características físico-naturais: morfologia do relevo; vegetação; rede hidrográfica; altimetria. b) Características dos usos atuais: atividades agrícolas; atividades mineradoras; espaço construído; rede viária. c) Potencialidades e vulnerabilidades ambientais; e d) Levantamento fotográfico. Foram realizadas expedições de campo para identificação, descrição e registro dos elementos elencados no roteiro nos municípios que conformam a região da Serra dos Tapes.

Como referência espacial, foi adotada a divisão de Unidades de Paisagem Natural (UPNs) (Figura 2) elaborada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a partir de informações da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), e publicada em março de 2010, para fins do zoneamento ambiental da silvicultura no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 – Mapa das Unidades de Paisagem Natural do Rio Grande do Sul.



Fonte: elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

As Unidades de Paisagem Natural (UPNs) que compõem o território da Serra dos Tapes, são, as PL4, PL6, PS3, PS4, PS5 e PS7. No município de Arroio do Padre há presença exclusiva da UPN PS4; em Canguçu as UPNs PS3, PS4 e PS5; em Morro Redondo as UPNs PS4, PS5 e PS7; em Pelotas as UPNs PL4, PL6, PS4 e PS5; em São Lourenço do Sul as UPNs PL4, PS3 e PS4; e, Turuçu as UPNs PL4 e PS4 (Figura 3). Cada UPN é caracterizada a partir dos principais elementos da paisagem, aspectos naturais e usos atuais relevantes, bem como potencialidades e restrições ambientais.

visível da paisagem e a função se refere ao uso social do espaço, ou seja, às atividades que foram ou são desenvolvidas neste

Resultados e discussões

Tomando as Unidades de Paisagens Naturais (UPN's) como unidade de análise, apresentam-se os principais resultados da pesquisa de campo, obtidos a partir da leitura descritiva, realizada nesses sistemas naturais. As atividades de trabalho de campo foram organizadas a partir dos municípios que conformam o recorte territorial da Serra dos Tapes.

Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de Pelotas e Arroio do Padre

A partir de levantamento de campo foi realizada a leitura das Unidades de Paisagens Naturais (UPNs) PS4, PL4 e PL6 (Figura 4). Assim, na PL4, que abrange o município de Pelotas, realizou-se a leitura de dois pontos situados na chamada Colônia Z3, denominada Colônia de Pescadores São Pedro, nas margens da Laguna dos Patos e a Estrada da Galateia. Ainda na Planície Costeira, a UPN PL6 tem sua incidência nas proximidades do porto de Pelotas, onde também se localizam diferentes *campi* da Universidade Federal de Pelotas. A PS4, correspondente à escarpa oriental do Escudo Cristalino Rio-Grandense. Os pontos elencados para leitura da paisagem foram a ERS-737, conhecida como Estrada da Federeca, a qual dá acesso ao município do Arroio do Padre, além do segmento referente à Estrada do Algodão, do Quilombo e da Ponte Cordeiro de Farias, respectivamente. Por fim, na PS4, situada na área central do Escudo Sul-Rio-Grandense, os pontos de leitura da paisagem foram a Pedreira do Monte Bonito e o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe.

está presente na ligação entre a Laguna dos Patos com a Lagoa Mirim. Já na PS4, além de alguns fragmentos relativamente preservados do Bioma da Mata Atlântica, destacam-se figueiras, pinheiros, eucaliptos e pinus.

No que diz respeito aos usos atuais, as UPNs destacadas nesse primeiro roteiro, apresentam-se de maneira diversa. No que tange a PL4, fazem relação a atividade pesqueira bem marcante, combinada a uma diversa gama de atividades econômicas ligadas a essa atividade cultural. O espaço construído da PL4 é bastante heterogêneo, a mescla de construções com pavimentos de alvenaria com outras estruturas bem mais simples, refletem por si só uma acentuada desigualdade socioespacial, a rede viária é configurada por ruas de chão batido, sem pavimentação. O espaço destinado à cultura material é bem caracterizado pela presença de diversos trapiches, todos eles banhados pela Laguna dos Patos, juntamente com o cais de barcos de pesca, além de espaços festivos e culturais, além disso no sentido a estrada da Galatéia notam-se as marcas presentes da cultura no Charque. Vale salientar que essa porção da UPN possui ambientes bastante alterados pela ação humana, o que fica claro quando observadas as atividades agrícolas presentes na paisagem. Neste sentido, nota-se a presença da pecuária, com grande destaque para a produção de leite, além do cultivo de milho, arroz e soja.

Na PL6 destacam-se UPN revelam predomínio de impermeabilização do solo através da pavimentação de vias, aterro de banhados/várzeas para construção de residências/empresas, herança da formação territorial deste espaço que presenciou os fluxos socioeconômicos resultados do ciclo do charque do século XVIII e XIX, representando um importante patrimônio arquitetônico. Atualmente, permanecem como marcas visíveis na paisagem as construções de prédios que abrigavam indústrias alimentícias e que hoje estão desativadas.

A respeito das atividades humanas e usos atuais, na PL6 pode-se observar a presença de comércio ligado as atividades agrícolas, e uma presença marcante das hortas domésticas. Os usos atuais desse

espaço são bastante diversos, com destaque para a presença característica da agricultura familiar. Assim, observa-se o predomínio de atividades de pecuária familiar, como a criação de gado leiteiro e aves, assim como plantações de milho e tabaco, as quais são fundamentais para a geração de trabalho e renda para as famílias rurais.

Ainda, o espaço construído do local é conformado por residências em estilo germânico, geralmente com a presença de jardins bastante floridos, referenciando importante marca cultural presente. Os aspectos da cultura material são bastante preservados, o que se evidencia com a forte atuação do poder público municipal na conservação e restauração deles.

Neste recorte territorial destaca-se em geral o grande potencial turístico, na PL4, além da gastronomia pesqueira a proximidade com a Laguna dos Patos e a paisagem litorânea como atrativo para atividades relacionadas ao turismo e esportes aquáticos. Na PL6, destaca-se a presença de patrimônio arquitetônico histórico seja pela presença do Canal São Gonçalo que possibilita o turismo hídrico. Na PS4 é indiscutível a relevância do Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe que recebe, sobretudo aos finais de semana, inúmeras pessoas para visitaçãõ. Vale dizer, contudo, que a localidade da Cascata representa uma área de interesse turístico, principalmente quanto às potencialidades do turismo rural, uma vez que nessa porção do município de Pelotas há inúmeros cursos e quedas d'água os quais oferecem excelentes oportunidades de lazer e descanso.

Figura 5- Mosaicos fotográficos da paisagem nos municípios de Pelotas e Arroio do Padre

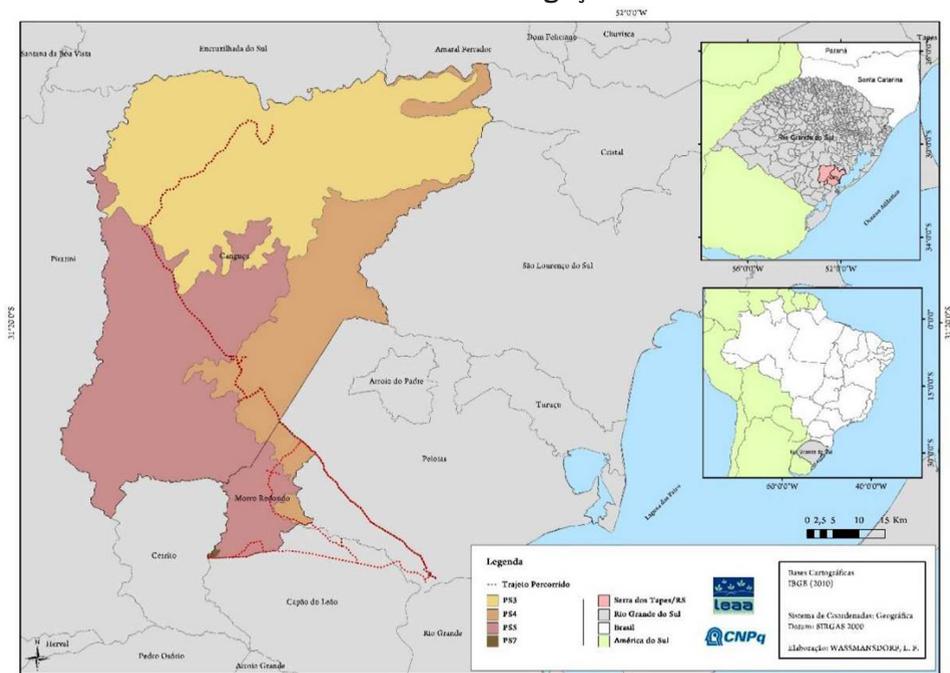


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de Morro Redondo e Canguçu

No segundo levantamento de campo foi realizada a leitura das Unidades Paisagem Naturais (UPNs) PS4, PS5 e PS7 que compõem o município de Morro Redondo e Canguçu.

Figura 6 – Mapa das Unidades de Paisagem Natural nos municípios de Morro Redondo e Canguçu



Fonte: elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

Ao realizar a leitura de paisagem desse recorte territorial destacamos as características físicas naturais, que na UPN PS4 localizada em Morro Redondo, é marcada por morrotes, morros e colinas, ou seja, relevo predominantemente ondulado. Os usos da terra mostram a presença de plantações agrícolas e vegetação arbórea e arbustiva de porte médio e alto. A mata nativa se apresenta junto aos limites das propriedades rurais. Como destaque na PS5, ainda em Morro Redondo, nesse ponto encontram-se muitas nascentes em altitude média de 187 metros. Na PS7, encontra-se no início da transição entre a região central e a borda sudeste do Escudo Sul-Rio-Grandense. A leitura da paisagem realizada no município de Canguçu, iniciada pela UPN PS5, abrange região central do Escudo Sul-Rio-Grandense, onde pode-se observar o relevo levemente íngreme próximo da estrada, tendo hori-

zonte de formação de morros. Na UPN PS4, assim como na UPN PS3, a morfologia do relevo é ondulada, formada por morros. Destacam-se alguns pontos que podem atingir até 350m de altitude, como na sede da localidade de Coxilha dos Campos, onde o relevo se apresenta com elevações formadas por morros.

A respeito das atividades humanas e usos atuais, em Morro Redondo destacam-se atividades agrícolas - animais de criação (principalmente gado leiteiro), acácia para lenha, hortaliças, frutíferas e soja - e não agrícolas - comércio e trabalho assalariado em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade). Registra-se a presença de maquinário agrícola, como tratores e caminhões para escoamento da produção de tabaco. Além disso, dos usos atuais, encontram-se atividades agrícolas - produção de pêssego, tabaco, criação de animais, acácia (para lenha), hortaliças e soja e não agrícolas - comércio de plantas e cerâmica, mercado de bebidas e alimentos, em geral, além de áreas de lazer. A mata nativa se apresenta junto aos limites das propriedades rurais.

O espaço construído evidenciado na UPN PS4 é bastante homogêneo, com residências térreas - de madeira ou alvenaria. Preserva-se a arborização nativa e de plantas ornamentais como quebra-vento para proteção das casas. A rede viária no local é de "chão batido", ou seja, estrada sem pavimentação. A via asfaltada localiza-se apenas na BR-392. Na PS5, por se tratar de um espaço urbano nas características dos usos atuais prevalecem as atividades não agrícolas - comércio/varejo/serviços, entretanto, há a presença de práticas agrícolas - criação de animais, cultivos de hortaliças e frutíferas. Casas antigas, igrejas, cemitério e salão de festa da comunidade compõem o cenário, além agroindústrias de doces e conservas. No perímetro urbano encontra-se também o quilombo urbano Quilombo e Associação Vó Ernestina, destacam-se os usos atuais as atividades agrícolas e não agrícolas.

Na PS7 as características dos usos atuais se assemelham a outras áreas da paisagem como atividades agropecuárias (produção de

soja, hortifrutigrangeiros, bovinos, suínos e aves). O espaço construído é rarefeito (devido à baixa densidade demográfica) formado, principalmente, por casas antigas e rede de eletrificação rural. A via de acesso não é pavimentada.

No município de Canguçu dos usos atuais, no que tange o rural do município, há atividades agrícolas em pequenas hortas domiciliares e frutíferas e criação de galinhas e cordeiros. Na área urbana também há presença de atividades agrícolas - pequenas hortas e frutíferas domiciliares e criação de animais para autoconsumo. A atividade não-agrícola é majoritária devido à cidade estar em um processo de expansão no setor de comércio e serviços. Os estabelecimentos comerciais são, majoritariamente, ligados às atividades agrícolas (comércio de máquinas e insumos) e feiras livres de produtos da agricultura familiar. O município de Canguçu é considerado a capital nacional da agricultura familiar e tem a base da economia urbana relacionada às atividades agrícolas. Do espaço construído, a sede da cidade de Canguçu possui diversas tipologias socioeconômicas. Um espaço construído diverso com residências térreas de alvenaria e/ou madeira e prédios de até oito pavimentos. Destacam-se os espaços construídos de importância religiosa, principalmente na UPN PS4 onde localiza-se o popularmente conhecido “Morro da Santa”, próximo ao centro urbano de Canguçu. Da cultura material e imaterial, o município busca preservar suas origens etnoculturais promovendo eventos festivos. Cabe ressaltar as dinâmicas dos assentamentos de reforma agrária, localizados no município de Canguçu, dentro da UPN PS3, nos quais a produção agrícola está presente na totalidade dos lotes das famílias, sendo para consumo próprio e/ou para o mercado.

No que se refere a potencialidades ambientais, em Morro redondo destacam-se a presença da multifuncionalidade do espaço rural com a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Sobre as vulnerabilidades ambientais, destaca-se a presença do cultivo de soja em áreas de encosta. Destacam-se da mesma forma como potencialidades ambientais locais que servem como mirantes de observação da paisagem cênica da Serra dos Tapes e da Planície Costeira. Além

disso, principalmente no perímetro urbano, destacam-se comércios diversificados e serviços (restaurantes, hotéis, pousadas, feiras de produtos locais, loja de artesanato) e a Rota Turística Via Ecológica Serra dos Tapes. Em Canguçu a potencialidade ambiental agrega um acervo arquitetônico histórico importante para a região e, também, potencialidades para o turismo rural, principalmente, o turismo de aventura. Destaca-se que a localidade é área de afloramento de matacões em área de campos, com presença de mata nativa intercalada com campos naturais e, marcadamente, pelo atrativo turístico de caráter religioso com infraestrutura de abastecimento de água e recolhimento de lixo. A vulnerabilidade ambiental no município, passa pela crescente expansão de franjas periféricas na sede, produto de assentamentos urbanos irregulares e destituídos de serviços do poder público.

Figura 7- Mosaicos fotográficos da paisagem nos municípios de Morro Redondo e Canguçu

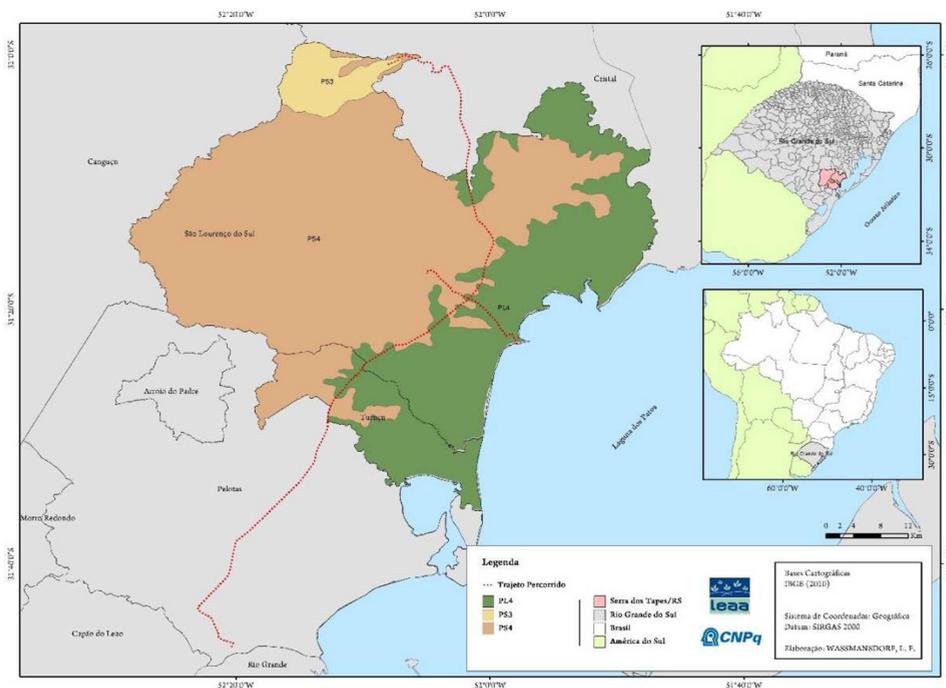


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu

A leitura da paisagem realizada nos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu tomou como referência as Unidades de Paisagem Naturais UPNs PL4, PS3 e PS4. O trajeto iniciou na porção norte do município de São Lourenço do Sul, na UPN PS3. Esta UPN corresponde à região da borda norte do Escudo Sul Rio-Grandense, e que neste recorte localiza-se na extremidade sul da UPN. Este ponto de leitura de paisagem refere-se a nascentes do Rio Camaquã, tendo como referencial a Fazenda Chiatonni. O segundo ponto de leitura foi no 1º Distrito de São Lourenço do Sul, a localidade de Boqueirão, que corresponde a UPN PS4 no município. Neste ponto localizam-se o centro comercial e o cemitério do distrito. O terceiro ponto de leitura é referente à UPN PL4 do município, junto à costa da Laguna dos Patos e ao centro da cidade de São Lourenço do Sul. Neste ponto, a Planície Costeira é caracterizada pela margem oeste da Laguna dos Patos. O quarto e último ponto de observação na mesma UPN PL4 se localiza no município de Turuçu, correspondendo à sede urbana do município.

Figura 8 – Mapa das Unidades de Paisagem Natural nos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu



Fonte: elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

Ao realizar a leitura da paisagem, destaca-se um relevo aplainado, levemente ondulado com colinas baixas e pela diversidade de cursos hídricos. Embora que na UPN PS3 seja marcante a transição entre campo e floresta, sobre o primeiro ponto de leitura, localizado na Fazenda Chiatonni, na UPN PS3 (3º Distrito – Localidade da Esperança), pode-se observar extensas áreas de cultivo de soja e arroz, sob uma restrita mata ciliar preservada e ameaçada, pode se dizer assim. No que diz respeito aos usos atuais, a dinâmica da paisagem revela uma característica presente de atividades agrícolas e não-agrícolas. Na UPN PS3 de vocação quase que homogênea agrícola, o espaço construído que marca a paisagem são os silos destinados para o armazenamento de grãos.

No que tange à UPN PS4, observa-se uma elevação do relevo, chegando aos 120 m de altitude, destaca-se por corresponder a compartimento da escarpa leste do Escudo Rio-Grandense, tal unidade apresenta um relevo fortemente ondulado e íngreme, com a paisagem marcada pela presença de morros. A vegetação nessa área é marcada pela atividade humana, sendo comum as espécies de ornamentação, aquelas tradicionais utilizadas para sombra. A rede hídrica pode ser notabilizada pelo exponencial gradiente de altitude e pelas matas de galeria reveladas nessa paisagem.

Na PS4 a dinâmica é visível no espaço construído, onde todas as residências, distribuídas ao longo da ERS 265, possuem quintal com hortas domésticas, pomar de frutíferas e criação de animais para o consumo doméstico. Na localidade encontra-se a presença de estabelecimentos de agroindústrias familiares que produzem doces e conservas de frutas, produtos de panificação, queijarias, embutidos, entre outros. A cultura material merece destaque como marca da paisagem nesse recorte, onde observam-se casarões de arquitetura antiga, igrejas cemitérios, além de espaços de esporte, educação e lazer. Cabe referenciar que o Distrito (Boqueirão) sede do nosso ponto de análise é marcado pela presença das etnias pomerana e alemã e apresenta boa infraestrutura urbana.

Na UPN PL4, de usos sumariamente não agrícolas, as marcas da paisagem denotam a presença de estabelecimentos comerciais e de rede hoteleira bem estruturada com vários hotéis, pousadas e *camping*. Cabe destacar a atividade pesqueira da Colônia Z4, destinada para a comercialização do pescado. Na UPN PL4, situada na planície, desta vez torna-se marcante o solo arenoso às margens da Laguna dos Patos, destaque para os fragmentos de Mata Atlântica, de comum presença também nas UPNs citadas anteriormente.

Na mesma UPN, em um ponto próximo a cidade de Turuçu, a paisagem marca uma diferente vocação, visto que o município é essencialmente rural, as atividades agrícolas são diversas, tanto de commodities como a soja quanto de hortifrutigranjeiros, tanto que o

município é reconhecido como a capital estadual da agroindústria familiar. Do espaço construído, o sítio urbano de Turuçu tem a forma de “cidade-rua”. Da cultura material, identifica-se a Paróquia Nossa Senhora Medianeira, construída em comemoração ao quinto aniversário, da então Vila Arthur Lange, em 1986. Ainda, próximo aos prédios públicos, há o monumento reproduzindo a pimenta malagueta, uma referência ao principal produto comercial do município.

No que diz respeito as vulnerabilidades e potencialidade ambientais, apontam-se como vulnerabilidades os aspectos ligados ao agronegócio, tais como pressão ao avanço sobre os fragmentos de mata preservada e utilização de agrotóxicos, sumariamente presentes na UPN PS3. Em contraposição destacam-se aí incluindo-se como potencialidades, dentro PS4 por exemplo, quase que o contrário, sendo marcante a preservação dos recursos hídricos, além de uma vocação as atividades agrícolas de caráter familiar, com ótima presença de hortas de cultivo, principalmente para o autoconsumo, além disso destaca-se o fato marcante da cultura material desses espaços, notadamente vocacionada ao turismo rural e urbano, esse segundo em destaque sobre a PL4, principalmente por situar a orla da Laguna dos Patos.

Figura 9- Mosaicos fotográficos da paisagem nos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

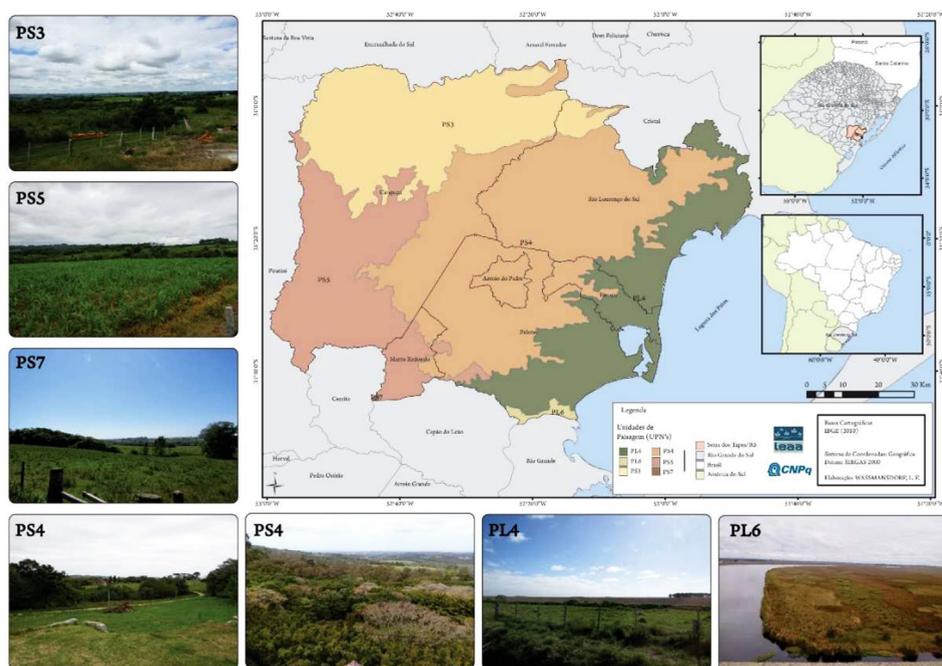
Considerações finais

Neste trabalho a paisagem é tomada como categoria analítica tanto para o estudo do rural quanto do urbano, principalmente por ser a face visível das formas, funções, estruturas e processos, revela a velocidade de transformação desses espaços, uma vez que o urbano e o rural estão em constante transição, criando também paisagens híbridas, com sobreposições e intersecções entre rural e urbano.

À luz desse entendimento, a leitura da paisagem na Serra dos Tapes foi realizada pela observação *in loco*, identificando elementos como relevo, vegetação, rede hidrográfica e características de uso atual. As características de uso do espaço são marcadores das transformações na

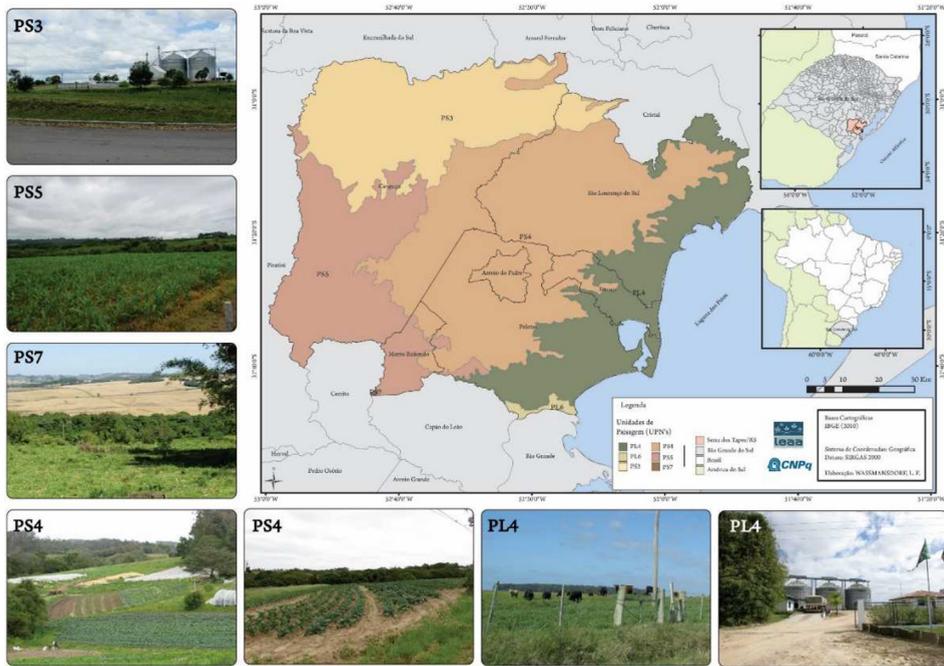
paisagem pela ação humana. A partir disso, a paisagem é compreendida como a síntese da relação da sociedade com o espaço, sendo que os elementos naturais e sociais são vistos de forma relacional. Como representação das formas de uso e apropriação do espaço pode-se observar que as paisagens se constituem em mosaicos marcados pela diversidade na organização espacial da Serra dos Tapes (Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Mosaico-síntese de imagens nas Unidades de Paisagens Naturais na Serra dos Tapes.



Fonte: pesquisa de campo 2020.

Figura 11 – Mosaico-síntese de imagens nas Unidades de Paisagens Naturais na Serra dos Tapes



Fonte: pesquisa de campo (2020).

Assim, a paisagem se apresenta como produto social, histórico e cultural, pois abarca tudo o que está presente ou já fez parte de um determinado espaço, tanto na esfera física quanto social, o concreto e o subjetivo, o material e o simbólico, na tentativa de compreender o espaço através das interrelações entre sociedade, natureza e paisagem.

Assim, a leitura e análise da paisagem pode fundamentar as estratégias de desenvolvimento local, este caminho vai inserir a multifuncionalidade dentro das possibilidades que o espaço oferece para a instalação de “novas” atividades, aproveitando o capital sociocultural presente no espaço rural e as potencialidades econômicas. Bem como, apontar os limites e vulnerabilidades ambientais presentes nos espaços.

Por fim, destaca-se que a Serra dos Tapes também pode ser reconhecida como o lócus da agricultura familiar no sul do Rio Grande do Sul, pois, no seu território, encontram-se presentes sujeitos histó-

ricos do campesinato brasileiro, como as comunidades quilombolas, os colonos descendentes de europeus não-portugueses, os pescadores artesanais e os assentados de reforma agrária. Desse modo, a agricultura familiar nessa região traz a marca da diversidade de organizações espaciais, baseadas nas formas de ocupação do território, conectando as dimensões do viver, trabalhar e (re)produzir-se social e economicamente e que podem ser identificadas pelos elementos constituintes das paisagens.

Referências

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio De Janeiro: Mauad X, 2009.

GERHARDT, T. E. et al. Paisagens, pessoas e vidas rurais: imagens de um espaço de vida. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 345-374, ago./dez., 2015.

PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgeo**. Associação Portuguesa de Geógrafos, n. 20-21, p. 67-71, 2007.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (SEMA). **Zoneamento Ambiental da Silvicultura: estrutura, metodologia e resultados**. Rio Grande do Sul, v. 1, mar. 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (SEMA). **Zoneamento Ambiental da Silvicultura: diretrizes da silvicultura por unidade de paisagem e bacia hidrográfica**. Rio Grande do Sul, v. 2, mar. 2010.

SUERTEGARAY, D. M.A.; GUASSELLI, L.A. Paisagens (imagens e

representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R. et al. (Orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p.27-38.

VERDUM, Roberto et al. (Orgs.). **Paisagem: leituras, significados, transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO IDOSA RURAL DE MONTES CLAROS-MG

Ana Ivania Alves Fonseca*

Cássio Alexandre Silva**

Marcela Alves Fonseca***

Vivian Mendes Hermano****

Resumo: O envelhecimento da população rural é identificado em diversas localidades, desenvolvidas ou em desenvolvimento, tornando-se uma questão relevante nas discussões populacionais e de políticas públicas atuais. Nesse contexto, este estudo⁷² tem como objetivo principal compreender as condições de vida da população rural de Montes Claros/MG, e como objetivos específicos analisar a dinâmica do envelhecimento, a predominância de gênero e alguns aspectos da qualidade de vida. A metodologia do trabalho está pautada em eixos de investigação, sendo eles: o primeiro, a pesquisa bibliográfica, o segundo, a pesquisa de campo, com aplicação de questionários para levantamento de informações com os idosos, respeitando-se as medidas de segurança sanitárias devido à pandemia. E o terceiro eixo, estruturado na coleta e processamento de dados para elaboração dos

* UNIMONTES.ana.fonseca@unimontes.br

** UNIMONTES.cassio.silva@unimontes.br

*** UNIMONTES.marcela.alvesfonsec@gmail.com

**** UNIMONTES. hermanovivian@gmail.com

⁷² O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética com o seguinte número de aprovação do CAAE: 64487917.0.0000.5146 do projeto “Dinâmicas de Desenvolvimento Rural para o Norte de Minas Gerais”.

produtos estatísticos e cartográficos. Os resultados indicaram que a população idosa de Montes Claros/MG aumentou no período de 1970 a 2010, e que nesse grupo em certas faixas etárias predomina o gênero masculino, todavia na categoria octogenário a predominância é feminina. Em geral, os idosos relatam diversas vantagens no modo de vida rural, incluindo a qualidade da alimentação, as tarefas do cotidiano e a tranquilidade. Os desafios são a baixa renda e, principalmente a dificuldade em encontrar apoio para a realização das práticas rurais do dia a dia. Como proprietários de terra e com o avanço dos programas de saúde rural, os idosos podem usufruir de uma certa qualidade de vida, sem, contudo, eximir as dificuldades como mão de obra e sucessão da terra. Considera-se que esta parcela populacional possui benefícios e desafios, que podem ser típicos da velhice rural brasileira, destacando-se a necessidade de ampliação de políticas públicas que visem a sustentabilidade demográfica do espaço rural regional e nacional.

Palavras chaves: idoso, rural, Montes Claros/MG.

Abstract: The ageing of rural populations can be found in several places, developed or developing, becoming a relevant subject in political and populational discussions nowadays. In this scenario this study has as a main goal understand the conditions of live from the rural population of Montes Claros/MG, and as a specific goal analyse the dynamic of ageing, such as the gender prevalence and some aspects of life quality. The methodology used in this work is based on some investigation points such as: first, the bibliographic research, second, field research with questionnaires for data collection with the elders respecting the health recommendations due to the covid-19 pandemic. And the third point structured on data processing and gathering to elaborate the cartographic and statistical products. The Results indicate that the elder population from Montes Claros/MG increased from 1970 to 2010, and that in this group in certain ages the male

gender prevails, however in the octogenarian category it prevails the female gender. Overall the elders report several advantages of the rural way of life, including the food quality, daily works and the peace. The challenges are the low income and mainly the challenge to find support for the daily rural works. With the rural health programs and as landowners the elders can benefit from a certain quality of life without dispense the distress as workforce and land succession. Its taken into account that this population owns benefits and challenges that can be typical from rural brazilian ageing, highlighting the need for more public policies that aim demographic sustainability of regional and national rural space.

Key words: Elders, rural, Montes Claros/MG

Introdução

Os estudos da dinâmica populacional do rural brasileiro, têm indicado a permanente diminuição da população, principalmente nos últimos 50 anos. A restrição da população rural, gera consequências marcantes como a masculinização e o envelhecimento. Em determinadas regiões, existem indícios de que, atualmente, essa diminuição perdeu a intensidade, apresentando outras tendências.

Em termos qualitativos, o envelhecimento da população rural tem sido observado em diversas localidades, destacando-se que esta realidade é presente na maioria das sociedades, desenvolvidas ou em desenvolvimento, tornando-se uma questão relevante nas discussões demográficas e para as políticas públicas. O tema mobiliza diferentes atores no desafio que a longevidade humana impõe.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o envelhecimento não está totalmente posto, devido a multiplicidades de fatores que interferem no processo e nas mudanças estruturais no conceito da qua-

idade de vida. Questões relevantes se destacam, como os agravos de saúde de longa duração que acometem os indivíduos idosos que têm na própria idade seu principal fator de risco, agrega-se ainda a ideia da baixa renda, advinda das aposentadorias ou da inexistência delas.

Este estudo tem como objetivo principal compreender as condições de vida da população rural de Montes Claros/MG, e como objetivos específicos analisar a dinâmica do envelhecimento, a predominância de gênero e alguns aspectos da qualidade de vida. A justificativa do estudo é constituída pela pertinência do tema, já que os idosos rurais, em suas trajetórias de vida, podem acumular prejuízos, como trabalho precoce, dupla jornada e muitas outras possibilidades. Essa condição é um grande desafio para os formuladores de políticas públicas voltadas para os grupos etários mais vulneráveis. Parte-se da prerrogativa do fato de os idosos residirem em áreas rurais, fazendo com que suas vulnerabilidades sejam naturalmente acentuadas.

Para compreender a complexidade da questão do idoso como relevante ator social, torna-se necessário buscar meios apropriados de pesquisa e atuação. Busca-se demonstrar que os idosos do espaço rural, continuam contribuindo socialmente e culturalmente com suas famílias e a sociedade. Ademais, tem-se a participação relativa dos idosos da área rural no conjunto total da população brasileira, as transformações sociais e econômicas são ainda de maior relevância.

Metodologia

A metodologia do trabalho está pautada em eixos de investigação. O primeiro, a pesquisa bibliográfica, com foco no tema do envelhecimento da população rural de Montes Claros/MG. O segundo, a pesquisa de campo, com aplicação de questionários para levantamento de informações com os idosos, respeitando-se a medidas de segurança sanitárias devido à pandemia. E um terceiro eixo, estruturado na coleta e processamento de dados para elaboração dos produtos cartográficos.

Em relação ao referencial teórico-metodológico, busca-se aprofundar a discussão nos temas principais com objetivo de elaborar um memorial descritivo. Em termos de envelhecimento da população utiliza-se contribuições de diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a saúde pública e a geografia. Ainda em termos teóricos, adota-se o conceito proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. O mesmo entendimento está presente na Política Nacional do Idoso (instituída pela lei federal 8.842), de 1994, e no Estatuto do Idoso (lei 10.741), de 2003.

A coleta dos dados primários, ocorreu por meio de trabalho de campo com realização de entrevistas. Foram entrevistados 18 idosos, em três setores rurais do município em foco: Abóboras, Planalto Rural e São João da Vereda, no período de janeiro a março de 2021. Para a realização das entrevistas utilizou-se de todos os procedimentos de prevenção do *Corona Virus Disease* (COVID-19), como uso constante de máscaras, luvas, álcool gel e, principalmente o distanciamento de 3 metros de todos os entrevistados. Para aqueles que possuíam dificuldades de audição, contou-se com o apoio do familiar/cuidador. O questionário foi aplicado de forma dialógica, buscando envolver as questões relativas ao cotidiano do idoso. No caso dos octogenários, a entrevista foi realizada por telefone.

As interrogativas são: pontos positivos e negativos da vida rural, origem e trajetória de vida, desejo de sair do rural, acesso à saúde e aposentadoria, e consequências da pandemia. Os indivíduos foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar do estudo.

Para o terceiro eixo, os gráficos foram produzidos a partir de banco de dados sobre a população rural captados no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e processados no programa *Excel*. Na organização dos dados, a variável “População residente (PESSOAS)”, exposta na amostra característica gerais da população, especifica o total da população residente, por sexo, situação e grupos de idade, em que se

destacou a dinâmica etária da população rural de Montes Claros/MG, que foi sistematizada em três faixas etárias de 0 a 24 anos, de 25 a 59 e 60 anos ou mais.

Por fim, para identificação do município e setores de planejamento foi utilizado o *Arcgis* 10.2 (licenciado pelo laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes) utilizando base cartográfica do IBGE gerando o mapa de localização do município de Montes Claros/MG e a base de dados do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDRS) o mapa dos setores de planejamento do CMDRS no município de Montes Claros/MG.

Envelhecimento da população rural

Desde o final do século XX e início do século XXI, o envelhecimento e a longevidade vêm servindo de base para diversas pesquisas. O processo de transição demográfica apresenta-se como uma mudança na estrutura da população, em especial o aumento do número de idosos.

No centro desse processo de mudança, o desafio consiste em repensar o lugar próprio dos velhos e da velhice, as formas de sociabilidades localmente construídas, as redes sociais dentro e fora da família. Como as mudanças afetam a percepção da velhice, a identidade do idoso, sua condição psicológica e social? (GUSMÃO E ALCÂNTARA, 2008, p. 163).

Corroboramos com todos esses questionamentos e estendemos que, em relação ao idoso rural, especificamente aqueles das áreas de um município do Norte de Minas Gerais, possuem características físicas, ambientais e sociais próprias que refletem nesse rural. O envelhecimento populacional embora seja uma das mais importantes mudanças demográficas no mundo e na região, acarreta profundas implicações sobre as políticas públicas, representando um grande desafio para a sociedade contemporânea.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o ser idoso difere entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nos primeiros, são consideradas idosas as pessoas com 65 anos ou mais, enquanto nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil são considerados idosos aqueles com 60 anos ou mais previsto também na Política Nacional do Idoso (PNI).

O Brasil possui, atualmente, mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, 13% da população segundo a Projeção da População divulgada em 2018 pelo (IBGE). Esta instituição de pesquisa, aponta que, do total da população idosa, isto é, aqueles com 60 anos de idade ou mais, 84,3% vivem em áreas urbanas, o que significa dizer que 15,7% encontram-se no espaço rural.

O envelhecimento populacional está se tornando umas das transformações sociais mais significativas, com implicações em todos os setores da sociedade. Seu reflexo principalmente no rural tem exigido uma análise muito específica dessa gama da população que está distribuída em todo território nacional e tem necessidades próprias

A velhice no contexto rural brasileiro é um tema de pouco interesse por parte dos pesquisadores, haja vista a ausência de estudos pontuais sobre o envelhecimento humano nesse espaço sociodemográfico. Assim, a sociedade fica distante de uma realidade bem particular, cujo significado da velhice é uma incógnita frente a um cenário de constantes mudanças. Diante desse desconhecimento, permanece no imaginário social uma visão estereotipada acerca do que é ser velho no campo, prevalecendo concepções estigmatizadas (ALCANTARA, 2016, p. 328).

É preciso entender como essa população se estabeleceu e se mantém nas mais longínquas áreas rurais brasileiras. Nos recantos e rincões da expressiva extensão rural brasileira, o idoso está repleto de vivências, culturas, saberes e dificuldades que ao longo de uma vida, os levaram a permanecer ou retornar para essas áreas. Para Moraes e Gerhardt (2008) o fato de os idosos residirem em áreas rurais, faz com que suas vulnerabilidades sejam naturalmente acentuadas, tanto em países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento, tanto para homens, quanto mulheres. Segundo os autores as principais

características desse grupo social são:

[...] a média de rendimento dos velhos da área rural é consistentemente menor que os urbanos; os das áreas rurais tem maiores problemas de saúde e tendem a ser mais severos que os urbanos; os da área rural consomem maior quantidade de álcool; ao mesmo tempo que os problemas de saúde mental não são facilmente tratados e de fato, os serviços de atenção à saúde são escassos, inacessíveis e mais custosos que em área urbana; o transporte público é mais necessário, mas muito menos disponíveis do que na área urbana, tanto intra como inter regional (MORAIS e GERHARDT, 2008, p. 376).

Em certa medida é possível afirmar que as populações que vivem nas zonas rurais estão envelhecendo à semelhança dos que vivem nas zonas urbanas, porém, os resultados das pesquisas indicam diferenças que vão além dos aspectos quantitativos e dimensionais. Fica evidenciado que o envelhecimento populacional é um processo que vem ocorrendo de maneira gradativa em todas as instâncias estudadas.

Estudos específicos de análise da população idosa rural tendem a se referenciar com a predominância de gênero de fatores diferenciais entre homens e mulheres ao longo da trajetória de vida. Nessa perspectiva, Camarano (2002) destaca que desde a década de 50 do século XX, a realidade vivida no Brasil é da masculinização do envelhecimento no meio rural, pois a migração à procura de trabalho nas cidades e a oferta de empregos nos setores de serviços e de comércio estão absorvendo mais a mão de obra feminina.

Segundo o pesquisador, essa seletividade por sexo e idade na migração ocorre devido à modernização da agricultura (aumento de produtividade e diminuição de empregos), a maneira como as jovens estão socializadas, a divisão do trabalho nos estabelecimentos familiares (mulheres com tarefas rotineiras e pouco valorizadas) e a exclusão das mulheres da herança da terra.

Em outro estudo sobre o tema, Augusto e Ribeiro (2005) desenvolveram uma análise acerca do impacto da aposentadoria no contex-

to rural e afirmam que, no que tange à participação relativa dos idosos da área rural no conjunto total da população brasileira, as transformações sociais e econômicas são ainda de maior relevância. Para estes pesquisadores, em suas trajetórias de vida, a população rural acumulou prejuízos e muitas irregularidades que levam à predominância de gênero.

Augusto e Ribeiro (2005, p. 206) afirmam que “as mulheres se destacam ao longo do período de análise, permitindo, assim, inferir o que diversos autores denominam de feminização na velhice”. A investigação destaca que o Brasil possui uma população feminina cada vez menor entre os jovens rurais e cada vez maior entre as faixas etárias dos idosos.

Ainda, sobre o envelhecimento rural e a seletividade de gênero, foi apontado pelos Froehlich et al. (2011), que o envelhecimento da população é intensificado pelo êxodo seletivo dos jovens. Este fenômeno social marca o período social mais recente. Para estes autores, na região central do rio Grande do Sul “as mulheres jovens são o principal extrato que compõe o êxodo rural, intensificando o processo de masculinização rural”. (FROEHLICH et al. 2011, p. 1676).

O êxodo seletivo, a predominância de gênero e o envelhecimento não são processos isolados. A compreensão da situação contemporânea e suas implicações são fundamentais para que sejam elaboradas ações para as novas dinâmicas demográficas do rural.

Outro ponto importante do envelhecimento da população rural é a questão sucessória na agricultura familiar, Spanevello, et al. (2017) apontam para uma mudança, se anteriormente os filhos tendiam a ficar no meio rural, na condição de agricultores e amparar os pais, hoje uma parcela de agricultores percebe a dificuldade de ter um sucessor, e também tem dúvidas se terão a possibilidade de serem cuidados pelos filhos

Entre as diferentes possibilidades, alguns agricultores familiares sem sucessores aceitam sair da propriedade para residir

no meio urbano. A saída de jovens e não reprodução social das famílias representam mudanças para as dinâmicas produtivas do local, além de implicações para o meio urbano, principal responsável pelo papel de absorção da mão de obra saída do campo (SPANEVERELLO, et al. 2017, p. 368).

Nota-se que a sustentabilidade dos espaços rurais brasileiros se torna um problema, quando se observa uma população cada vez mais envelhecida e vivendo sob a salvaguarda dos benefícios previdenciários e da Assistência Social. Há, também as dificuldades de reposição no mercado de trabalho, baixos níveis educacionais, residências mais precárias, limitações de transporte, problemas crônicos de saúde e distância dos recursos sociais e de saúde, dentre outras.

Tonezer et al. (2017) ressaltam que no Brasil e, mais especificamente nos espaços rurais brasileiros, as vulnerabilidades que afetam a população idosa estão presentes. Entre os aspectos que contribuem para isso destaca-se a modernização da agricultura (ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970), que favoreceu apenas as grandes propriedades. Isso gerou a descapitalização dos pequenos produtores e a exclusão de boa parte da população jovem que busca na cidade novas oportunidades, mantendo-se no rural quase que exclusivamente os idosos.

Em síntese, os diversos estudos sobre o envelhecimento da população rural apontam para uma realidade na qual predomina a seletividade de gênero (ora masculino ora feminino) dependendo das condições históricas da migração, o isolamento social, a problemática da sucessão da posse da terra e a desvalorização do trabalho rural. Em conjunto esses fatos são indicativos da falta de políticas públicas que buscam atender as demandas específicas da população rural.

O espaço e a população rural de Montes Claros/MG

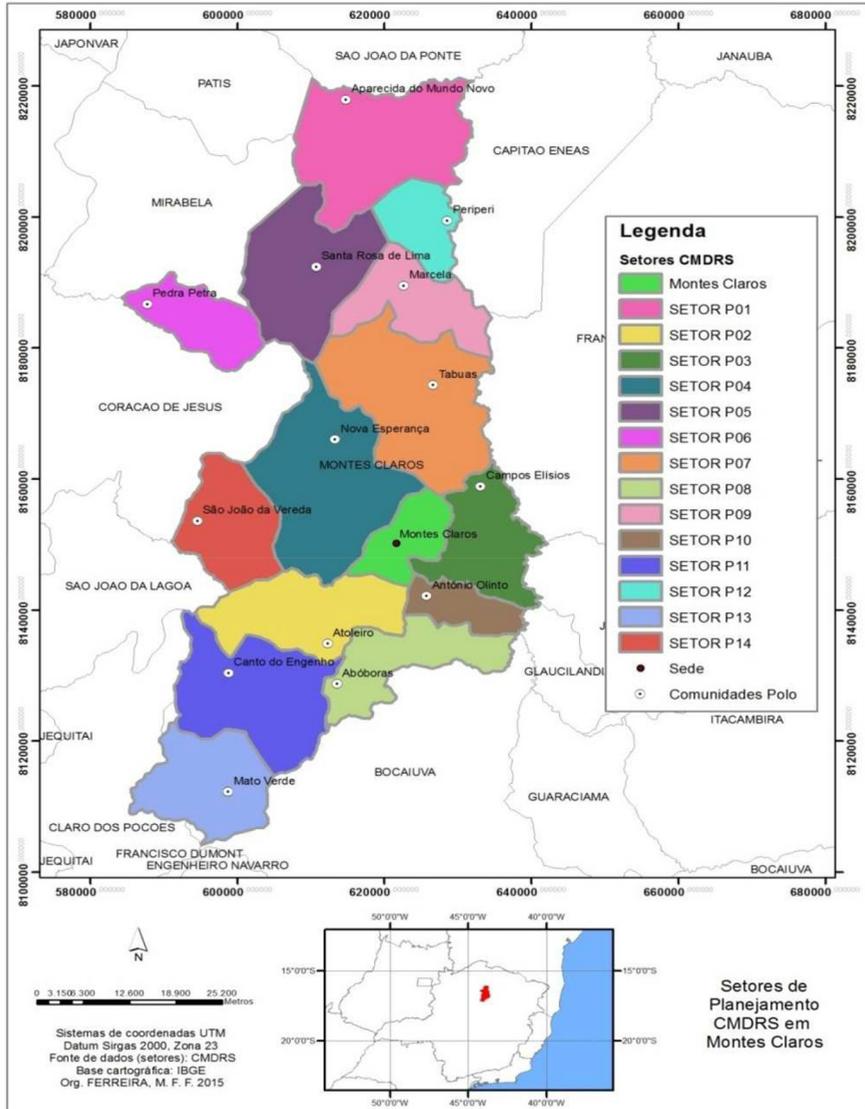
O município de Montes Claros/MG está localizado na mesorregião Norte de Minas Gerais, possui uma extensão territorial de 3.568

km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017). Sua principal sede abarca a cidade considerada polo, com uma população estimada em 2020 de 413.487 pessoas, segundo o IBGE. Essa polarização, reflete uma dualidade na sua área rural, por um lado as feiras e o mercado recebem cada vez mais número maior de pessoas e potenciais compradores. A população rural do município migra para este centro em busca de trabalho e estudo de qualidade. Esses fatores vão refletir em uma população rural de pessoas mais velhas e com pouca escolaridade.

Montes Claros/MG, polariza os demais municípios norte-mi-
neiros. Constitui um centro dispersor de diversos produtos (Oliveira e Rodrigues, 2000) cuja concentração se deve a uma maior capacidade de suporte do seu núcleo urbano, devido à falta quase absoluta de infraestrutura nos demais municípios. Assim sendo, o município é o principal abastecedor do comércio local e o principal centro de compras varejistas da região.

O espaço rural possui uma população estimada em 17.488 habitantes conforme estimativa do IBGE (2010). Existem 168 comunidades rurais distribuídas numa área de 3543,334 km², que foram agrupadas em 14 setores, pelo CMDRS em pesquisa realizada pelo núcleo de pesquisa em Geografia Rural – NEPGer. O polo em que está localizado a cidade de Montes Claros mantém uma certa centralidade o que favorece o deslocamento de toda a comunidade rural para a cidade vide Figura 01.

Figura 1: Mapa dos setores rurais do município de Montes Claros/MG



Org: Os autores, 2015.

Esses polos refletem bem a dinamicidade do município com uma diversidade de comunidades, vide Quadro 01.

Quadro 01: Comunidades Rurais do município por Setor

SETORES/POLOS	COMUNIDADES
01 - Aparecida do Mundo Novo	Aparecida do Mundo Novo, Cana Brava, Córrego do Chapéu, Degredo, Eduardos, Ribeirão do Ouro e São Pedro das Garças.
02 - Atoleiro	Atoleiro, Bico da Pedra, Brejinho - Tengo, Cruzeiro do Sul, Gameleira, Gameleira II, Mato Seco/Serra Verde, Palmito, Pederneiras, Pradinho, Riacho do Meio, Salto, Santa Bárbara I e Santa Bárbara II.
03 - Campos Elizios	Barrocozinho, Campos Elizios, Cruzinha, Jardim/Facela, Laranjão, Mamonas, Ponta do Morro, Riacho do Fogo, Rio Verde, Santa Rita, Canasi e Valentina.
04 - Nova Esperança	Boa Esperança, Buriti Campo Santo, Cabeceiras, Portal do Paraíso, Cabeceiras de Baixo, Camarinhas, Lagoa do Barro, Olhos d'Água, Nova Boqueirão, Nova Esperança e Rebentão dos Ferros.
05 - Santa Rosa de Lima	Brejão/Currulinho e Caraibas, Camela, Campos, Capivara, Crispim, Manganagem, Olhos d'Água, Matos, Olaria, Panorâmica II, Pau d'óleo, Santa Rosa de Lima, Santo Inácio, São José, Vaca Morta e Vista Alegre
06 - Pedra Preta	Barrancos/Vargem de Baixo, Buriti Seco, Caiçarinha, Ermidinha, Morro Grande, Pedra Preta, Planalto de Ermidinha, Ponte Grossa, Riachão e Santa Cruz.
07 - Tabuas	Assentamento de Mucambo, Cachoeira de Miralta, Canoas, Estreito de Miralta, Grama, Monte Alto, Miralta, Morrinhos, Mucambo Firme, Poço Novo, Samambaia, Tabuas, Vila Nova/Bernardo Fulo/Quilombo/Travessão, Assentamento Estrela do Norte.
08 - Abóboras, Planalto Rural	Abóboras, Alto da Serra, Barroco, Espigão de Cima/Baixo, Gameleira do Pacuí, Jardim Europa (I e II), Lagoinha, Monte Sião, Mucambinho, Olhos d'água de Pentáurea, Pacuí, Pinheiros, Planalto Rural, Quintas da Serra, Santa Maria, Santa Rita, "Planalto Rural Morro do Fogo" e Serra Velha.
09 - Marcela	André Quissé, Barreiras, Esguicho, Furadinho, Lavaginha, Lages de Miralta/Capoeirão, Mangarito, Marcela I, Marcela II, Pipoca, Rio da Serra, Santo André, Santo Ilário e Tiririca.
10 - Antonio Olinto	Antonio Olinto, Borá, Brejinho, Mandacaru, Milivre, Mimoso, Riachinho, Rio do Sítio Taquaril e Varginha da Onça.
11 - Canto do Engenho	Alto Sirriema, Canto do Engenho, Extrema /Cedro/ Três Irmãos, Lagoa dos Freitas, Morro Vermelho, Planalto de Engenho, Olhos d'água, Riacho Fundo e Tamboril.
12 - Peri-Peri	Barra, Bengo, Brejo Novo, Cachoeira do Bananal, Peri-Peri e Toledo.
13 - Mato Verde	Boqueirão do Bonito, Capão Dantas, Claraval, Córrego da Tapera e Mato Verde.
14 - São João da Vereda	Calhau, Estiva, Palmeiras, São João da Vereda, Vargem do Retiro e Usifer, Buriti.

Fonte: CMDRS - Montes ClarosMG/pesquisa NEPGeR
Org: NEPGeR/CMDRS - (2014)

Esses setores e polos rurais são formados pelas comunidades que, historicamente tiveram suas formações, configuradas por agrupamentos familiares nas vizinhanças das fazendas, em relação às quais eram agregados os sítiantes, constituindo unidades sociais discretas e fluidicas. Assim, foram se agrupando e se reagrupando obedecendo a

critérios de parentesco ou geográficos, com o objetivo costumeiro das rezas, das festas e para a feira

Para Fonseca (2012) essa formação permitiu que as famílias sempre mantivessem uma base de organização cotidiana pautada na família e a agricultura não fugia a essa regra. Na discussão atual em torno do conceito de agricultura familiar, em nível de governo, universidades e movimentos sociais, devem levar em conta essa organização, a qual é anterior ao conceito abordado atualmente.

A população idosa rural de Montes Claros/MG

Verificou-se um conjunto de pesquisas acerca do envelhecimento populacional em Montes Claros/MG, todas pautadas na análise da população urbana. Araújo et al. (2011) afirmam que a distribuição etária da população entre 1980 a 2000, mostra que o município está em processo de envelhecimento populacional. Os autores destacam que existe uma predominância de mulheres em relação a homens no processo de envelhecimento populacional.

Analisando as condições de vida Oliveira-Campos et al. (2011) também verificaram que há aumento da proporção de idosos. Segundo a pesquisa o perfil de mortalidade por razão de sexos evidencia que os homens morrem mais caracterizando uma feminização do envelhecimento, afirmando que “a maior esperança de vida faz com que muitas mulheres idosas passem pela experiência de debilitação biológica devido a doenças crônicas, enquanto os homens morrem antes”. (OLIVEIRA-CAMPOS et al. 2011, p. 1308).

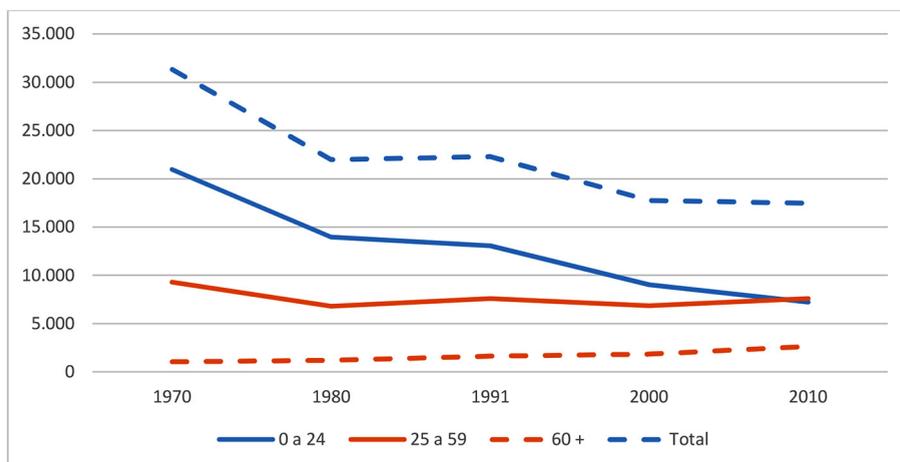
Corroborando com essa perspectiva as pesquisas de Cerqueira (2013) ressaltaram que o município de Montes Claros/MG está em processo de envelhecimento populacional, seguindo o padrão do estado e do país. A autora verificou que o grupo de população residente com 60 anos ou mais, em relação ao total populacional, passou de 4,1% em 1980, para 6,6% em 2000 e 9,1% em 2010.

O aumento da Razão de Dependência de Idosos e o Índice de Envelhecimento apresentam o aumento relativo dos indivíduos com idade superior a 60 anos. De 7,7% em 1980, esta razão subiu para 13,5% em 2010; o Índice de Envelhecimento passou de 10,3% em 1980 para 38,9% em 2010. Especificamente, o Índice de Envelhecimento revela que, em 2010, para cada 100 crianças/jovens de 0 a 14 anos contavam 39 idosos (CERQUEIRA, 2013, p. 32).

As pesquisas deixam claro que o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária. Em Montes Claros/MG, assim como o Brasil, houve mudanças na composição demográfica do município com o decréscimo da população de 0 a 14 anos e aumento dos outros estratos populacionais. Essas mudanças ocorreram devido ao declínio da fecundidade e ao ganho de longevidade, evidenciando o processo de envelhecimento e também de feminização.

Especificamente sobre a população rural, em termos de dinâmica demográfica apresenta-se, a seguir, o gráfico 1, referente aos dados da população rural total de Montes Claros/MG, no período de 1970 a 2010.

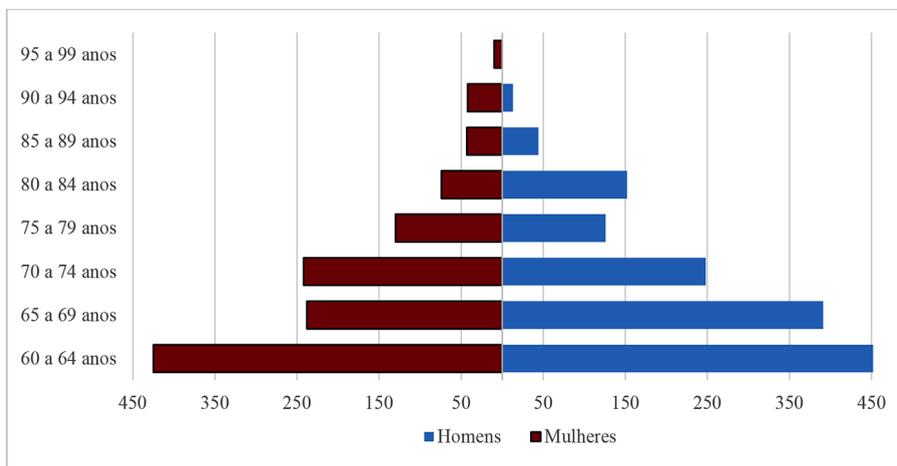
Gráfico 1: População rural de Montes Claros/MG de 1970 a 2010



Fonte: IBGE/SIDRA, 2021
Org.: Pesquisadores.

A população total rural diminuiu em torno de 45% no período analisado, e dentre as categorias etárias, a que apresentou maior decréscimo foi a de 0 a 24 anos, que corresponde a juventude. A população acima de 60 anos aumentou de 1.068 em 1970 para 2.651 em 2010, com crescimento médio de 148%. Esse fato corrobora com a tendência nacional e mundial de aumento da população envelhecida, decorrente de fatores como mudança na taxa de natalidade, melhoria da qualidade de vida e mobilidade populacional. A seguir, apresenta-se a análise da estrutura etária e de gênero da população idosa rural de Montes Claros/MG, gráfico 2.

Gráfico 2: População idosa rural por gênero/idade em 2010



Fonte: IBGE/SIDRA, 2021
Org.: Pesquisadores.

De um total de 2.651 indivíduos, 56% são homens e 44% são mulheres. A distribuição total por sexo dos idosos rurais em Montes Claros/MG apresentou leve distorção, para a masculinização. Entretanto, no caso em análise nota-se que a assimetria é mínima entre as faixas de 60 a 89 anos, já acima de 90 anos, o predomínio é de mulheres. Assim, a distribuição entre sexo é heterogênea segundo a faixa etária analisada.

A não homogeneidade se deve a diversos fatores, um deles é o fato de o rural não abrigar apenas a população originalmente rural, com novos fatores de atração. Outro ponto pode ser verificado na fala de uma das entrevistadas, idosa de 60 anos, que quando questionada sobre o motivo da mulher viver mais que o homem aponta a seguinte questão: “a mulher vive mais porque toma muito remédio natural, pra problema figado carqueja, probleminha do útero picão, e assim vai”. Na visão de outra entrevistada, “para homem fica o serviço mais pesado e o sol queima muito”.

Por exemplo, um dos fatores que pode influenciar no maior número de mulheres idosas mais velhas no campo, foi a migração masculina, rural-urbana, ocorrida na fase produtiva da vida, ou seja, nos adultos jovens, estando as razões para tal movimento enraizadas em dinâmicas socioeconômicas e culturais. Assim, a predominância masculina ou feminina, por grupo etário, depende da constituição histórica de cada região.

Em termos de qualidade de vida foi questionado aos entrevistados acerca dos pontos positivos e negativos da vida rural e os seguintes apontamentos foram identificados no quadro 2.

Quadro 2: Opinião dos idosos sobre a vida rural

Idoso	Pontos positivos	Pontos negativos
Entrevistada A (71anos)	“Sossegada demais, me sinto encaminhado. Faço tudo do dia a dia”	“mas às vezes a saúde não deixa. Eles vão pegar o exame e mostrar para o médico, porque não tô saindo para a cidade”.
Entrevistado B (62 anos)	“Viver aqui traz liberdade, se pode fazer uma caminhada, dormir sossegado, eu vivi a vida toda no rural e nem sei como é viver na cidade”.	“Avida na roça é mais gostosa porque você morre de trabalhar”
Entrevistada C (73 anos)	“Apesar das dificuldades a saúde é bem assistida e os profissionais do posto são da própria região, isso faz toda diferença”	“Tem hora que a saúde falha muito, falta remédio pra gente. Antes a gente trabalhava o dia todo, mas hoje só vai até a tarde”
Entrevistado D (82 anos)	“Eu adoro morar na roça porque posso aguar as plantas e ficar fazendo minhas coisas”	“Às vezes é complicado porque não conseguimos mais fazer as coisas”.

Org.: Pesquisadores (2020).

As entrevistas realizadas indicam que no espaço rural de Montes Claros/MG, especificamente a população idosa, vivencia um certo grau de plenitude e qualidade de vida, apesar da pandemia e das restrições da saúde. Há o consenso de que a idade dificulta a execução das atividades do dia a dia, mas a maioria declara o bem viver e a tranquilidade da vida no interior.

Todos os entrevistados declaram receber algum tipo de auxílio como a aposentadoria. A aposentadoria aparece como um complemento da renda rural, como o acesso ao direito adquirido durante a vida, não como fator preponderante para eles estarem estabelecidos no rural.

O entrevistado E (60 anos) destaca que “o ano de 2020 foi considerado um ano bom de chuva para o Norte de Minas, a roça produziu muito, mas devido à pandemia muitos dos seus produtos perderam na roça”. É notório as dificuldades que a região norte-mineira vivencia devido à restrição hídrica, que é um aspecto histórico e natural, que foi reforçado com uma sequência recente de anos de médias pluviométricas baixas, com exceção do ano de 2020, ou seja, houve produtividade, mas muitos produtores perderam comercialização devido à logística de transporte, restringida pela pandemia.

Os idosos rurais entrevistados, afirmam ter acesso a um serviço de saúde organizado, relataram em sua maioria, serem atendidos pelo programa Saúde da Família. O fato dos funcionários e dos agentes de saúde serem da comunidade, facilita o atendimento na residência rural, algumas críticas que surgiram, foram direcionadas à aquisição de remédios e a questão do isolamento. A presença de profissionais especializados da própria localidade aumenta a qualidade do serviço, já que além de conhecer os caminhos e as paisagens, deslocando com maior facilidade, o fato de serem conhecidos propicia segurança ao idoso.

Em relação à pandemia, a entrevistada F (84 anos) destacou que “na pandemia, estou me sentido presa, nem os filhos pode visitar. Não pode mais abraçar e nem cumprimentar”. A familiaridade é fator

importante na qualidade de vida da pessoa idosa, a restrição a convivência é um aspecto a ser superado.

As diligências da pesquisa, indicaram que a população idosa cresceu e a distribuição total por sexo dos idosos rurais apresentou distorções. Para categoria masculino, predomínio nas faixas etárias de 60 a 89 anos. Já camadas mais sêniores, acima de 90 anos, o predomínio é de mulheres. Todos os entrevistados declaram receber algum tipo de auxílio como a aposentadoria. A feminização da velhice tem implicações em termos de políticas públicas, pois uma grande parte das mulheres é viúva, vive só, sem experiência de trabalho no mercado formal e é menos educada. Nem sempre a maior longevidade feminina é vista como vantagem.

O conjunto das técnicas de investigação, indicam que a população rural analisada, vivencia um certo grau de plenitude e qualidade de vida, apesar da pandemia, e das restrições gerais. Mesmo com as dificuldades da “roça”, nenhum dos entrevistados declararam interesse em viver na cidade.

Considerações finais

Este estudo, teve como objetivo principal compreender as condições de vida da população idosa rural de Montes Claros/MG, enfatizando a dinâmica dessa população em termos quantitativos e qualitativos. Partiu-se do princípio de que a população idosa, passa por um processo de aumento da expectativa de vida, sem acesso à qualidade de vida.

Verificou-se que os idosos do espaço rural de Montes Claros/MG, possuem um sentimento de relativa tranquilidade e bem-estar. Essa situação pode ser consequência do fato, de que, após o movimento de êxodo rural vivenciado a partir de 1960, a população que permaneceu é majoritariamente proprietária da terra. Como proprietários de terra e com o avanço dos programas de saúde rural, os idosos puderam usufruir de uma certa qualidade de vida. Apesar das decla-

rações pessoais, considera-se que esta parcela populacional possui benefícios e desafios, típicos da velhice rural brasileira, destacando-se a necessidade de ampliação de estudos nessa área.

Os resultados da pesquisa apontam para a consolidação do processo de predomínio de gênero em determinadas faixas etárias, como a presença quase majoritária das mulheres octogenárias e nonagenárias. Deve-se atentar para o equilíbrio demográfico do tecido social nos espaços rurais da região, pois tal fato condiciona de forma significativa as possibilidades e estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Agradecimento

Agradeço a Universidade estadual de Montes Claros – UNIMONTES, ao Fundo de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Referências

ALCÂNTARA, Adriana. Envelhecer no contexto rural: vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. CAMARANO, Ana Amélia. GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Ipea, 2016. 615 p. p:324-342. Disponível em: nov. <https://sjcdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201807/13161843-envelhecer-no-contexto-rural-a-vida-depois-do-aposento.pdf> - Acesso:10 nov. 2021.

ARAÚJO, Diego Dias de. AZEVEDO, Raquel Souza. CHIANCA, Tânia Couto Machado. Perfil demográfico da população idosa de Montes Claros, Minas Gerais e Brasil. In: **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**. Belo Horizonte. 2011 out/dez; 1(4). 462-469. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewFile/151/236>. Acesso: 03 fev. 2021.

AUGUSTO, H. dos A. & RIBEIRO, E. M. O envelhecimento e as

aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. In: **Organ. Ruraisagroind.**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005. Disponível em : file:///C:/Users/Cliente/Downloads/200-Texto%20do%20artigo-217-1-10-20110418.pdf. Acesso: 15 dez. 2021.

CAMARANO AA. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2002. 212p.

CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues. Envelhecimento populacional e perfil de morbimortalidade de idosos residentes no município de Montes Claros/MG. In.: **Revista Unimontes Científica**, volume 15, número 1, janeiro, 2013. P 28-40. Disponível: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2082/2170> Acesso: 17dez. 2021.

FONSECA, Ana Ivania Alves. **Agricultura familiar como sustentabilidade**: estudo de caso do planalto rural de Montes Claros/ Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. 2012. 182p.

FROEHLICH, Jose Marcos. RAUBER, Cassiane da Costa. CARPES, Ricardo Howes. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural da região central do Rio Grande do Sul. In: **Ciência Rural**, volume 41, número 9, 2011, p.1674-1680. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/64f9z5y97GrPQgGtsqZ56Rm/?format=html>. Acesso: 24 out. 2021.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários. In: **Revista Ruris**, Campinas, volume 2, número 1, março de 2008, p.154-180. Disponível: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/666>. Acesso:10 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. 2020.

MORAIS, E. P. GERHARD, Rodrigues T.E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população no interior Gaúcho. In: **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2008, Abr-Jun; 17(2): 374-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/>

v17n2/21.pdf. Acesso: 10 nov. 2021.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação econômica e social do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. 145 p.

OLIVEIRA-CAMPOS, Maryane. CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues. NETO, JOÃO Felício Rodrigues. Dinâmica populacional e o perfil de mortalidade no município de Montes Claros. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(Supl. 1), 1303-1310, 2011. p. 1303-1310. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TmVpsZLFYCqdXgFSbqvnZVK/abstract/?lang=pt>. Acesso: 04 dez. 2021.

SPANEVERELLO, Rosane Marisa Alessandra. MATTE, Tanice Andreatta. LAGO Adriano. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. In: **Desenvolvimento em Questão**, volume 15, número 40, jul./set, 2017, p.348-360. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5903>. Acesso: 04 nov. 2021.

TONEZER, Cristiane. TRZCINSKI, Clarete. MAGRO, MÁRCIA Luíza Pit Dal. As Vulnerabilidades da Velhice Rural Um Estudo de Casos Múltiplos no Rio Grande do Sul. In: **Desenvolvimento em Questão**, volume 15, número 40, jul./set, 2017, p.222-278. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5743>. Acesso: 07 nov. 2021.

IMPACTOS AMBIENTAIS DA OCUPAÇÃO NA PAISAGEM DO PROJETO LAGOA GRANDE NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

Alcimere Soares da Silva*

Ana Ivania Alves Fonseca**

Luciana Cardoso Nogueira Londe***

Resumo: O estudo da paisagem viabiliza a identificação das diferentes dinâmicas no espaço geográfico. A cidade de Janaúba, na região norte mineira, é uma cidade que se destaca pela concentração do perímetro de irrigação implantado na comunidade Lagoa Grande, podendo ser considerado como marco para a transformação da paisagem rural no ambiente da área em estudo. A presente pesquisa teve como objetivo identificar os impactos ambientais na paisagem de Janaúba-MG, ocasionados pelo surgimento de empreendimento agrícola, tendo como foco o Projeto de Irrigação Lagoa Grande-PLG. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica para embasamento teórico e a pesquisa secundária realizada em sites institucionais. Com a aprovação do Conselho de Ética, número CAAE:64487917.0.0000.5146, foi realizado o levantamento de dados na Associação dos Irrigantes da Margem es-

* Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. E-mail: alcimere@hotmail.com

** Professora da Unimontes e Coordenadora do NEPGer/Unimontes. E-mail: anivaniam@gmail.com

*** Pesquisadora Biotecnologia (Genética e Bioquímica) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. E-mail: luciananogueiralonde@gmail.com

querda do Rio Gorutuba - ASSIEG, que disponibilizou relatórios sobre os dados do projeto de irrigação e respondeu à entrevista. O trabalho de campo foi executado por meio de visita aos moradores da comunidade, o que resultou na construção do contexto histórico ambiental da paisagem, e por coleta da água para detectar a qualidade da água mediante das análises do teor físico-químico e microbiológico. Constatou-se que a paisagem rural é operada como uma condicionante do processo que envolve as relações econômicas, sociais, culturais e ambientais, nas quais prevalece a valorização do capital.

Palavras-chave: Lagoa Grande. Paisagem. Análise físico-química. Agricultura.

Introdução

Território, região, lugar e paisagem são os componentes investigativos conceituais os quais possibilitam ao geógrafo observar e compreender o espaço geográfico. Um dos conceitos mais eminentes nesse espaço é o de paisagem, que representa aspectos mais explícitos e necessários para a compreensão do meio no qual convivemos.

O estudo da paisagem predispõe aferir as diferentes dinâmicas concernentes ao funcionamento das sociedades, e evidencia ou subtrai informações relativas às características econômicas, políticas e culturais, que estruturam o processo de formação e organização do espaço. O estudo da paisagem, inicialmente, era muito focado na descrição das formas físicas, e foram incorporando progressivamente os dados das transformações humanas no ambiente (SALGUEIRO, 2001).

A noção de paisagem esteve sempre presente na memória do ser humano, e são diversas as manifestações das transformações econômicas e sociais na paisagem, tanto no meio rural quanto no

urbano. A paisagem, em particular no espaço rural, evidencia a influência das ações antrópicas, indicando que ela passou por sérias modificações as quais atribuíram situações críticas com relação às questões ambientais.

Dentre as questões ambientais, é possível destacar a mudança do meio rural, em particular nas localidades que receberam o empreendimento agrícola. Tais locais perderam a sua naturalidade e impactaram diretamente nas matas, nos recursos hídricos e nos solos.

Ao falarmos de empreendimentos agrícolas, é pertinente ressaltar o setor de irrigação do norte de Minas Gerais em particular o da cidade de Janaúba, que é oriundo do Rio Gortuba, e a cidade se localiza na margem esquerda do rio. A cidade de Janaúba está na Mesorregião do Norte de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. Sua população estimada em 2019 era de 71.648 habitantes. A cidade possui área de 2.181,319 km² e índice de desenvolvimento humano municipal de 0,696 (IBGE, 2019). As principais atividades econômicas são: agricultura, pecuária, comércio e prestação de serviços.

O curso d'água é um divisor natural entre duas cidades, a de Janaúba e Nova Porteirinha, cujos perímetros urbanos se confluem, o que contribui para uma junção direta entre as cidades com relação à saúde, à educação, aos correios, a alguns serviços bancários e aos comércios.

A sub-bacia faz parte da Bacia do Rio Verde Grande, afluente da margem direita do Rio São Francisco, possui área de drenagem de aproximadamente 1.660 km² (NUNES *et al.*, 2005) e penetra em área de relevo aplainado da Depressão Sanfranciscana.

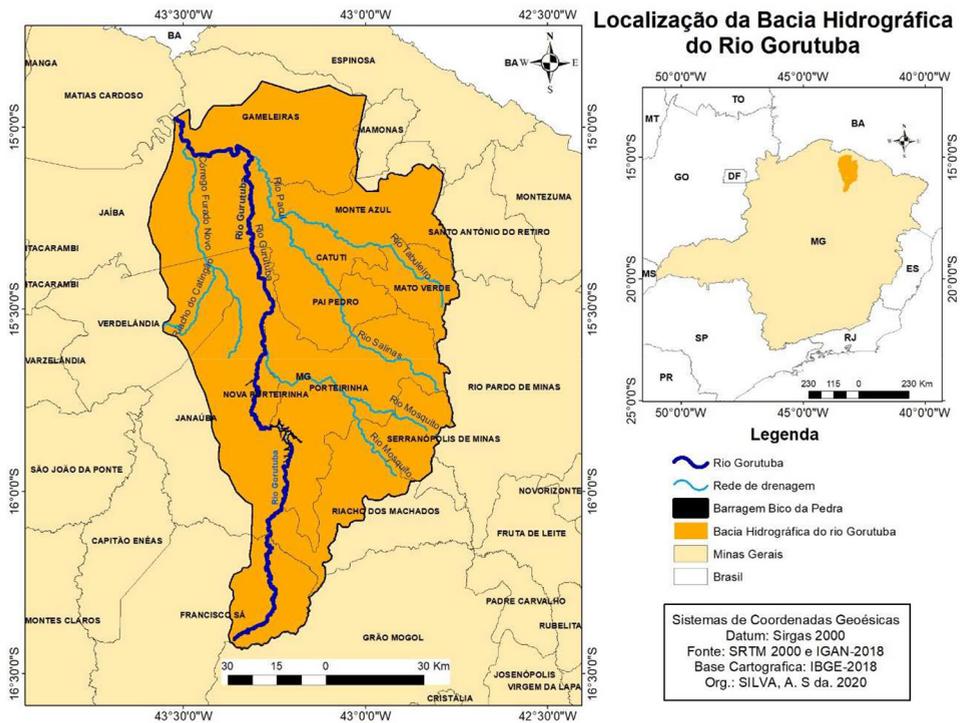
Suas áreas de maior importância para recarga estão na Serra do Espinhaço⁷³. Em seu percurso, banha os municípios de Francisco Sá, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Janaúba, Nova

⁷³ A serra do Espinhaço é uma cadeia de serras localizada no Planalto Atlântico, se estende aos estados de Minas Gerais e Bahia, em terrenos Proterozoico com jazidas de ferro, manganês bauxita e ouro. Fonte: Instituto de observação da Terra. Disponível em: <http://inot.org.br/conhecendo-a-serra-do-espinhaco/>. Acesso em 21 de abril de 2021.

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

Porteirinha, Porteirinha, Pai Pedro, Catuti, Monte Azul, Mato Verde, Gameleiras, Verdelândia e Jaíba (Figura 01). Dentre essas, Janaúba é a cidade mais populosa. É uma importante indutora para o crescimento da região, devido à sua influência econômica dentro da região Norte mineira.

Figura 1- Localização da bacia do Rio Gorutuba



Fonte: SILVA, 2020

Apesar do predomínio da vegetação Caatinga no rio do Gorutuba, a cidade de Janaúba está em área de transição entre a mancha de Cerrado e Caatinga. É um local de regime hídrico irregular e com períodos de estiagem prolongados.

Com o objetivo de buscar alternativas para as áreas semiáridas do território brasileiro, por meio das políticas públicas e privadas, o rio

Gorutuba, no ano de 1979, foi represado para a construção da Barragem Bico da Pedra, e foram construídos os projetos de irrigação: Gorutuba, que pertence a Nova Porteirinha, e o Lagoa Grande, a Janaúba. A reorganização do meio é resultante de intensas mudanças e transformações através da história e do tempo, e, conforme interesses políticos e econômicos, a paisagem é explorada e povoada.

Mediante a tais situações, o presente artigo objetiva identificar os impactos ambientais na paisagem de Janaúba-MG, ocasionados pelo surgimento do empreendimento agrícola, tendo como foco o Projeto de Irrigação Lagoa Grande-PLG.

Metodologia

A pesquisa tem como metodologia a revisão bibliográfica para embasamento teórico; a pesquisa documental: leis e decretos concernentes às questões ambientais; o trabalho de campo; a análise físico-química da água e o mapeamento da área em estudo com a escala multitemporal, abarcando os anos 1984, 2000 e 2019, por meio de imagens obtidas via satélite.

Foram realizadas pesquisas em sites institucionais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Agência Nacional de Água - ANA, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba - DIG, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, entre outros. E análise de relatórios disponibilizados pela ASSIEG.

As visitas *in loco* ao Projeto aconteceram a partir de julho de 2019. Essa etapa teve caráter de coleta de dados primários e de natureza qualitativa, pois se trata de uma pesquisa descritiva, e a intenção da amostragem é gerar informações densas e esclarecedoras por meio da descrição.

Os dados da pesquisa são comparados com as imagens via sa-

télite multitemporal e a análise do processo trófico da água que abastece a região. Tais análises permitiram realizar uma comparação dos elementos que existiam, com o que existe na paisagem do PLG.

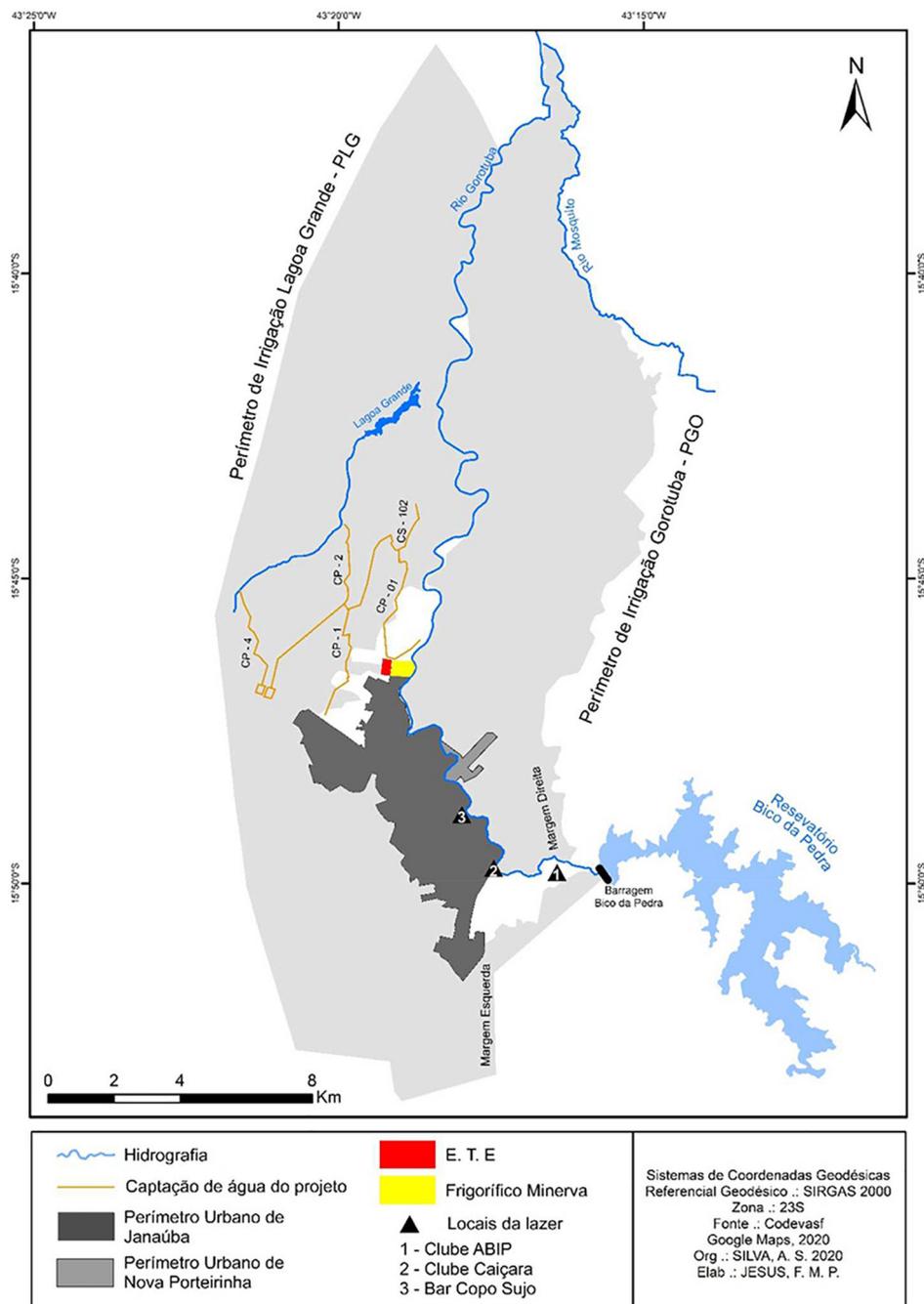
Resultados e Discussões

A exploração e ocupação indiscriminadas nas margens do rio alteram a dinâmica da natureza que, conseqüentemente, ocasionam os problemas ambientais, em decorrência da retirada da cobertura vegetal para dar lugar aos comércios, prédios, residências e atividades agropecuárias, que geram como conseqüências a perda do habitat de seres vivos, eutrofização da água e o empobrecimento dos solos. São situações que se destacam no urbano e no rural e em suas respectivas paisagens.

A partir da modernização da produção industrial e agropecuária, fruto da técnica, da ciência e do capital, a paisagem do rio Gorutuba, foi submetida à ocupação e à produção econômica. Esses fatores aprofundaram as transformações, e o que vale é o resultado alcançado, ou seja, a renda e a produtividade. Após liberada a água da represa Barragem Bico da Pedra, onde a liberação segue as cotas da alocação de água anuais estipuladas pela Agencia Nacional da águas - ANA⁷⁴ no Rio Gorutuba, a água segue o seu curso até chegar à estação de bombeamento do PLG, porém percorre diversos locais acometidos por ações antrópicas (Figura 02).

⁷⁴ Leia mais em Boletim de acompanhamento da alocação de água 2018/2019 - reservatório bico da pedra. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sre/alocacao-de-agua/boletim-acompanhamento-alocacao-agua-bico-da-pedra-2018-2019-agosto-2018.pdf>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

Figura 2 – Percurso do uso e ocupação das águas no rio Gorotuba



Fonte: Organização, SILVA e elaborado por JESUS, F.M.P., 2020

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

O rio percorre o clube denominado ABIP, que é uma Associação Cultural, Desportiva e Social, local privado que recebe banhistas associados. Perpassa por outra propriedade privada, o Clube do Caiçara, e na área externa do clube que tem uma praia que recebe o mesmo nome do clube; o local é liberado para a população que não é associada aos clubes. Posteriormente passa por outra área denominada Copo sujo, cujo local recebe muitos banhistas por conta dos bares e de toda a estrutura acessível à população. Tais localidades recebem visitantes, lavadeiras de roupas e meios de transportes para limpeza. Posteriormente percorre a região urbanizada da cidade de Janaúba e Nova Porteirinha, onde existem pessoas que moram às margens do rio (Figura 03), em áreas de preservação permanente e que retiraram a vegetação nativa das margens do rio.

Figura 3 – Rio Gorutuba no Bairro novo Paraíso. Seta indicando a direção do curso da água



Fonte: SILVA, 2020

O frigorífico Minerva⁷⁵, destinado à carne bovina, existente na cidade de Janaúba, também se beneficia da água do rio, pois eles captam a água diretamente do rio que passa pela estação de tratamento de água particular, deposita em uma caixa reserva que, posteriormente, é utilizada na linha de abate e limpeza de utensílios.

Antes que a água chegue a um dos seus destinos que é determinado pela alocação, a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE – despeja o esgoto recém tratado no rio, sendo esse um dos motivos de argumentos pela queda da qualidade da água existente. Assim, seguindo os seus meandros, após percorrer aproximadamente 16 km, a água do rio Gorutuba chega até a estação de bombeamento (Figuras 04a e 04b), onde é bombeada e lançada nos canais. Entretanto, o rio segue o seu curso e, em algumas partes, começa a perder forças e tende a se tornar intermitente. São fatores que evidenciam a privatização da água, deixando acessível somente à população rural que paga pela água do canal.

O PLG é um projeto planejado pela CODEVASF e privatizado. Em 1994, para aprimorar o sistema de bombeamento do projeto, a CODEVASF construiu um barramento no próprio leito do Rio Gorutuba.

⁷⁵ O frigorífico Minerva Foods é uma empresa de alimentos que atua na comercialização de carne *in natura*, couros, derivados, exportação de gado vivo e processamento de carnes. É a segunda maior empresa de carne bovina do Brasil e comercializa os seus produtos para mais de 100 países.

Figuras 4a e 4b- Estação de bombeamento do projeto de Irrigação Lagoa Grande



Fonte: Imagens cedidas pela ASSIEG, 2020

A captação de água para o perímetro é feita por uma estação com cinco bombas com potência de 200CV e vazão de 600 L/s cada. A operação e a manutenção de infraestrutura de uso são feitas oficialmente desde 1993 pela Associação de Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba - ASSIEG (ASSIEG, 2020). O cultivo da banana Prata a principal atividade agrícola realizada na paisagem.

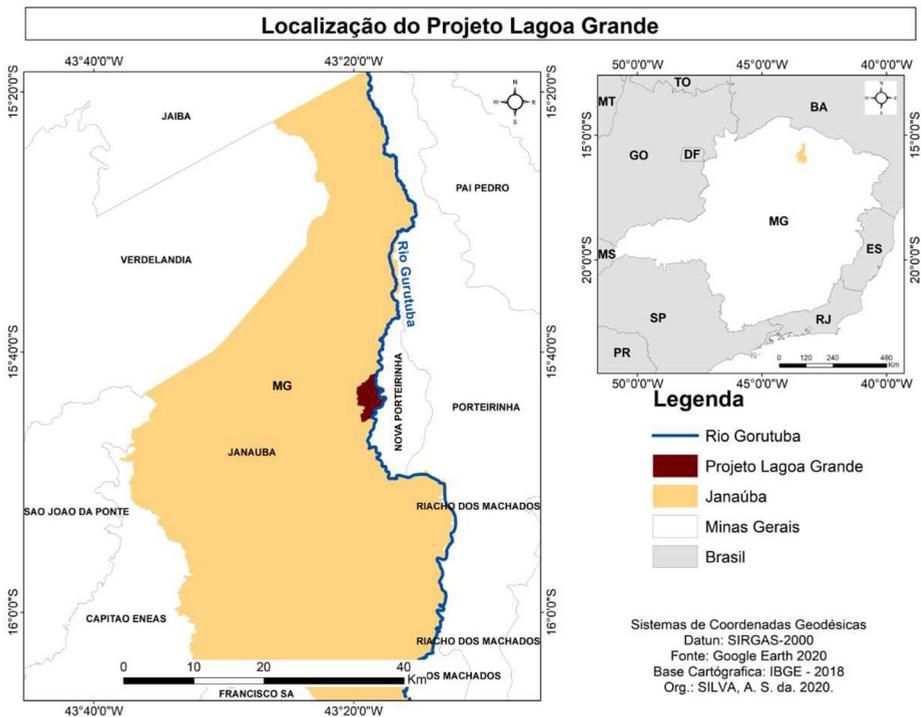
Figuras 5a e 5b - Estrutura do projeto de Irrigação Lagoa Grande



Fonte: Imagens cedidas pela ASSIEG, 2020.

A margem esquerda, no município de Janaúba, teve suas obras previstas para atender uma área de 2.000 ha, a partir de um sistema de bombeamento direto do rio Gorutuba. O projeto de construção de canais para a irrigação objetivava transformar terras semiáridas em cultiváveis (Figura 06).

Figura 6 - Localização do Projeto de Irrigação Lagoa Grande na cidade de Janaúba-MG



Fonte: SILVA, 2020

Atualmente, 43 empresários exploram a área de 1.388,03 hectares com fruticultura como banana, coco, caju, manga e mamão. Todavia, destaca-se a cultura da banana prata que é direcionada aos mercados de Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e outros. A produção é de aproximadamente 19.014,43 mil toneladas/ano de banana, com uma geração aproximada de 3.230 empregos diretos e indiretos (ASSIEG, 2019).

O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural

Assim, após a água percorrer os canais e ser utilizada para a irrigação, as águas que ficam no final dos canais são lançadas em uma Lagoa natural. Com isso, o projeto de irrigação, a comunidade existente nesta área rural de Janaúba e a Lagoa natural recebem o mesmo nome, que é Lagoa Grande.

A lagoa é um reservatório natural, perene por influência das águas que são lançadas pelo projeto de irrigação (Figura 07a) e com recarga natural nos períodos chuvosos. Ela apresenta resquícios de biodiversidade da fauna e flora (Figura 07b), beneficia a população local com a pesca, a irrigação e a dessedentação animal, e é constituída de extrema beleza.

Figuras 7. A – Água dos diques do projeto de irrigação lançadas na Lagoa Grande.

7. B – Margem da Lagoa Grande, ao fundo resquícios da mata ciliar



Fonte: SILVA, 2019

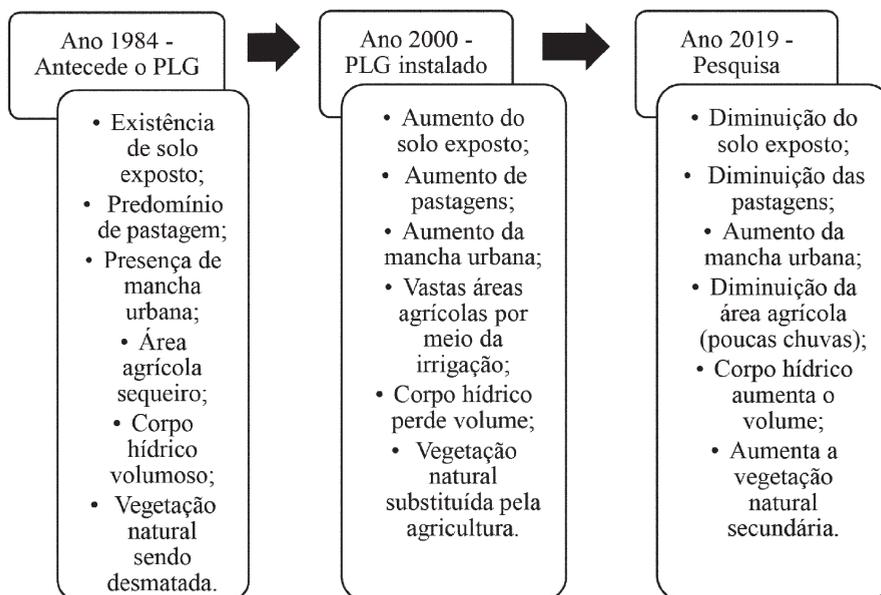
A reposição das águas na lagoa é por meio do deflúvio, recebe água das chuvas, que, em condições normais, escoam e também infiltram no solo permeável, abastece a lagoa e o lençol freático. Entretanto, o uso excessivo do solo pelas atividades agrícolas impacta e compacta os solos que proporcionam o escoamento artificial em larga escala e

tende a levar materiais que são aplicados na lavoura, geralmente à base de nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K). Além das águas pluviais, a lagoa recebe as águas que sobram dos diques de irrigação (Figura 07a). As águas que não são utilizadas para a irrigação, são despejadas na Lagoa Grande ou em áreas de baixas que são locais de recarga da lagoa. O principal risco ambiental que a paisagem dos ambientes lânticos sofrem é a eutrofização, causada pelo carreamento de solo junto à água numa erosão laminar que tende a estar ricos em nitrogênio e fósforo.

Após o represamento do rio, a paisagem da região norte mineira foi tomando formas diferenciadas para as grandes fazendas e empreendimentos agroindustriais, potencializando a concentração de terras e diminuindo a proporção de pequenos produtores. Tal processo de aprimoramento na infraestrutura, proporcionou avanços sertão adentro, expulsando, assim, famílias negras que ali se encontravam e que mais tarde se tornaram empregados dos fazendeiros (AFONSO, 2013). A paisagem até então ocupada e caracterizada pelos quilombolas gurutubanos foi atingida pelo processo de “modernização” (Figura 08), sendo estes expulsos da quase totalidade do território original, e o PLG foi construído para atender os fazendeiros onde houve beneficiamento na estrutura das fazendas.

Há pouco menos de quatro décadas, as matas, os solos e o corpo hídrico na Lagoa Grande começaram a sofrer transformações pela ação antrópica, proporcionando uma transformação de paisagem natural na cultural. A Figura 08 mostra os impactos e os agravamentos ao longo dos 35 anos.

Figura 8 - Impactos ambientais e os agravamentos ao longo dos 35 anos na Lagoa Grande



Fonte: SILVA, 2021

As ferramentas rudimentares antigas, o fogo, a criação de gado, os implementos e suplementos agrícolas somados às práticas modernas na agricultura, são fatores que proporcionaram a descaracterização profunda da paisagem. Além disso, contribuíram para a existência de solo exposto, predomínio de pastagem, presença de mancha urbana, área agrícola de sequeiro e posteriormente irrigada, corpo hídrico que passou por graves transformações e descaracterização da vegetação natural. Ao longo dos 35 anos, as agressões do ser humano com a paisagem intensificaram.

Nos levantamentos de campo, e contato com a população antiga, observou-se que as maiores alterações foram após a chegada do empreendimento agrícola. Além das mudanças visíveis, a água do rio, dos diques e da lagoa precisavam ser analisadas pela suspeita da perda da qualidade. Fez-se, então, necessário realizar análises para maior compreensão dos impactos ambientais na paisagem. Foram realizadas as coletas e análises nos seguintes pontos (Tabela 01):

Tabela 1 - Pontos de coletas das águas para análise

Nº	Descrição	Latitude	Longitude
01	Ponto à montante do lançamento da ETE de Janaúba	15° 46'23" Sul	43° 18'43" Oeste
02	Ponto à jusante do lançamento da ETE de Janaúba	15°46'19" Sul	43°18'47" Oeste
03	Na captação do PLG	15°44'58" Sul	43°18'32" Oeste
04	Na Lagoa Grande	15°42'11" Sul	43°18'40" Oeste

*Os três primeiros pontos foram coletados e analisados pela ASSIEG, juntamente com o engenheiro ambiental no ano de 2019. E o último ponto de coleta foi realizado pela COPASA, juntamente com a autora, no ano de 2020.

A qualidade da água é definida por sua composição química, física e bacteriológica. Para que esteja com as propriedades almejavéis e indispensáveis para que ela seja utilizada, a mesma tem que estar pura e saudável, livre de matéria suspensa visível, cor, gosto, de organismos capazes de provocar doenças e de quaisquer substâncias orgânicas ou inorgânicas que possam produzir efeitos fisiológicos prejudiciais ao ser humano. As impurezas diluídas na água refletem as distinções do solo por onde as águas escoam.

O Índice de Estado Trófico - IET, assim como o Índice de Qualidade das Águas - IQA, foi criado para medir a qualidade da água que, por meio das concentrações de fósforo total, nitrogênio e a visibilidade do crescimento de algas e macrófitas aquáticas causados pelas atividades humanas na paisagem (Figura 09), é possível analisar os processos tróficos da água. Nesse índice, os resultados correspondentes ao fósforo, IET, devem ser entendidos como uma medida do potencial de eutrofização, já que este nutriente atua como agente causador do processo.

Para identificar o IQA, é realizada uma análise por meio do produto ponderado do parâmetro de qualidade e seus respectivos pesos. Os índices são entendidos como classificação, que retrata a condição da água que variam de péssima a ótima, sendo que os valores variam de 0 a 100.

A classificação no estado de Minas Gerais é tida como péssima ($0 \leq \text{IQA} \leq 25$), ruim ($26 < \text{IQA} \leq 50$), razoável ($51 < \text{IQA} \leq 70$), boa ($71 < \text{IQA} \leq 90$) e ótima ($91 < \text{IQA} \leq 100$). O IQA traz como informação agregada a contaminação das águas em decorrência de matéria orgânica e fecal, sólidos e nutrientes. E reúne nove parâmetros considerados mais representativos para a caracterização da qualidade da água (oxigênio dissolvido, temperatura, pH, coliformes termotolerantes, demanda bioquímica de oxigênio, nitrogênio total, fósforo total, turbidez e sólidos totais).

Os resultados obtidos são confrontados com os resultados dos parâmetros analisados de cada amostra com os valores de referência da Resolução do Conama 357/2005 para corpos hídricos Classe 02.

Classe 02, são águas que podem ser destinadas: ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional, a proteção das comunidades aquáticas a recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA no 274, de 2000: a irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; e a aquicultura e a atividade de pesca.

Pela análise dos resultados obtidos a partir do cálculo do IQA, seguem os seguintes efeitos: No ponto à montante do lançamento da ETE, o valor do IQA foi 68 e a avaliação da qualidade da água foi enquadrada como Razoável, e está em conformidade com o aceitável. Apresentou águas com baixas concentrações de nutrientes, de melhor qualidade e mais baixa de nitrogênio e fósforo.

No ponto à jusante do lançamento da ETE, o valor do IQA foi 38, sendo a qualidade da água ruim. Nesse sentido, a qualidade da água está bastante comprometida, apresenta maior violação dos limites estabelecidos pela legislação, apresenta elevado grau de eutrofização e apresenta uma classificação ruim de acordo com IQA, que pode ser atribuída à alta demanda bioquímica de oxigênio, aos baixos teores de oxigênio dissolvido e às grandes concentrações de nitrogênio e fósforo.

Na captação do PLG, o valor do IQA foi 66 e a avaliação da qualidade da água foi enquadrada como razoável. No entanto, apresentou-se eutrofizado por conta da concentração elevada de nitrogênio e fósforo.

Mediante a situação do quadro atual do rio Gorutuba, do PLG e da quantidade de macrófitas flutuantes (Figura 09) existente na Lagoa Grande fez-se necessário realizar a análise da água na Lagoa, pois a população que mora na comunidade depende da água para irrigação e dessedentação animal. A lagoa ainda recebe as águas do projeto e do escoamento superficial que tende a carrear os produtos químicos da intensa atividade agrícola. O valor do IQA foi 26 e a qualidade da água é avaliada como ruim.

Segundo a Resolução do CONAMA nº 357/05, a concentração de fósforo total, dentro dos padrões normais é de até 0,030 mg/L, em ambientes lênticos, e o da Lagoa está com 0,05 mg/L. Isso se dá pela grande concentração de fósforo, sendo maior do que o permitido. Evidencia-se que esta forma de fósforo está associada à introdução da água do canal que recebe águas do Rio Gorutuba que está comprometido. Além disso, há o transporte de solos com nutrientes pela drenagem superficial das áreas agrícolas, com o índice de fósforo total como um indicativo de muita matéria orgânica, iniciando, assim, um processo de eutrofização. Diante dessa concentração, os organismos precisam de muito oxigênio para decompor a matéria. Por ser um nutriente, ele causa a concentração de macrófitas flutuantes (Figura 09), o que aumenta o índice de matéria orgânica e a eutrofização da água.

O oxigênio dissolvido (OD) é outro elemento vital para a vida aquática, pois os organismos vivos precisam do oxigênio para a sua sobrevivência. No entanto, em locais poluídos, o excesso de matéria orgânica causa uma diminuição no OD. Conseqüentemente, resulta em morte de peixes e de outras espécies do ambiente. Em qualquer amostra, os resultados não devem ser inferiores a 5 mg/L O². O resultado da Lagoa Grande está com 3,06 mg/L O², o que implica a existência de um alto índice de matéria orgânica, sendo necessário mais

oxigênio para os organismos a decompor.

O nitrogênio é o nutriente que mais agrava a eutrofização, pelo fato dos compostos de nitrogênio serem nutrientes nos processos biológicos, e seu lançamento em larga escala no corpo hídrico, junto com outros nutrientes tal como o fósforo, causa um crescimento excessivo das algas. Esse processo é conhecido como eutrofização. Com isso, prejudica a recreação e a preservação da vida aquática. Pelo fato da paisagem em estudo estar em áreas agrícolas, o escoamento da água das chuvas em solos que receberam fertilizantes tornou-se um forte fator para o impacto da paisagem rural.

Figura 9 - Macrófitas flutuantes na Lagoa Grande e logo ao fundo o plantio de banana



Fonte: SILVA, 2019

Na visita *in loco*, foi possível observar e registrar a quantidade de macrófitas existente na Lagoa Grande, local com pouca vegetação e com o predomínio da agricultura irrigada. Com a perenização da Lagoa Grande, as matas nativas perderam lugar para o desenvolvimento que norteia a região, ocorrendo, assim, o transporte de material para

dentro da Lagoa. Segundo Pedrosa e Resende (1999, p. 42), trata-se de “ ‘estado nutricional’ de sistemas aquáticos, definido pelo teor de alguns elementos (nitrogênio e fósforo, por exemplo) ou pela biomassa de algas e plantas aquáticas. Essa riqueza define o ‘estado trófico’ do ambiente”.

Além da observação, da análise do IQA e do registro do impacto na paisagem foi preciso comprovar por meio das análises e identificar o IET que identifica o estado trófico. A eutrofização é o aumento da concentração de nutrientes, especialmente fósforo e nitrogênio nos ecossistemas aquáticos, sendo um processo que ocorre com mais frequência em lagos, represas e raramente em rios. Entretanto, foram realizados os cálculos analíticos em todos os pontos da pesquisa. Os valores calculados do IET são classificados segundo classes de estado trófico juntamente com suas características. Para a classificação deste índice são adotados os estados de trofia⁷⁶ como: ultraoligotrófico, oligotrófico, mesotrófico, eutrófico, supereutrófico e hipereutrófico.

A partir do cálculo analítico, o IET, para a concentração de fósforo total, teve os seguintes resultados: No ponto à montante do lançamento da ETE o valor do IET foi 51,6 e a água do local foi classificada como oligotrófica, sendo considerados corpos d’água limpos, pobres em nutrientes e têm, conseqüentemente, baixa taxa de produção de matéria orgânica, em que não ocorrem interferências indesejáveis sobre os usos da água, decorrentes da presença de nutrientes.

No ponto à jusante do lançamento da ETE, o valor do IET foi 75,9. Na captação do PLG o valor do IET foi 70,0. Em ambos os locais a água foi classificada como hipereutrófica com o enriquecimento máximo de nutrientes e com comprometimento acentuado nos seus usos devido à influência da estação de esgoto.

Na Lagoa Grande, o valor do IET foi 63, sendo classificado como supereutrófico, e é um local afetado por atividades agrícolas no

⁷⁶ Os resultados obtidos são comparados com a tabela de classe de estado trófico e suas características principais. Pode-se classificar a água em: ultraoligotrófico, oligotrófico, mesotrófico, eutrófico, supereutrófico e hipereutrófico, segundo o Portal da qualidade das águas (ANA, 2020).

qual ocorrem interferências indesejáveis que impactam na qualidade da água.

A constante pressão sobre a paisagem rural tem contribuído para acelerar a transformação do meio. As ofertas tecnológicas, como implementos e equipamentos agrícolas, maximizam a economia, porém, pressionam a paisagem. Tal situação favorece cada vez mais os processos de exploração econômica dos recursos existentes e impacta de forma negativa. A Tabela 02 expõe os principais impactos ambientais na lagoa Grande, suas consequências na paisagem e para amenizar tal problemática são apresentadas as possíveis soluções.

Tabela 2 - Principais impactos ambientais, consequências e possíveis soluções para a Lagoa Grande

Os impactos ambientais, consequências e possíveis soluções para a Lagoa Grande		
Impactos ambientais	Consequências	Possíveis soluções
Diminuição das matas nativas	Alteração do microclima, perda de biodiversidade, transporte de materiais para o curso hídrico.	Manter as áreas de preservação permanentes - APPs Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD
Solo Exposto	Erosão, desertificação, salinização, perda da biodiversidade, nutrientes e transporte de materiais para o curso hídrico.	Evitar o esgotamento nutricional, promover a aeração do solo por meio de espécies vegetais com sistemas radiculares diferenciados.
Área Agrícola	Uso exacerbado da água, perda da biodiversidade, transporte de materiais para o curso hídrico, erosão, desertificação, salinização e poluição química.	Agricultura mais sustentável, diminuição dos fertilizantes e agrotóxicos, não desmatar para ampliar áreas agrícolas, uso da agroenergia e respeitar as leis trabalhistas do trabalhador do campo.
Eutrofização do corpo hídrico	Baixa qualidade da água, aumento de nutrientes e macrofitas, pouco oxigênio e mortalidade da vida aquática.	Respeitar as matas nativas e os solos e não lançar rejeitos industriais e/ou domésticos.

Fonte: SILVA, 2020.

São mútuos os impactos ambientais que norteiam a Lagoa Grande, dentre eles é possível destacar: a diminuição das matas nativas, solos expostos, áreas agrícolas e eutrofização do corpo hídrico. Es-

ses impactos originam uma série de consequências para a paisagem, como: alteração do microclima, perda de biodiversidade e nutrientes, transporte de materiais para o curso hídrico, erosão, desertificação, salinização, uso exacerbado da água, poluição química, baixa qualidade da água, aumento de nutrientes e macrófitas, pouco oxigênio (na água) e mortalidade da vida aquática.

Para os impactos e consequências é possível destacar como soluções: a manutenção das matas nativas, regiões de APP e principalmente as ciliares. Nas áreas que estão degradadas, realizar o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas. Para evitar o esgotamento nutricional dos solos é viável realizar a rotação de cultura e do sistema de forragem, promover a aeração do solo por meio de espécies vegetais com sistemas radiculares diferenciados e controlar o escoamento exagerado da água.

Nas áreas agrícolas é preciso pensar em métodos mais sustentáveis, diminuir os fertilizantes e agrotóxicos, não desmatar para ampliar áreas agrícolas, utilizar a agroenergia (energia vinda de fontes orgânicas de origem não fóssil), e respeitar as leis trabalhistas do trabalhador do campo. No corpo hídrico que está em estado de eutrofização, é preciso respeitar as matas nativas e os solos e não lançar rejeitos industriais e/ou domésticos. O equilíbrio na paisagem só é possível, com o manejo adequado das florestas, solo, agricultura sustentável e preservação do curso hídrico, pois são recursos escassos e indispensáveis à sobrevivência humana.

Considerações Finais

A questão das mudanças na paisagem no meio rural é um problema que tende a crescer paulatinamente caso medidas mitigadoras não venham a ser tomadas.

A análise da paisagem rural proporcionou a compreensão das mudanças e pressões que esse meio vem passando, a partir da mo-

ernização da produção agropecuária. Esta ascensão de produção na Lagoa Grande é combinada com a região norte mineira, onde as condições físicas e climáticas beneficiam as técnicas de produção, provocando ganho de produtividade e desequilíbrio na paisagem.

Sendo assim, os índices de qualidade da água à montante do lançamento da ETE está razoável e no ponto à jusante a qualidade está ruim, bastante comprometida e apresenta maior violação dos limites estabelecidos pela legislação. Na captação do PLG a avaliação da qualidade da água foi enquadrada como razoável, porém apresentou-se eutrofizado por conta da concentração elevada de nitrogênio e fósforo. E na Lagoa Grande, a qualidade da água é avaliada como ruim e eutrofizada. São reflexos da supressão humana na paisagem natural em particular no rural que proporcionam impactos preocupantes na paisagem. Assim, é necessário respeitar as matas ciliares, solos, não lançar rejeitos e adotar meios mais sustentáveis na agricultura.

A paisagem rural é operada como uma condicionante do processo que envolve as relações econômicas, sociais, culturais e ambientais, nas quais prevalece a valorização do capital. São mútuos os impactos ambientais que norteiam Janaúba e, em particular, a Lagoa Grande. Dentre eles é possível destacar: a diminuição das matas nativas, os solos expostos, as áreas agrícolas e a eutrofização do corpo hídrico.

Referências

AFONSO, Priscilla Caires Santana. **Usos e Gestão das Águas nas territorialidades das Comunidades Rurais do Norte de Minas Gerais**. 2013. 300f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais. 2013.

ANA, Agência Nacional de Águas. **Indicadores de Qualidade - Índice de Qualidade das Águas (IQA)**. Portal da qualidade da água. Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/indicadores-indice-aguas.aspx>. Acessado em: 22 de julho de 2020.

ANA, Agência Nacional de Águas. **Termo de Alocação de Água 2020/2021**. Sistema Hídrico Bico da Pedra e Gorutuba (MG) Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sof/acudessemiario/MG/BicoDaPedra/TermoDeAlocacaoDeAgua2017-2018_ReservatorioBicodaPedra.pdf. Acessado em: 22 de julho de 2020.

ASSIEG, Associação dos Proprietários Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba. **Projeto de Irrigação Lagoa Grande**. 2019.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.ima.al.gov.br/wizard/docs/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONAMA%20N%C2%BA001.1986.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n. 357 de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e da outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Avaliação de Impacto Ambiental: Agentes Sociais, Procedimentos e Ferramentas**. Brasília. 1995.

IBGE, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/janauba.html>. Acessado em: 16 de junho de 2020.

IBGE, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Semiárido Brasileiro**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>. Acessado em: 16 de junho de 2020.

NUNES, Walder Antônio Gomes de Albuquerque; KEK, João Carlos; NEVES, Júlio César Lima; RUIZ, Hugo Alberto; FREITAS, Guilherme Albuquerque; BEIRIGO, Raphael Moreira, **Qualidade da Água de Irrigação de Poços Tubulares e do Rio Gorutuba na Região de Janaúba-MG. Irriga**, Botucatu, v. 10, n. 4. Viçosa. p. 403-410, 2005.

PEDROSA, Paulo Pedrosa e RESENDE, Carlos Eduardo. As Muitas Faces de Uma Lagoa. **Ciência Hoje**. vol. 26. nº 153. Fluminense. p.40-47. 1999.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Paisagem e Geografia. **Finisterra**, Lisboa, v. 36 nº72, p. 37-53, 2001. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1620>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2020.



ISBN 978-65-86653-28-1



9 786586 653281